LOUSÃ
Câmara Municipal

ATLAS DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

FICHA TÉCNICA

ATLAS DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

REALIZADO POR:

Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3049-530 Coimbra

Câmara Municipal da Lousã
Rua Dr. João Santos
3200 - 101 Lousã

COORDENADOR CIENTÍFICO
António Manuel Rochette Cordeiro

EQUIPA DE TRABALHO
Paulo Jorge Caridade; Rui Gama;
Lúcia Santos; Lúcia Costa;
Fernando Alves; André Paciência;
Ângela Freitas; Luís Fernandes;
Sandra Coelho; Liliana Paredes;
Gonçalo Carvalho; Fábio Cunha;
Helena Alcoforado; João Correia Marques

EQUIPA DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ
Presidente da Câmara Municipal da Lousã
Fernando dos Santos Carvalho
Vereador do Desporto
Luís Miguel Correia Antunes
Aurélio Gonçalves, Pedro Silva,
João Santos, Catarina Gameiro

DESIGN GRÁFICO
Hugo Campos

Edição: FLUC, Coimbra, 2008/2009

7 Nota Prévia

11 Notas introdutórias

17 A. O SISTEMA DESPORTIVO NACIONAL E O SEU QUADRO LEGISLATIVO
19 1. O SISTEMA DESPORTIVO NACIONAL
20 2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO
20 2.1. O Papel do Poder Central
23 2.2. O Papel do Poder Local

27 B. O ATLAS DESPORTIVO MUNICIPAL
30 1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJECTIVOS
33 2. METODOLOGIA E TÉCNICAS UTILIZADAS
37 2.1. Recolha de informação das Bases de Dados e desenvolvimento da Plataforma Dinâmica (Aplicação SIG)
45 2.2. Conceitos e Normas dos Equipamentos Desportivos
45 2.2.1. Terminologias dos Equipamentos Desportivos
45 Espaços Naturais
47 Espaços Adaptados ou Espaços "Verdes Construídos"
48 Espaços ou Equipamentos Artificiais
48 2.2.2 Estrutura e Hierarquia dos Equipamentos Desportivos
49 Equipamentos Desportivos de Base Recreativos
49 Equipamentos Desportivos de Base Formativos
49 Equipamentos Desportivos Especializados
50 Equipamentos Desportivos de Competição e Espectáculo
50 2.2.3. Critérios de Previsão e Normas dos Equipamentos Desportivos

53 C. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO
55 1.ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA
67 2. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA
69 2.1. Análise demográfica global
69 2.1.1. Um território com uma distribuição de população desigual
75 2.1.2. Evolução da população: comportamentos e factores explicativos. Caracterização da evolução populacional
79 2.1.3. Hierarquia segundo a dimensão dos lugares: um padrão espacial concentrado
86 2.1.4. Factores da dinâmica demográfica: natalidade, mortalidade, crescimento natural e saldo migratório
94 2.1.5. Estrutura da população: sexo e idades
100 2.1.6. O futuro: tendências de crescimento
105 2.2. As actividades económicas
105 2.2.1. Caracterização geral
106 2.2.2. Sectores de actividade e profissões
108 3. CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES
112 4. A EVOLUÇÃO DO CONSTRUÍDO

119 D. ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS DO DESPORTO
121 1. OS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ARTIFICIAIS
121 1.1. Distribuição Espacial dos Equipamentos Desportivos no Município
128 1.2. Análise dos Equipamentos Desportivos por Tipologia
129 1.2.1. Grandes Campos de Jogos
134 1.2.2. Pequenos Campos de Jogos
140 1.2.3. Pavilhões
145 1.2.4. Salas de Desporto
148 1.2.5. Piscinas Cobertas
151 1.2.6. Piscinas Descobertas
154 1.3. Os Índices de Comunidade e a consistência da sua leitura
167 1.4. Espaços de Jogo e Recreio
167 1.4.1. Parques Infantis
171 2. OS ESPAÇOS NATURAIS E OS ESPAÇOS ADAPTADOS
173 2.1. Piscinas Fluviais

177 E. DESPORTO AVENTURA
179 1. DESPORTO AVENTURA NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ
183 2. CONDICIONANTES À PRÁTICA DESPORTIVA EM MEIO NATURAL
186 3. ESTRUTURA DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS DE AVENTURA
188 3.1. Actividades Desportivas Terrestres
188 3.1.1. Estrutura Todo o Terreno
188 3.1.1.1. Pedestrianismo
207 3.1.1.2 Bicicleta Todo-o-Terreno (BTT)
217 3.1.1.3. TT Motorizado
221 3.1.1.4. Canoyning
222 3.1.1.5. Orientação
223 3.1.1.6. Paintball
224 3.1.2. Estrutura de Parede de Rocha
224 3.1.2.1. Rappel
225 3.1.2.2. Slide
225 3.1.2.3. Tirolesa
226 3.1.2.4. Escalada
227 3.1.3. Estrutura em Áreas Planas
227 3.1.3.1. Tiro com besta ou arco
228 3.2. Actividades Desportivas Aquáticas
228 3.2.1. Estrutura de Águas Calmas
228 3.2.1.1. Canoagem
229 3.3. Actividades Desportivas Aéreas
229 3.3.1. Estrutura Natural
229 3.3.1.1. Asa Delta
230 3.3.1.2. Parapente
231 3.3.1.3. Balonismo

232 F. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO
235 1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

249 G.O SISTEMA DESPORTIVO MUNICIPAL. SÍNTESE SOBRE A ACTUAL REALIDADE E A SUA RELAÇÃO COM AS DIFERENTES DINÂMICAS DO TERRITÓRIO

261 H. NOVO PARADIGMA NO PLANEAMENTO DOS ESPAÇOS DESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ. A RELAÇÃO ENTRE OS NÚCLEOS FORMAIS E OS INFORMAIS
267 1. EQUIPAMENTOS FORMAIS
267 **1.1. Novos equipamentos**
268 1.1.1. O "Complexo Desportivo Municipal"
270 1.1.2. Pavilhão da Escola Básica 1º, 2º e 3º Ciclos
271 1.2. Recuperação / Remodelação dos equipamentos existentes
272 2. EQUIPAMENTOS INFORMAIS
274 **2.1. Os Núcleos de Desporto Informal (NDI)**
275 2.1.1. Tipologias e Hierarquização dos Núcleos de Desporto Informal
276 2.1.1.1. Tipologias
278 2.1.1.2. Hierarquização
281 2.1.2. Os Núcleos de Desporto Informal do Município da Lousã
281 2.1.2.1. Diagnóstico dos Núcleos de Desporto Informal existentes
282 2.1.2.2. Distribuição dos Núcleos de Desporto Informal no território
286 2.1.2.3. Propostas de Núcleos de Desporto Informal
289 **2.2. Traçado da Rede Ciclável**
291 2.2.1. Definição dos percursos cicláveis
291 2.2.1.1. Percurso ciclável utilizando o canal ferroviário (troço da via entre Lousã e Serpins)
292 2.2.1.2. Percursos cicláveis em tecido urbano (Vila da Lousã e Serpins)
294 2.2.1.3. Percursos cicláveis em meio rural (Cacilhas e Vilarinho)

297 Algumas considerações finais

301 Bibliografia

307 Anexos

321 Inquéritos

339 Índices

NOTA PRÉVIA

A concretização de um projecto de Desenvolvimento Desportivo num território com as características como as que apresenta o Município da Lousã, apresenta-se como desafio entusiasmante para qualquer equipa de trabalho a quem seja concedido tal privilégio.

A possibilidade de analisar, de uma forma integrada, os espaços codificados que são parte integrante da habitual "Carta de Equipamentos Artificiais", documento fundamental para o equacionar das necessidades futuras ao nível dos espaços desportivos formais de um território, bem como das suas relações com a "Carta do Movimento Associativo" e os espaços descodificados naturais associados à crescente prática de actividades desportivas em contacto com a natureza, traduzido numa móvel "Carta de Desporto Aventura", tornou este projecto num dos mais ambiciosos a que a equipa de trabalho da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra se associou.

Foi com base nas debilidades e potencialidades observadas na fase de análise e diagnóstico do sistema desportivo municipal, assim como num trabalho anterior sobre opções para o desenvolvimento desportivo, que se equacionou o novo paradigma de planeamento dos espaços desportivos no Município da Lousã, associando os equipamentos formais existentes e a desenvolver a uma nova perspectiva de espaços desportivos, muitos deles entendidos como "mobiliário urbano", ou seja, os "Núcleos de Desporto Informal".

A relação entre os velhos e os novos equipamentos, formais ou informais, e o desporto aventura foi concretizada num quadro de complementaridade, ocupando sectores do território diversificados, sempre

numa perspectiva de desenvolvimento sustentado do território municipal. Esta relação obriga a uma compatibilização entre as diferentes actividades desportivas e a preservação do património natural, relação que, muitas vezes, se assume como conflituosa e que alerta para a necessidade da criação urgente de um Plano Estratégico supra-municipal do sector Sul da Cordilheira Central - a Serra da Lousã.

Neste momento em que o projecto ganha forma, a equipa técnica responsável pela sua elaboração não poderia deixar de reconhecer o papel decisivo que a Câmara Municipal - nas suas vertentes política e técnica - teve nesta concretização, assim como todas as entidades públicas e privadas, destacando-se o papel do Movimento Associativo do Município, e as diversas personalidades que, quer a título institucional, quer a título individual, contribuíram, nas mais de uma dezena de reuniões realizadas, para o produto final que neste momento é apresentado.

O documento que agora se apresenta assume-se como um projecto aberto sempre numa perspectiva de surgirem novas propostas para o enriquecimento de um trabalho que pretende ser de referência.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A necessidade de exercício físico e, posteriormente, da prática desportiva é algo que se perde na história da Humanidade. Desde cedo, a importância da actividade física foi reconhecida pelas civilizações mais antigas. Os Helénicos classificavam o desporto como um hábito de vida a estimular, reconhecendo os seus benefícios para a saúde humana.

A prática desportiva foi, assim, algo que desde sempre regeu a acção humana, embora sofrendo alterações ao longo do tempo. O desenvolvimento desportivo, numa primeira fase, caracterizava-se pelo jogo desenvolvido na sociedade agrícola, numa dimensão local e a uma escala reduzida, enquanto que, numa segunda fase, este regia-se por práticas desportivas formais desenvolvidas numa escala global, decorrentes da sociedade industrial. A terceira fase configura presentemente as práticas não formais, as práticas não organizadas, próprias da sociedade pós-industrial em que o desporto se desliga definitivamente do mundo do trabalho.

O Desporto, nas últimas três décadas, sofreu assim uma evolução que colocou em causa a forma de resolver as necessidades que gerava. Durante o século XX, emergiram novas formas e novos tipos de actividades que vieram colocar novos problemas, ao lado das práticas que surgiram e se estruturaram desde meados do século XIX.

Neste contexto de diversificação das práticas desportivas (que tenderam para uma gradual complexidade) constata-se que, hoje em dia, não se restringem só aos movimentos federados e profissionalizados que

caracterizam a "revolução" desportiva observada durante a segunda metade do século XIX, mas também a movimentos de práticas não enquadradas.

O desporto nos tempos actuais é um reflexo da própria modernidade, estando associada ao surgimento de novos valores que enaltecem o lazer e o tempo livre como espaço importante para a realização humana, ou seja, tem um objectivo mais abrangente que é a participação do cidadão comum em actividades de lazer e de realização pessoal.

Pode então afirmar-se que o século XXI se caracteriza por um aumento do tempo livre dos cidadãos que poderá, pelo menos em parte, vir a ser ocupado em actividades desportivas, individuais ou colectivas, formais ou informais, e que devem visar o bem-estar físico e psíquico, o equilíbrio com o meio ambiente, a integração social, ou seja, em termos globais para uma melhoria da própria qualidade de vida.

Deste modo, o estereótipo que se podia encontrar em Portugal até há duas/três décadas atrás, que definia o praticante desportivo como jovem estudante do sexo masculino, média burguesia, centrado na competição, foi completamente ultrapassado, já que surgiram novos tipos de praticantes com diferentes idades, motivações, nível social e de ambos os sexos.

Assim, homens e mulheres passaram a ter interesse e desejo pela prática de desporto. Os adultos aperceberam-se das vantagens de uma prática desportiva regular visando a manutenção, a recuperação e a reconstrução da força de trabalho. A população mais idosa tomou também consciência de que a actividade física diferenciada, de baixa intensidade, mas realizada quotidianamente, é essencial na prevenção de uma série de doenças, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e, segundo alguns investigadores, para o prolongamento da própria vida. No caso das crianças e dos jovens, passa por uma sólida educação física/desportiva de forma a permitir o aperfeiçoamento básico do seu crescimento.

É um facto inquestionável, no tempo presente, que tornar a população mais activa e generalizar a prática desportiva contribui significativamente para a redução da mortalidade e de diversas enfermidades (e respectivos custos de tratamento), diminui os índices de absentismo e aumenta a produtividade. Por isso, o aumento dos níveis de prática de actividade física e desportiva regular torna-se num investimento de elevado retorno em termos de qualidade de vida, produtividade e de redução dos custos em cuidados de saúde.

O desporto é, assim, um reflexo da própria modernidade e as práticas desportivas não se restringem hoje em dia, tal como desde há algumas décadas, aos movimentos federados e profissionalizados que vinham de toda a "revolução" desportiva observada na segunda metade do século XIX. As

práticas desportivas apresentam-se actualmente como algo mais abrangente que tem como objectivo a participação do cidadão comum em actividades de lazer e de realização pessoal.

A própria realidade social foi decisivamente invadida pelo desporto de tempo livre (actividade lúdica), de recreação, de educação, de formação, de manutenção, de recuperação e de reeducação, de melhoria da saúde, de recomposição da capacidade psico-física de trabalho, bem como do desporto de espectáculo e do profissionalismo, que vai até à alta competição, passando pela competição de média e baixa intensidade.

Nos seus múltiplos graus de exigência e diferente caracterização (desde o jogo até ao desporto de alto nível passando pelas actividades recreativas e de manutenção), o desporto, deixou, há muito, de constituir um luxo, para passar a ser uma necessidade claramente expressa, em relação a toda a população, como um direito constitucional.

Naturalmente que a motivação para os diferentes tipos de prática desportiva varia de caso para caso, encontrando-se, muitas vezes, variações dentro do mesmo grupo etário. Esta diferenciação de motivação só vem demonstrar, que o antigo significado da prática desportiva (competição para obter a melhor classificação) foi largamente ultrapassado, e hoje integra-se num conjunto motivacional muito mais vasto e complexo.

Noutro sentido, observa-se que actuação das famílias tem vindo a ser fundamental na participação desportiva dos jovens - são os pais que fornecem, em primeiro lugar, os modelos de estilo de vida activa e saudável. Mas, as pedagogias públicas, tendentes a atrair um maior número de crianças e jovens para as práticas desportivas e para os estilos de vida saudáveis, devem ser cada vez mais direccionados não só aos filhos, mas em especial aos pais.

Por tudo o que foi referido, quer em termos de novas realidades sociais e demográficas, quer relativamente à nova perspectiva do cidadão perante o fenómeno desportivo, que procura uma melhoria da qualidade de vida no seu dia a dia, torna-se fundamental observar uma clara transformação das mentalidades no que diz respeito aos equipamentos colectivos em geral, e aos desportivos em particular.

Constata-se que equipamentos desportivos estão presentes nos diferentes "estádios" de desenvolvimento físico-motor de um cidadão: no "berço"; na sala/corredor da habitação ou no quintal; nos parques infantis; e, mais tarde, na utilização dos equipamentos de base (recreativos ou formativos). E só num patamar de evolução superior da prática desportiva, e quando se encontra satisfeita a procura pelo cidadão comum e dos jovens desportistas de formação, é que devem ser equacionados os equipamentos de espectáculo

desportivo e mesmo os de alto rendimento. Vocacionados predominantemente para uma reduzida elite, estes devem ser assumidos, no essencial, pelo poder central, isto enquanto equipamentos de carácter nacional (Cordeiro, 2006).

Neste sentido, os espaços destinados à prática desportiva devem ser equacionados de modo a dar resposta a este vasto leque de interesses e de motivações. Uma diferenciação tipológica bem caracterizada de equipamentos deve ser, por seu turno, complementada pela de carácter territorial de modo a responder às necessidades de acesso, impostas pela intenção de possibilitar a prática desportiva para todos os cidadãos, aliás, na sequência do que se encontra previsto na Constituição da República.

A ideia do "Desporto para Todos" foi lançada pela primeira vez em 1966, pelo Conselho para a Cooperação Cultural, do Conselho da Europa, embora, só em 1968, alguns países europeus, ao reunirem na Bélgica, elaboraram um primeiro documento sobre o Desporto para Todos. Constituindo-se como ponto de partida dos trabalhos do Conselho da Europa, nesta matéria, este documento considerava que o Desporto para Todos era um movimento destinado "*a criar as condições para que as mais largas camadas da população possam praticar regularmente, quer o desporto propriamente dito, quer as mais diversas e variadas actividades físicas, exigindo um esforço adaptado à condição física de cada um*" [1]. Em 1975, na Conferência dos Ministros Europeus, foi então reafirmado que o "Desporto para Todos" abarcava "*as mais diversas formas do desporto, como os jogos, os desportos de competição, as actividades ao ar livre... e as actividades livres e espontâneas praticadas nos tempos livres, com excepção das actividades físicas dos programas escolares obrigatórios*" (DGD, 1987).

Atendendo a estes factos e tendo sempre presente a ideia de que o desporto constitui um espaço compensatório das tendências à rotinização do quotidiano nas actuais sociedades, as entidades públicas portuguesas, conscientes destas realidades, têm vindo a ter um papel cada vez mais participativo e preponderante, nomeadamente o poder central e, em especial, nas últimas décadas, o poder autárquico.

Neste sentido, as autarquias têm vindo a envolver-se cada vez mais no fomento e na gestão do exercício físico, quer através da construção de infra-estruturas, quer, mais recentemente, pela própria inclusão, no plano curricular do Ensino Básico das actividades físico-motoras.

[1] *Em 1968, também se realizou, no México, sob a alçada da UNESCO, uma Conferência Internacional sobre Desporto e Educação, tendo sido debatidos quatro temas: "Desporto para Todos", "Desporto para Toda a Vida", "Dirigentes para Todos" e "A Responsabilidade de Todos".*

A. O SISTEMA DESPORTIVO NACIONAL E O SEU QUADRO LEGISLATIVO

O Sistema Desportivo tem, como objectivo primordial, promover e orientar a generalização da actividade desportiva, como factor cultural indispensável na plena formação da pessoa humana (desenvolvimento da personalidade) assim como o próprio desenvolvimento da sociedade no seu todo. Procura assim fomentar a prática desportiva para todos, quer na vertente de recreação, quer na de rendimento, visando, deste modo, garantir a igualdade de direitos e oportunidades quanto ao acesso e à generalização das práticas desportivas diferenciadas.

Desenvolve-se segundo uma coordenação aberta e uma colaboração prioritária com o sistema educativo, atendendo ao seu elevado conteúdo formativo, e ainda em conjugação com o Movimento Associativo (associações e colectividades desportivas) e as Autarquias Locais. Existe, portanto, uma colaboração necessária entre a organização pública do desporto e os corpos sociais intermédios, públicos e privados, que compõem o sistema desportivo. Além do já referido, existe um conjunto de princípios gerais da acção do Estado, no desenvolvimento da política desportiva, que já se encontravam definidos na anterior Lei de Bases do Sistema Desportivo - Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro (no artigo 2º) - e que, recentemente, foram actualizados através da nova Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto - Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro - e que importam assinalar. Deste modo, o sistema desportivo actual, segundo esta Lei nº 5/2007, apresenta como princípios fundamentais:

PRINCÍPIOS DA UNIVERSALIDADE E DA IGUALDADE

1 › Todos os cidadãos têm direito à actividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

2 › A actividade física e o desporto devem contribuir para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres.

PRINCÍPIO DA ÉTICA DESPORTIVA

1 › A actividade desportiva é desenvolvida em observância dos princípios da ética, da defesa do espírito desportivo, da verdade desportiva e da formação integral de todos os participantes.

2 › Incumbe ao Estado adoptar as medidas tendentes a prevenir e a punir as manifestações antidesportivas, designadamente a violência, a dopagem, a corrupção, o racismo, a xenofobia e qualquer forma de discriminação.

3 › São especialmente apoiados as iniciativas e os projectos, em favor do espírito desportivo e da tolerância.

PRINCÍPIOS DA COESÃO E DA CONTINUIDADE TERRITORIAL

1 › O desenvolvimento da actividade física e do desporto é realizado de forma harmoniosa e integrada, com vista a combater as assimetrias regionais e a contribuir para a inserção social e a coesão nacional.

2 › O princípio da continuidade territorial assenta na necessidade de corrigir os desequilíbrios originados pelo afastamento e pela insularidade, por forma a garantir a participação dos praticantes e dos clubes das Regiões Autónomas nas competições desportivas de âmbito nacional.

PRINCÍPIOS DA COORDENAÇÃO, DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA COLABORAÇÃO

1 › O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais articulam e compatibilizam as respectivas intervenções que se repercutem, directa ou indirectamente, no desenvolvimento da actividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências.

2 › O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da actividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que actuam nestas áreas.

O Sistema Desportivo está, deste modo, relacionado com um conjunto de princípios que é importante considerar, mas é de salientar que se encontra também associado ao próprio conceito de Desporto, o qual se entende por qualquer forma de actividade física que, através de uma participação livre e voluntária, organizada ou não, tenha como objectivos a expressão ou a melhoria da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados em competições de todos os níveis.

1. O SISTEMA DESPORTIVO NACIONAL

Em Portugal o Sistema Desportivo foi alvo de uma evolução lenta, destacando-se nesse percurso dois momentos fundamentais: um primeiro que data apenas de 1990 com a criação da Lei de Bases do Desporto, e que marcou, na altura, uma clara mudança no desenvolvimento desportivo; e um segundo momento, através da publicação recente da nova Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, já no presente ano de 2007.

A importância da educação física e do desporto no desenvolvimento completo e harmonioso do ser humano, tem vindo a ser reconhecida pelas mais diversas entidades, tendo a "Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO" (adoptada em 1978 pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas), reforçado essa importância. Esta refere mesmo, no artigo 1º na alínea 1.1 que "*todas as pessoas humanas têm o direito à educação física e ao desporto, indispensáveis ao desenvolvimento da sua personalidade. O direito ao desenvolvimento das aptidões físicas, intelectuais e morais, através da educação física e do desporto, deve ser garantido, tanto no quadro do sistema educativo, como nos outros aspectos da vida social*" (UNESCO, 1978).

No seu artigo 2.º reconhece que a Educação Física e o Desporto constituem elementos essenciais da educação permanente do indivíduo, no sistema global da educação e que, como dimensões fundamentais da Educação e da Cultura, devem desenvolver as aptidões, a vontade e o autodomínio de qualquer ser humano, favorecendo a sua integração na sociedade, contribuindo para a preservação e melhoria da saúde e para uma

saudável ocupação do tempo livre, reforçando as resistências aos inconvenientes da vida moderna, enriquecendo no nível comunitário as relações sociais através de práticas físicas e desportivas.

A Carta Europeia do Desporto (criada na sequência da primeira reunião da Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pela área do Desporto, em 1975, e que se desenrolou sob o tema "Carta Europeia do Desporto para Todos"), apresentou-se como a base fundamental para as políticas governamentais na promoção da prática desportiva "como factor importante de desenvolvimento humano". Por outro lado, esta carta promove também o Desporto respeitando o "princípio do desenvolvimento sustentável", tendo em atenção os "valores da natureza e do meio ambiente".

A Declaração de Amesterdão, por seu turno, constituiu uma etapa decisiva no sentido de que o desporto fosse tido em linha de conta a nível comunitário, enquanto que, na sequência, a Declaração ao Conselho Europeu de Nice de 2000, saiu reforçada no quadro das suas funções sociais, educativas e culturais do desporto.

É de salientar que estes princípios, que os diversos normativos e orientações contemplam, ao longo das últimas três décadas, enquadram, na totalidade, a filosofia que se encontra na base do desenvolvimento do presente projecto.

2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

2.1. O PAPEL DO PODER CENTRAL

No caso português, a Constituição da República, através dos seus artigos 9º, 64º, 70º e 79º, refere-se também ao direito, à importância da prática desportiva e ao papel do Estado na promoção do Desporto. No entanto, deve ainda ser referido que o sistema desportivo até 1974, se encontrou sujeito à disciplina jurídica do Estado Novo, corporizada pelo Decreto-Lei n.º 32.946 de 3 de Agosto de 1943, facto que acabou por influenciar toda a posterior evolução, já que este diploma visava consagrar um conjunto de instrumentos que garantissem a subordinação das instituições desportivas às ordens políticas do regime. Não obstante, deve ser referido que o sistema desportivo português, antes do 25 de Abril, se caracterizou também, por um historial de resistência à tentativa de instrumentalização das instituições desportivas e dos seus representantes.

Com o advento da Democracia, tal como seria de esperar, o DL nº. 32.946 devia ter sido imediatamente revogado e substituído por outra

legislação desportiva, mas tal não aconteceu. Ao invés, entre 1974 e 1990, gerou-se uma situação extremamente ambígua, pois, por um lado, faltava coragem para aplicar as imposições da anterior legislação (formalmente sempre em vigor), e por outro lado, não havia igualmente a capacidade para a substituir por outra.

É apenas com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Desportivo, a 13 de Janeiro de 1990, que esta situação se altera, abrindo-se uma nova etapa na evolução e no desenvolvimento do sistema desportivo português. Assim, colocou-se um ponto final oficial na antiga situação do corporativismo e demonstrou-se que o Estado tinha capacidade para propor um novo modelo de relacionamento com o Movimento Desportivo, modelo que colocasse Portugal a um nível semelhante ao dos outros Membros da Comunidade Europeia, dando-se assim, o implementar da autonomia do Movimento Desportivo.

O modelo de desenvolvimento desportivo passou a reflectir-se através dos diferentes estádios de evolução do desporto português, procurando articular esforços dos diversos protagonistas intervenientes, mas não inviabilizando a evolução do sistema para formas mais organizadas de actuação e concertação. Este novo modelo, consagrado na Lei de Bases, considerava os três principais vectores, à data existentes, de funcionamento global do Sistema Desportivo Português: o Estado, procurando novas formas de organização e repartição do poder, nomeadamente a nível regional e autárquico; o Comité Olímpico, que deveria procurar um desempenho mais eficaz como representante do Movimento Olímpico Internacional, e o Movimento Associativo e Desportivo, constituído a nível institucional por diversas Federações e Clubes Desportivos, que um pouco por todo o país, funcionam como o real motor de toda a actividade desportiva.

Esta Lei de Bases do Sistema Desportivo é revogada pela Lei nº 30/2004 de 21 de Julho - Lei de Bases do Desporto -, que introduz pequenas alterações e actualizações à Lei de Bases do Sistema Desportivo. Posteriormente, a 16 de Janeiro de 2007, é criada a Lei nº 5/2007, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto a qual, pela primeira vez, se refere à necessidade de elaboração da Carta Desportiva Nacional, pois até à sua criação, a legislação referia-se ao Atlas Desportivo Nacional (artigo 35º da Lei nº 1/90 e artigo 86º da Lei nº 30/2004). Na realidade, desde 1984, que a Direcção-Geral dos Desportos tem vindo a planear a realização de um Atlas Desportivo Nacional, no sentido de obter o real retrato do fenómeno desportivo, entendido nas suas vertentes de rendimento e recreação, em que as acções do levantamento de situação e diagnóstico do sector, iriam permitir alicerçar, no conhecimento da expressão e dinâmica do fenómeno, as futuras políticas de desenvolvimento do Desporto. Deste modo, o Atlas

Desportivo Nacional, caso tivesse vindo a ser concretizado nessa altura, deveria integrar as seguintes Cartas:

a) A Carta das Instalações Desportivas Artificiais;
b) A Carta Desportiva do Enquadramento Técnico (treinadores, professores, monitores, dirigentes);
c) A Carta dos Espaços Verdes;
d) A Carta dos Planos de Água;
e) A Carta das Procuras e Ofertas em Desporto;
f) A Carta da Condição Física da População. (DGD, 1987).

As transformações observadas na última década e meia levaram ao articulado na nova Lei de Bases nº 5/2007, que no seu artigo 9.º, passou a referir:

"1 - A lei determina a elaboração da Carta Desportiva Nacional, a qual contém o cadastro e o registo de dados e de indicadores que permitam o conhecimento dos diversos factores de desenvolvimento desportivo, tendo em vista o conhecimento da situação desportiva nacional, nomeadamente quanto a:

a) Instalações desportivas;
b) Espaços naturais de recreio e desporto;
c) Associativismo desportivo;
d) Hábitos desportivos;
e) Condição física das pessoas;
f) Enquadramento humano, incluindo a identificação da participação em função do género."

Estes são os diplomas legais mais importantes que regem o sistema desportivo português, contudo existe todo um conjunto de outros diplomas que importa referir e que são igualmente relevantes, os quais se encontram assinalados no quadro resumo apresentado em Anexo.

Há, contudo, que salientar que as autarquias assumem um papel preponderante e cada vez mais participativo no desenvolvimento desportivo nacional, existindo alguns diplomas legais que se referem a este facto e que são devidamente enunciados de seguida.

É de salientar que é neste quadro de definição dos diferentes aspectos sobre o conhecimento da situação desportiva do território municipal da Lousã, que foi desenvolvido o actual projecto do Atlas Desportivo.

2.2. O PAPEL DO PODER LOCAL

As Autarquias Locais, por força da proximidade que têm junto das suas populações e pelas competências e atribuições que lhes foram conferidas nas últimas três décadas, têm e terão cada vez mais oportunidades, melhores capacidades e elevadas responsabilidades no incremento e na melhoria das condições de acesso a uma prática desportiva generalizada, entre muitas outras áreas de intervenção. É também da sua competência adequar as políticas desportivas locais às necessidades e expectativas dos cidadãos, bem como às mudanças que se verificam no âmbito da procura às novas modalidades desportivas do presente e do futuro, acompanhando o que é a evolução da procura de novas actividades e emoções.

No nosso país, foi com o advento da democracia, e em especial, após a promulgação da primeira Lei das Finanças Locais, em finais de 1979, que os Municípios passaram a ter a capacidade para desenvolver acções associadas ao desenvolvimento generalizado a vários níveis da sociedade e, naturalmente também ao nível desportivo. Observa-se desde então um enorme salto quantitativo e qualitativo, essencialmente no desporto formativo, facto a que não foi alheio o extraordinário papel na construção de infra-estruturas desportivas (Cordeiro, 2006).

Neste contexto, as autarquias tornaram-se factores decisivos no desenvolvimento desportivo do país, possibilitando também uma democratização da própria prática desportiva e, resolvendo, inúmeras vezes, a segregação social no acesso à prática dessas actividades[2].

Este papel das autarquias teve como resultado um crescimento efectivo e uma melhoria das condições para a actividade física e para a prática desportiva da população portuguesa ao longo destas últimas três décadas. Porém, também não é menos verdade que a plena intervenção dos Municípios no sistema desportivo resultou, muito por falta de visão

[2] Este papel participativo das autarquias no âmbito desportivo, é posteriormente reforçado com a Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, no seu artigo 21º, o qual definiu que:

"1 - É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios:

a) Parques de campismo de interesse municipal;

b) Instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal.

2 - É igualmente da competência dos órgãos municipais:

a) Licenciar e fiscalizar recintos de espectáculos;

b) Apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal;

c) Apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local."

ou planeamento, num conjunto de maus exemplos do que é, ou deveria ser, a principal vocação das autarquias neste contexto.

Neste quadro, e tendo em consideração que não se devem continuar a observar erros urbanísticos ou factores geradores de problemas ambientais e paisagísticos, que têm mesmo levado à degradação da qualidade de vida, torna-se absolutamente necessário equacionar um território ao nível do planeamento urbano (Cordeiro, 2006). Assim, e em termos de infra-estruturas desportivas, apresenta-se como fundamental a necessidade de uma especial atenção à integração dos espaços considerados como informais - relvados, parques em espaços livres, entre outros -, e sempre assumido numa lógica de "mobiliário" urbano, o qual deve visar não só a qualidade de vida dos residentes, mas também, à semelhança dos espaços verdes públicos, proporcionar uma clara revitalização urbana (Ferreira, 2003; Cordeiro, 2006).

A tarefa de planear e conceber uma rede de equipamentos desportivos que satisfaça a procura por parte dos diferentes segmentos da população, impõe um conhecimento prévio e análise das características dos existentes, obrigando à inventariação dos equipamentos do Município, para um melhor conhecimento da realidade. Deste modo, deve ser efectuada a primeira alínea do articulado na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, ou seja, o diagnóstico das instalações desportivas artificiais.

A política organizacional do Município deve assim considerar toda a complexidade temática que se encontra associada à prática desportiva, uma vez que ela se refere a questões essenciais do seu próprio desenvolvimento. Aspectos fundamentais como a economia (desenvolvimento do turismo, utilização dos recursos naturais, planos de água, política de emprego, entre outros), a saúde pública, a educação e a cultura, o ambiente e a afirmação da identidade local, devem ser profundamente analisados, tendo em vista, não só, o reforço da imagem do Município, bem como a sua projecção nacional e mesmo internacional. Simultaneamente, deve proporcionar a todos os cidadãos, condições de acesso à prática desportiva e logo à saúde, factores preferenciais.

Um equipamento não deve assim responder exclusivamente à função primária que lhe é atribuída, ou seja, tem que considerar o complexo conjunto de funções sociais que deve desempenhar e as relações que estabelece com o que o cerca e complementariza.

De facto, o programa orientador da definição da localização de equipamentos desportivos e o da sua concepção, deve ter em linha de conta as relações que cada equipamento estabelece com os outros e com as funções desenvolvidas na comunidade e, sempre que possível, numa perspectiva de rede equilibrada dos equipamentos colectivos desse mesmo território.

Assim, deve proceder-se a uma análise global capaz de garantir a

coerência da rede planeada, em concordância com os objectivos fundamentais de desenvolvimento do Município, facto que contraria a visão redutora e socialmente segregadora que o Desporto apresenta para alguns decisores.

Para que tal seja possível, a questão desportiva deve, decididamente, integrar o Plano Director Municipal (PDM), em particular deve ser equacionado neste momento em que se definem as linhas orientadoras dos PDM de 2ª geração e, traduzir-se especificamente na elaboração racionalizada de um Atlas Desportivo Municipal, que deve definir não só toda a contextualização dos equipamentos desportivos artificiais e, no caso particular do Município da Lousã, é um facto inquestionável que deve integrar o Desporto Aventura e as suas relações decisivas com o Ambiente e com o Turismo, bem como o próprio reflexo que a estrutura associativa desportiva assume, tanto numa perspectiva reactiva como proactiva.

Neste documento deverão encontrar-se fundamentadas as escolhas realizadas, as quais têm como objectivos principais responder eficazmente às necessidades da população, procurando cobrir um cada vez mais amplo espectro de actividades, responder a necessidades futuras e adequar a oferta à procura, tomando sempre em consideração que a vocação primeira das autarquias, que em termos desportivos, deve ser o da criação de infra--estruturas de base, entre as quais se devem integrar aqueles espaços que são designados vulgarmente como "quintais" ou "logradouros desportivos" (Cordeiro, 2006). A perspectiva vale tanto para os aspectos relacionados com os equipamentos desportivos artificiais, como para os espaços destinados ao Desporto Aventura, mas principalmente, para os espaços que se destinam ao apoio das actividades físicas informais da população, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, de todas as idades, que residam no Município (ou mesmo os que o visitem).

Estes serão, naturalmente, objectivos fundamentais do presente projecto que, numa primeira análise, apresenta uma perspectiva autárquica, ou seja, tem em linha de conta a postura que o Poder Local deve assumir perante os cidadãos, considerando o potenciar dos seus recursos endógenos naturais, e sempre numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Porém, e tal como foi equacionado no âmbito da concretização dos Atlas Desportivos Nacional e Intermunicipais (Cordeiro, 2006), um projecto com estas características deve ser entendido como uma das peças de um imenso puzzle, que é a definição regional e nacional do que são as principais necessidades em termos desportivos da sociedade portuguesa neste início do século XXI.

É de salientar que com a concretização do projecto de cartas de equipamentos desportivos municipais (Cordeiro *et al.*, 2003; Cordeiro *et coll.*, 2005), as respectivas autarquias passaram a dispor de ferramentas capazes de analisar a situação actual no seu território, assim como criar

modelos virtuais de simulação dos efeitos criados pela introdução de novas variáveis no sistema. No entanto, estas cartas municipais encontram-se confinadas unicamente às suas próprias fronteiras.

Tendo como base a realização de diferentes cartas municipais contíguas, e com a informação recolhida e trabalhada, passou a ser possível o implementar da tão desejável análise intermunicipal de equipamentos (Cordeiro *et al*., 2005), facto que poderá vir a permitir, no futuro, a optimização dos investimentos públicos, em especial nos sectores de fronteira ou nas diferentes infra-estruturas de nível superior - especializados, de competição e de espectáculo.

Um pressuposto, no entanto, deve ser de imediato realçado: quanto melhor se conhece a realidade presente de um território, melhor este pode ser gerido e perspectivado. O conhecimento espacial dos equipamentos é algo que se impõe para uma correcta gestão do espaço e para um verdadeiro planeamento sustentável.

B. O ATLAS DESPORTIVO MUNICIPAL

O ordenamento do território, apoiado no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, deve obrigatoriamente contemplar os espaços e os equipamentos colectivos associados às actividades desportivas nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente, lazer, formação, treino, competição e espectáculo. Neste contexto, deverá vir a ser equacionada a disponibilização de espaços com características adequadas à implementação dos programas das diferentes tipologias de equipamentos, e isto em sede das discussões e concretização dos instrumentos em todos os níveis de planeamento do território: planos de pormenor e de urbanização, planos directores municipais, planos estratégicos ou programas operacionais.

Por outro lado, o planeamento do território, nas suas acções de reabilitação e requalificação dos espaços urbano, peri-urbano e rural, deve considerar, em termos de abordagem, os equipamentos desportivos como elementos estruturantes em termos estritamente físicos, tendo também em atenção que eles deverão assumir uma perspectiva de integração social, de indivíduos ou comunidades, ao proporcionar o desenvolvimento de actividades capazes de estimular hábitos e comportamentos activos e saudáveis.

Na perspectiva do planeamento urbano, e em termos de localização dos equipamentos desportivos, pode assumir a forma de várias opções, desde o equipamento virado para a prática informal equacionada como simples "mobiliário urbano" (integrado ou não em áreas verdes ajardinadas),

ao que é implantado em parques ou complexos desportivos, passando pela especialização de uma determinada área urbana para uso exclusivo desportivo, a qual pode mesmo assumir a imagem de "equipamento âncora".

As práticas desportivas têm vindo a ganhar uma importância acrescida na nossa sociedade, assistindo-se à sua afirmação em diversas áreas e à conquista de espaço nas mais diversas políticas locais, regionais, nacionais, europeias e até internacionais. Tal facto, justifica uma maior atenção por parte dos Municípios, não só num melhor planeamento de espaços destinados ao uso desportivo, como no próprio volume de investimentos que lhe é destinado.

Daqui ressalta a importância, não só da execução da habitual Carta Municipal de Equipamentos Desportivos Artificiais ou, tal como no caso presente, mesmo de um documento, onde se observa uma necessária articulação com outras peças de um Atlas Desportivo Municipal, manifestamente mais vasto, o qual se deverá assumir como a trave-mestra do Plano de Desenvolvimento Desportivo da Autarquia. Desenvolve-se assim um importante instrumento de planeamento sectorial que ao ser assumido como uma componente estratégica, deverá integrar, e numa relação directa, o Plano Director Municipal de 2ª geração.

1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJECTIVOS

No planeamento de uma rede de equipamentos desportivos local, como já foi referido, há que ter em linha de conta as diversas funções sociais que se podem associar à prática desportiva, de modo a possibilitar um correcto, equilibrado e harmonioso planeamento e ordenamento do território, por forma a tornar o desporto acessível para todos, já que este se assume como um direito constitucional.

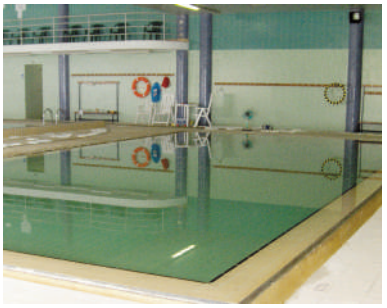
Este planeamento deverá ser sempre equacionado na procura de satisfação da maioria da população residente ou não, e numa perspectiva de não duplicação de equipamentos, ou seja, de concretização racional das infra-estruturas.

O Atlas Desportivo Municipal constituirá assim um instrumento que desempenhará um papel fundamental neste planeamento e ordenamento do território e mesmo no desenvolvimento socio-económico do território. Pretende efectuar o diagnóstico da realidade desportiva e associativa do Município, reflectindo a sua própria política desportiva nas últimas décadas.

Um dos seus objectivos principais passa por prospectivar, não só os equipamentos desportivos, mas também os espaços urbanos (ou rurais) que tornem possível a prática desportiva formal e informal, procurando, desse modo, a sua melhor utilização no quadro do próprio desenvolvimento socio-económico do Município.

Por outro lado, deve apoiar o desenvolvimento de meios públicos e privados, procurando definir modelos de gestão que rentabilizem os recursos disponíveis, assegurando o papel social da própria autarquia, promovendo ainda o enquadramento de estudos que permitam a compreensão das dinâmicas sociais e a sua integração na gestão municipal.

O Atlas Desportivo assume-se, assim, como um instrumento de planeamento estratégico, identificando e diagnosticando carências e assimetrias dos equipamentos desportivos e analisando as suas possibilidades de optimização, através da sua reabilitação/requalificação e adaptação, ou através de um processo de gestão adequado. Visa, assim, efectuar o diagnóstico dos equipamentos artificiais do Município e a sua diferenciação tipológica, mas no essencial, perspectivar o que deve ser equacionado em termos de futuro, não só nos equipamentos codificados para o apoio à prática desportiva federada, mas em especial, definir novos caminhos, nomeadamente no âmbito do Desporto Aventura e nos espaços desportivos informais, numa lógica de satisfação plena da população.



Este instrumento, que deve ser assumido como estratégico, deve considerar uma leitura prospectiva do fenómeno desportivo neste território, com vista a antecipar possíveis alterações na procura e, em tempo útil, encontrar as soluções mais adequadas, através de critérios coerentes de carácter desportivo, demográfico e urbanístico que, integrados na programação da rede desportiva, satisfaçam as necessidades da população.

Deste modo, os respectivos programas para a implementação de novos equipamentos desportivos, devem ser concebidos em concordância com as necessidades e as apetências da população, mas, dadas as alterações cada vez mais frequentes das tendências da procura desportiva, torna-se fundamental existir flexibilidade nesses programas de forma a ajustá-los, em tempo oportuno, a estas mesmas dinâmicas. Esta abordagem deverá permitir a reconfiguração e redimensionamento do parque desportivo, com a programação de novos equipamentos e a reformulação ou reconversão daqueles que não se enquadrem nos parâmetros legais ou funcionais.

O presente projecto deve, segundo o exposto, encontrar-se estruturado de modo a possibilitar uma série de análises, com as quais seja possível:

- Caracterizar os equipamentos desportivos existentes, a oferta que asseguram e o quadro institucional que garante e rege o seu funcionamento;

- Detectar as carências e as assimetrias na rede de equipamentos desportivos existente;

- Identificar as características da população-alvo, tendo em atenção os seus interesses, necessidades e hábitos;

- Conhecer as características da estrutura física do Município e da evolução urbana;

- Elaborar estudos e análises multidisciplinares de enquadramento da prática desportiva.

A definição, avaliação e proposta dos diferentes objectivos e metas deve ser realizada por uma equipa pluridisciplinar, ou seja, a elaboração do Atlas Desportivo Municipal deverá ser um processo participado. Para garantir que o processo representa um projecto municipal de todos e para todos, deve contemplar o envolvimento da população, enquanto praticantes, dirigentes, formadores e todos os outros agentes desportivos.

Terá, assim, de existir uma coordenação transversal dos vários intervenientes (serviços da autarquia ou outras entidades e instituições envolvidas no processo de planeamento), vital para uma melhor gestão dos recursos disponíveis, através da rentabilização de espaços e da criação de sinergias entre diversos tipos de equipamentos desportivos, de educação, de saúde, sociais e de lazer, de modo a articular os serviços prestados.

Espera-se com este projecto que o Atlas Desportivo Municipal venha a assumir um papel preponderante e estratégico, quer no ordenamento do território, quer no desenvolvimento sustentável do Município da Lousã, implementando a estratégia municipal de desenvol- vimento do Desporto. Constituirá, assim, um instrumento de suporte à definição de políticas e estratégias de actuação no âmbito do desporto, não só no território municipal, mas podendo servir de base à própria interligação com o regional e, numa fase posterior, ao nacional.

No presente documento deverá ser contemplado, em termos de desporto, não só a componente competição, a formação dos jovens, a ocupação de tempos livres e o lazer, mas também os diferentes interesses de grupos específicos da população. Isto é, deve possibilitar a obtenção de resultados

a nível competitivo, mas proporcionar, de igual modo, a democratização da prática desportiva.

Neste contexto, foram definidos à partida alguns dos principais objectivos para o Atlas Desportivo Municipal:

- Desenvolver uma ferramenta informática dinâmica capaz de se assumir como um eficaz instrumento de planeamento que possibilite ajustar as necessidades à realidade morfológica, demográfica, socio-económica, presentes e futuras, do Município;

- Identificar as principais características da rede de espaços de vocação desportiva no Município: equipamentos artificiais, especiais e naturais, bem como os informais existentes;

- Adoptar um critério de previsão / Índice de Comunidade (valor de base para o cálculo de necessidades) que seja o mais adequado possível à realidade do Município;

- Identificar e diagnosticar as necessidades e as carências desportivas existentes e previstas, com base no critério de previsão / Valor de Referência / Índice de Comunidade adoptado;

- Detectar e corrigir as assimetrias identificadas, relacionadas com a localização actual da rede dos equipamentos desportivos, de modo a garantir a sua distribuição espacial de forma mais equilibrada.

2. METODOLOGIA E TÉCNICAS UTILIZADAS

O desafio de elaborar um projecto de cariz dinâmico, capaz de enquadrar todas as diferentes valências do sistema desportivo do Município, foi o ponto de partida para a realização de um Atlas Desportivo Municipal manifestamente ambicioso, cujo objectivo, num primeiro momento, é a optimização da gestão municipal dos espaços desportivos, quer de carácter oficial, quer os de índole informal, assim como regular muita da actividade desportiva que se desenvolve no território.

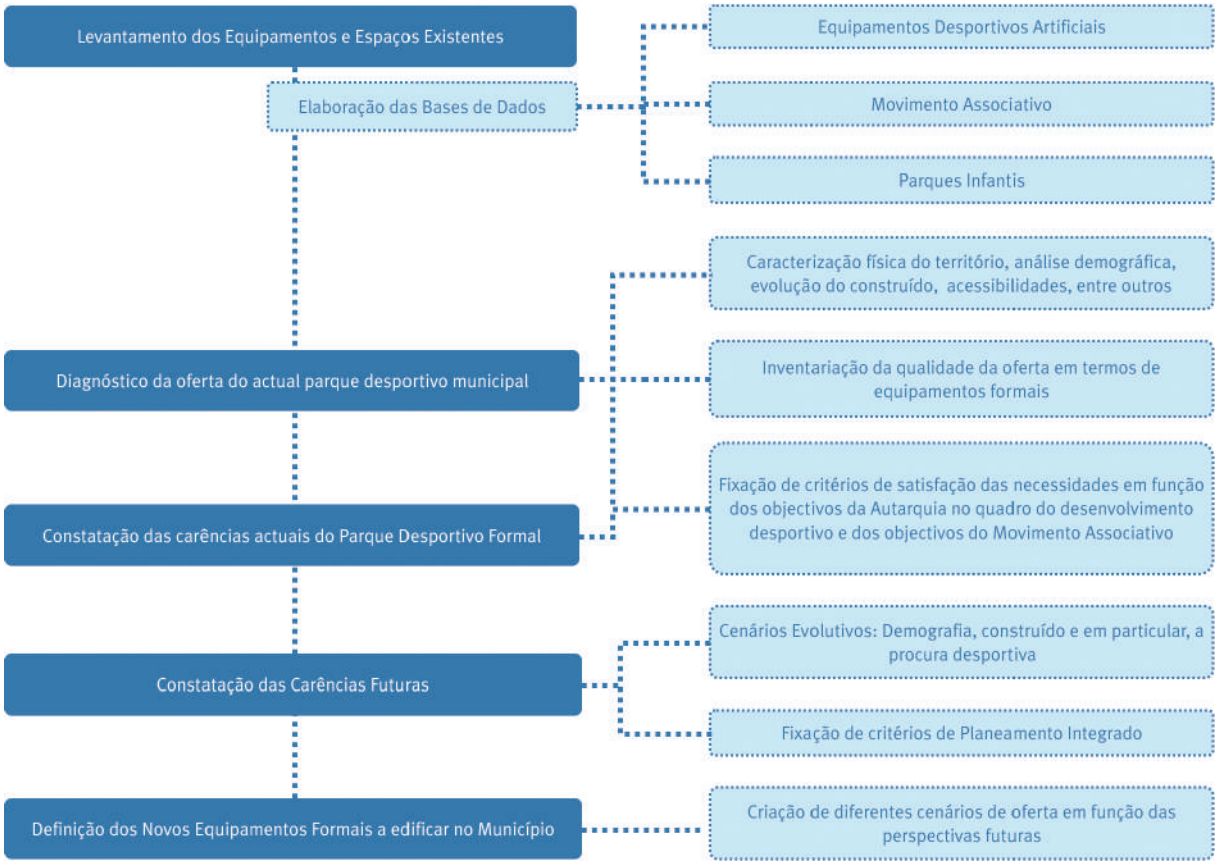
Em termos metodológicos e de uma forma que deve ser entendida como esquemática e algo resumida (Figura 1) o projecto assume como momento inicial o levantamento da totalidade dos equipamentos do território,

ou seja, a recolha de informação no terreno - levantamento directo dos equipamentos desportivos existentes (em actividade ou sem utilização) e de todo o potencial endógeno capaz de proporcionar uma utilização dos espaços naturais ou semi-naturais para a prática quer do Desporto Aventura, quer do desporto informal, acompanhada da pesquisa documental de todo o material de apoio conhecido sobre a temática e sobre a região.

Num momento seguinte começaram a ser elaboradas as bases de dados nas quais constam as informações referentes aos Equipamentos Desportivos Artificiais, ao Movimento Associativo e aos Parques Infantis existentes no Município. Com a concretização destas duas primeiras fases de desenvolvimento do projecto foi assim possível elaborar um primeiro diagnóstico sobre a oferta, no que se refere ao parque desportivo municipal actual, e onde simultaneamente foram cruzados não só as suas relações com a morfologia do território mas também as respectivas análises

Figura 1

Esquema metodológico utilizado no Atlas Desportivo do Município da Lousã.



demográfica, acessibilidades, construído, entre outras. Nesta fase de diagnóstico foi ainda possível concluir acerca da qualidade da oferta dos Equipamentos Desportivos Formais, bem como fixar critérios de satisfação das necessidades em função dos objectivos da Autarquia no âmbito do desenvolvimento desportivo e do Movimento Associativo.

Com a elaboração do diagnóstico constataram-se tanto as carências actuais do parque desportivo formal, como as carências futuras e, neste sentido, há a possibilidade de traçar cenários evolutivos ao nível da demografia, do construído e principalmente ao nível da procura desportiva, numa perspectiva de planeamento integrado. Neste contexto, mais do que uma simples carta de equipamentos desportivos artificiais, neste trabalho procedeu-se assim à integração de todo um conjunto de temáticas relacionadas com o sistema desportivo, mas também à realização de toda uma análise prospectiva em termos demográficos, no caso particular para a próxima década e meia.

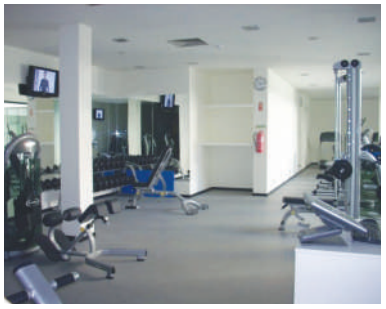
Atingem-se, deste modo, dois objectivos primordiais no Atlas Desportivo com a criação de diferentes cenários de oferta em função das perspectivas futuras e a definição dos novos Equipamentos Desportivos Formais a edificar no Município (os critérios de programação utilizados bem como os critérios de localização e de dimensionamento que enquadram a programação de equipamentos desportivos só são possíveis através da pesquisa e da selecção de diversas fontes de informação).

É de salientar que no âmbito da criação de ferramentas, numa primeira fase, foram definidos os conceitos de base, parâmetros e metodologia, de forma a suportar, numa fase seguinte, a integração das diferentes temáticas associadas ao sistema desportivo assim como das análises prospectivas, contribuindo para a criação de novas metas e clarificação dos actuais objectivos de ordenamento e planeamento territorial, a médio e longo prazo. Estes, pela sua natureza evolutiva, devem ser percepcionados como executáveis, de forma a garantir a coerência da rede de equipamentos desportivos com as políticas de ordenamento urbano e o livre acesso ao desporto pela totalidade dos cidadãos, sempre em condições de igualdade de oportunidades.

Os equipamentos desportivos artificiais sofreram um tratamento mais aprofundado neste documento, por poderem permitir uma programação em função do cálculo das necessidades. Na sua essência, este tipo de equipamento desportivo constitui, por tradição, a base da rede ou parque desportivo de um Município. Os equipamentos especiais ou do tipo espaço natural e desporto aventura, tiveram também um tratamento não apenas ao nível da sua caracterização, mas também do potencial das suas diferentes variáveis, embora não entrem no objectivo de programação referente aos Equipamentos Desportivos Artificiais. Este facto justifica-se por

estes equipamentos não poderem ser programados em função de uma dada população existente ou espectável, porque a sua necessidade decorre de situações ou especificidades pontuais que podem estar relacionadas tanto com características geográficas como com factores socio-económicos ou as próprias características do nível competitivo do Desporto no Município, entre muitos outros factores.

Os equipamentos desportivos foram avaliados quanto ao seu número e à respectiva área útil. Da apreciação de cada uma destas variáveis, separadamente, pretende retirar-se todo um conjunto de ilações e conclusões que, mesmo permitindo caracterizar o parque desportivo, poderão dar uma leitura distorcida da realidade, que não corresponde exactamente à oferta do actual parque desportivo do Município. No entanto, ao examinar ambas as variáveis torna-se possível aferir onde se encontram os factores de distorção e apresentar uma descrição mais aproximada da situação real.



Na análise de carências, optou-se por tentar atingir o objectivo de cobertura proposto pelo Conselho da Europa e pelo Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO) isto é, um mínimo de 4m² de área útil desportiva por habitante, aliás, seguido ainda hoje no nosso país pelo próprio poder central (DGOTDU, 2002). Esta análise foi realizada para as tipologias enquadradas nos equipamentos desportivos de base que constituem o conjunto de equipamentos que possuem critérios de programação[3]. É de salientar que os dados foram tratados por tipologia e desagregados até ao nível de freguesia. Para o cálculo das necessidades (observadas através dos índices de comunidade) foram utilizadas duas variáveis principais: a área útil dos equipamentos desportivos artificiais existentes e a população residente em 2001.

Na perspectiva de encontrar um bom critério de programação introduziram-se também uma série de novas formas de análise dos índices, de modo a diversificar as possibilidades de estudo, tornando-o mais rico e completo. Assim, calculou-se o índice geral tendo por base o estado de conservação dos equipamentos desportivos (Bom, Razoável e Mau), a sua natureza jurídica (Público: Autárquico, M.E. e Outro e Privado: Movimento Associativo e Outros) e o tipo de acesso (Generalizado, Condicionado e Restrito).

No caso do Desporto Aventura, como não tem cabimento no cálculo do Índice de Comunidade, optou-se por efectuar uma análise sobre o potencial

[3] *Deve ser referido que a transformação observada na última década no Parque Desportivo Nacional (e não só) deve levar a uma rápida modificação dos critérios e das próprias tipologias.*

dos diferentes espaços naturais que se encontram vocacionados para a prática deste tipo de modalidades desportivas e a sua programação foi e será, futuramente, sempre realizada com base nas necessidades e interesses da população-alvo, respeitando e protegendo o espaço natural onde são desenvolvidas, ou seja, tendo sempre presente a protecção do meio ambiente.

Utilizando como base os inquéritos sobre a aptidão e a procura desportiva do Município (Coelho *et al*, no prelo) assim como as informações referentes quer aos PU's e ao PDM (que se encontra em revisão), quer às projecções demográficas para a próxima década e meia, equacionou-se todo um conjunto de espaços informais e formais desportivos capaz de responder à procura e de vir a proporcionar uma melhoria significativa da qualidade de vida da população do Município.

2.1. RECOLHA DE INFORMAÇÃO, ELABORAÇÃO DAS BASES DE DADOS E DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA DINÂMICA (APLICAÇÃO SIG)

A definição das temáticas a abordar, as quais vão sustentar estas duas componentes da Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais Dinâmica, assumiu-se como a primeira fase de desenvolvimento deste projecto. Neste momento revelou-se determinante a recolha de dois tipos de informação, a relacionada directamente com a rede de equipamentos desportivos e uma outra relacionada indirectamente, mas fundamental para a percepção da realidade do território. Uma vez que toda a estrutura do projecto assenta nesta informação, esta tem de ser a mais fiável e rigorosa possível.

Relativamente à informação relacionada directamente com a rede de equipamentos desportivos, optou-se por considerar as diferentes tipologias das instalações desportivas (descritas num ponto mais à frente), bem como, a totalidade dos elementos que os constituem (como iluminação, bancadas, balneários, wc´s, arrecadações – entre muitos outros).

Para a recolha e posterior tratamento e análise estatística desta informação mostrou-se indispensável a preparação de um conjunto de inquéritos e a criação de uma Base de Dados, no sentido de sistematizar a elevada quantidade de informação alfanumérica envolvida.

Esta Base de Dados assenta na construção de várias tabelas, cada uma representativa de uma temática relacionada com o sistema desportivo, designadamente as diferentes tipologias das instalações desportivas. Estas tabelas especificam aspectos relacionados com as características das instalações desportivas.

A elaboração dos inquéritos e da Base de Dados teve como base

reuniões de trabalho entre a equipa que desenvolve o projecto e os diferentes intervenientes no sistema desportivo.

Para a definição dos inúmeros campos a integrar os inquéritos e, posteriormente, a Base de Dados, foram efectuadas várias tentativas e procurados diferentes caminhos. Exceptuando a necessidade de terminologia, própria de cada temática relacionada com o sistema desportivo, pretendeu-se uniformizar ao máximo o processo de recolha da informação, tarefa que viria a revelar-se bastante complexa, dado a elevada quantidade de informação alfanumérica a considerar.

No que respeita à informação relacionada indirectamente com a rede de equipamentos desportivos, sentiu-se a necessidade de integrar uma caracterização física, demográfica e sócio-económica, bem como uma análise da rede de acessibilidades.

O trabalho de inventariação da informação foi, assim, desenvolvido abarcando dois tipos de acção, uma em gabinete, onde é elaborada uma vasta pesquisa bibliográfica, e uma no exterior, na qual se efectua um exaustivo e moroso levantamento de campo, procedendo-se à georreferenciação de todas as instalações desportivas, ao registo fotográfico de todos os espaços e ao preenchimento dos diferentes inquéritos. Terminado o levantamento de campo inicia-se o processo de preenchimento da Base de Dados.

O contacto estreito com os diferentes agentes no sistema desportivo tem como objectivo permitir que este documento possa reflectir um conhecimento mais fiel da realidade existente. Além disso, a recolha da informação junto dos responsáveis torna este trabalho ainda mais humano e capaz de perceber a verdadeira dimensão das carências e problemáticas desportivas existentes.

Após a conclusão desta etapa torna-se possível a concretização da segunda e terceira fase de desenvolvimento deste projecto, o relatório e a plataforma dinâmica, as duas componentes que constituem a Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais Dinâmica.

O relatório, primeira componente da Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais Dinâmica, é constituído por três tipos de análise distintos. No primeiro realiza-se um enquadramento territorial do território, o qual integra uma caracterização física, demográfica e sócio-económica, bem como uma análise da rede de acessibilidades. No segundo efectua-se o tratamento e análise estatística da informação relacionada directamente com a rede de equipamentos desportivos e o respectivo diagnóstico. No terceiro e último elabora-se uma análise com base no cálculo dos índices de comunidade (descrito num ponto mais à frente).

O desenvolvimento deste projecto culmina na construção da

plataforma dinâmica, segunda componente da Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais Dinâmica.

Para a sua criação, em termos da sua disponibilização via *Web*, foi desenvolvida uma aplicação específica nesse ambiente que permite armazenar e disponibilizar toda a informação alfanumérica e cartográfica utilizada no decorrer da elaboração do projecto em causa. A plataforma foi desenvolvida utilizando uma arquitectura definida por dois módulos distintos de programação. Para o primeiro módulo de programação foi utilizada a tecnologia ASP (*Active Server Pages*), implementada com recurso aos chamados *Objects*. Estes permitem uma simples e rápida manipulação da informação alfanumérica pelos utilizadores em função dos seus objectivos, dissimulando a complexidade dos sistemas de gestão de Bases de Dados inter-relacionais existentes na estrutura física da plataforma. Para o segundo módulo foi utilizada a tecnologia *Microsoft SQL Server 2008*, que funciona como motor de disponibilização da informação cartográfica e alfanumérica na plataforma *WEB*, através do desenvolvimento de componentes programados em *Microsoft ASP DotNET* e *Java Script*. Estes permitem disponibilizar a informação cartográfica através de acessos intuitivos, bem como a realização de análises sofisticadas para a apresentação de resultados complexos.

Esta aplicação específica foi desenvolvida de modo a ser possível aceder, manipular e editar toda a informação apenas com o recurso a um computador portátil com ligação a um *browser (Internet Explorer ou Netscape)*.

Para aceder à plataforma dinâmica a primeira etapa é a escolha da carta temática a que o utilizador pretende aceder, isto no caso de terem sido realizados outros trabalhos para o território (Figura 2).

Cada carta temática apresenta dois níveis de acesso à informação,

Figura 2 - Introdução da *Password* e do *Username*.

protegidos por uma palavra-chave, um de edição e outro de visualização (Figura 2). Devido à reserva de alguns conteúdos apresentados, dentro destes existe ainda a possibilidade de serem criados diferentes níveis de permissão, que podem igualmente ser protegidos por palavra-chave.

No que respeita à Carta Desportiva Dinâmica, o nível de acesso de edição de dados permite a actualização imediata e permanente de toda a informação alfanumérica, de uma forma rápida e intuitiva, através da realização de um conjunto de filtros.

Já quanto ao nível de acesso de visualização de dados, este encontra-se subdividido em quatro áreas temáticas, cada uma com acesso a informação e funcionalidades distintas.

Após a introdução da palavra-chave de visualização de dados entra-se de imediato na primeira área temática, que oferece nove opções de pesquisa – Informação geral, Grandes Campos, Pequenos Campos, Pavilhões, Piscinas Cobertas, Piscinas Descobertas, Pistas de Atletismo, Salas de Desporto e Outros Equipamentos –, passando de imediato a ser possível visualizar a informação por Município bem como restringir a informação em função dos objectivos do utilizador.

Após a selecção, por exemplo, de um equipamento desportivo, pode aceder-se a toda a informação generalista disponível, uma vez que se perspectivaram *Web forms* que reúnem todos os dados a ele respeitante (Figura 3).

A partir deste momento passa a ser possível analisar diversos grupos de informação, tais como o edificado, funcionalidade, utilizadores, envolvência,

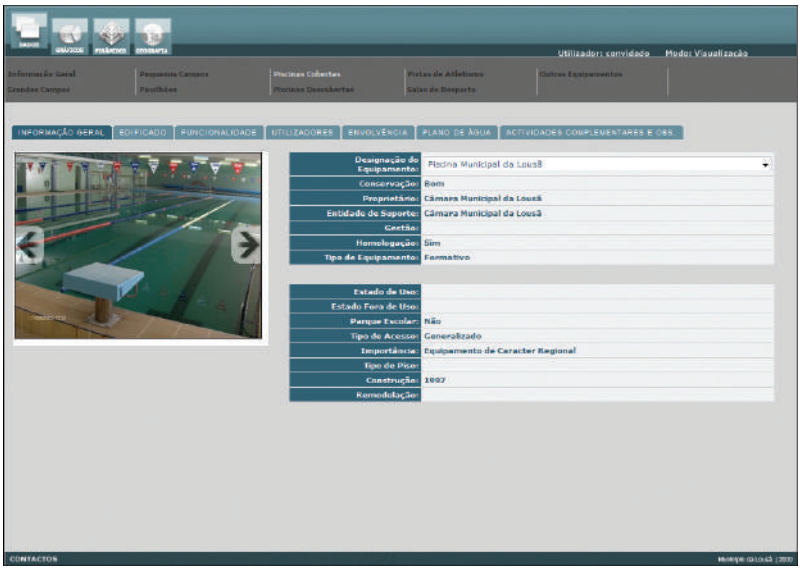


Figura 3 – (A) - Visualização da informação geral de um equipamento desportivo.

actividades complementares, entre muitos outros campos de informação.

Com a escolha de um grupo de informação, como por exemplo, o edificado, ficam disponíveis, todos os dados referentes à dimensão do equipamento (como o comprimento, largura e dimensão funcional), iluminação e bancadas.

O modo de utilização pode ser repetido para cada um dos grupos de informação, observando-se ainda a possibilidade de ligação, em alguns, às outras cartas temáticas realizadas para o território, como por exemplo com as Cartas Educativas. A segunda área temática permite a criação de gráficos, encontrando-se subdividida em várias formas de análise distintas: a referente à população residente, às variações populacionais e às projecções demográficas até 2021 e a relativa às taxas de natalidade e mortalidade (Figura 4).

Na terceira área temática é possível a construção de pirâmides etárias, as quais apresentam graus de desagregação diferenciados, podendo ser construídas por ano de idade, classe ou mesmo grande grupo etário (Figura 5). Simultaneamente, o utilizador pode ainda efectuar a análise comparativa entre dois momentos, o que permite, por exemplo, conhecer a evolução populacional do território no último período intercensitário ou mesmo no último meio século.

A quarta e última área temática, que é, sem dúvida, o centro nevrálgico de toda a plataforma, integra um conjunto de funcionalidades muito específicas. Através da realização de poderosos filtros alfanuméricos e espaciais torna possível a optimização do acesso à informação e a análise interligada de múltiplas temáticas, o que permite, deste modo, a realização de análises dinâmicas.

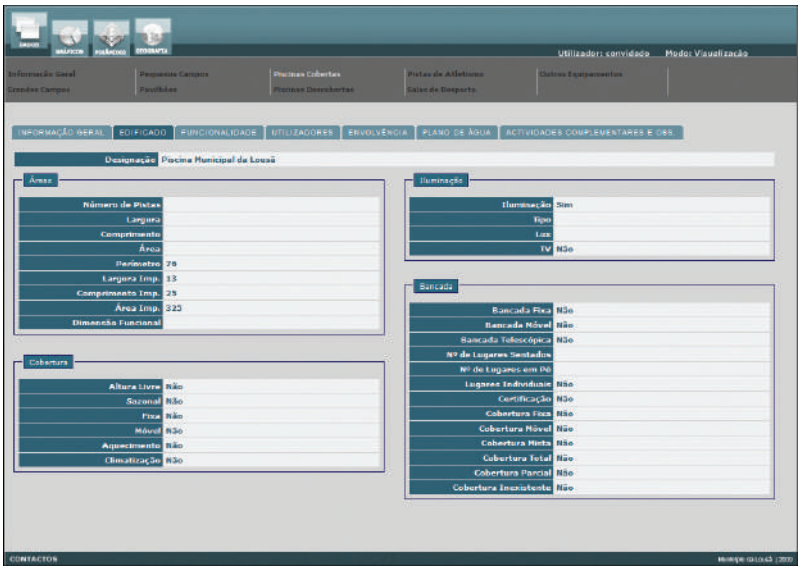


Figura 3 – (B) - Visualização da informação sobre o edificado de um equipamento desportivo.

A título de exemplo referem-se os índices de comunidade, sendo possível a sua análise e representação cartográfica, por tipologia de equipamento e por unidade territorial, permitindo também a rápida avaliação das necessidades de reserva do solo para a futura instalação de equipamentos.

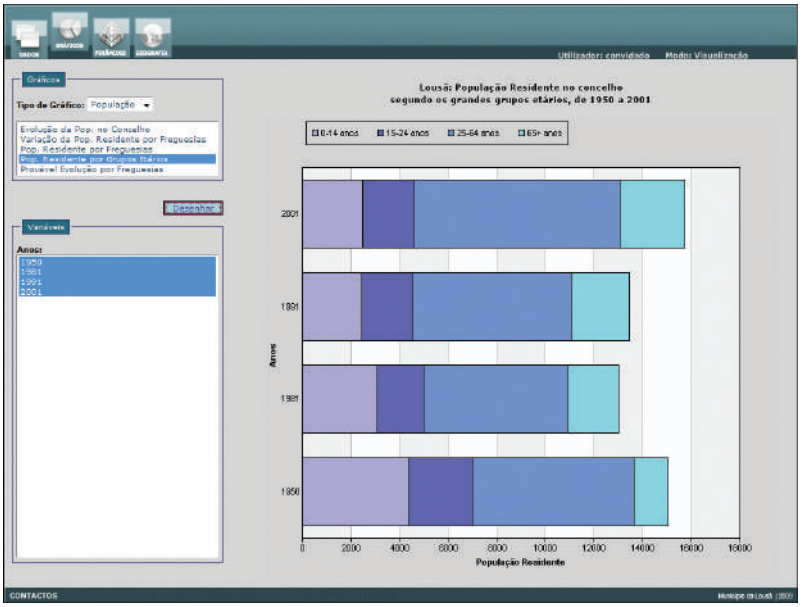


Figura 4 – Visualização da construção de Gráficos.

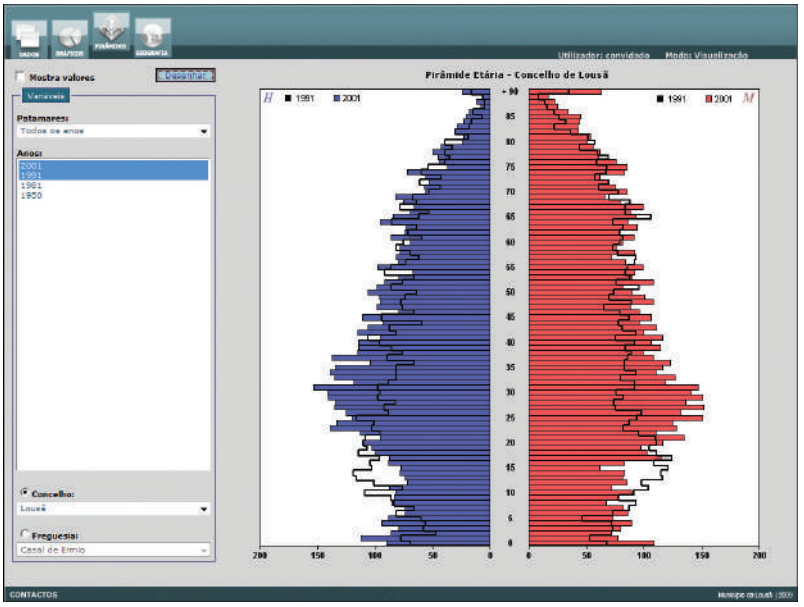


Figura 5 – Visualização da construção de Pirâmides Etárias.

Ainda neste contexto e, no âmbito da utilização dos espaços naturais, o utilizador poderá definir (considerando todos os constrangimentos e potencialidades das áreas em estudo) itinerários virtuais temáticos ou genéricos para a totalidade dos territórios (tanto à escala municipal como supramunicipal) de uma forma rápida e eficaz, uma vez que tem acesso imediato a todo o tipo de informação, podendo conjugar diferentes tipos de pesquisa.

Torna-se possível, por exemplo, identificar as zonas preferenciais para a prática dos desportos de aventura, onde se incluem informações adicionais, por exemplo, sobre os percursos pedestres, de BTT, de Veículos Todo-o-terreno (TT), como imagens dos percursos e dos perfis longitudinais, extensão e tipo do percurso, grau de dificuldade, duração em horas, local de início e fim de percurso, faixa etária e períodos recomendados e a própria descrição do percurso com fotografias elucidativas.

Deste modo, também os agentes que actuam sobre o território (Autarquias, Associações de Municípios, Comissões de Coordenação Regionais ou o próprio Poder Central) passam a usufruir de um instrumento precioso de auxílio à tomada de decisão e à planificação das actividades físicas e desportivas em meio natural, por um lado, e à difusão do potencial endógeno das áreas naturais, por outro. Deste modo, a plataforma assume um papel fundamental no processo de gestão das actividades desportivas de aventura (Figura 6).

O projecto, no presente momento, desenvolve-se tendo como base uma aplicação do *Virtual Hearth* da *Microsoft*, já que o protocolo existente com o governo português possibilita a disponibilização de toda a informação

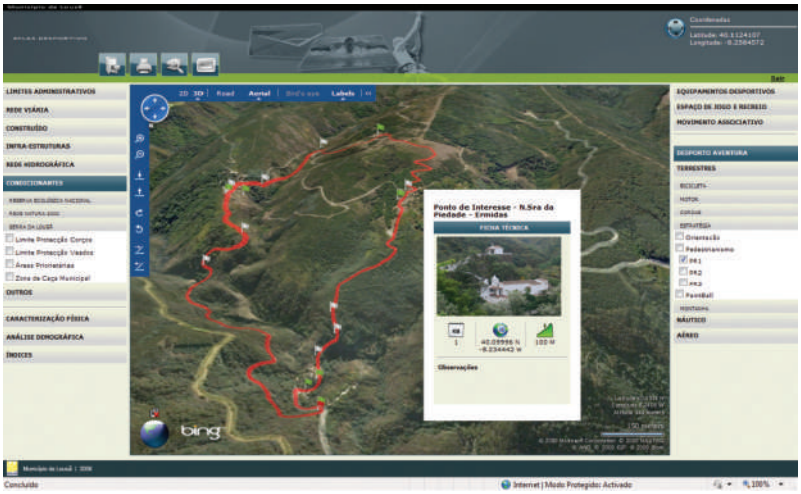


Figura 6 – Visualização da informação relativa a um Percurso Pedestre.

nesta poderosa ferramenta, podendo ser utilizados os ortofotomapas e as imagens de satélite sem qualquer custo para as instituições do poder local, regional ou nacional.

Qualquer área temática apresenta um conjunto de funcionalidades básicas, como o imprimir e o exportar, (quer da informação alfanumérica, quer da informação cartográfica) para um PDA (*Personal Digital Assistant*) e, possibilita, simultaneamente, retirar as coordenadas por GPS (*Global Positioning System*) dos diferentes pontos.

No entanto, e mesmo com todo o potencial da plataforma, torna-se fundamental que as informações produzidas pela ferramenta, bem como todas as análises efectuadas, sejam compiladas num documento (CORDEIRO *et coll*, 2007) que apresente as principais linhas de orientação para cada território, funcionando como um livro guia do Projecto, a partir do qual se torna possível a criação de uma base de trabalho.

A construção da plataforma dinâmica obrigou ao recurso a sistemas informáticos que, de forma eficiente, possibilitassem a recolha, armazenamento, actualização, visualização, análise e representação da informação geográfica georreferenciada, só possível através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As aplicações de um SIG encontram-se vocacionadas para o ordenamento e o planeamento do território, uma vez que fornecem colecções actualizadas e sistematizadas de informação geográfica georreferenciada, que apoiam na tomada de decisão, ao permitir assegurar uma maior percepção da realidade do território e, assim, possibilitar uma mais correcta utilização dos seus recursos.

O actual estado de desenvolvimento do projecto possibilita ao utilizador, a utilização, sem dificuldades, desta ferramenta, mesmo sem conhecimentos básicos dos diferentes *softwares* utilizados.

O resultado a que se chega é o corolário de um trabalho profundo de diagnóstico das instalações desportivas existentes, passando os diversos parceiros no sistema desportivo a disporem de um completo e fundamental documento que possibilita a caracterização de toda a rede de equipamentos desportivos.

Mais do que um simples diagnóstico de equipamentos desportivos, a metodologia desenvolvida para a elaboração da Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais Dinâmica pretende que este se constitua como um instrumento de trabalho por excelência, não só na gestão diária, como também no processo de ordenamento e planeamento do território, com vista à optimização da gestão territorial.

2.2. CONCEITOS E NORMAS DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Por questões de metodologia, para facilidade do trabalho e para uma análise completa do sistema desportivo autárquico, devem ser tidos em linha de conta um conjunto de conceitos e de normas, proporcionando, desta forma, uma melhor avaliação e caracterização do parque desportivo do Município da Lousã.

2.2.1. TERMINOLOGIAS DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

No âmbito dos conceitos, deve ser considerada a totalidade dos espaços desportivos ou mais concretamente espaços onde se podem desenvolver actividades desportivas, que devem ser agrupados, segundo a perspectiva e as normas de 2002 da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU (integrada no Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente) ou do Instituto do Desporto de Portugal, em dois grandes grupos: espaços naturais ou adaptados e espaços ou equipamentos artificiais.

Actualmente, por força das amplas transformações observadas no Sistema Desportivo Nacional, a presente nomenclatura deve ser objecto de uma rápida reflexão, no sentido de se efectuar uma rápida revisão destes critérios. Deste modo, a equipa técnica que desenvolve o presente projecto, propõe a seguinte divisão dos equipamentos desportivos: espaços naturais, espaços adaptados ou espaços "verdes construídos" e espaços ou equipamentos artificiais (Figura 7).

ESPAÇOS NATURAIS

Os espaços naturais são aqueles que se apresentam sem interferências antrópicas (ou mesmo ligeiras), permitindo, a realização de determinadas práticas desportivas sem que, para tal, seja necessário uma qualquer edificação ou mesmo arranjo material dos espaços (DGOTDU, 2002).

Figura 7 - Subdivisão dos Equipamentos Desportivos.

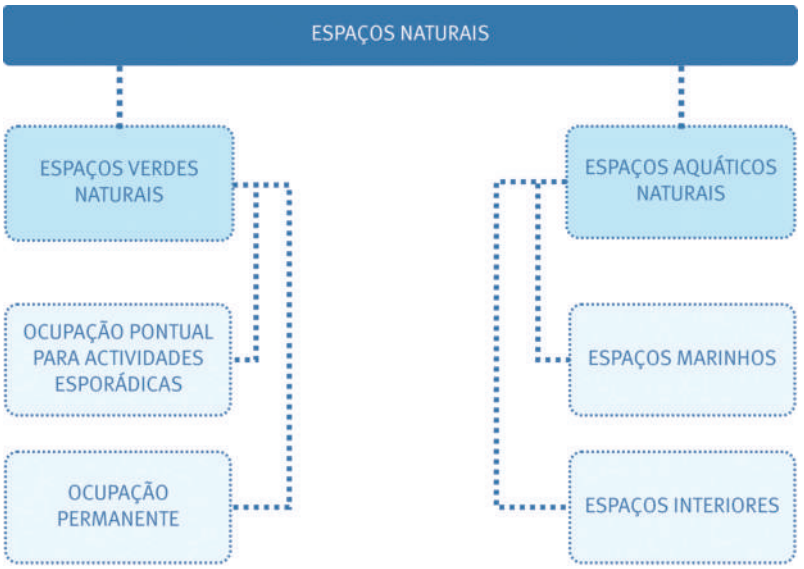
Ao se analisarem os territórios municipais verifica-se que este tipo de espaço pode apresentar um potencial muito diversificado.

Se um Município se localizar no litoral, neste território, pode ser praticado todo um conjunto de actividades desportivas associadas ao mar e à linha de costa (*Surf, Windsurf, Bodyboard*, Vela, Pesca ou Mergulho/Pesca Submarina) sem que, para tal, tenha existido qualquer intervenção humana. De igual modo, a utilização das lagoas ou de uma baía pode ser feita pelos praticantes de vela ou remo, num idêntico contexto. Nos nossos dias, em função de uma nova perspectiva de se encarar o desporto e a actividade física, nos terrenos irregulares das montanhas ou nos espaços florestais, provas de BTT, escaladas, provas de orientação, entre muitas outras associadas aos desportos aventura, são actividades desportivas enquadradas ou não (Foto 1) que observam um crescendo de prática no nosso país, e que se desenvolvem preferencialmente nestes espaços naturais (Cordeiro, 2006).

Foto 1 - Exemplo de Espaço natural onde pode decorrer actividades físicas e desportivas (Pedestrianismo).

É de salientar que os espaços naturais se podem subdividir em: espaços verdes naturais que integram os de ocupação pontual para actividades esporádicas - Trial, Escalada, *Boulder, Rappel, Slide*, Tirolesa e Parapente - e os de ocupação permanente - BTT, Orientação e *Paintball* -; e espaços aquáticos naturais que, por sua vez, integram os espaços marinhos - Surf/Bodyboard, Mergulho, *Windsurf*, Vela e Pesca - e os espaços interiores - Remo, Canoagem, *Windsurf*, Vela e Pesca - (Figura 8).

Figura 8 - Subdivisão dos Espaços Naturais.



ESPAÇOS ADAPTADOS OU ESPAÇOS "VERDES CONSTRUÍDOS"

As transformações observadas na sociedade portuguesa e também nas urbes, como foi oportunamente referido, levaram a que muitas das ideias preconcebidas sobre espaços para a prática desportiva tivessem que ser reavaliadas, verificando-se a necessidade de enquadramento de muitos dos espaços existentes. Assim, neste grupo, não são referenciados como equipamentos, aqueles que devem ser considerados como espaços "verdes construídos" ou adaptados e que são espaços que, sem serem verdadeiramente espaços naturais, devem ser equacionados como espaços para a prática desportiva.

Alguns integram os habitualmente designados de verdes públicos, um pouco no entendimento do que deve ser considerado como "mobiliário urbano" - relvados, parques com espaços livres, logradouros desportivos, parques infantis, ciclovias, circuitos de manutenção (Foto 2), etc. - equacionados, numa fase preliminar, para integrar territórios de fruição associados a diferentes componentes do lazer, de acordo com a filosofia dos "corredores verdes" e com espaços idênticos aos observados, por exemplo, nos projectos "POLIS", nomeadamente em Coimbra (Cordeiro, 2005).

De salientar que o "mobiliário" urbano deve promover a qualidade de vida dos residentes, proporcionando os equipamentos desportivos, a par dos espaços verdes públicos, uma revitalização citadina.

Outros são aqueles espaços desportivos adaptados após intervenções antrópicas com vista a outras finalidades que não o desporto (Cordeiro *et al.*, 2003) Referem-se, no primeiro caso, a circuitos de manutenção ou mesmo campos de futebol ou voleibol que são utilizados (permanentemente ou não) nos espaços relvados existentes, enquanto que no segundo caso, podem encontrar-se inúmeros exemplos, os melhores dos quais são os sectores portuários ou as barragens que servem muitas vezes para todo o tipo de desportos náuticos. De igual modo podem ser considerados os espaços que são utilizados de uma forma complementar, com outras actividades. Um aeródromo do interior, por exemplo, pode servir como tal, como apoio ao combate a incêndios, mas também pode servir de espaço para actividades ligadas ao balonismo, ao parapente ou à asa delta, ou mesmo de base logística à iniciação de todo um conjunto de actividades associadas ao Desporto Aventura (Cordeiro, 2006).

Foto 2 – Exemplo de Espaço Adaptado ou Espaço “Verde Construído” - Circuito de Manutenção do Choupal (Coimbra).

ESPAÇOS OU EQUIPAMENTOS ARTIFICIAIS

Entendem-se como os espaços que se encontram vocacionados para a prática desportiva formal e que se encontram, por norma, identificados como destinados a equipar os subsistemas de actividades desportivas (Foto 3 e 4). A sua construção implica sempre uma aplicação de meios financeiros (mesmo que diminutos).

2.2.2 ESTRUTURA E HIERARQUIA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Segundo as ideias formuladas desde há muito pelo IDP (e não só), e tendo em conta a variedade e o potencial de actividades e de diferentes níveis de prestação que podem ocorrer, tornou-se "necessário" estabelecer um conjunto de hierarquias que permitam um ajustamento das tipologias dos espaços. Forçosamente e em termos autárquicos, este remete-nos para as actividades com o estatuto de essenciais ou básicas, as quais se destinam à preparação elementar ou educação de base, ou mesmo noutro quadro, às funções propedêuticas que garantem o acesso a práticas mais especializadas ou de rendimento. "Ao conjunto dos equipamentos que se convencionou, de um modo geral, considerar adaptados a tais actividades, designam-se por equipamentos de base, básicos ou formativos como decorre da própria essência e objectivo das actividades que propiciam" (DGOTDU, 2002).

Foto 3 - Exemplos de Espaços ou Equipamentos Artificiais - Pista de Atletismo (em cima) e Piscina coberta (em baixo).

Estes equipamentos desportivos de base, segundo a já antiga definição do IDP (pelo que se julga necessária uma rápida actualização), englobam todo o conjunto de tipologias dos espaços que integram os "Grandes Campos de Jogos", as "Pistas de Atletismo", os "Pequenos Campos de Jogos", os "Pavilhões Desportivos Polivalentes", as "Salas de Desporto", as "Piscinas Cobertas" e as "Piscinas ao Ar Livre". Esta referência à necessidade de rápida actualização das tipologias prende-se, não só com o facto de se terem observado nas últimas duas décadas amplas transformações no Parque Desportivo Nacional, mas também com o facto de se encontrarem novos paradigmas no fenómeno desportivo português, associados às necessidades que não são as dos finais da década de setenta, inicio da de oitenta do século passado.

Estes espaços são assim aqueles que, no essencial, se encontram associados ao desporto formativo e recreativo, objecto fundamental de parte do presente projecto e que são as mais comuns de análise.

A previsão e programação destes equipamentos desportivos de base apoia-se em critérios de ordem geral que estabelecem os "standards" de referência para cada grupo ou tipologia de equipamentos: as dimensões funcionais mínimas, as relações entre áreas úteis de prática e as áreas de implantação,

bem como a inserção urbanística, a própria área de influência e a dimensão da população mínima necessária para justificar a implantação do equipamento (DGOTDU, 2002). Estes constituem, assim, alguns dos itens que devem ser observados, mas que raramente se identificam em análises do género.

Os equipamentos desportivos, segundo a classificação do IDP, obedecem a uma estrutura, a uma hierarquia, ou seja, podem ser subdivididos em equipamentos: de base recreativos, de base formativos, especializados e de competição e espectáculo.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE BASE RECREATIVOS

Constituem equipamentos direccionados para a movimentação espontânea em actividades não codificadas de jogo e recreio no que se entende como "desporto para todos" e ocupação de tempos livres, por todos os estratos etários da população. Encontram-se na extensão dos locais de habitação ou no centro dos quarteirões. Como exemplos, podem citar-se os jardins e parques de bolso, os parques infantis, os quintais desportivos, os pátios desportivos e os circuitos de manutenção, bem como os espaços complementares aos mais complexos.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE BASE FORMATIVOS

Classificam-se como os equipamentos fundamentais da rede, favorecendo as actividades organizadas por grupos enquadrados, quer em competição de nível local, quer em treino. Correspondem aos equipamentos ditos normalizados e a sua localização e dimensão deve ser efectuada em função dos utentes escolares em actividades curriculares e das colectividades desportivas locais, com condições de polivalência. São eles, todos os mencionados nas tipologias normalizadas, ou seja, os Grandes Campos de Jogos, as Pistas de Atletismo, os Pequenos Campos de Jogos, os Pavilhões e as Piscinas. Contudo e apesar desta classificação, muitos dos equipamentos desportivos do Município da Lousã que, à partida, deveriam ser considerados como formativos, por um conjunto de diferentes condicionalismos e circunstâncias, serão enquadrados nos espaços direccionados para fins recreativos.

Foto 4 - Exemplo de Espaço ou Equipamento Artificial - Pavilhão (em cima) e Sala de Desporto (em baixo).

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ESPECIALIZADOS

Destinam-se à prática desportiva e também recreativa de modalidades específicas, exigindo espaços com uma grande organização. Para a sua previsão são consideradas a tradição desportiva da respectiva modalidade e as suas condições específicas de desenvolvimento na região. Constituem exemplos

deste tipo de equipamentos, as instalações para desportos náuticos, os "courts" de ténis, os campos de golfe, os campos de tiro com armas de caça e os de tiro com arco e que, por força da sua especificidade, são, por norma englobados na ampla designação da tipologia de "Outros".

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE COMPETIÇÃO E ESPECTÁCULO

Constituem equipamentos vocacionados para a realização de competições de alto nível nacional e internacional, com grande capacidade de público e respectivas infra-estruturas para a comunicação social. Podem referir-se como exemplos, os estádios de futebol, de atletismo e de râguebi, os complexos "Olímpicos" de piscinas (nomeadamente as piscinas de 50 ou 25 metros para alta competição), os pavilhões de competição, os palácios de desporto, os velódromos, os hipódromos, ou mesmo em alguns casos, os kartódromos.

De salientar que, esta hierarquização é também contemplada e devidamente descrita no Decreto-Lei nº 317/97 de 25 de Novembro, nos artigos 3º, 4º, 5º e 6º, que dizem respeito às instalações desportivas de base recreativas, instalações desportivas de base formativas, instalações desportivas especializadas e instalações especiais para o espectáculo desportivo, respectivamente.

De acordo com o anteriormente referido, e de uma forma resumida, pode efectuar-se a seguinte subdivisão / hierarquização dos espaços desportivos (Figura 9):

2.2.3. CRITÉRIOS DE PREVISÃO E NORMAS DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Ao longo das últimas décadas, particularmente desde o início do desenvolvimento dos primeiros PDM's, constata-se que muito do que se equacionava sobre a satisfação da procura e sobre a oferta, em termos desportivos, de um determinado território - municipal ou regional -, passava pela leitura directa dos designados "Índices de Comunidade". Estes foram, inicialmente, formulados por grupos de trabalho, no seio da UNESCO, nomeadamente desde 1988, a partir de recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto.

Na previsão de equipamentos desportivos de âmbito local ou regional e destinados a prestar serviços básicos, em particular os de base formativos, utilizam-se métodos de cálculo simples, que se resumem à utilização de indicadores de referência, e que passam pela simples relação entre a superfície de equipamentos (em m^2) com o população residente nos limites da área em estudo.

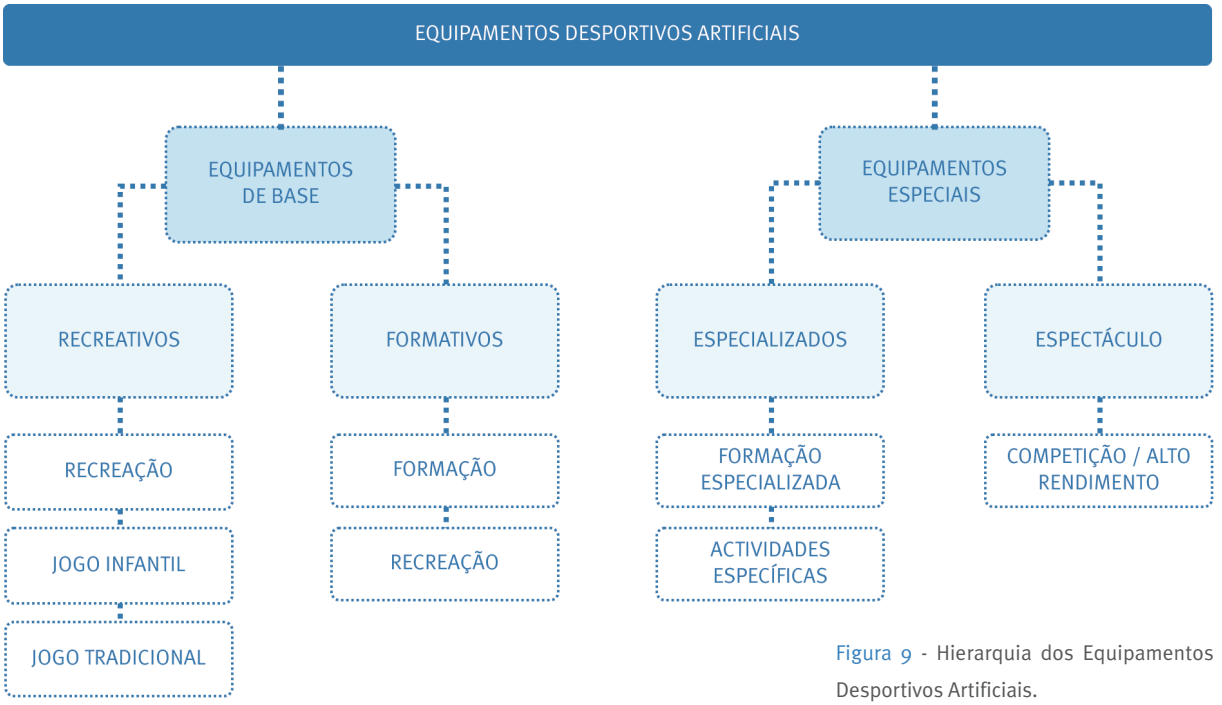


Figura 9 - Hierarquia dos Equipamentos Desportivos Artificiais.

Estes índices de referência permitem uma avaliação rápida das necessidades de reserva do solo para a instalação futura de equipamentos, tendo em linha de conta o valor da população residente ou a projectada para determinado prazo. Contudo, deve ser referida a fragilidade que estes índices, de cálculo linear, podem apresentar, já que um "Grande Campo" em estado de conservação razoável, resulta num índice com um valor muito superior ao de um "Pavilhão" de boa qualidade. Na resposta às necessidades da população, é fácil de constatar que estes dois equipamentos se comportam de forma oposta.

Há ainda que ter em atenção que nestes cálculos *standard* são excluídos os equipamentos especiais para o espectáculo e os equipamentos com funções de recreação informal adjacentes ao sector residencial, ou mesmo os inseridos em grandes espaços verdes públicos de âmbito regional com carácter de zonas protegidas, facto que, desde logo, e muito por força das transformações observadas no sistema desportivo, resulta em distorções significativas nas análises objectivas sobre a satisfação da procura.

Foi um pouco nesse sentido que esta previsão de equipamentos desportivos, por parte da tutela, não apresenta carácter rígido ou absoluto e

estes valores de referência devem adaptar-se com alguma flexibilidade, de modo a considerar variáveis específicas de determinados territórios. Entre essas variáveis destacam-se as diferenças de estrutura socio-económica e de modos de vida, a diversidade climática, o impacte de actividades turísticas, a estrutura demográfica e grau de urbanização das populações, a dimensão e as carências da população em idade escolar, as características do parque escolar, a natureza e a vocação das sociedades desportivas de importância local, entre muitos outros.

Os critérios adoptados em Portugal, desde 1988 (UNESCO), baseiam-se na atribuição de uma quota global de 4 m² de superfície útil desportiva por habitante, que se reparte pelas tipologias consideradas como equipamentos de base, de modo a atribuir cerca de:

- 95% das áreas a reservar para actividades ao ar livre em terrenos de jogos e atletismo;

- 2 a 2,5% para salas de desporto (e que no geral apresentam um peso significativo através do valor dos Pavilhões);

- 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas e ao ar livre.

C. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

1.ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

A realização de um projecto com as características de um Atlas Desportivo deve reflectir de forma objectiva os factores de base e os condicionantes dos diferentes territórios onde se pode desenvolver. Realidades entre o Norte e o Sul, entre o Interior e o Litoral, ou entre o predominantemente Rural e o Urbano devem ser claramente caracterizadas e diferenciadas, de modo a que as respostas encontradas reflictam a realidade encontrada no Quadro Swot e não as ideias *standard* e genéricas, que se possam ter sobre o espaço nacional. Muitas vezes, territórios vizinhos apresentam condicionalismos e respostas muito diferenciados, razão pela qual, cada Município é um caso único.

As bases morfológicas e climáticas, assim como as condicionantes observadas (REN, RAN, Rede Natura, Biótopos Corine, entre muitos outros), deverão ser alvo de uma análise idêntica à das bases sócio-económicas e mesmo das bases demográficas, sendo analisadas, considerando mais do que os simples valores absolutos. Esta é a razão pela qual, numa fase inicial do projecto, foi instituída uma contextualização (embora relativamente superficial), dos quadros físicos e humanos do território Municipal da Lousã.

Localizado no sector central de Portugal, o Município da Lousã é um dos Municípios do Distrito de Coimbra que integra a sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTIII), mais propriamente a Região Centro (NUTII), apresentando-se delimitado a Norte pelo Município de Vila Nova de Poiares, a Este pelo Município de Góis, a Oeste pelo Município de Miranda do Corvo e a Sul pelos Municípios de Castanheira de Pêra e de Figueiró dos Vinhos, estes já administrativamente integrados no Distrito de Leiria (Figura 10).

Com uma área de 141 km^2, o território municipal subdivide-se administrativamente em seis freguesias - Casal de Ermio, Foz de Arouce, Lousã, Serpins, Vilarinho e Gândaras.

Em termos de bases físicas do território e quando alguém se refere

ao Município da Lousã, uma ideia que ressalta de imediato, é o facto de se estar perante um sector de montanha e de grande riqueza natural. Sai assim realçado o facto de os principais traços físicos do Município reflectirem, de uma forma quase directa, as grandes linhas estruturais que definem, desde há muito, a morfologia do seu território, e que influenciaram a própria ocupação humana na região, ao longo dos últimos séculos.

Porém, e ao contrário do que sai reflectido segundo a memória colectiva - "A Lousã é Serra", - em termos de enquadramento morfológico o território municipal apresenta um relevo bastante diferenciado, que embora fortemente marcado pela Serra da Lousã no sector Sudeste, que representa a extremidade Sudoeste do mais importante bloco montanhoso do país, a Cordilheira Central,

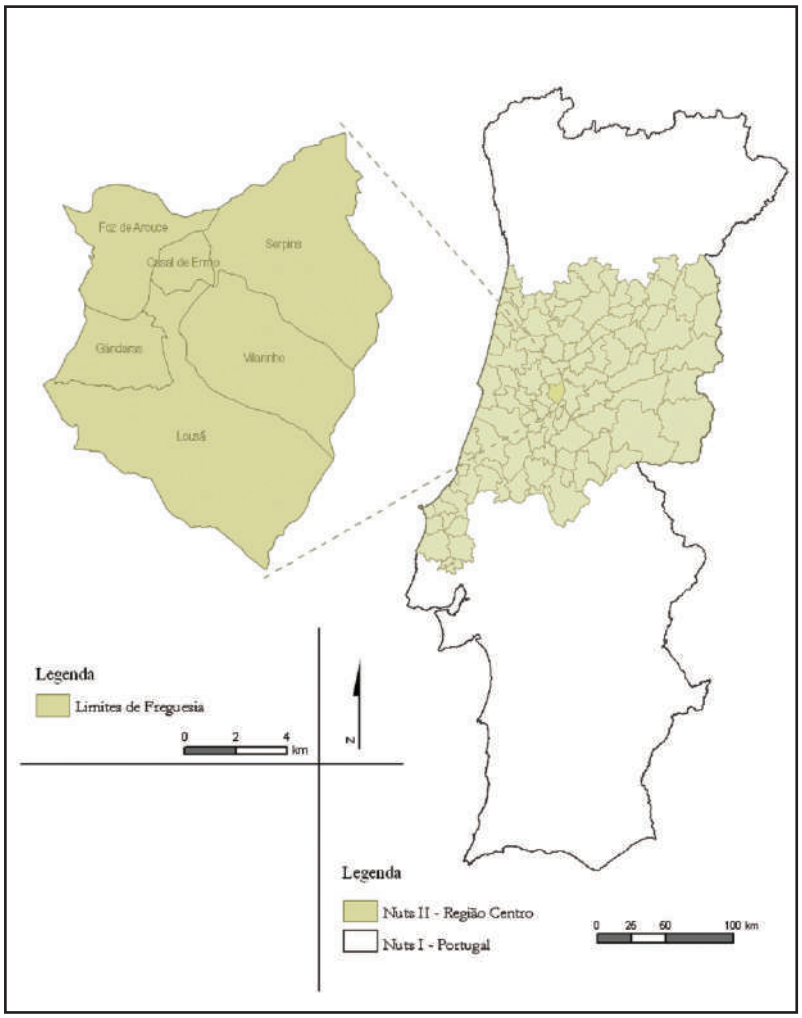


Figura 10 - Enquadramento administrativo do Município da Lousã.

também apresenta, em mais de metade da sua superfície, a designada Bacia da Lousã no sector central, bacia marginal de génese tectónica situada no sopé da Serra e onde a morfologia é bastante aplanada (Figura 11).

Uma simples análise da hipsometria mostra claramente esse mesmo contraste morfológico entre os dois sectores, o qual se traduz por uma amplitude altitudinal de mais de 1000 metros em menos de 6,5 km (dos 200 m para os cerca de 1200 m). As altitudes mais expressivas encontram-se desenvolvidas nas rochas metasedimentares da Serra da Lousã, a qual, orientada segundo a direcção NE-SW, se eleva abruptamente no sector Sudeste do Município até aos 1204 metros, no Alto de Trevim, sendo este o seu ponto culminante, embora já localizado fora dos limites do Município. No sector

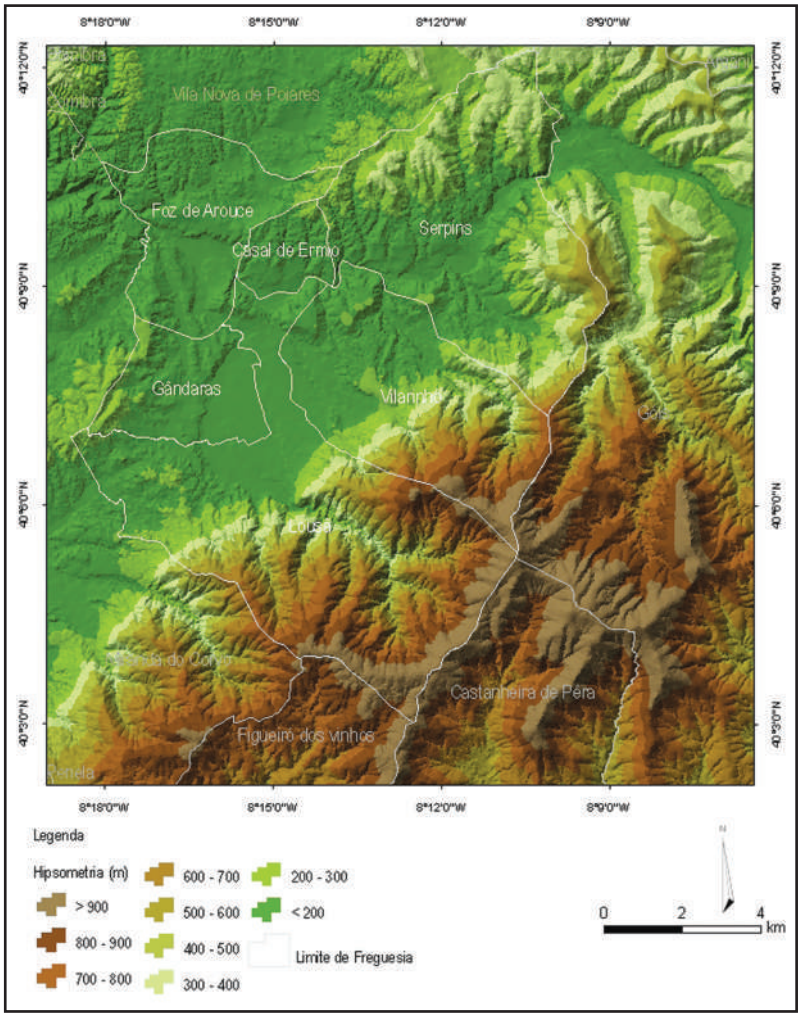


Figura 11 - Hipsometria.

setentrional revela-se uma área deprimida, que tal como foi referido, apresenta uma génese tectónica, a qual, presentemente, se encontra definida, em muitos sectores, em depósitos sedimentares, e que corresponde à habitualmente designada Bacia da Lousã (uma das sub-bacias da ampla bacia tectónica marginal de Arganil), e que em termos altimétricos raramente ultrapassa os 200 m de altitude, encontrando-se apenas alguns retalhos de relevo que ultrapassam esse valor, aí representando níveis perfeitamente definidos na bacia.

As inclinações morfológicas do terreno são habitualmente representadas pelas cartas de declives[4], que em termos de ordenamento se assumem como ferramentas essenciais na identificação de factores limitantes ou condicionantes à ocupação humana do território, sendo geralmente apontados como um dos factores não antrópicos com maior contribuição para os diferentes riscos naturais. No caso particular do presente projecto - o Atlas Desportivo do Município da Lousã - as inclinações vão apresentar-se, por um lado, como limitadoras à instalação de novos equipamentos colectivos artificiais e, por outro lado, como factores decisivos para a implementação de alguns dos desportos de aventura, que podem ser praticados, ou mesmo, no futuro, implementados no território municipal (Figuras 12 e 13).

Da análise da carta de declives, constata-se que o território municipal apresenta uma grande variação resultante do contraste morfológico entre o sector da Serra da Lousã, onde se encontram os maiores declives, e o sector aplanado correspondente à Bacia da Lousã, onde estes se apresentam com baixos valores.

A Bacia da Lousã, tal como foi referido, corresponde a uma bacia tectónica, onde se conservam depósitos terciários e quaternários, é drenada pelo rio Arouce e pelas ribeiras de Fiscal e de Vilarinho, a primeira a Este e a

[4] O declive consiste na inclinação da superfície topográfica relativamente a um plano horizontal, que pode tornar-se decisivo na instalação de novos equipamentos. Aliás, existem mesmo algumas considerações sobre os limiares dos declives e a edificação de infra-estruturas: por norma são considerados declives preferenciais para a instalação de equipamentos os declives situados entre os 0º e os 2º (embora, por vezes, deva ser tida em consideração que a drenagem pode observar-se como bastante dificultada). Entre os 2º e os 17º encontram-se os declives que requerem já alguns cuidados, no entanto, acima do limiar dos 10º os custos de construção são já inflaccionados, por força da necessidade de obras acrescidas, como por exemplo, trabalhos de terraplanagem. Por seu turno, os 17º apresentam-se como o limiar máximo de movimentação de terras, valor a partir do qual se começam a sentir problemas graves ao nível de movimentos de terreno, facto que motivou mesmo a sua integração em REN.

segunda a Oeste. Apresenta-se limitada a Sudeste pela Serra da Lousã, através do acidente tectónico da Falha da Lousã e a Oeste pelo *horst* do Senhor da Serra (sector Sul do Maciço Marginal de Coimbra), orientado no sentido N-S[5], com altitudes de 330 m. Outro aspecto determinante em termos de paisagem corresponde às colinas sedimentares e aos níveis nele desenhados, mais ou menos cascalhentas (como é o caso do nível da Serra da Vila), por vezes

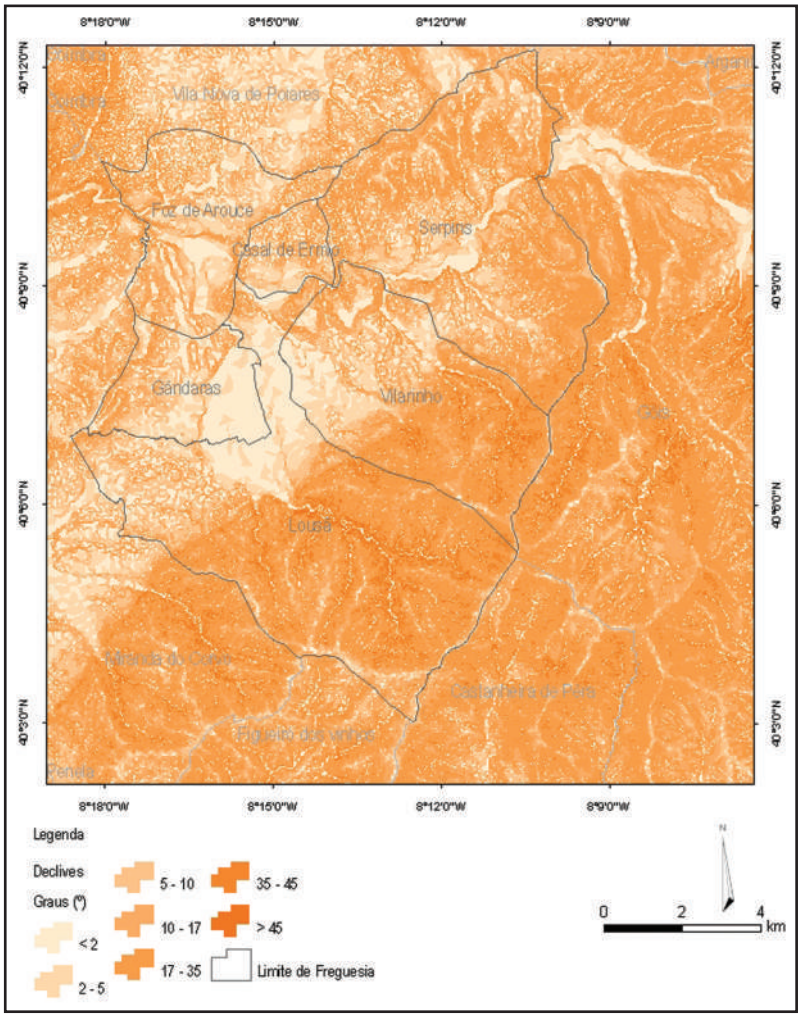


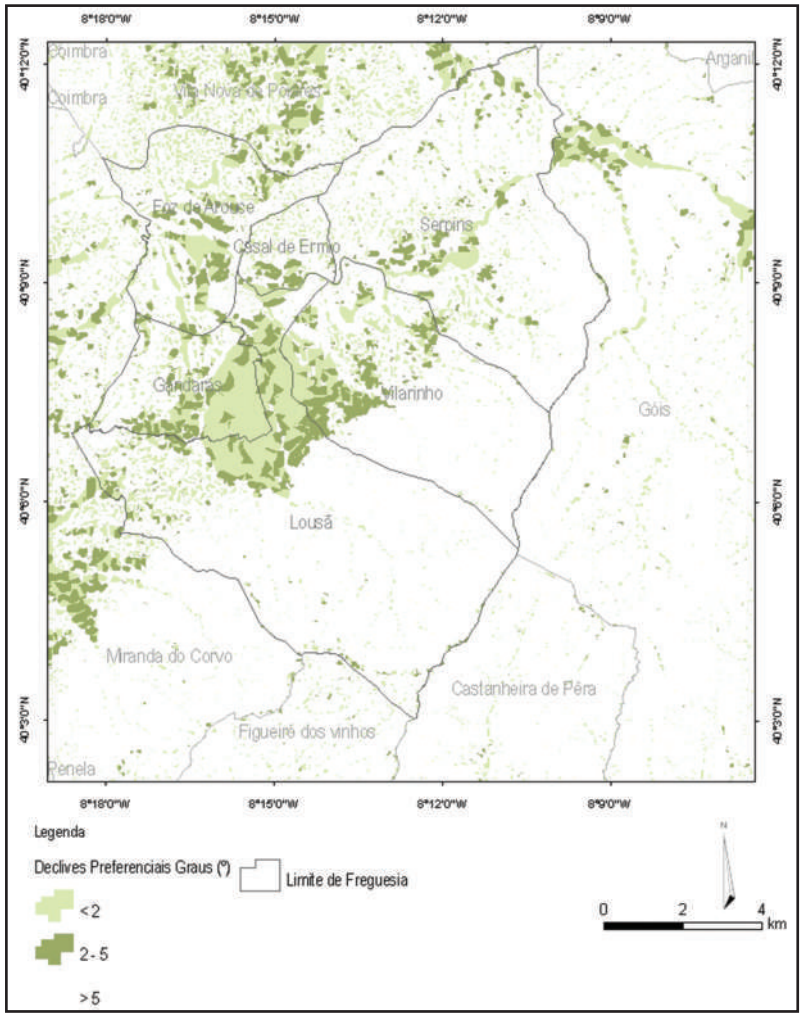
Figura 12 - Carta de Declives.

[5] *Esta área foi, durante muito tempo, um lugar onde a acumulação predominou largamente sobre a erosão, sendo posteriormente individualizada por movimentos tectónicos que levantaram a Serra da Lousã e o Maciço Marginal (Daveau, 1972).*

apenas gresosas, de altitudes variadas, que oscilam entre os 200 m e os 300 m, e os quais segundo a bibliografia temática se encontram relacionadas a Norte, com o principal rio da região, o rio Ceira, que faz a sua entrada no Município através de um pronunciado encaixe de cerca de 100 m de profundidade no canhão quartzítico da Senhora da Candosa, mantendo um vale relativamente apertado até às proximidades de Foz de Arouce onde se alarga. Por seu turno, no sector Este observa-se o nível da Serra de Sacões, que atingindo os 596 m de altitude, permite a observação de grande parte das vertentes Noroeste da Serra da Lousã e estabelece o limite oriental do Município.

No rebordo da Serra da Lousã, que fecha a Sudeste a bacia, individualizam-se vários patamares sob a forma de cumeadas de interflúvio pouco

Figura 13 - Carta de Declives preferenciais.



inclinadas e regularizadas a altitudes, em geral, bastante elevadas, superiores a 650 m. As vertentes que ligam estas cumeadas ao fundo da bacia têm formas suaves na parte superior, onde se instalaram várias aldeias, muito mais íngremes na base que cai abruptamente sobre o fundo da bacia (Daveau, 1972).

A Serra da Lousã, propriamente dita, constitui, por seu turno, um dos dois compartimentos que habitualmente são designados de serras de xisto e que, no caso particular, corresponde ao sector terminal meridional do bloco NW do principal conjunto montanhoso português - a Cordilheira Central. A litologia deste sector é constituída por metasedimentos (xistos e grauvaques), embora se observem pontualmente alguns batólitos graníticos (neste caso, fora do território do Município), e estreitas cristas quartzíticas que se apresentam como importantes marcos na própria fisionomia da montanha, destacando-se na paisagem pelas formas vigorosas imprimidas pela dureza. A Serra caracteriza-se pela sua acentuada altitude e por se apresentar com declives abruptos no seu rebordo Noroeste e fortemente sulcada por uma rede ramificada de vales, paisagem típica de grande parte do relevo das Beiras. Os vales de vertentes muito abertas, convexas, muito por consequência da acção da tectónica e da acção modeladora de escorrência, apresentam-se, muitas vezes, escavados pelas linhas de água que, nas vertentes da Serra, se entalham vigorosamente, tal como se observou no caso do rio Arouce, que cria um vale profundo com vertentes abruptas na maior parte do percurso montanhoso. Globalmente, trata-se de um relevo bastante recortado por uma rede de drenagem densa, de tipo dendrítico.

Quanto à análise do clima, em termos de concretização de um relatório de um Atlas Desportivo pode parecer, numa primeira abordagem, algo pouco compreensível. No entanto, por ser uma variável natural ao ordenamento e planeamento do território, condicionando uma série de usos de solo (como o urbano, o agrícola, o florestal e o turístico-recreativo), apresentando um papel decisivo ao nível do balanço hídrico do solo e da capacidade erosiva, do conforto humano, das necessidades bioclimáticas e, no caso particular da prática desportiva pode ser decisivo na análise sobre a dicotomia entre espaços cobertos e descobertos, bem como sobre toda a temática do Desporto Aventura.

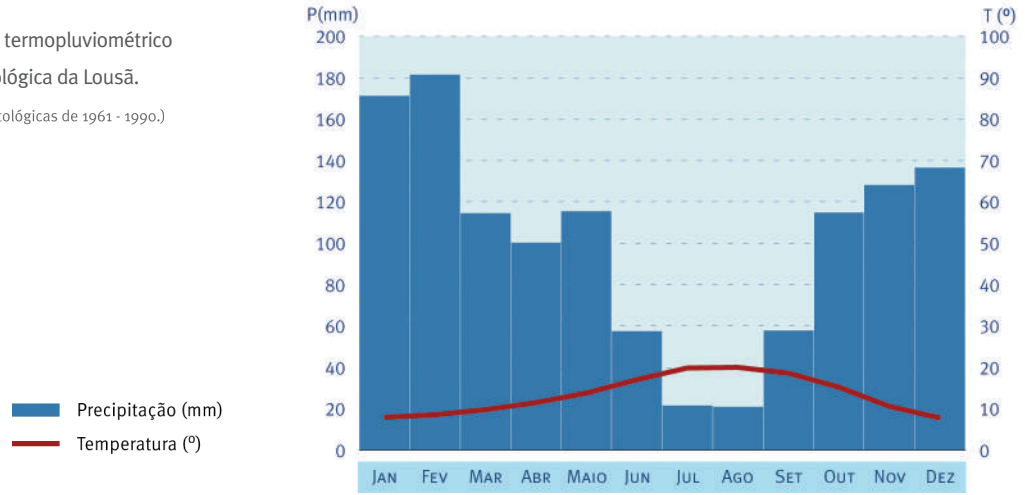
Esta análise revela, assim a importância que o clima apresenta como indicador das condições ambientais (índices bioclimáticos e aptidão bioclimática), como condicionante da distribuição e alteração dos elementos climáticos (chuva, vento, insolação, neve, entre outros), como recurso (hídrico, avaliação energética da insolação e dos ventos) e como condicionante da localização (capacidade dispersante da atmosfera e sua direcção dominante,

conforto climático), factor que, como se depreende, assume um papel determinante no contexto de um Atlas Desportivo. Deste modo, torna-se importante, neste estudo, conhecer o Município da Lousã nas suas diversas componentes físicas e na forma como estas condicionam ou contribuem (determinam a aptidão) para o desenvolvimento de acções de planeamento, neste caso de actividades ligadas ao desporto e que serão referidas pontualmente, sempre que se entenda necessário (a título de exemplo: condições de manutenção dos relvados, períodos recomendados e vestuário adequado para determinados percursos das actividades de Desporto Aventura). A climatologia também é importante quando se trata de avaliar os factores inerentes ao grau de dificuldade de certos tipos de desporto aventura, principalmente nos sectores de montanha em que as condições mudam radicalmente consoante a época do ano. A caracterização climática da área em estudo foi assim realizada a partir dos valores da temperatura e precipitação média mensal, recolhidos a partir da estação meteorológica da Lousã (Figura 14), embora deva ser desde logo referido que, por força da diferença altitudinal observada no seio do território municipal, existam contrastes significativos entre o sector da Bacia e o da Serra, pelo que quer a pluviosidade, quer a temperatura, apresentam diferenças consideráveis.

Do ponto de vista climático, o Município da Lousã apresenta, deste modo, à semelhança do resto do país, um clima de influências mediterrâneas, mas, onde a Serra da Lousã, propriamente dita (por se tratar de parte da Cordilheira Central), vai funcionar como uma fronteira entre um litoral mais húmido e um interior mais seco, onde as amplitudes térmicas apresentam valores mais significativas. Se por si só, o gradiente térmico sai realçado

Figura 14 - Gráfico termopluviométrico - Estação meteorológica da Lousã.

(Fonte: Normais Climatológicas de 1961 - 1990.)



pela diferença de cerca de 800 m em 6,5 km (menos 4,8 º C), no que diz respeito à dinâmica das massas de ar, a montanha apresenta-se como um dos primeiros obstáculos existentes no trajecto para oriente das massas de ar oceânicas, daí resultando uma diferença significativa nos valores de pluviosidade entre a Vila e os pontos mais elevados da Serra. Assim, a Serra apresenta-se, claramente, como um factor local que condiciona decisivamente a distribuição da temperatura e precipitação no seio do próprio território municipal.

No que diz respeito às temperaturas, neste sector, elas reflectem as características predominantes de um clima de clara influência mediterrânea, em especial na sua relação com a estação seca, com as temperaturas mais elevadas a observarem-se nos meses de Julho e Agosto enquanto que as mais baixas se centram nos meses de Dezembro e Janeiro.

A temperatura média mensal ronda os 13,4 ºC. Deste modo, a média máxima regista-se no mês de Agosto com 20ºC e a média mínima no mês de Janeiro com 7,8 ºC.

A distribuição da precipitação, como se pode constatar, é bastante irregular, verificando-se uma nítida demarcação entre uma estação húmida (cerca de 87% da precipitação vai observar-se entre os meses de Outubro e Maio), e uma estação seca (entre os meses de Junho e Setembro) onde a precipitação média mensal mais elevada não ultrapassa os 57,9 mm em Setembro. O total da precipitação média mensal na estação meteorológica da Lousã é de 1221,2 mm, distribuída ao longo de todo o ano com um claro contraste entre os 181,3 mm de Fevereiro e os 21,2 mm do mês de Agosto.

Relativamente aos ventos predominantes, o quadrante mais representado na direcção dos ventos é o de Oeste, soprando com maior intensidade e frequência no Inverno, juntamente com o de Sudoeste. Na Primavera continuam os ventos de Oeste, sendo também frequentes os de Noroeste e diminuindo os que sopram do quadrante de Sudoeste. Nos meses de Verão a intensidade diminui havendo alguns dias de calma completa, registando-se ventos de Oeste, Noroeste e de Nordeste. Finalmente, durante o Outono são frequentes os ventos de Noroeste e Oeste.

Quanto ao actual coberto vegetal da Serra da Lousã, à semelhança da generalidade das montanhas portuguesas, pouco tem a ver com o que se supõe ter sido o seu revestimento florístico natural climácico. O seu território, de acordo com o observado na divisão sobre a caracterização da Flora em Portugal, insere-se no Sector Divisório Português, mais propriamente no Subsector Beirense Litoral, apresentando matagais arborescentes densos, isto é, matos altos de lauróides, dominados por loureiros (*Laurus nobilis*), azereiros ou ginjeiras bravas (*Prunus lusitanica*) e medronheiros (*Arbutus*

unedo). Nas zonas mais elevadas e memos exuberantes, tendo em conta a pobreza dos solos, predominam as Urzes (*Erica sp.*), Tojo (*Ulex sp.*), Giesta (*Genista sp.*), Esteva (*Cistus ladanifer L.*), Sargaço (*Phaeophyta Sargassum*) e Carqueja (Chamaespartium tridentatum). Encontram-se também no território espécies como a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) e a Acácia (*Acacia*), a par de floresta de caducifólias, onde o Sobreiro (*Quercus suber*) e Carrasco (*Quercus coccifera*) são algumas das espécies mais comuns de acordo com as publicações do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade - ICN. São ainda de referir as manchas de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), de Eucalipto (*Eucalyptus*) e de várias outras espécies autóctones, das quais se destacam o Carvalho (*Quercus sp.*) e o Castanheiro (*Castanea sativa*), mas também espécies exóticas como a Cerejeira (*Prunus avium*) e a Nogueira (*Juglans regia*) (Paiva, 1988 e ICN, 2000).

Relativamente a outros elementos do património natural, destaca-se a área correspondente ao Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã, sendo esta a que apresenta maior valor ecológico no Município devido à riqueza dos ecossistemas presentes, que integram fauna variada, da qual se destacam o Gamo ou Corço (*Capreolus capreolus*) e o Veado (*Cervus elaphus*) que, re-introduzido na Serra da Lousã, no início dos anos noventa, se dispersou um pouco por toda esta região montanhosa, possuindo, actualmente, uma população estável. São de referir também o Javali (*Sus scrofa*), o Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) e as Lontras (*Lutra longicaudis*), ou seja, observam-se na Serra da Lousã todo um conjunto de importantes mamíferos. São também de assinalar as diversas aves das quais se destacam a Carriça (*Troglodytes troglodytes*) e o Milhafre (*Milvus migrans*). Dos diferentes anfíbios existentes (Quadro em Anexo) destacam-se a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e a Rã-ibérica (*Rana ibérica*) e no caso dos répteis, são de assinalar as áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*).

Das áreas mais sensíveis a ter em atenção, até por questões associadas às normativas europeias, devem ser consideradas todas aquelas que se encontram classificadas como Rede Natura 2000 e Biótopos Corine. No caso do Município da Lousã, a área correspondente ao Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã - PTCON0060 - deve ser a de análise prioritária muito por força da riqueza dos ecossistemas em presença (Figura 15).

Simultaneamente devem também ser consideradas como áreas sensíveis todas aquelas que integram a Reserva Ecológica Nacional - REN -, na medida em que apresentam "uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características

ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas" (Art. 1.º do Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março)[6] (Figura 16).

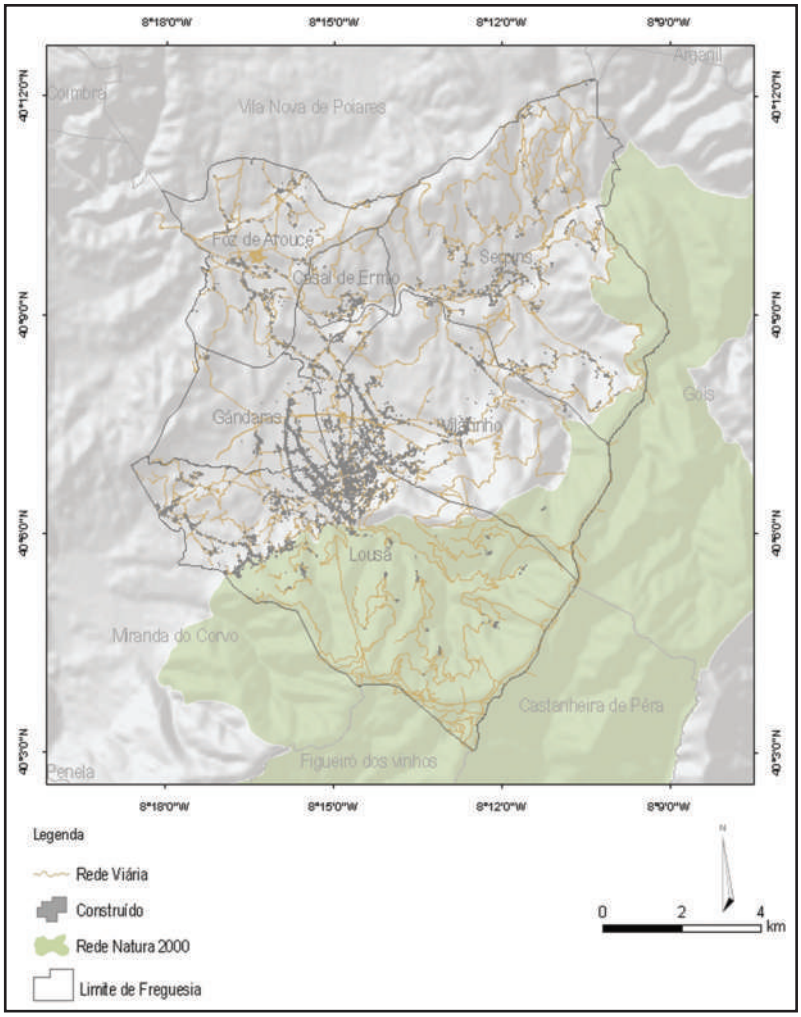


Figura 15 - REN e Sítio da Rede Natura 2000 PTCON0060 no Município da Lousã.

[6] *De igual modo, podem ser consideradas as áreas classificadas como Reserva Agrícola Nacional (RAN) tendo em consideração que estas visam "defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território" (Art. 1.º do Decreto-Lei 196/89 de 14 de Junho). Porém, e atendendo às especificidades do Desporto Aventura, esta condicionante não deverá ser considerada como decisiva em termos do projecto*

No caso da Serra da Lousã, encontram-se definidos três níveis de importância no que diz respeito a áreas prioritárias de conservação, sendo que o nível 3, o mais amplo, corresponde aos limites definidos para o Sítio da Rede Natura 2000 PTCON0060. Estas áreas, tal como foram referidas, baseiam-se na importância atribuída aos habitats encontrados, sendo de destacar o nível 1, correspondente a áreas de reprodução de cervídeos[7] e a áreas de conservação de espécies prioritárias, como a salamandra, o lagarto de água, a rã ibérica e a lontra.

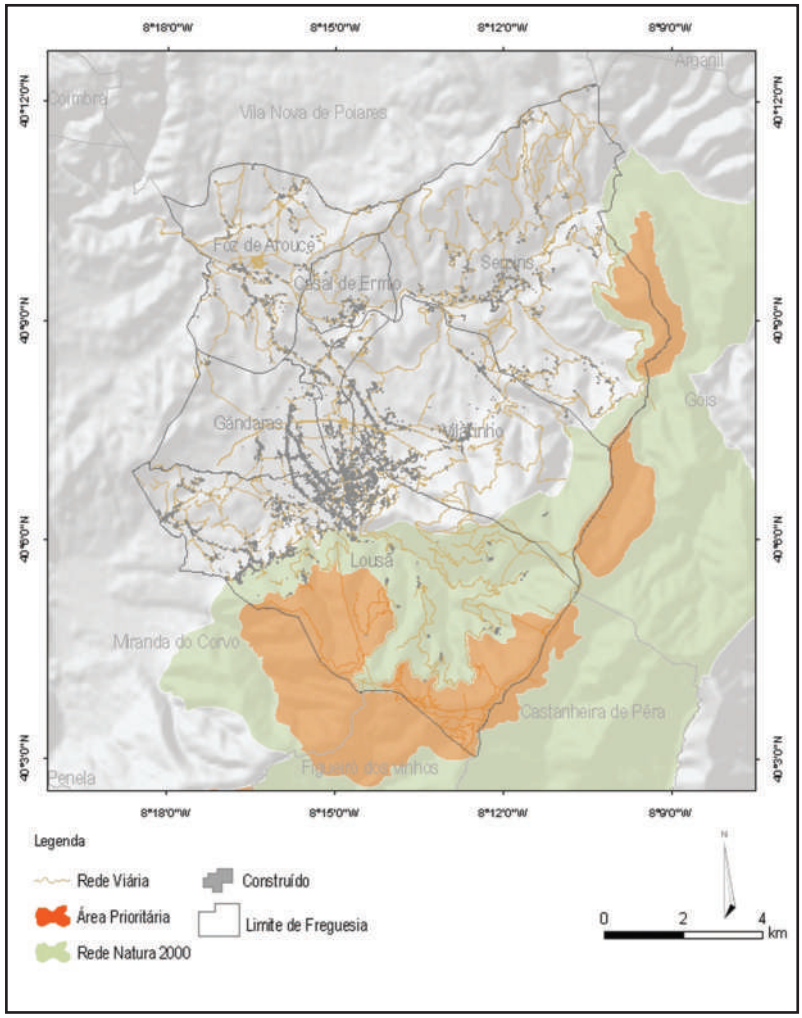


Figura 16 - Áreas Prioritárias de Conservação e locais sensíveis para os cervídeos no Município da Lousã.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA

O Município da Lousã é um dos 14 Municípios da Sub-região do Pinhal Interior Norte, confrontando com os Municípios de Vila Nova de Poiares a Norte, Góis a Este, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos a Sul e Miranda do Corvo a Oeste. Apresenta uma localização estratégica na Região Centro, a curta distância de Coimbra (23 Km), principal aglomerado urbano da Região Centro, com o qual mantém fortes relações funcionais.

As alterações demográficas e económicas devem ser entendidas num quadro mais vasto de relacionamento deste Município com outros territórios próximos, nomeadamente Coimbra, uma vez que, desde há muito tempo, beneficia de uma posição estratégica associada à Estrada Nacional 17, conhecida como Estrada da Beira, que funciona como via preferencial de ligação entre o Município e Coimbra-Guarda. Por outro lado, esta evolução também deve ser entendida num quadro da proximidade aos principais aglomerados urbanos das Sub-regiões do Baixo Mondego - Coimbra e Figueira da Foz - e do Pinhal Litoral - Pombal e Leiria.

As relações funcionais que se observam entre os diversos Municípios deste território e, em especial, com Coimbra, ajudam assim a compreender a evolução demográfica e económica recente do Município, tal como mostram os dados do recenseamento da população relativos a 2001 e os dados referentes às actividades económicas. Efectivamente, predominam as actividades relacionadas com os sectores terciário (62,6%) e secundário

[7] *As populações de cervídeos na Serra da Lousã referem-se a veados e corços, que foram reintroduzidos neste sector da Cordilheira Central, nas últimas duas décadas (a sua re-introdução teve início em 1994). Os períodos anuais mais sensíveis para estas espécies relacionam-se com os seus padrões reprodutivos, sendo a época de nascimentos correspondente aos meses de Maio, Junho e Julho, e a época de cio aos meses de Setembro e Outubro.*

(35,7%), que são mesmo mais expressivas por comparação aos valores do Continente.

Assim, constatando-se uma diminuição de importância das actividades agrícolas associadas maioritariamente ao auto-consumo, salientam-se como actividades responsáveis pela dinâmica económica, as actividades terciárias, particularmente nos ramos dos serviços e do comércio. O turismo contribui fortemente para o desenvolvimento do Município com um forte afluxo de visitantes, quer considerando a Serra da Lousã e as Aldeias de Xisto, quer o rico e variado património histórico e natural existente.

As potencialidades do território associadas a uma localização e posição estratégicas, a política da autarquia na criação de infra-estruturas de qualidade à instalação de empresas (como as Zonas Industriais dos Matinhos e do Alto do Padrão) e os espaços de lazer (praias fluviais no Ceira, piscinas naturais, miradouros panorâmicos e parques de merendas), o património histórico-cultural e natural rico e variado (de que são exemplo as Aldeias de Xisto da Serra da Lousã) e as potencialidades ao nível das actividades desportivas na Serra da Lousã (como as provas de BTT, de desportos motorizados e percursos pedestres) são alguns dos aspectos que devem motivar a definição de estratégias de desenvolvimento que, de forma integrada, possam tirar partido deste capital territorial de recursos e activos específicos e, assim, atrair também os muitos visitantes que procuram a monumentalidade de Coimbra e o "turismo de sol e praia" da extensa costa Litoral (e, em particular, das praias da Figueira da Foz).

É neste contexto que se pensa que o conhecimento da dinâmica demográfica aparece como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação, reflectir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século, ordenando o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão serão de efeitos duradouros e crescentemente elevados.

A caracterização socio-económica do Município apresenta, assim, num primeiro momento, alguns elementos relativos à distribuição, evolução e características da população para as freguesias do Município da Lousã, destacando-se os principais comportamentos para as décadas mais recentes, ao mesmo tempo que se projectam os valores de sobreviventes para as duas primeiras décadas do século XXI. Segue-se a breve apresentação de um conjunto de características que permitem conhecer os principais aspectos da geoeconomia do território municipal.

2.1. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

Um trabalho com as características do que aqui se propõe tem necessariamente de considerar diferentes variáveis em domínios diversificados, abrangendo, temáticas tão diversas como as da análise física do território, a demografia, as acessibilidades ou a tipologia de equipamentos.

Deste modo, torna-se desde logo fundamental, uma análise geral sucinta sobre os principais aspectos demográficos e, no essencial, sobre a evolução observada na última década, assim como prospectivar as principais tendências para o futuro próximo, facto que deve ser valorizado na estratégia de planeamento que deve orientar/reorientar os investimentos efectuados/a efectuar.

Metodologicamente, consideram-se para efeitos de análise dois níveis espaciais: o Município da Lousã e as respectivas freguesias. No sentido de se estabelecerem comparações tem-se por referência sempre os valores do Município e, para algumas variáveis, também o Continente. Privilegiam-se, frequentemente, alguns índices que sintetizam os comportamentos populacionais para o período mais recente (1991 e 2001).

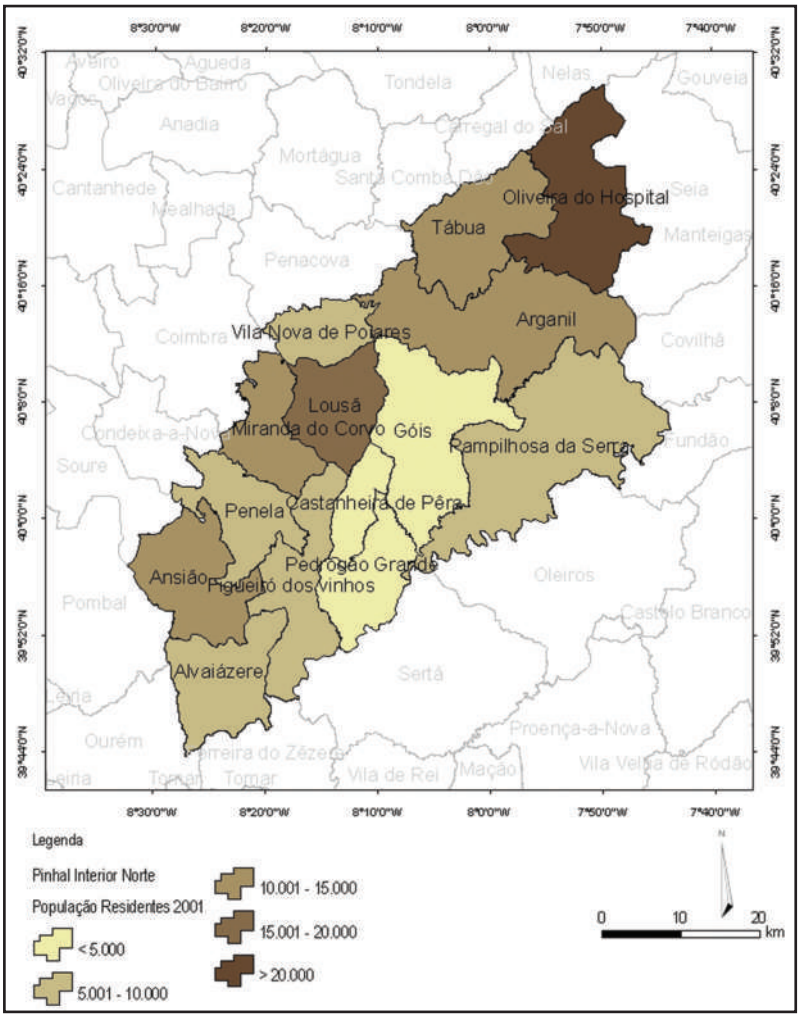
2.1.1. UM TERRITÓRIO COM UMA DISTRIBUIÇÃO DE POPULAÇÃO DESIGUAL

O Pinhal Interior Norte com os seus 138535 habitantes (dados de 2001) representa no quadro da Região Centro 5,90% da população total e apresenta-se como uma das sub-regiões menos populosas de Portugal Continental (1,40% do total populacional).

No contexto da Sub-região do Pinhal Interior Norte são os Municípios de Oliveira do Hospital, Lousã e Ansião que apresentam maiores pesos populacionais, com 15,96%, 11,37% e 9,90% respectivamente (Figura 17). Por comparação, apresentando quantitativos populacionais mais reduzidos, surgem os Municípios de Castanheira de Pêra (2,69%), Pedrógão Grande (3,17%) e Pampilhosa da Serra (3,77%).

De entre os Municípios que registam evoluções positivas, podemos identificar um conjunto de freguesias que nas últimas duas décadas contribuíram para um reforço populacional expressivo (Figura 18). Efectivamente são as freguesias mais populosas que têm vindo a aumentar o número de habitantes, como sendo as Freguesias da Lousã e Serpins do Município da Lousã (com acréscimos relativos de 24,92% e 14,98% respectivamente), a Freguesia de Miranda do Corvo (com acréscimos de 29,63%) e as Freguesias de Santo André e São Miguel de Vila Nova de Poiares (com acréscimos de 25,61% e 6,78%, respectivamente).

Figura 17 - População residente nos Municípios que integram a Sub-região do Pinhal Interior Norte de 2001.



Regista-se assim um padrão territorial em que as áreas mais populosas aparecem polarizadas pela freguesia sede de Município, em detrimento das freguesias mais isoladas que não têm vindo a beneficiar dos investimentos efectuados nas últimas décadas em infra-estruturas rodoviárias.

Apresentado a Sub-região do Pinhal Interior Norte uma repartição desigual da população por Município, verifica-se uma clara oposição entre os Municípios com uma posição privilegiada no contexto da proximidade ao território de Coimbra e dotados de boas acessibilidades, e os restantes Municípios que se localizam numa segunda coroa em relação a Coimbra, dotados de fracas acessibilidades, onde a ausência de novas dinâmicas económicas não têm originado um crescimento populacional.

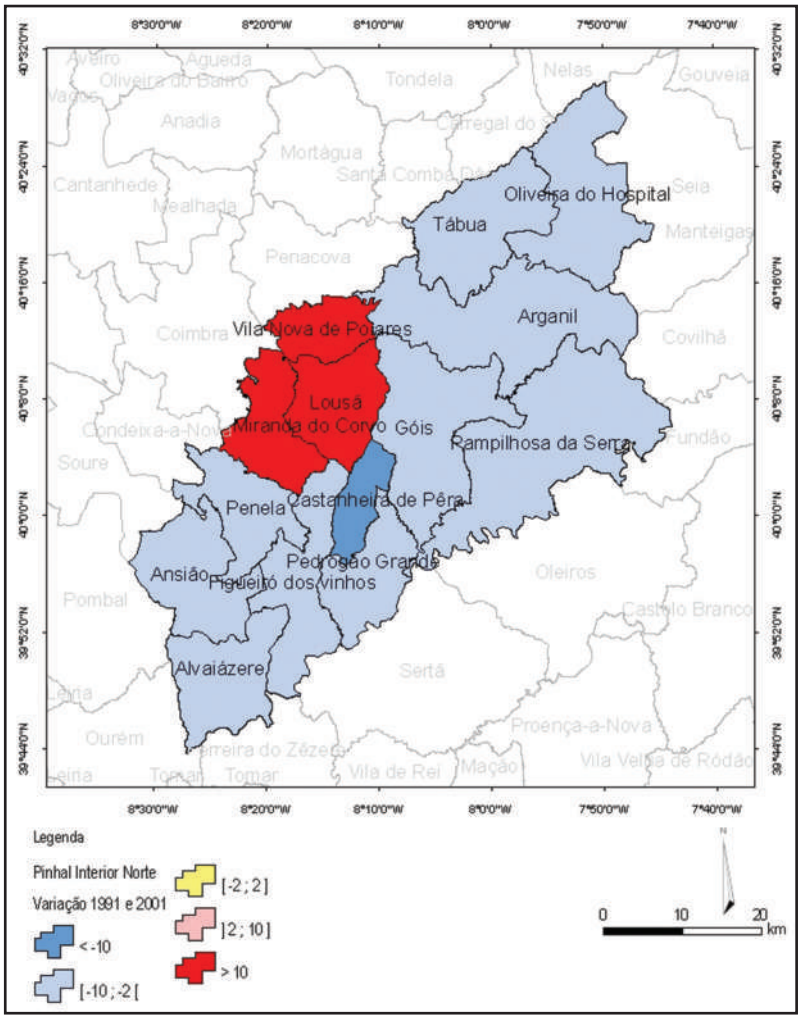


Figura 18 - Variação da População residente nos Municípios que integram a Sub-região do Pinhal Interior Norte de 1991 - 2001.

A análise da distribuição dos valores de população residente nas 6 freguesias que integram, na actualidade, o Município da Lousã, permite distinguir, desde logo, a maior dinâmica da Freguesia da Lousã, que se destaca claramente, no período intercensitário mais recente, num movimento de sentido crescente (Figuras 19, 20 e 21 e Quadro 1). A freguesia sede de Município (Lousã), mantém-se no período em análise, como a mais populosa, representando, em 2001, com os seus 10395 habitantes, cerca de 2/3 da população do Município. A par desta, todas as freguesias verificaram, embora menos expressivo, um acréscimo de população na década de noventa, exceptuando a Freguesia de Vilarinho, que viu o número de residentes diminuir ligeiramente (-2,2%).

A Freguesia da Lousã integra, em 2001, cerca de 65,7% dos residentes, num total de 10395 habitantes. Por sua vez, a Freguesia de Vilarinho, ao assumir uma posição de fronteira com a Freguesia de Lousã, ocupa uma posição intermédia, constituindo a segunda freguesia mais populosa, concentrando 2172 residentes, o que corresponde a cerca de 13,8% do total da população.

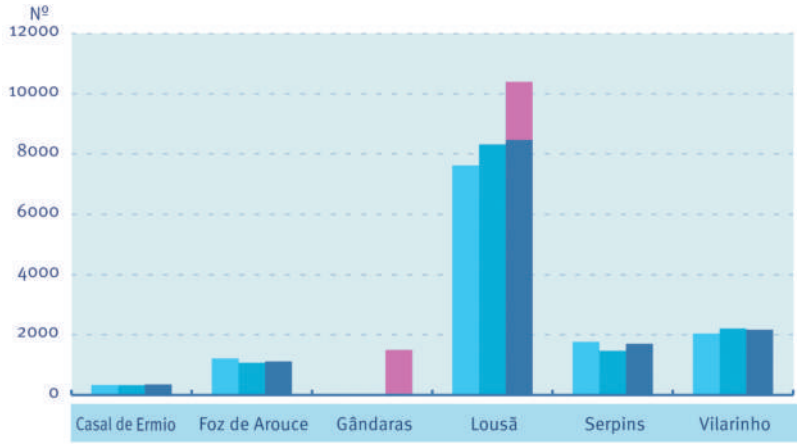
Serpins e Foz de Arouce apresentam um valor de população mais aproximado, já que ambas registam valores de mais de 1000 habitantes, ou seja, 1712 e 1112 residentes, respectivamente. No total, o grupo formado por estas freguesias representam cerca de 17,9% do total da população.

Casal de Ermio constitui, por sua vez, a freguesia com menor peso populacional no Município. Com efeito, representa apenas cerca de 2,30% dos residentes, a que correspondem 362 indivíduos.

Esta repartição da população era já evidente na análise dos dados relativos a 1981 e a 1991. Lousã e Vilarinho apresentavam-se como as freguesias mais populosas em 1981 e Casal de Ermio como a menos populosa. Em 1991, os 8321 residentes da Freguesia da Lousã correspondiam a 61,9% do total do Município, que em conjunto com a Freguesia de Vilarinho, representava mais de 2/3 da população do Município (79,1%, num total de 10640 habitantes), valor entretanto significativamente reforçado.

Regista-se, assim, um padrão territorial polarizado sobretudo pela freguesia sede de Município (Lousã) que apresenta os maiores quantitativos populacionais descritos, o que parece capitalizar as vantagens da sua proximidade à cidade de Coimbra e também o facto de se tratar da freguesia sede de Município. Esta posição de proximidade a Coimbra, permite entender a urbanização que tem vindo a ocorrer nesta freguesia,

Figura 19 - População residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 2001.



destacando-se, assim, a importância que as relações funcionais a Coimbra têm tido na procura crescente de habitação em função dos valores praticados na maior cidade do Centro do país (Lousã funciona como espécie de "dormitório" de Coimbra, o que, muitas vezes, se traduz na fixação de alguma população).

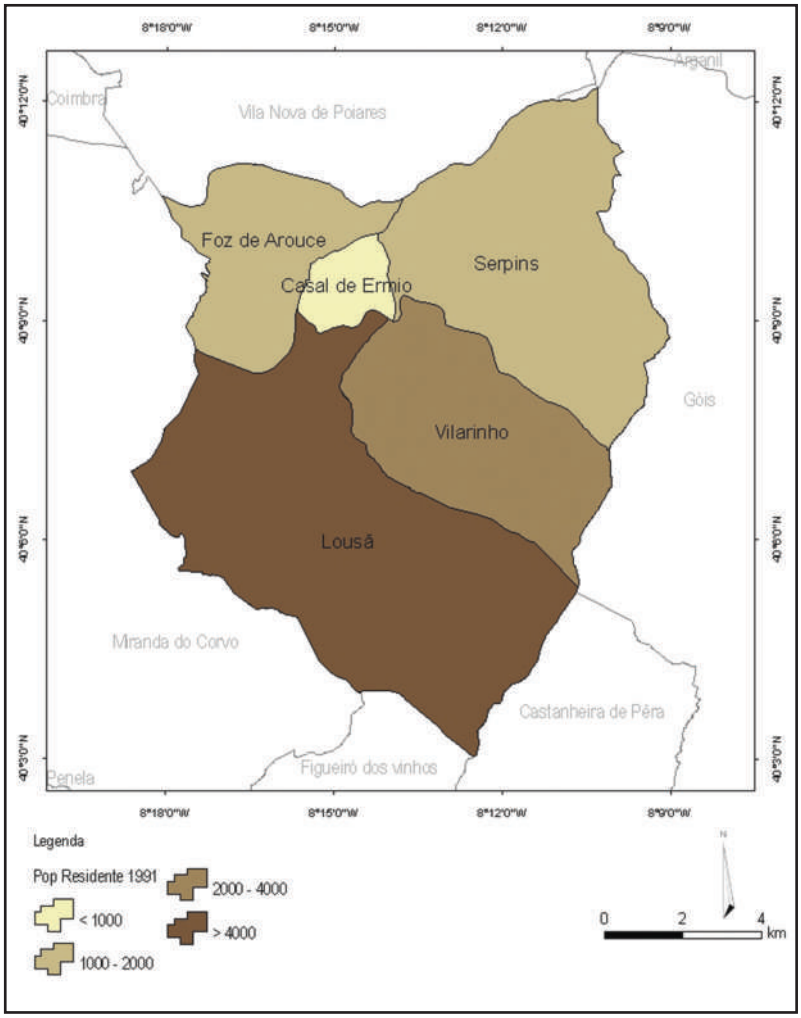
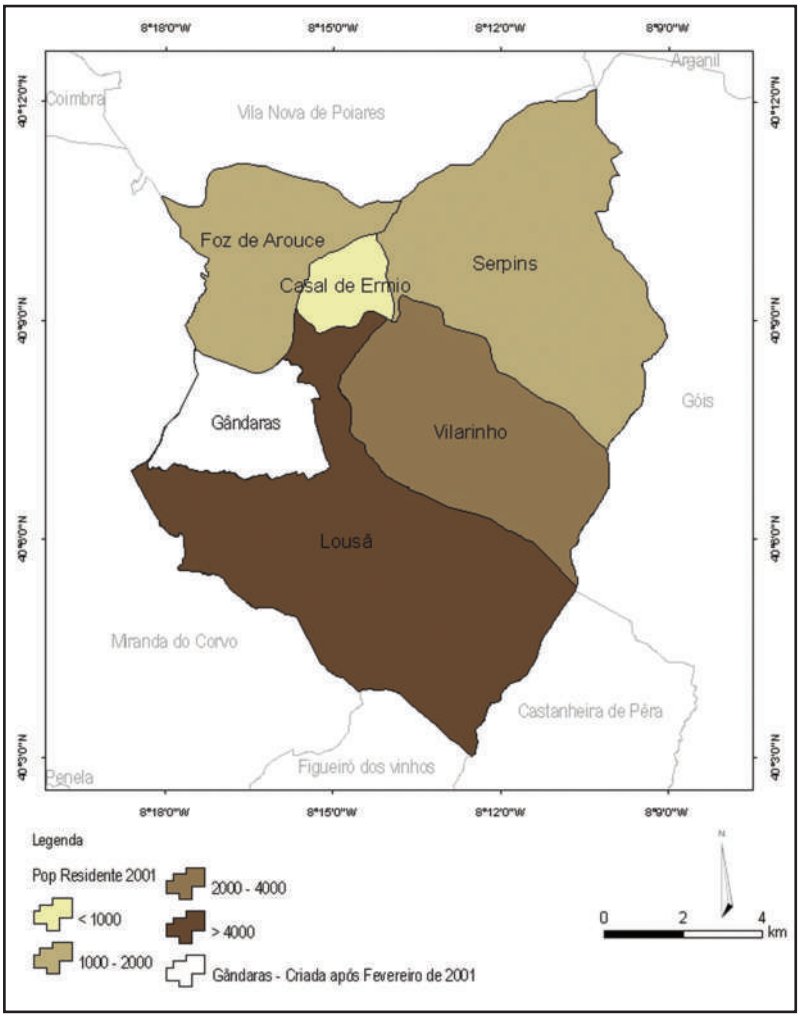


Figura 20 - População residente por freguesia no Município da Lousã, em 1991.

Figura 21 - População residente por freguesia no Município da Lousã, em 2001.



Quadro 1 - População residente por freguesia no Município da Lousã, em 1981, 1991 e 2001[8].

(Fonte: INE, Recenseamento da População de 1981, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa).

Freguesias	1981	1991	2001
Casal de Ermio	339	338	362
Foz de Arouce	1230	1078	1112
Gândaras	–	–	1502
Lousã	7626	8321	10395
Serpins	1784	1489	1712
Vilarinho	2041	2221	2172
Total	13020	13447	15753

2.1.2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO: COMPORTAMENTOS E FACTORES EXPLICATIVOS. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL

A consideração para o Município da Lousã dos valores de população residente desde os anos sessenta do século XX permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita algumas reflexões sobre as características do território (Figura 22 e Quadro 2). A proximidade à cidade de Coimbra será um dos aspectos que induz, entre 1991 e 2001, a um forte acréscimo populacional. Efectivamente, no último período intercensitário, o Município ganhou 2306 habitantes (17,2%), num processo que os dados das décadas anteriores já deixavam antever, uma vez que desde 1970 este território tem registado aumentos de população.

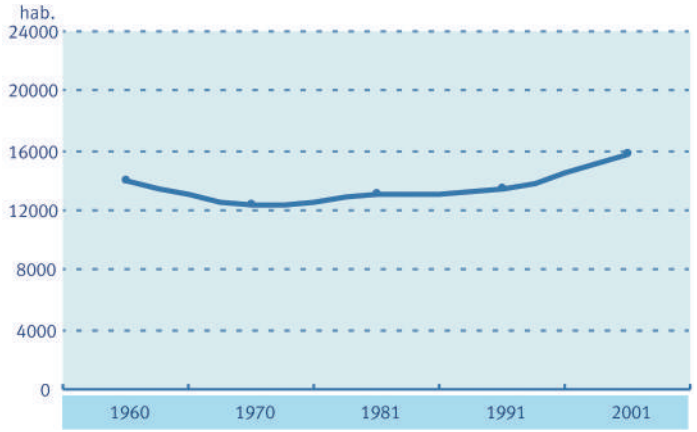


Figura 22 - Evolução da população residente no Município da Lousã, de 1960 a 2001.

Anos	População residente	Variação populacional (%)
1960	13900	-
1970	12369	-11.01
1981	13020	5.26
1991	13447	3.28
2001	15753	17.15

Quadro 2 - População residente no Município da Lousã e variação populacional, de 1960 a 2001.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1960, Recenseamento da População de 1970, Recenseamento da População de 1981, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

[8] *De referir que o valor de população residente de 2001 para a Freguesia das Gândaras diz respeito não à freguesia, mas aos lugares que actualmente a constituem, então integrados na Freguesia da Lousã. Desta forma, a potencial população real da Freguesia da Lousã em 2001 é de apenas 8893 habitantes, pois do total de 10395 habitantes, 1502 pertenciam aos lugares que passaram a integrar a Freguesia das Gândaras. A Freguesia das Gândaras foi criada no ano de 2002.*

Neste contexto e numa análise conjunta do último período intercensitário e da primeira metade do actual (até ao ano de 2005) observa-se que, a tendência é para um aumento contínuo do número de indivíduos (Figura 23 e Quadro 3). Com efeito, os valores de 1991 e de 2005, indicam um acréscimo de 4303 habitantes (32%). O crescimento foi mais expressivo a partir da segunda metade dos anos noventa (mais concretamente a partir de 1996). A evolução para os anos mais recentes (desde 2003) parece indiciar uma tendência de ligeiro abrandamento no crescimento da população, já que a variação anual tem vindo a diminuir (de 3,16% entre 2001 e 2002 para 2,89% entre 2004 e 2005).

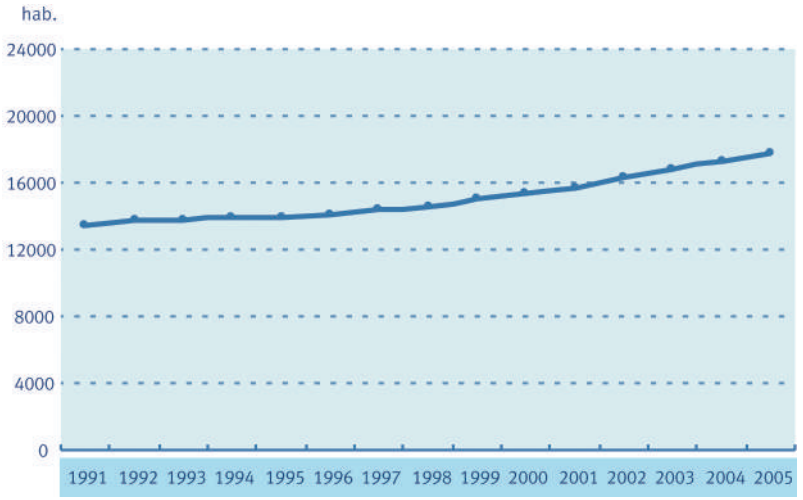


Figura 23 - Evolução da população residente no Município da Lousã, de 1991 a 2005.

Quadro 3 - População residente no Município da Lousã e variação populacional, de 1991 a 2005.

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001, Estimativas definitivas de população residente intercensitárias 1991-2000, Estimativas provisórias de população residente 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004 e www.ine.pt, Lisboa.

Freguesias	População residente	Variação populacional %
1991	13447	–
1992	13777	2.45
1993	13813	0.26
1994	13894	0.59
1995	13985	0.65
1996	14088	0.74
1997	14325	1.68
1998	14627	2.11
1999	14977	2.39
2000	15357	2.54
2001	15753	2.58
2002	16251	3.16
2003	16746	3.05
2004	17252	3.02
2005	17750	2.89

As seis freguesias que constituem o Município apresentam, nas últimas décadas do século XX, dinâmicas demográficas distintas, sendo que os acréscimos populacionais verificados na década de noventa são mais expressivos na Freguesia sede de Município (*vide* Figura 19 e *vide* Quadro 2).

No essencial, distinguem-se, tendo em atenção o peso populacional das freguesias, dois tipos de tendências para a década mais recente (Figuras 24 e 25 e Quadro 4). As Freguesias da Lousã e de Serpins são as que registam os maiores acréscimos populacionais na última década (25% e 15%) valores claramente superiores ao crescimento das outras duas freguesias que apresentam igualmente acréscimos (Casal de Ermio com 7,1% e Foz de Arouce com 3,2%). A única freguesia a apresentar uma variação negativa é a de Vilarinho (-2,2%).

Contudo, ao analisar-se o período entre 1981 e 2001 (Figuras 26 e 27 e *vide* Quadro 4), constata-se que Vilarinho apresenta um saldo positivo (6,4%), enquanto que as Freguesias de Serpins e Foz de Arouce, apesar de apresentarem uma variação positiva na última década, esta não compensa as perdas da década de 80, apresentando variações negativas neste período de análise (de -4% e de -9,6%, respectivamente).

O dispositivo territorial expressa, assim, um nítido fenómeno de concentração da população na sede de Município e nas Freguesias de Vilarinho e de Serpins (apesar de na Freguesia de Vilarinho ter ocorrido uma ligeira quebra de residentes na última década).

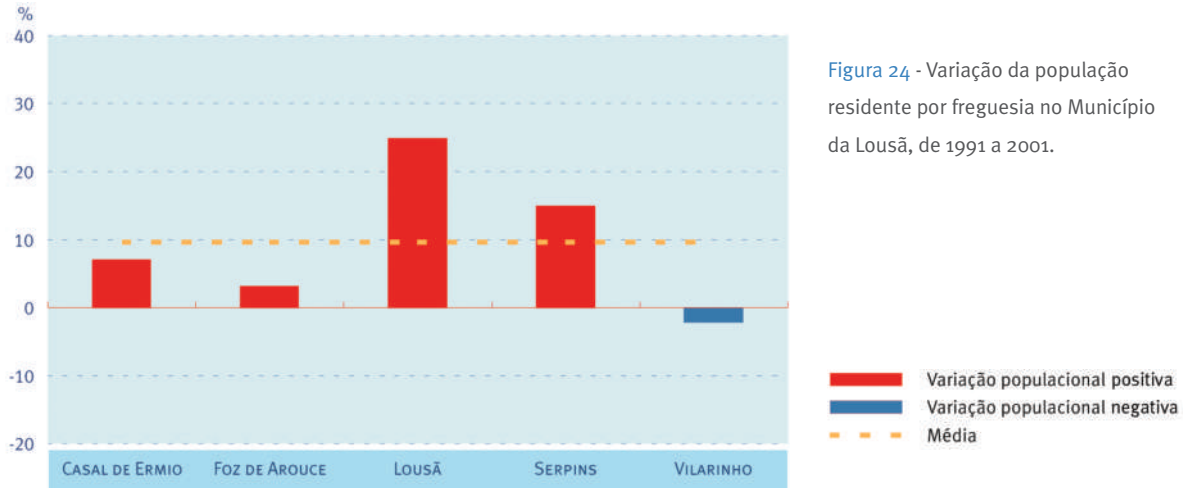
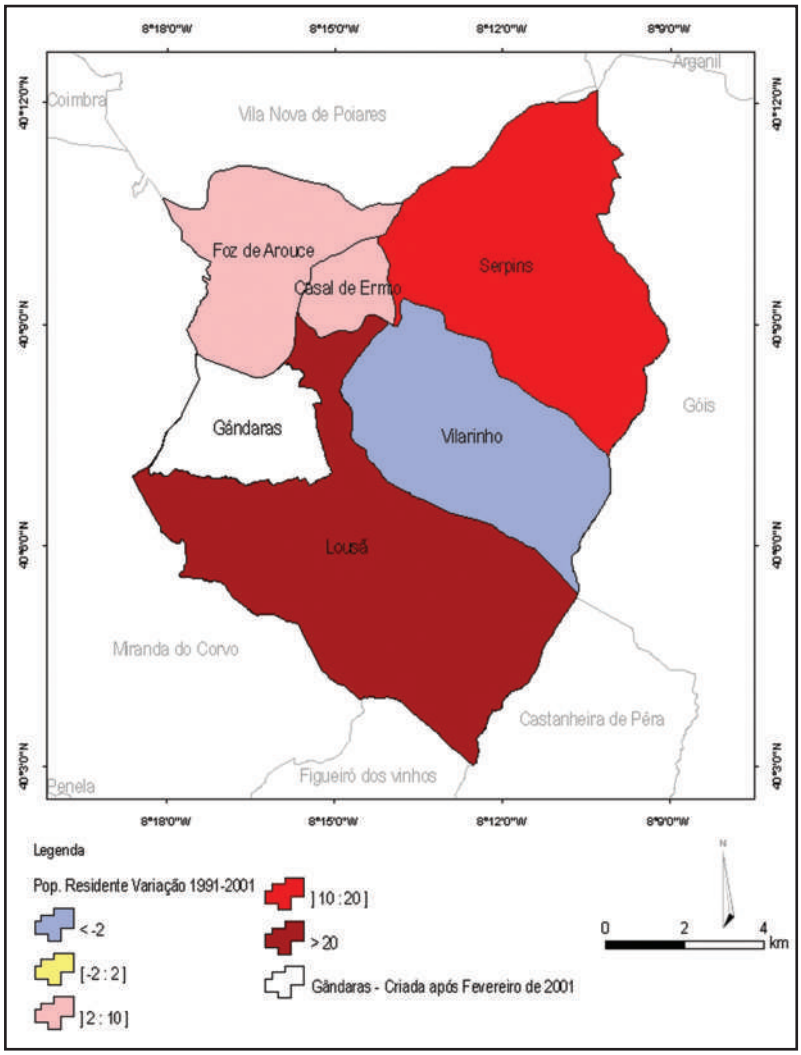


Figura 24 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2001.

Figura 25 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2001.



Quadro 4 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 1991, de 1991 a 2001 e de 1981 a 2001.

Fonte: INE, Recenseamento da População de 1981, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

Freguesias	1981-1991		1991-2001		1981-2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casal de Ermio	-1	-1	24	7.10	23	6.78
Foz de Arouce	-152	-152	34	3.15	-118	-9.59
Lousã	695	695	2074	24.92	2769	36.31
Serpins	-295	-295	223	14.98	-72	-4.04
Vilarinho	180	180	-49	-2.21	131	6.42
Total	**427**	**427**	**2306**	**17.15**	**2733**	**20.99**

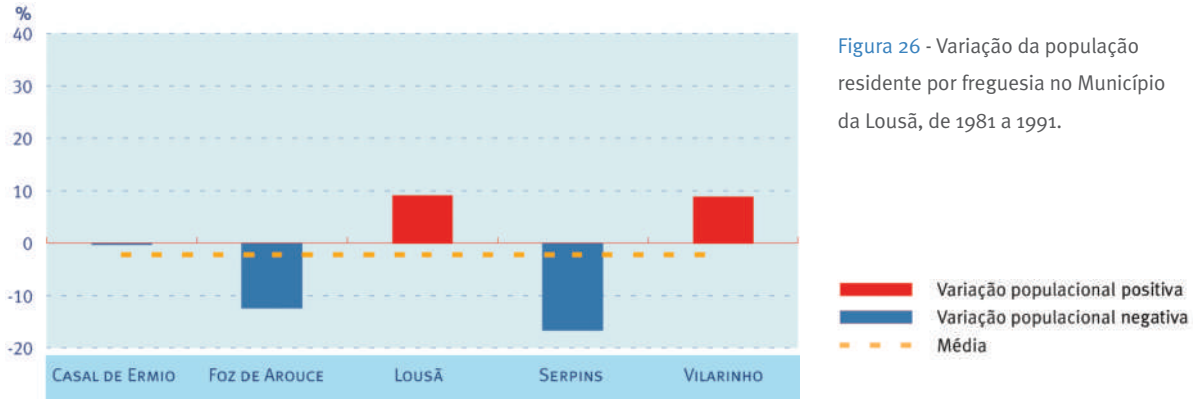


Figura 26 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 1991.

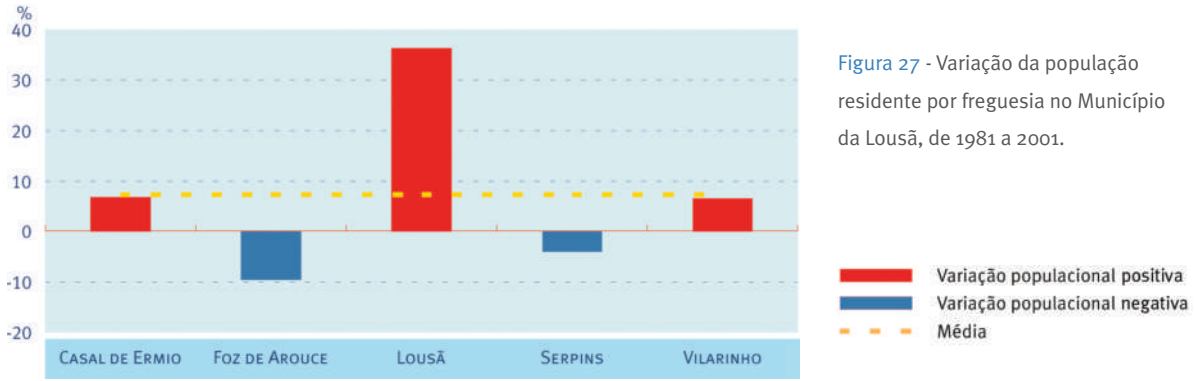


Figura 27 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 2001.

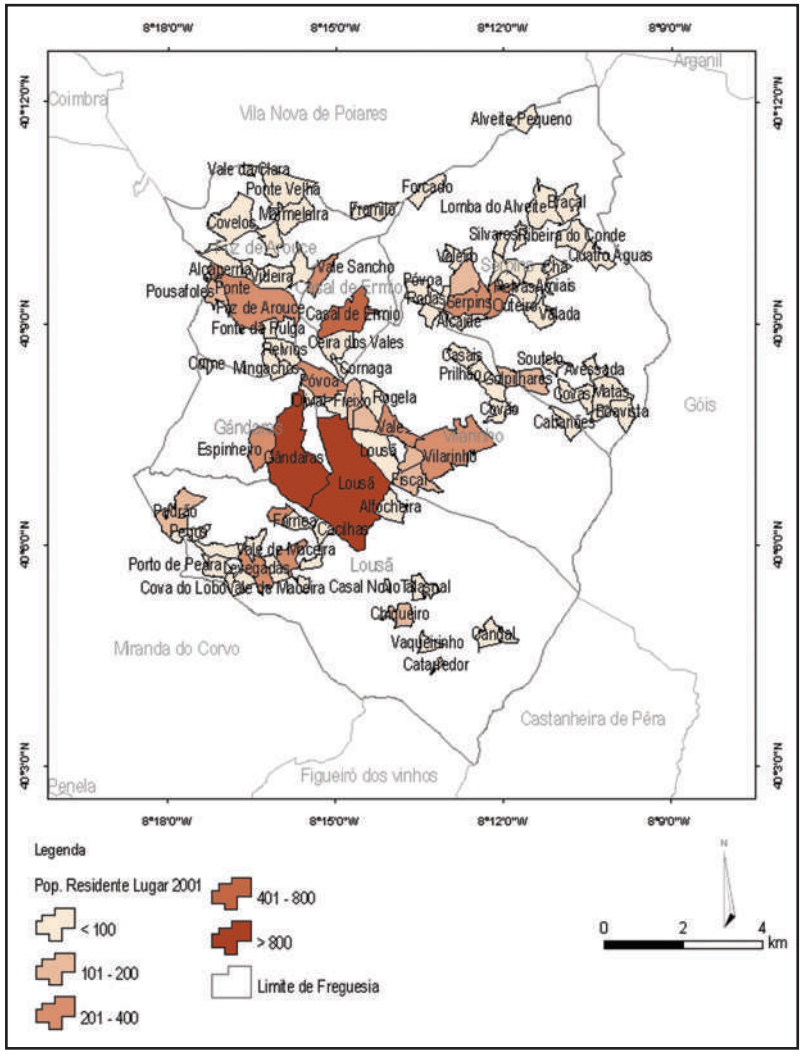
2.1.3. HIERARQUIA SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES: UM PADRÃO ESPACIAL CONCENTRADO

A consideração dos valores da população por lugar complementa a análise da evolução e distribuição realizada.

Os dados relativos a 2001 revelam a existência para o Município da Lousã de 82 lugares num total de 15753 habitantes (Figura 28 e Quadro 5).[9] Estes lugares são de pequena dimensão (Figura 29 e *vide* Quadro 5), uma vez que apenas o lugar da Lousã tem uma população superior a 6000 habitantes (6351). Acresce que dos restantes lugares apenas dois apresentavam em 2001 uma população superior a 500 habitantes (Gândara, na Freguesia da Lousã e Lousã na Freguesia de Vilarinho). Assim, dos 87 lugares, apenas Gândaras apresentava uma população superior a 1000 habitantes (1471).

[9] *Na análise da população residente por lugar nas diferentes freguesias do Município o somatório dos lugares não corresponde ao total da freguesia, isto porque não é considerado o número de residentes no "território residual".*

Figura 28 - População residente por lugar no Município da Lousã, em 2001.



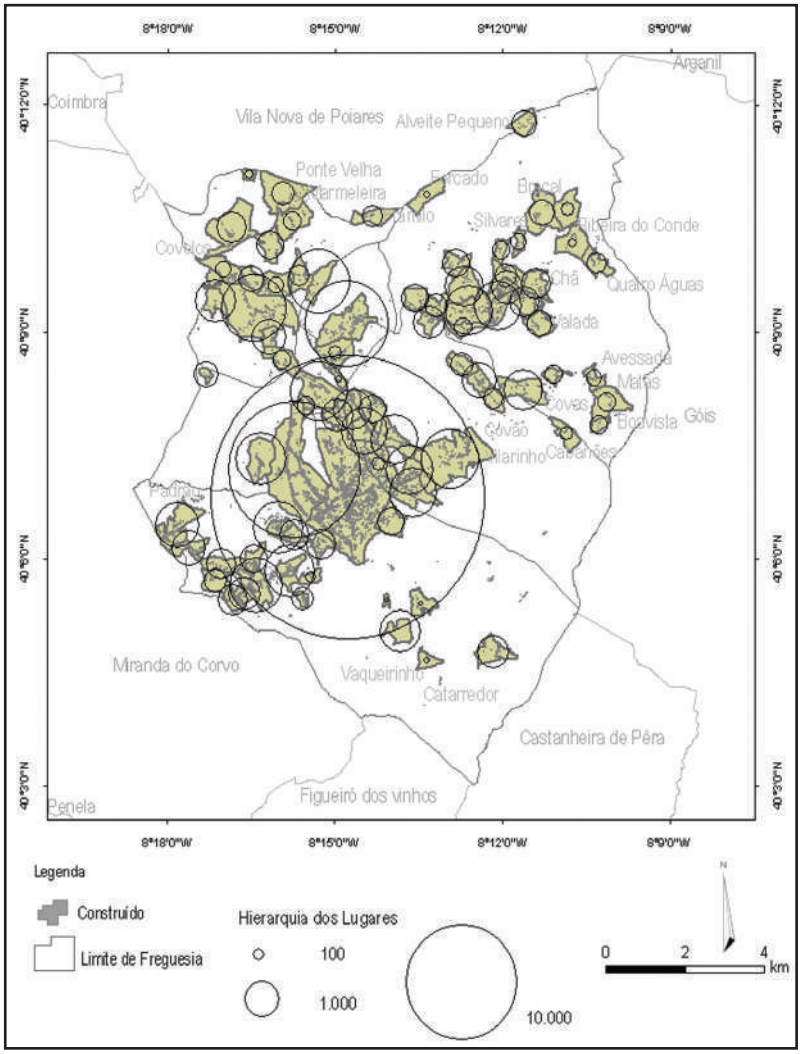


Figura 29 - Hierarquia segundo a dimensão dos lugares no Município da Lousã, em 2001.

Quadro 5 - População residente segundo a dimensão dos lugares no Município da Lousã, em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

Freguesias	Lugar	População Residente	
		1991	2001
Casal de Ermio	Casal de Ermio	296	330
	Ribeira da Moita	19	-
	Vale Escuro	23	0
	Vale Sancho	5	23
	Total	**338**	**362**
Foz de Arouce	Alçaperna	81	74
	Covelos	79	99
	Fonte da Pulga	35	36
	Foz de Arouce	353	352
	Framilo	29	29
	Marmeleira	73	56
	Mingachos	2	-
	Ponte	64	48
	Ponte Velha	136	148
	Pousafoles	22	26
	Relvios	54	61
	Vale da Clara	9	7
	Vale de Aires	28	36
	Vale Escuro	30	22
	Vale Sancho	5	0
	Videira	64	59
	Total	**1078**	**1112**
Lousã	Alfocheira	69	70
	Alto do Padrão	-	0
	Cacilhas	89	88
	Candal	22	2
	Casal Novo	0	0
	Catarredor	5	15
	Ceira dos Vales	184	150
	Chiqueiro	4	3
	Cornaga	18	16
	Cova do Lobo	69	80
	Cume	58	58
	Eira de Calva	84	83
	Espinheiro	166	209
	Fórnea	72	75
	Freixo	-	4
	Gândaras	1494	1471
	Levegadas	207	233
	Lousã	4289	6351

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	Lugar	População Residente	
		1991	2001
Lousã	Maceira	188	-
	Olival	41	28
	Padrão	134	157
	Pegos	117	99
	Porto de Pedra	66	45
	Póvoa	194	272
	Relva do Freixo	75	85
	Relvios	-	10
	Talasnal	0	2
	Vale de Maceira	76	223
	Vale de Neira	87	67
	Vale de Nogueira	67	43
	Vale de Pereira do Area	100	211
	Vale do Porto da Pedra	-	78
	Vale Domingos	13	9
	Vaqueirinho	7	3
	Total	**8321**	**10395**
Serpins	Alcaide	30	28
	Alveite Pequeno	60	56
	Amiais	53	71
	Avessada	42	22
	Boavista	13	-
	Boque	-	0
	Braçal	22	17
	Campos	21	-
	Cha	3	-
	Codeçais	25	26
	Cova do Barro	84	71
	Covas	13	-
	Forcado	8	4
	Golpilhares	102	130
	Lomba do Alveite	45	58
	Matas	54	30
	Outeiro	-	204
	Póvoa	45	61
	Quatro Águas	51	39
	Relvas	-	41
	Ribeira do Conde	18	7
	Rodas	37	47
	Serpins	283	208

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	Lugar	População Residente	
		1991	2001
Serpins	Silvares	19	20
	Soutelo	30	29
	Terra da Gaga	33	29
	Tojal	57	84
	Valada	34	49
	Vale de Madeiros	80	137
	Valeiro	55	67
	Total	**1489**	**1712**
Vilarinho	Boque	105	85
	Cabanões	18	13
	Casais	69	40
	Casal Espirito Santo	227	171
	Cornaga	-	0
	Covão	20	-
	Fiscal	158	199
	Freixo	151	137
	Golpilhares	-	7
	Lousã	576	590
	Póvoa	-	0
	Prilhão	119	99
	Reguengo	18	35
	Relva do Freixo	-	0
	Rogela	68	62
	Sarnadinha	156	193
	Vale	189	203
	Vilarinho	313	278
	Total	**2221**	**2172**
	Município	**13447**	**15753**

Estes valores traduzem a existência de um povoamento concentrado na sede do Município e em algumas sedes de freguesia, a par de um conjunto de lugares de dimensão mais pequena.

A consideração da evolução da população por lugar indica que o lugar que registou o maior acréscimo de residentes entre 1991 e 2001 foi o da Lousã, da Freguesia homónima (de 4289 habitantes passou para 6351), numa tendência que encontrará como uma das possíveis explicações, a dinâmica de expansão de construção no contexto da proximidade a Coimbra e também a própria evolução da sede de freguesia.

Um outro aspecto destaca a existência de um desigual número de lugares por freguesia, sendo que as freguesias com maior número de lugares

são as da Lousã (34) e Serpins (30). Casal de Ermio é, pelo contrário, a freguesia que tem um menor número de lugares (4). As freguesias com um maior número de lugares evidenciam uma tendência nas características do povoamento do Município, que associa um maior número de lugares a dimensões de população maiores.

A evolução ocorrida na última década reforçou sobretudo a população que habitava nas freguesias mais populosas e também os maiores aglomerados populacionais (Figuras 30 e 31 e *vide* Quadro 5). O Lugar da Lousã continua a ser, em 2001, o de maior dimensão, tendo reforçado o quantitativo total de população. Os lugares da Freguesia da Lousã são, no contexto do Município, os que mais contribuíram para o aumento de população.

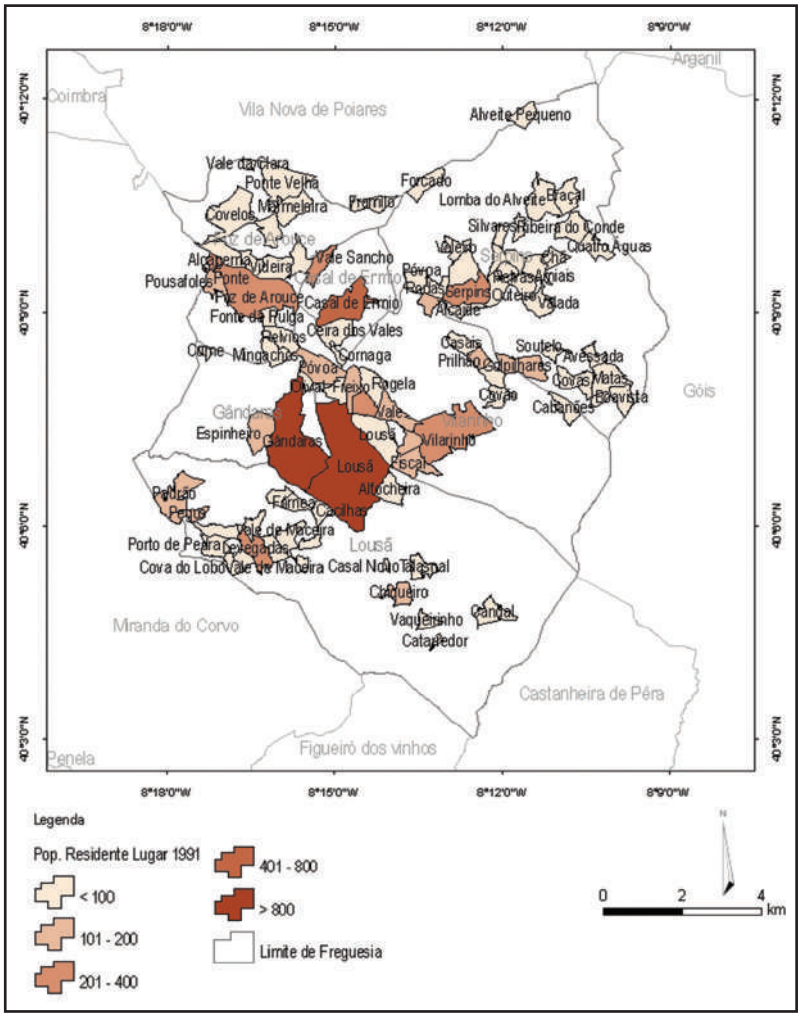
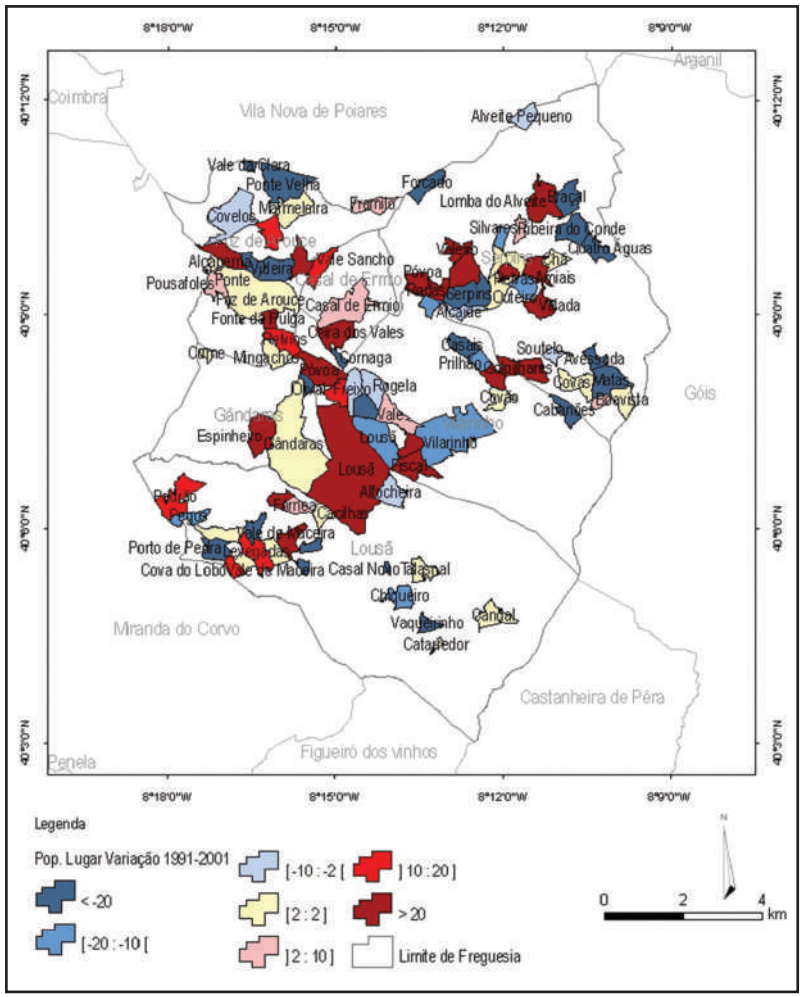


Figura 30 - População residente por lugar no Município da Lousã, em 1991.

Figura 31 - Variação da população residente por lugar no Município da Lousã, de 1991 a 2001.



2.1.4. FACTORES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA: NATALIDADE, MORTALIDADE, CRESCIMENTO NATURAL E SALDO MIGRATÓRIO

As variações observadas na população do Município e nas freguesias que o integram relacionam-se de uma forma clara com dois factores primordiais: por um lado, o crescimento natural, cuja relação com o próprio planeamento de equipamentos desportivos se torna elemento fundamental e, por outro, o saldo migratório, que no contexto da actual conjuntura se assume como um factor também decisivo, mas cuja análise se torna particularmente difícil dada a dificuldade em prever a sua evolução.

A análise da evolução dos valores da natalidade entre 1991 e 2004 para o Município da Lousã revela um comportamento irregular expresso em

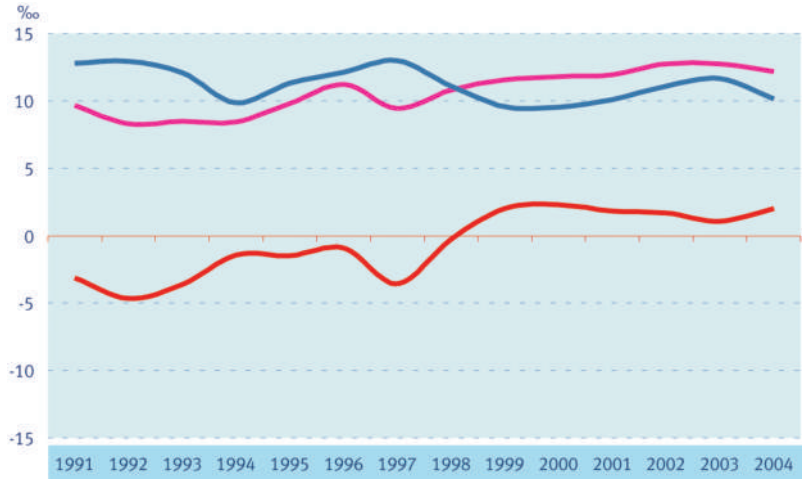
ligeiros aumentos e decréscimos (Figura 32 e Quadros 6, 7 e 8). A consideração do número de nados-vivos mostra, no entanto, uma tendência geral que se expressa num número de nascimentos anual superior à centena na década de noventa e mesmo superior à centena e meia nos últimos anos do século passado e até ao ano de 2004. Na primeira metade dos anos de noventa observam-se os menores valores de nados-vivos, sendo que em 1992, 1993 e 1994 o número de nascimentos foi de 114 e 117, respectivamente. Os anos de 2002, 2003 e 2004 registaram os valores mais elevados no período em análise (207, 213 e 210, respectivamente). A tendência observada para os anos mais recentes traduz, assim, após o aumento verificado, desde 1991, uma certa estabilidade do número de nados-vivos em torno das duas centenas.

Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida desde a década de noventa evidencia que até 1997 se registaram sucessivas oscilações, observando-se ligeiros acréscimos ou diminuições. A partir de 1998 e até 2002, a tendência foi para um progressivo aumento. Aliás, é em 2002 que se regista a maior taxa de natalidade do período de análise considerado, de 12,74‰. De 2002 para 2003 observa-se uma ligeira diminuição (para 12,72‰), seguindo-se um novo decréscimo para 2004 (12,17‰), facto que parece indiciar uma certa tendência de estabilidade da taxa de natalidade em torno dos 12‰. Por outro lado, destaca-se o facto de os valores da taxa de natalidade serem na maioria dos anos superiores a 10‰, e, como se observará, de seguida, a partir de 1999, serem superiores aos valores da taxa de mortalidade (que apresenta resultados entre 9‰ e 12‰).

A análise da evolução, no mesmo período temporal, do número de óbitos destaca, igualmente, um comportamento irregular, superando os valores dos anos da década de noventa e princípio da primeira década do actual século, também a centena e meia, com excepção dos anos de 1994, 1999 e 2000 (*vide* Figura 32 e Quadros 6, 7 e 8). Este número aproxima-se mesmo das duas centenas no ano de 2003 (com um valor de 195), valor mais expressivo do período em análise.

A taxa de mortalidade apresenta, assim, uma evolução com oscilações. Constata-se que até 1994, a tendência é para o decréscimo (exceptuando o ano de 1992 que regista um ligeiro aumento em relação a 1991), registando-se posteriormente e até 1997 sucessivos aumentos, ano em que se regista a maior taxa de mortalidade (12,98‰). Segue-se, depois, uma diminuição até o ano de 2000, altura em que se observa a menor taxa (9,51‰). Posteriormente aos aumentos registados até 2003, observa-se para 2004 um novo decréscimo, sendo que, neste ano, a taxa de mortalidade era de 10,14‰, que será um dos mais baixos valores de toda a série considerada.

Figura 32 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural no Município da Lousã, de 1991 a 2004.



Quadro 6 - Nados-vivos por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2004.

Fonte: INE.

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total
Casal de Ermio	3	3	5	1	3	2	1	12	2	3	1	1	0	3	40
Foz de Arouce	12	3	9	10	12	13	9	9	10	7	12	7	15	9	137
Gândaras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	8	9	12	31
Lousã	75	77	80	78	96	102	90	112	121	129	136	151	143	143	1533
Serpins	20	14	7	11	7	20	14	12	14	18	13	16	21	14	201
Vilarinho	20	17	16	17	19	21	21	13	26	24	24	24	25	29	296
Total	130	114	117	117	137	158	135	158	173	181	188	207	213	210	2238

Quadro 7 - Óbitos por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2004.

Fonte: INE.

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total
Casal de Ermio	4	2	2	2	3	10	7	2	4	7	4	2	7	4	**60**
Foz de Arouce	16	21	18	13	20	17	18	14	14	14	15	13	10	7	**210**
Gândaras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	6	18	12	**38**
Lousã	97	101	99	84	94	102	114	109	90	86	94	114	117	101	**1402**
Serpins	30	30	22	20	22	22	27	20	20	20	22	19	20	19	**313**
Vilarinho	25	24	26	18	19	20	20	17	15	19	22	26	23	32	**306**
Total	**172**	**178**	**167**	**137**	**158**	**171**	**186**	**162**	**143**	**146**	**159**	**180**	**195**	**175**	**2329**

Quadro 8 - Movimentos da população no Município da Lousã, de 1991 a 2004.

Fonte: INE.

Anos	Natalidade (N)	Taxa de Natalidade (TN)	Mortalidade (M)	Taxa de Mortalidade (TM)	Crescimento Nacional (CN)	Taxa de Crescimento Natural (TCN)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1991	130	9.67	172	12.79	-42	-3.12
1992	114	8.27	178	12.92	-64	-4.65
1993	117	8.47	167	12.09	-50	-3.62
1994	117	8.42	137	9.86	-20	-1.44
1995	137	9.80	158	11.30	-21	-1.50
1996	158	11.22	171	12.14	-13	-0.92
1997	135	9.42	186	12.98	-51	-3.56
1998	158	10.80	162	11.08	-4	-0.27
1999	173	11.55	143	9.55	30	2.00
2000	181	11.79	146	9.51	35	2.28
2001	188	11.93	159	10.09	29	1.84
2002	207	12.74	180	11.08	27	1.66
2003	213	12.72	195	11.64	18	1.07
2004	210	12.17	175	10.14	35	2.03

Esta descrição revela, assim, o comportamento irregular da taxa de mortalidade em grande parte da década de noventa, tendência que não se verifica desde finais desta década, uma vez que se observa uma certa tendência para a estabilização dos valores de taxa de mortalidade em torno dos 11,00‰.

Por outro lado, a natalidade apresenta continuamente valores inferiores aos registados pela mortalidade, facto que se traduz num crescimento natural negativo em grande parte do período (*vide* Figura 32 e Quadros 6, 7 e 8). A perda populacional com maior significado ocorre na década de noventa, chegando mesmo a atingir alguns valores expressivos, como é o caso do ano de 1992, que com um valor de -64, regista a maior perda. A partir de 1999, observam-se taxas de crescimento natural positivas, mesmo tratando-se de acréscimos naturais relativamente reduzidos. O maior acréscimo regista-se de 1999 para 2000, apresentando, neste ano, um valor de 35, correspondendo a uma taxa de 2,28‰.

A análise anteriormente realizada da evolução demográfica no Município da Lousã indiciava estas tendências ao nível da dinâmica natural da população, ao mesmo tempo que permitia também identificar comportamentos distintos nas diferentes freguesias, que traduzem um poder de atracção diferenciado sobre populações exógenas (nomeadamente de Coimbra).

Considerando uma outra escala espacial de análise (Figura 33 e Quadro 9) sublinha-se, para o ano de 2001, o crescimento natural positivo que as Freguesias da Lousã e de Vilarinho apresentaram, tendo presente que as restantes cinco freguesias revelaram um crescimento natural negativo com decréscimos naturais entre -3 (Casal de Ermio e Foz de Arouce) e -9 (Serpins). Em 1991, por comparação, todas as freguesias apresentaram um crescimento natural negativo, tendo a Lousã apresentado mesmo o maior decréscimo (com um valor de -22).

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do Município e do território. Efectivamente, é a freguesia mais populosa que revela uma tendência de evolução favorável da dinâmica natural, já que em 2001, o resultado das taxas de natalidade e de mortalidade e correspondente crescimento natural, traduz um acréscimo populacional com um valor de 42 e uma taxa de 4 ‰ (Figuras 34, 35, 36 e 37 e *vide* Quadro 9). Para este ano, apenas esta freguesia e a de Vilarinho apresentam uma taxa de natalidade que supera a de mortalidade, sendo, portanto, as únicas a registar um crescimento natural positivo.

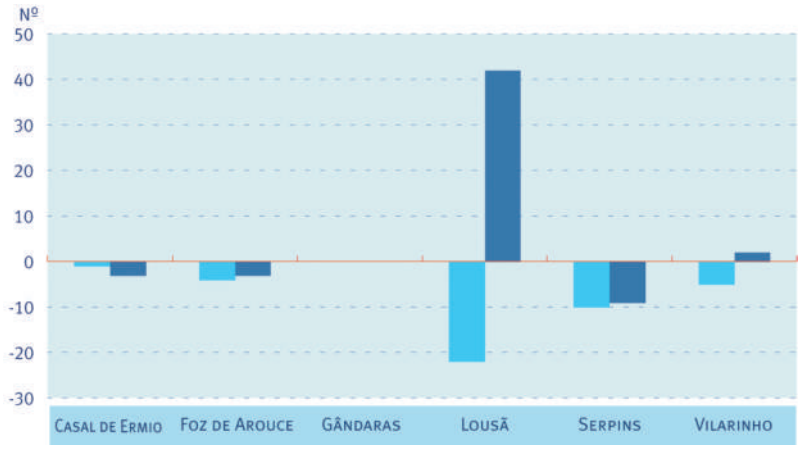


Figura 33 - Crescimento natural por freguesia no Município da Lousã, em 1991 e 2001.

Quadro 9 - Movimentos da população por freguesia no Município da Lousã, em 1991 e 2001. (Fonte: INE.)

Freguesias	1991					
	Natalidade (N)	Taxa de Natalidade (TN)	Mortalidade (M)	Taxa de Mortalidade (TM)	Crescimento Natural (CN)	Taxa de Crescimento Natural (TCN)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casal de Ermio	3	8.88	4	11.83	-1	-2.96
Foz de Arouce	12	11.13	16	14.84	-4	-3.71
Gândaras	–	–	–	–	–	–
Lousã	75	9.01	97	11.66	-22	-2.64
Serpins	20	13.43	30	20.15	-10	-6.72
Vilarinho	20	9.00	25	11.26	-5	-2.25
Total	**130**	**9.67**	**172**	**12.79**	**-42**	**-3.12**

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	2001					
	Natalidade (N)	Taxa de Natalidade (TN)	Mortalidade (M)	Taxa de Mortalidade (TM)	Crescimento Natural (CN)	Taxa de Crescimento Natural (TCN)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casal de Ermio	1	2.76	4	11.05	-3	-8.29
Foz de Arouce	12	10.79	15	13.49	-3	-2.70
Gândaras	2	1.33	2	1.33	0	0.00
Lousã	136	13.08	94	9.04	42	4.04
Serpins	13	7.59	22	12.85	-9	-5.26
Vilarinho	24	11.05	22	10.13	2	0.92
Total	**188**	**11.93**	**159**	**10.09**	**29**	**1.84**

Figura 34 - Taxa de natalidade e taxa de mortalidade por freguesia no Município da Lousã, em 1991.

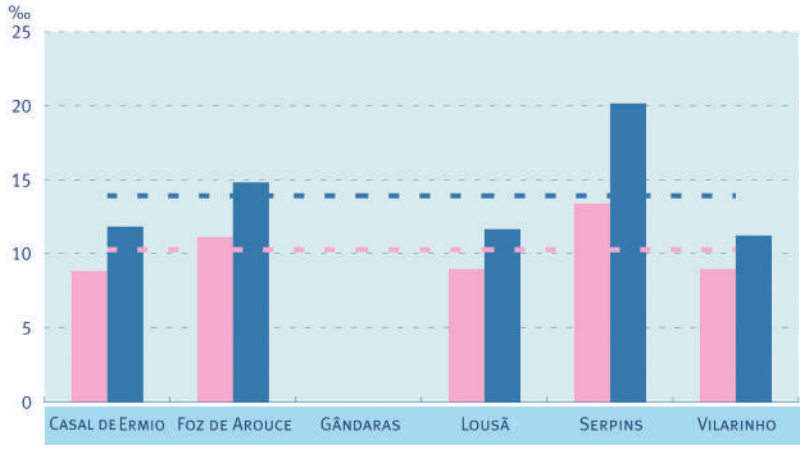
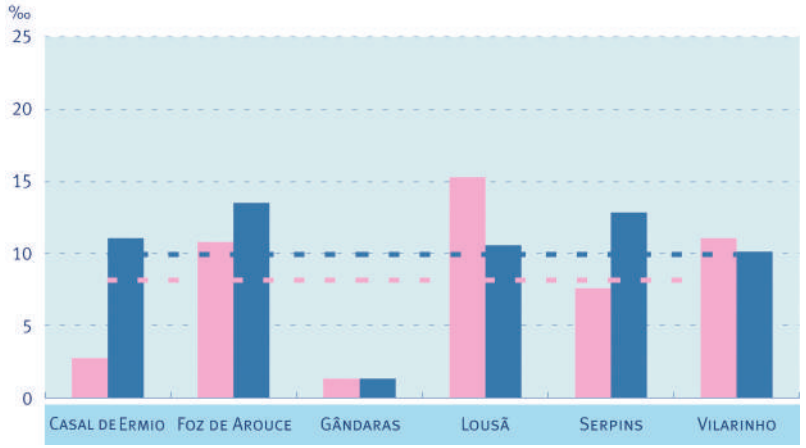
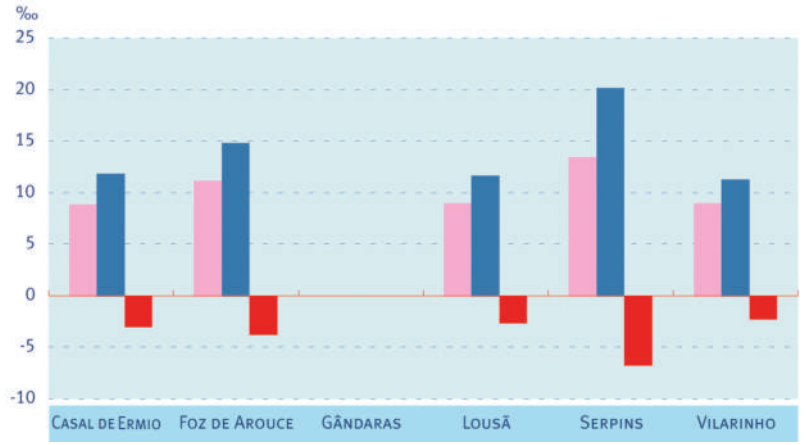


Figura 35 - Taxa de natalidade e taxa de mortalidade por freguesia no Município da Lousã, em 2001.



Taxa de natalidade
Taxa de mortalidade
Média da taxa de natalidade
Média da taxa de mortalidade

Figura 36 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural por freguesia no Município da Lousã, em 1991.



Taxa de natalidade
Taxa de mortalidade
Taxa de crescimento natural

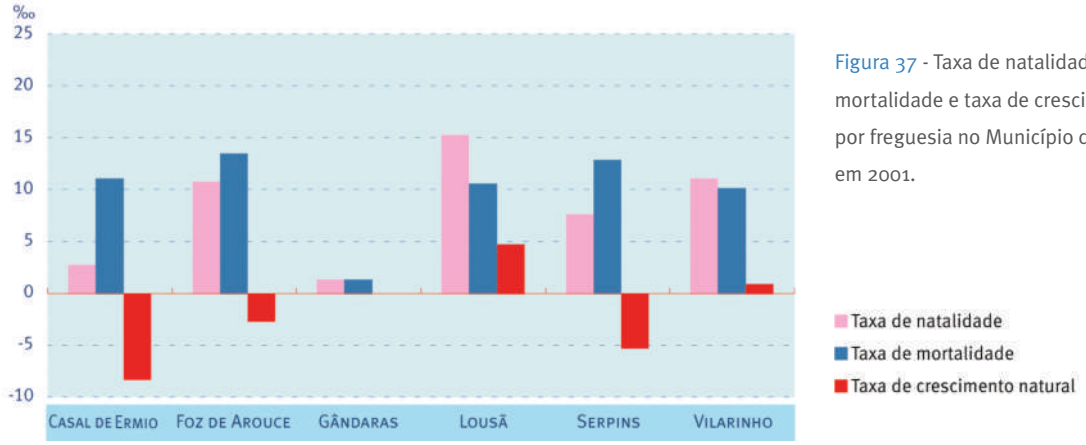


Figura 37 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural por freguesia no Município da Lousã, em 2001.

A consideração da dinâmica das migrações para o Município da Lousã, no ano de 2001, revela uma dinâmica semelhante à descrita com base no crescimento natural (Quadro 10).

Efectivamente, o crescimento natural é positivo em 2001 (com um valor de 29), tal como o saldo das migrações internas e o saldo das migrações totais (valores de 1529 e de 1836, respectivamente).

Assim, a dinâmica demográfica positiva apresentada pelo Município da Lousã em 2001, deve-se fundamentalmente, aos saldos migratórios, interno e total, embora o crescimento natural também apresente valores positivos.

As razões que permitirão entender estes comportamentos devem ser procuradas quer na dinâmica económica do Município, quer na posição de proximidade que o Município ocupa em relação ao maior centro urbano da Região Centro (Coimbra).

Quadro 10 - Crescimento efectivo no Município da Lousã, em 2001.

Fonte: INE, Censos 2001, Lisboa.

Unidade	Natalidade (N)	Mortalidade (M)	Crescimento Natural (CN)	I concelho	I estrangeiro	E concelho	Saldo das Migrações Internas (SMI)	Saldo Migratório Total (SMT)	Crescimento Efectivo (CE)
Lousã	188	159	29	2035	307	506	1529	1836	1865

2.1.5. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO: SEXO E IDADES

A análise da evolução da população deve contemplar também o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas traduzem não apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem também uma leitura da perspectiva histórica dos acontecimentos que marcam a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas. Consideram-se, para efeitos de análise, as pirâmides etárias relativas a 1991 e 2001 para as diferentes freguesias do Município da Lousã, centrando a atenção nos respectivos perfis populacionais. Em paralelo, apresentam-se alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população. Conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica natural da população, torna-se possível contextualizar e reflectir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população por escalão etário parece ser a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha de modo bastante claro a crescente tendência para o envelhecimento da população (Figura 38 e Quadro 11). Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos grupos etários, verifica-se que, no Município, a população adulta (25-64 anos) e a idosa (mais de 65 anos) sofreram um aumento desde 1981 (de 61,5% para 70,8%), enquanto que a população jovem-adulta (15-24) e a jovem (0-14) decresceram no mesmo período (de 38,5% para 29,2%), facto que traduz um duplo envelhecimento, fenómeno que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos e que deve merecer reflexão dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida (a população de 65 anos ou mais representava 17,6% da população total em 2001).

Considerando a evolução desde 1981 pode concluir-se que, nem mesmo a posição de proximidade que o Município apresenta relativamente a Coimbra,

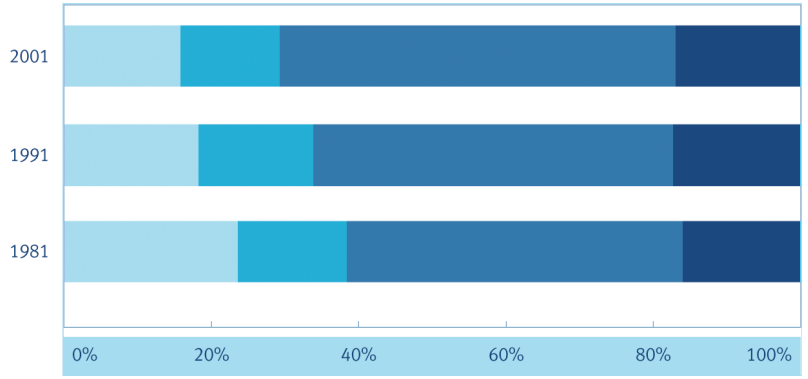


Figura 38 - População residente no Município da Lousã, segundo os grandes grupos etários, em 1981, 1991 e 2001.

0 - 14 anos
15 - 24 anos
25 - 64 anos
65 anos ou mais

Grupos Etários	1981		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - 14 anos	3079	23.65	2443	18.17	2480	15.74
15 - 24 anos	1927	14.8	2096	15.59	2120	13.46
25 - 64 anos	5926	45.51	6562	48.8	8466	53.74
65 anos ou mais	2088	16.04	2346	17.45	2687	17.06
Total	13020	100	13447	100	15753	100

Quadro 11 - Grandes grupos etários no Município da Lousã, em 1981, 1991 e 2001.

Fonte: INE, Recenseamento da População de 1981, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

motiva algum rejuvenescimento da população, mesmo tendo em atenção a dinâmica económica observada neste território nos últimos anos. Esta evolução traduz uma perda de população jovem (de 7,9%) e um acréscimo de população idosa (de 1%) entre 1981 e 2001. Por outro lado, a população jovem-adulta aumentou neste período (6,9%), facto que retrata a dinâmica demográfica anterior. Para o período mais recente detectam-se alguns comportamentos singulares.

Efectivamente, a análise dos resultados da estrutura etária para o Município da Lousã sublinham para o último período intercensitário, uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, tendência que deve motivar uma séria reflexão, mesmo tendo presente que é menos expressiva que a registada para a Região Centro, alinhando aliás com a evolução registada em Portugal e nos países desenvolvidos (Quadro 12). Com efeito, entre 1991 e 2001, o grupo dos jovens sofreu um acréscimo de 7,3%, o dos jovens-adultos uma diminuição de 1,8%, ao passo que o grupo da população activa e dos idosos registou um forte acréscimo (de 28,7% e de 12,5%, respectivamente). Globalmente, como vimos, o Município teve um acréscimo populacional expressivo de 17,1%.

Grupos Etários	1991		2001	
	Nº	%	Nº	%
0 - 14 anos	328396	19,07	352388	15,01
15 - 24 anos	263785	15,32	322118	13,72
25 - 64 anos	843044	48,97	1217213	51,83
65 anos ou mais	286425	16,64	456678	19,45
Total	**1721650**	**100**	**2348397**	**100**

Quadro 12 - Grandes grupos etários na Região Centro, em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

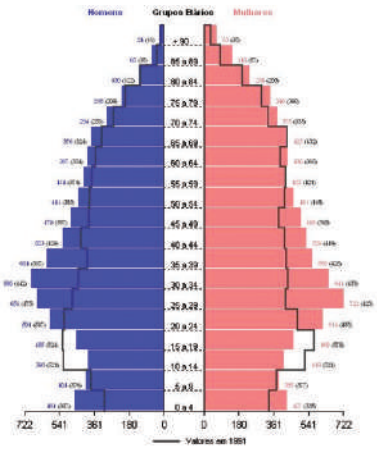


Figura 39 - Pirâmide etária da população residente no Município da Lousã, de 1991 a 2001.

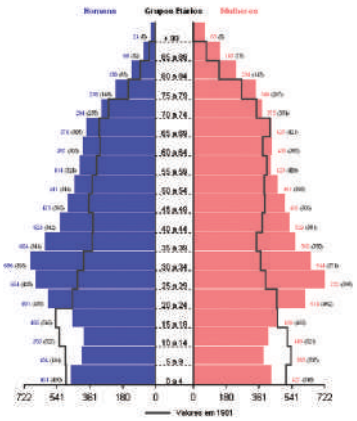


Figura 40 - Pirâmide etária da população residente no Município da Lousã, de 1981 a 2001.

Tendo por comparação a evolução da estrutura demográfica para o período anterior (entre 1981 e 1991), sublinha-se o facto de a tendência de envelhecimento não se ter reforçado, já que a diminuição dos jovens foi mais expressiva nesta década (-20,6% contra 1,5% nos anos noventa). No entanto, ao mesmo tempo, o acréscimo de população de 65 ou mais anos foi mais vincado na década mais recente (14,5% contra 12,4%). Estes resultados indiciam um abrandamento na forma como a evolução da população se tem vindo a fazer. A análise da pirâmide etária do Município da Lousã para o ano de 2001 reflecte, tendo por referência o ano de 1991, um envelhecimento da população, que se traduz por um alargamento sobretudo do grupo entre os 25 e os 59 anos (Figura 39). Também o topo da pirâmide (grupo entre 70 e 90 anos) apresenta um número de indivíduos superior em 2001. Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens (sobretudo dos 10 aos 19 anos) corresponde, naturalmente, um aumento da população idosa (a partir dos 20 anos o número de indivíduos total e por sexo é superior em 2001 em relação a 1991), não havendo diferenças significativas por sexo[10].

Um último comentário sublinha o facto de o escalão etário dos 0 aos 4 anos, para ambos os sexos, ser superior em 2001, bem como apresentar mais indivíduos do que o escalão etário seguinte, facto que pode indiciar uma tendência de rejuvenescimento da população, que só o futuro poderá confirmar. O perfil da pirâmide, que indica um envelhecimento da população, traduz também o comportamento das variáveis do crescimento efectivo, que reflectem, como se referiu, a dinâmica socio-económica e a proximidade a um centro urbano de importância nacional.

A análise comparativa da pirâmide etária relativa a 1981 e 2001 reforça os comentários anteriormente realizados (Figura 40). Tomando os valores de 1981 como referência, observam-se perfis de população semelhantes aos descritos anteriormente. A perda de população nos escalões etários jovens (0 a 19 anos) está bem expressa na pirâmide de 1981. Os perfis foram, entretanto, alterados, facto que reflecte os aspectos anteriormente referidos.

Atendendo aos valores do índice de envelhecimento, estes indicam que para o total da população, passou de 96% em 1991 para 108,3% em 2001 (Quadro 13). Tratam-se de valores algo expressivos considerando o contexto nacional, já que esta relação era no Continente de 69,5% em 1991 evoluindo para 104,5% em 2001. Constata-se que à excepção das Freguesias da Lousã e de Vilarinho, todas as outras registam diminuições dos valores do índice de

[10] *Mesmo tendo presente que as mulheres apresentam uma maior esperança média de vida que os homens.*

envelhecimento, contudo, o índice geral do Município registou um acréscimo, o que revela a tendência para o envelhecimento da população.

Considerando os valores por sexo, o escalão etário das mulheres apresenta índices de envelhecimento superiores e mais expressivos (129,3% para as mulheres contra 88,0% para os homens em 2001, sendo que em 1991 eram de 111,9% e 79,7%, respectivamente). Os valores registados para o Continente são nos dois anos e para ambos os sexos inferiores. Esta evolução traduz a dinâmica natural da população, em que as mulheres apresentam uma esperança média de vida superior à dos homens e migram em menor número.

A leitura dos resultados do coeficiente de dependência ajuda também a reflectir sobre a necessidade de definir políticas activas no que diz respeito à população (*vide* Quadro 13). Efectivamente, ocorreu uma ligeira diminuição do valor deste coeficiente entre 1991 e 2001, de 55,3% para 48,8%, no entanto, mesmo tendo diminuído, a importância dos não activos para os activos, os resultados são ainda expressivos, o que faz depender mais acentuadamente os não activos dos activos no Município da Lousã, facto que condicionará as políticas sociais no futuro próximo. Naturalmente, pelo que foi dito, esta tendência é mais acentuada no caso do sexo feminino, dado o número de activos ser inferior nas mulheres, por um lado, e atendendo ao diferente comportamento que os dois sexos revelam em termos de índice de envelhecimento. Por outro lado, a título de comparação, os valores do Continente reflectem a mesma realidade, revelando tendências no sentido da dependência dos não activos em relação aos activos, só que neste nível espacial de análise os valores são relativamente menores. Esta leitura deve ser realizada com algum cuidado, já que diminuindo o número de jovens não se verifica uma evolução no mesmo sentido dos idosos, logo as políticas sociais tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento futuro dos territórios.

Quadro 13 - Índice de envelhecimento e coeficiente de dependência por freguesia no Município da Lousã, em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

Freguesias	Índice de envelhecimento (%)						Coeficiente de dependência (%)					
	H		M		HM		H		M		HM	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Casal de Erminio	80.556	80.556	158.33	142.86	111.67	107.81	61.321	51.587	59.048	66.019	60.19	58.079
Foz de Arouce	135	108.99	147.87	160.23	141.95	134.46	56.798	53.602	71.472	65.429	64.079	59.541
Lousã	71.925	79.505	100.77	122.3	86.667	100.48	47.559	43.831	56.863	50.67	52.26	47.301
Serpins	139.05	130.63	143.97	134.75	141.87	132.94	58.102	45.714	74.459	58.584	66.555	52.178
Vilarinho	58.723	93.064	110.61	141.61	82.448	115.53	57.517	45.504	57.517	48.387	55.206	46.955
Total	**79.651**	**87.997**	**111.95**	**129.3**	**96.029**	**108.35**	**50.549**	**45.099**	**59.968**	**52.452**	**55.313**	**48.81**
Continente	**56.466**	**85.654**	**83.1**	**124.31**	**69.478**	**104.54**	**48.585**	**45.034**	**51.633**	**50.244**	**50.148**	**47.682**

A consideração da pirâmide etária relativa ao ano de 1950 sublinha a tendência de envelhecimento da população, uma vez que os escalões etários jovens perderam população de forma significativa (entre os 0 e os 24 anos), sendo que a partir dos 25 anos existem mais indivíduos em 2001 (Figura 41). As classes etárias correspondentes aos idosos reflectem esta tendência de forma clara.

A evolução ocorrida nas décadas mais recentes reflecte, assim, um cenário de marcado envelhecimento da população (mesmo tendo em atenção alguns elementos que poderão inverter as tendências do passado recente), o que deve motivar, desde logo, a definição de novas políticas de desenvolvimento, privilegiando não só a vertente social de apoio aos idosos e às crescentes necessidades ao nível da saúde e da participação na sociedade, mas também de investimento em actividades que permitam fixar população, valorizando o quadro produtivo e o património natural e histórico-cultural do Município.

Traduzindo a análise das pirâmides etárias para as diferentes freguesias do Município da Lousã (Figuras 42, 43, 44, 45 e 46), no quadro geral de diminuição da população nos escalões etários jovens e aumento nos outros dois grupos (sobretudo no escalão dos adultos), deve sublinhar-se a semelhança do perfil populacional observado nas freguesias que se identificaram como sendo as mais populosas - Lousã, Vilarinho e Serpins. É de salientar que as Freguesias da Lousã e de Serpins se caracterizam por apresentar uma população com um nítido fenómeno de rejuvenescimento da população, uma vez

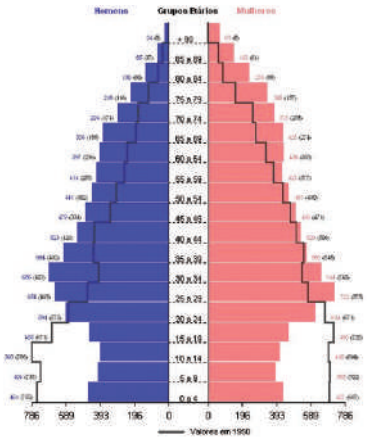


Figura 41 - Pirâmide etária da população residente no Município da Lousã, de 1950 a 2001.

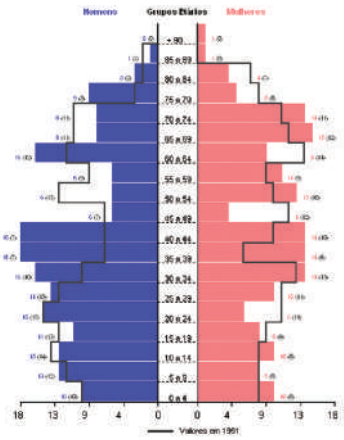


Figura 42 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Casal de Ermio, de 1991 e 2001.

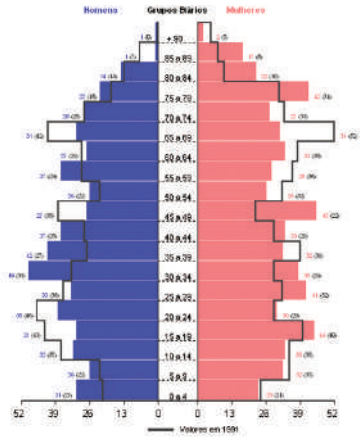


Figura 43 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Foz de Arouce, de 1991 e 2001.

que os escalões etários dos jovens, e, em particular, dos 0 aos 4 anos, registam um quantitativo de indivíduos em 2001 muito superior.

Contrariando as tendências bem definidas no sentido da diminuição, no caso da população no intervalo etário dos 10 aos 19 anos, e do aumento, no caso da população idosa, a população adulta não apresenta uma tendência bem definida. Todavia, permite, ainda assim, constatar que, de uma forma geral, ocorre um aumento populacional significativo no intervalo etário dos 25 aos 49 anos, em todas as freguesias.

A observação das pirâmides etárias das freguesias traduz globalmente os aspectos referidos: classes jovens ocas e escalão etário correspondente à população idosa em expansão, o que se materializa num envelhecimento da população.

Em síntese, como se procurou demonstrar, a população do Município tem envelhecido, acompanhando, aliás, a tendência de quase todo o país, mesmo sendo detectados alguns comportamentos no sentido de algum rejuvenescimento populacional nas freguesias com maiores quantitativos populacionais. Este facto parece estar relacionado, segundo os especialistas, não só com a mudança de mentalidades, o que se reflecte na diminuição do número de filhos por casal, mas também com a procura de melhores condições de vida por parte da população activa jovem e em idade de procriar. Parece, pois, que a freguesia sede do Município apresenta alguma capacidade de fixar este tipo de população, pelas razões já referidas e que se prendem com a proximidade à cidade de Coimbra.

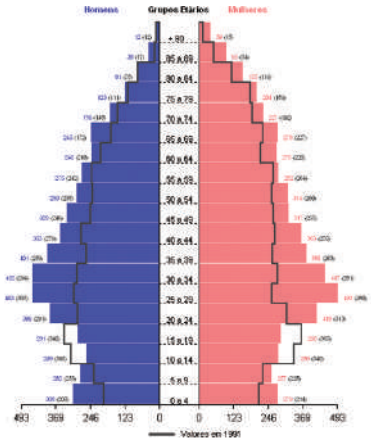


Figura 44 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia da Lousã, de 1991 e 2001.

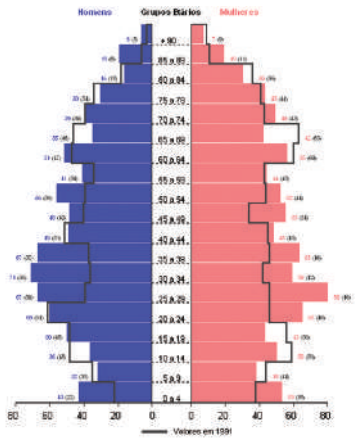


Figura 45 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Serpins, de 1991 e 2001.

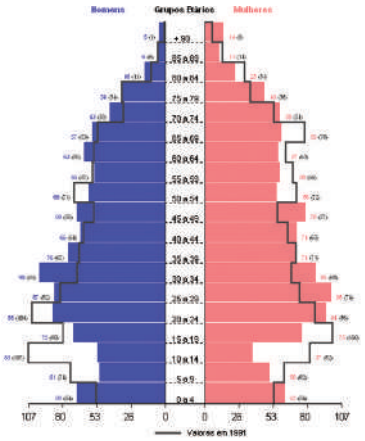


Figura 46 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Vilarinho, de 1991 e 2001.

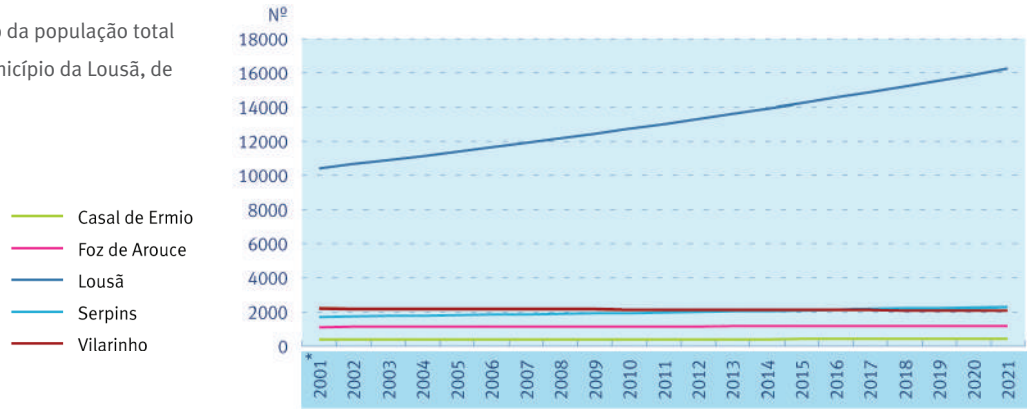
2.1.6. O FUTURO: TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO

Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas e as principais implicações do ponto de vista da organização das infra-estruturas e das actividades no território, importa, no quadro dos objectivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das duas primeiras décadas do século XXI. A metodologia seguida apresenta valores de projecção da população total e por sexos, por ano, até 2021. Considerou-se no cálculo o crescimento observado entre 1991 e 2001, partindo do princípio que se manterá nas próximas décadas (método matemático e modelo geométrico). Por outro lado, no que se refere aos movimentos migratórios, partiu-se da hipótese de existir um saldo nulo, pensando que as saídas de população serão compensadas por entradas em igual número. Por fim, são apresentados valores por freguesia e não por grupo etário, dado que uma projecção com tal desagregação só deve ser realizada para unidades espaciais maiores. Acresce o facto do número de óbitos e de nascimentos, tal como se viu, ser reduzido, mas com significado no quadro da demografia portuguesa, o que condiciona qualquer exercício de projecção de população para a desagregação que considera os escalões etários. Mas, mesmo tendo em atenção estas limitações teórico-metodológicas, são apresentadas também as principais tendências para os diferentes grupos etários.

Naturalmente que no contexto de um Atlas Desportivo, é importante conhecer com algum pormenor as tendências evolutivas, mesmo que isso possa significar cometer erros, que serão em todo o caso de menor amplitude, tendo em atenção as opções a realizar no quadro das políticas a seguir e dos investimentos que as materializam. As premissas de base são, em todo o caso, bastante cautelosas, pelo que a evolução deverá sempre superar os valores projectados.

A Figura 47 e o Quadro 14 apresentam os resultados da projecção da população, por ano, até 2021.

Figura 47 - Projecção da população total por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021.



Freguesias	2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casal de Ermio	362	364	367	370	372	375	377	380	382	385	388	390	393
Foz de Arouce	1 112	1 115	1 119	1 122	1 126	1 129	1 133	1 136	1 140	1 144	1 147	1 151	1 154
Lousã	10 395	10 629	10 868	11 113	11 363	11 618	11 880	12 147	12 421	12 700	12 986	13 278	13 577
Serpins	1 712	1 736	1 760	1 785	1 810	1 836	1 862	1 888	1 914	1 941	1 968	1 996	2 024
Vilarinho	2 172	2 167	2 162	2 158	2 153	2 148	2 143	2 138	2 134	2 129	2 124	2 119	2 115
Total	**15 753**	**16 004**	**16 260**	**16 519**	**16 783**	**17 050**	**17 322**	**17 599**	**17 879**	**18 165**	**18 454**	**18 749**	**19 048**

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2011-2001	2021-2011	2021-2001
Casal de Ermio	396	398	401	404	407	410	412	415	26	28	53
Foz de Arouce	1 158	1 161	1 165	1 169	1 172	1 176	1 180	1 183	35	36	71
Lousã	13 883	14 195	14 514	14 841	15 175	15 516	15 866	16 223	2 591	3 237	5 828
Serpins	2 053	2 081	2 111	2 140	2 170	2 201	2 232	2 263	256	295	551
Vilarinho	2 110	2 105	2 101	2 096	2 091	2 087	2 082	2 077	- 48	- 47	- 95
Total	**19 352**	**19 661**	**19 974**	**20 293**	**20 617**	**20 946**	**21 280**	**21 619**	**2 701**	**3 165**	**5 866**

Quadro 14 - Projecção da população total por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021. (2001* - INE, *Censos 2001*, Lisboa)

Considerando os valores totais para o Município da Lousã, uma primeira ideia a referir destaca o crescimento positivo que ocorrerá por década e que se traduzirá num acréscimo populacional (mais 2701 habitantes em 2011 e mais 3165 habitantes em 2021). Em 2001, a população residente no Município era de 15753 habitantes.

A análise por freguesia sublinha uma tendência de crescimento nas freguesias mais populosas do Município da Lousã, destacando-se o comportamento das Freguesias da Lousã e de Serpins. Efectivamente, Lousã terá mais 2591 habitantes em 2011 passando a população residente a ser de 12986 habitantes, a que acrescem mais 3237 indivíduos em 2021, passando a população residente a ser de 16223 habitantes. A Freguesia de Serpins terá também um número de residentes superior (mais 256 e 295 habitantes em 2011 e 2021, para valores totais de residentes de 1968 e 2263). As duas freguesias cuja população residente em 2001 supera os 1000 habitantes (Foz de Arouce e Vilarinho) registam evoluções diferenciadas. Com efeito, Foz de Arouce registará igualmente um aumento de população, com acréscimos contudo menores (mais 35 e 36 habitantes em 2011 e 2021, para quantitativos populacionais totais de 1147 e 1183). Por outro lado, para a Freguesia de Vilarinho prevê-se um decréscimo populacional (menos 48 e 47 habitantes em 2011 e 2021, para valores totais de

residentes de 2124 e 2077). No caso da Freguesia de Casal de Ermio, esta irá registar acréscimos populacionais, embora não sejam muito significativos (mais 26 e 28 habitantes em 2011 e 2021, para valores de população totais de 388 e 415).

Representando a Freguesia da Lousã 66% (10395) do total de habitantes do Município em 2001, esta passará a representar 75% (16223) dos residentes em 2021[11]. Perspectiva-se, assim, um reforço da sede do Município com um aprofundamento do padrão de povoamento e, consequentemente, das assimetrias entre freguesias.

Por último, refere-se que a relação entre a população das três freguesias mais populosas (Lousã, Serpins e Vilarinho) e a população do Município indicia o reforço da primeira e segunda, já que representando 91% da população do Município em 2001, passarão a concentrar 95% do quantitativo de residentes em 2021.

A evolução projectada reforça, assim, o dispositivo territorial dominado pela sede do Município. Deve ter-se presente que se está em presença

[11] *O valor projectado para o Município resulta da aplicação da fórmula do cálculo e não da soma das freguesias. Como tal, o valor total não corresponde à soma dos valores parciais referentes às freguesias.*

Quadro 15 - Projecção da população masculina por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021. (2001* - INE, *Censos 2001*, Lisboa).

Freguesias	2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casal de Ermio	191	193	195	197	200	202	204	206	209	211	213	216	218
Foz de Arouce	533	534	536	537	539	540	542	543	544	546	547	549	550
Lousã	5 001	5 115	5 232	5 352	5 474	5 599	5 727	5 858	5 991	6 128	6 268	6 411	6 558
Serpins	816	831	846	861	876	892	908	924	941	958	975	992	1 010
Vilarinho	1 068	1 067	1 066	1 065	1 064	1 063	1 061	1 060	1 059	1 058	1 057	1 056	1 055
Total	**7 609**	**7 737**	**7 867**	**7 999**	**8 133**	**8 270**	**8 408**	**8 550**	**8 693**	**8 839**	**8 987**	**9 138**	**9 292**

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2011-2001	2021-2011	2021-2001
Casal de Ermio	221	223	225	228	231	233	236	238	22	25	47
Foz de Arouce	552	553	555	556	558	559	561	562	14	15	29
Lousã	6 708	6 861	7 018	7 178	7 342	7 509	7 681	7 856	1 267	1 588	2 855
Serpins	1 028	1 047	1 066	1 085	1 104	1 124	1 144	1 165	159	190	349
Vilarinho	1 054	1 053	1 052	1 051	1 050	1 048	1 047	1 046	- 11	- 11	- 22
Total	**9 448**	**9 606**	**9 768**	**9 932**	**10 098**	**10 268**	**10 440**	**10 616**	**1 378**	**1 628**	**3 007**

de um Município que apresenta capacidade de atrair e fixar população, no quadro de um território próximo da cidade de Coimbra, que revela um forte dinamismo económico e também demográfico. A análise da projecção da população para os homens e para as mulheres segue de perto os comportamentos anteriormente descritos e a relação existente entre homens e mulheres (Quadros 15 e 16).

O elemento estrutural das projecções por sexo destaca o facto de o aumento da população entre 2001 e 2021 ser para a Freguesia da Lousã, superior no sexo feminino. No caso das outras freguesias mais populosas e para as quais se projecta igualmente um acréscimo de população, o aumento é superior no sexo masculino, exceptuando Foz de Arouce. Na Freguesia de Vilarinho o decréscimo projectado é maior no sexo feminino.

Por outro lado, no sentido de antever os cenários futuros, utilizou-se também o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por escalões etários). Os resultados da aplicação deste método a populações particulares fornecem informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excepcional (catástrofes, guerras, epidemias, entre outras.).

Quadro 16 - Projecção da população feminina por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021. (2001* - INE, *Censos 2001*, Lisboa).

Freguesias	2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casal de Ermio	171	171	172	172	173	173	173	174	174	175	175	176	176
Foz de Arouce	579	581	583	585	587	589	591	593	596	598	600	602	604
Lousã	5 394	5 514	5 636	5 761	5 889	6 020	6 153	6 290	6 429	6 572	6 718	6 867	7 019
Serpins	896	906	915	925	935	945	955	965	975	986	996	1 007	1 017
Vilarinho	1 104	1 100	1 097	1 093	1 089	1 085	1 082	1 078	1 075	1 071	1 067	1 064	1 060
Total	**8 144**	**8 268**	**8 393**	**8 521**	**8 650**	**8 781**	**8 914**	**9 050**	**9 187**	**9 327**	**9 468**	**9 612**	**9 758**

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2011-2001	2021-2011	2021-2001
Casal de Ermio	176	177	177	178	178	178	179	179	4	4	8
Foz de Arouce	606	608	610	612	615	617	619	621	21	21	42
Lousã	7 175	7 334	7 497	7 664	7 834	8 007	8 185	8 367	1 324	1 649	2 973
Serpins	1 028	1 039	1 050	1 061	1 073	1 084	1 096	1 107	100	111	211
Vilarinho	1 056	1 053	1 049	1 046	1 042	1 039	1 035	1 032	- 37	- 36	- 72
Total	**9 906**	**10 056**	**10 209**	**10 364**	**10 521**	**10 681**	**10 843**	**11 008**	**1 324**	**1 540**	**2 864**

Os resultados projectados para o futuro traduzem não só a composição (sexo e idades) populacional da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospectivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios).

O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (12 de Março de 2001), projectando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2021.

Os problemas relacionados com a escala geográfica de análise e com a qualidade dos dados, são aspectos que devem merecer uma especial atenção no cálculo e interpretação dos resultados da projecção.

Como último elemento, importa sublinhar que os resultados da evolução da população traduzem apenas a consideração das variáveis responsáveis pela dinâmica natural das populações (mortalidade e fecundidade), já que é difícil obter dados sobre as migrações desagregados (por sexo e idades), para o nível espacial utilizado (freguesia). Foi com base nestes pressupostos e tendo em atenção que a população no tempo de partida traduz também os efeitos da dinâmica migratória que, para o período de 2001-2021, se projectaram os valores de população por sexo e idades.

Estes valores devem ser entendidos como tendências na hora de planear equipamentos e infra-estruturas e tomar decisões no âmbito da apresentação de cartas (educativas, desportivas e sociais). A utilização de ferramentas informáticas no quadro dos Sistemas de Informação Geográfica possibilita prospectivar cenários futuros numa base espacial, introduzindo, desta forma, outras variáveis ao tomar decisões sobre a racionalização e utilização de equipamentos e a realização de investimentos.

A análise realizada permite apresentar uma síntese dos principais comportamentos detectados.

No que se refere à evolução demográfica da Lousã, regista-se um aumento da população nas décadas mais recentes, o qual resulta da capacidade de atracção deste Município (proximidade a Coimbra) e, em menor grau, também da dinâmica natural da população. Acresce que os valores do saldo de migrações, quer interno, quer total, revelam uma capacidade do Município para atrair residentes. O crescimento natural apresenta taxas de natalidade variáveis e relativamente baixas e taxas de mortalidade superiores, em linha com o observado em grande parte dos territórios portugueses. Esta evolução, tendo em atenção os efeitos da dinâmica natural e da mobilidade da população, deve ser perspectivada no quadro da demografia portuguesa das décadas mais recentes.

Numa aproximação na escala de análise, e numa perspectiva ao nível

da freguesia, destaca-se a evolução demográfica favorável da generalidade das freguesias e, sobretudo, da sede de Município (Lousã).

Relativamente à distribuição da população residente no território do Município, constata-se um dispositivo espacial em que ocorre um nítido reforço da sede de Município (Lousã). Está-se, assim, em presença de um território que tem sido capaz de valorizar as vantagens da localização e da posição num contexto regional e de proximidade ao centro urbano de Coimbra. É neste sentido que as políticas a definir e as decisões a tomar devem ser perspectivadas, tendo em atenção o contexto da análise realizada e as tendências detectadas.

Os dados da geo-economia procuram complementar a análise demográfica.

2.2. AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

2.2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

A caracterização da população deve também considerar a estrutura segundo as actividades económicas e, de uma forma geral, os aspectos que permitam entender os principais elementos da dinâmica económica, mesmo tendo em atenção que serão apresentados apenas dados para o Município da Lousã.

Um primeiro comentário realiza-se tendo por base a população activa total, os empregados e os desempregados e as respectivas taxas.

Em termos de taxa de actividade, o Município da Lousã apresenta valores inferiores aos calculados para o Continente, quer no ano de 1991 (40,1% contra 44,9%), quer no ano de 2001 (47,87% contra 48,4%) (Quadro 17). Contudo, enfatiza-se um reforço superior ao registado no Continente na última década. Os valores absolutos de activos totais são de 5392 em 1991 e de 7523 em 2001.

Quadro 17 - Indicadores síntese de dinâmica populacional e emprego, em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

Unidade	População residente		Variação populacional (%)	População activa total	População empregada		Taxa de actividade (%)						Taxa de desemprego (%)	
							1991			2001				
	1991	2001	1991-2001	1991	1991	2001	H	M	HM	H	M	HM	1991	2001
Lousã	13447	15753	17.15	5392	4992	7052	51	30	40.1	54.2	41.7	47.8	7.4	6.30
Continente	9375926	9869343	5.3	4203156	3945520	4450711	54.4	36	44.9	54.9	42.3	48.4	6.1	6.90

O reforço da taxa de actividade ocorreu num contexto de um contributo mais expressivo das mulheres, já que os valores da taxa de actividade passaram de 30% para 41,7%, enquanto que no caso dos homens se registou um ligeiro aumento (de 51% para 54,2%). Acresce que esta evolução acompanhou a registada no Continente, sendo que neste ocorreu também sobretudo um acréscimo de mulheres na população activa (de 36% para 42,3%), uma vez que os activos masculinos registaram um muito ligeiro reforço (de 54,4% para 54,9%).

No que diz respeito à taxa de desemprego, a Lousã, no ano de 1991, apresentava um valor de 7,4%, bastante superior aos 6,1% do Continente. Contudo, esta situação inverte-se em 2001, já que o Município registava uma taxa de 6,3 %, ligeiramente inferior à de 6,9% do Continente.

2.2.2. SECTORES DE ACTIVIDADE E PROFISSÕES

A análise da repartição da população activa empregada por sector de actividade económica sublinha a importância que as actividades relacionadas com o sector terciário têm no Município, uma vez que este sector representa no ano mais recente (2001) 62,6% dos empregados (Quadro 18). Trata-se de um valor superior ao registado no Continente (59,7%). Na última década verificou-se um reforço significativo do emprego neste sector de actividade, acréscimo em linha com o registado no Continente, se bem que claramente superior (85,2% contra 31,9%).

No que se refere ao sector secundário, actividade com alguma expressão no Município, este apresenta uma estrutura com um número de activos muito semelhante ao registado no Continente em 2001 (35,7% e 35,5%). A maior importância traduz um ligeiro acréscimo de activos durante a década de noventa, uma vez que ocorreu um reforço de 5,8% no Município, sendo de 4,2% no caso do Continente.

Por último, destaca-se a evolução ocorrida nas actividades do sector primário,

Quadro 18 - População residente empregada segundo o sector de actividade económica, em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

Unidade	Ano	1º	2º	3º	Total
Lousã	1991	237	2374	2381	4992
		4.8	**47.6**	**47.8**	**100**
	2001	131	2511	4410	7052
		1.9	**35.7**	**62.6**	**100**
Continente	1991	413325	1517744	2014451	3945520
		10.5	**38.5**	**51.1**	**100**
	2001	211603	1581676	2657432	4450711
		4.8	**35.5**	**59.7**	**100**
Lousã	1991-2001 (%)	-44.8	5.8	85.2	41.3
Continente		**-48.8**	**4.2**	**31.9**	**12.8**

com uma diminuição de 44,8% dos activos na década de noventa, correspondendo em 2001 os empregados a apenas 1,9% dos activos, valor inferior ao verificado no Continente (4,8%). Trata-se, como se verá, em especial de actividades ligadas à agricultura (produtos hortícolas) especialmente para auto-consumo, à silvicultura, pecuária e apicultura (produção certificada do Mel da Serra da Lousã).

Esta evolução, ao permitir compreender as características da repartição sectorial do emprego indicia, desde logo, o dinamismo recente desta área e um potencial de crescimento que deve ser explorado.

A leitura da evolução e da estrutura da população residente empregada segundo os grupos de profissões permite ampliar o conhecimento da socio-económica do território (Quadro 19). Efectivamente, predomina o Grupo 7 - Trabalhadores da produção industrial e artesãos - (20,5% dos activos empregados em 2001), grupo que registou desde 1991 um reforço dos activos (de 697 para 1445).

O Grupo 9 - Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços - tem, na estrutura da população residente empregada, uma importância elevada, representando 14,7% dos empregados em 1991 e 17,6% em 2001.

O Grupo 5 - Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares -, também apresenta uma importância significativa, representado em 1991, 13,3% dos empregados e 15,9% em 2001. São ainda de destacar os Grupos 4 - Pessoal do Comércio e Vendedores -, e o Grupo 8 - Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores - tendo importância em termos estruturais (10,6% e 10,4%, em 2001, respectivamente).

Destaca-se, ainda, por apresentar um forte acréscimo, o Grupo 2 - Profissões intelectuais e científicas -, que passa de 3,3% em 1991 para 7,0% em 2001, ou seja, passa dos 78 empregados para os 492.

Quadro 19 - População residente empregada segundo grupos de profissões, em 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa

Unidade	Ano	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 0	Total
Lousã	1991	158	78	162	190	316	93	697	329	350	7	2380
		6.6	**3.3**	**6.8**	**8.0**	**13.3**	**3.9**	**29.3**	**13.8**	**14.7**	**0.3**	**100**
	2001	461	492	615	751	1123	133	1445	736	1244	52	7052
		6.5	**7.0**	**8.7**	**10.6**	**15.9**	**1.9**	**20.5**	**10.4**	**17.6**	**0.7**	**100**
Continente	1991	169702	222100	293959	421440	527156	322321	943714	353157	651544	40427	3945520
		4.3	**5.6**	**7.5**	**10.7**	**13.4**	**8.2**	**23.9**	**9**	**16.5**	**1**	**100**
	2001	316592	381462	425888	490874	626455	169359	963886	386603	658817	30775	4450711
		7.1	**8.6**	**9.6**	**11**	**14.1**	**3.8**	**21.7**	**8.7**	**14.8**	**0.7**	**100**
Lousã	1991-2001 (%)	191.8	530.8	279.6	295.3	255.4	43.0	107.3	123.7	255.4	642.9	196.3
Continente		**86.6**	**71.8**	**44.9**	**16.5**	**18.8**	**-47.5**	**2.1**	**9.5**	**1.1**	**-23.9**	**12.8**

3. CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

Em termos viários, o Município da Lousã apresenta uma cobertura razoável, devendo ser referido, desde logo, o importante constrangimento físico que a Serra da Lousã representa em termos de acessibilidade no sector leste e sudeste, mas em particular e, no que diz respeito às acessibilidades ao principal núcleo urbano da região - Coimbra -, a localização a Noroeste e a Oeste, do Maciço Marginal de Coimbra, o qual provoca grandes constrangimentos nas acessibilidades ao longo do rio Ceira, ou seja, no caso da EN17 (habitualmente designada "Estrada da Beira"). No seio do território municipal, o facto de a morfologia ser caracterizada por uma distribuição heterogénea dos declives, condiciona as movimentações da população, em determinados sectores do território, assim como num contexto intermunicipal e regional.

De facto, uma observação conjunta da hipsometria e da rede viária do Município mostra que o desenvolvimento desta última reflecte claramente a existência de dois sectores: um referente ao sector montanhoso - Serra da Lousã -, onde se encontram os relevos mais importantes que significam maiores dificuldades de acesso, e o outro referente ao sector central do território municipal, onde se localiza a sede de Município, correspondente à denominada Bacia da Lousã, e no qual se encontram reunidas boas condições de acessibilidade.

Esta situação remete-nos para a identificação de alguns elementos rodoviários que são fundamentais, sobretudo na dinâmica e fluxos que se estabelecem entre as freguesias do Município da Lousã e até mesmo com os Municípios vizinhos (Figura 48). Uma análise da rede de acessibilidades torna possível destacar de imediato três vias de comunicação de classificação nacional, a já referida Estrada Nacional 17 (EN 17), a Estrada Nacional 342 (EN 342) e a Estrada Nacional 236.

A EN 17 (Estrada da Beira), que durante décadas, mesmo séculos, assegurou a ligação entre Coimbra e a Guarda (e logo funcionou como eixo

fundamental na ligação entre o litoral e o interior) atravessa o extremo noroeste do Município na freguesia de Foz de Arouce, funcionando, tal como foi referido, como a principal ligação rodoviária à cidade de Coimbra. Permite igualmente uma ligação rápida à Auto-estrada (A1), ao IP3 (Figueira da Foz/Coimbra/Viseu) e ao IC6 (Coimbra/Covilhã), funcionando como via de comunicação de importância a nível regional, abrangendo os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poiares, e seguindo em direcção a Arganil, Oliveira do Hospital e Guarda. Por seu turno, a EN 342, que tem início no Município de Condeixa-a-Nova (pode funcionar de acesso à A1 no nó de Condeixa-a-Nova e logo de ligação a todo o sector litoral português), atravessa o Município da Lousã de Oeste para Este, passando pelas freguesias das Gândaras, Lousã,

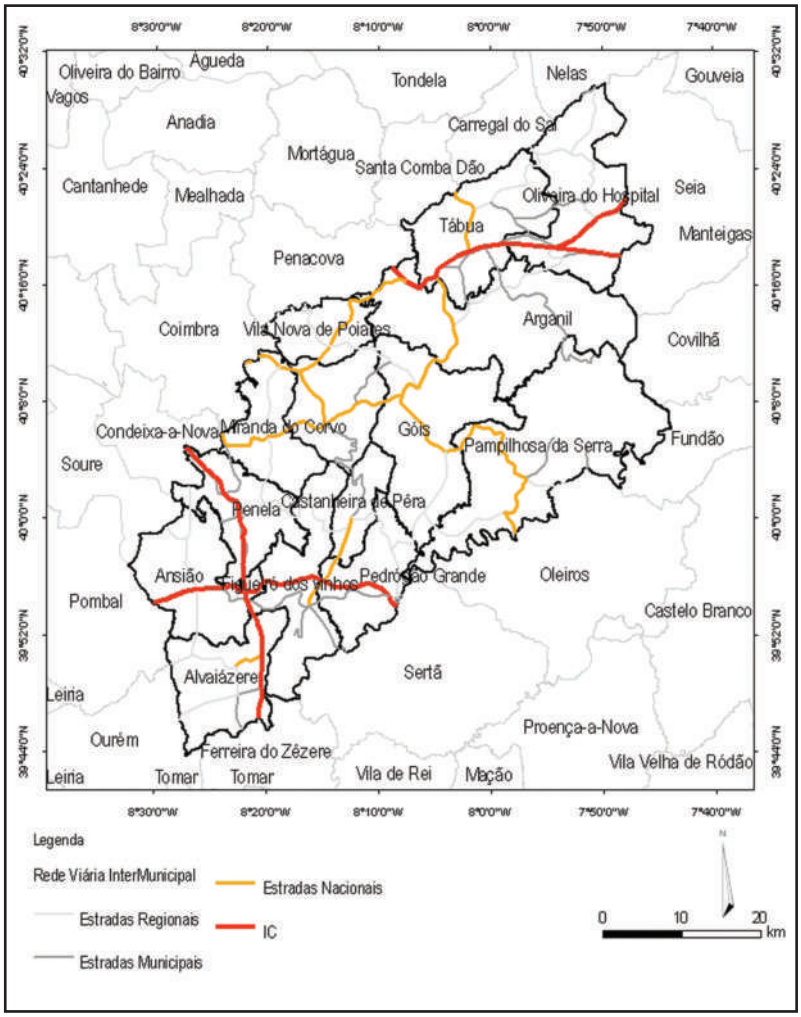


Figura 48 - Rede de acessibilidades intermunicipal.

Vilarinho e Serpins, em direcção ao Município de Góis, representando também uma via fundamental no desenvolvimento económico do Município e determinando toda a dinâmica e fluxos existentes com os Municípios vizinhos, uma vez que estabelece a ligação entre o Município da Lousã a Miranda do Corvo, Góis, Pampilhosa da Serra e Arganil. Esta ligação permite inclusive o desvio do tráfego rodoviário do interior da Vila da Lousã.

A EN 236, constitui o principal eixo viário de ligação norte-sul do Município e da Vila da Lousã, fazendo o acesso rápido a norte à EN 17 na freguesia de Foz de Arouce, que dá acesso a Coimbra, e atravessando a sul a Serra da Lousã em direcção ao Município de Castanheira de Pêra.

De salientar ainda, que embora a distância geográfica deste Município à capital de distrito - Coimbra - seja reduzida (aproximadamente 27 km), as actuais estradas nacionais têm vindo a tornar-se obsoletas não respondendo às necessidades, quer pelo aumento substancial da circulação automóvel registado nos últimos anos, fruto do aumento de procura de habitação na Vila da Lousã, quer pela própria degradação da EN 17 (Estrada da Beira) que se revela sub dimensionada e deficiente, ao nível do traçado e perfis, assim como ao nível dos cruzamentos e acessos.

Complementando a rede viária nacional, existem um conjunto de vias municipais que estabelecem a ligação entre a sede de Município e as sedes de freguesias e desempenham um importante papel principalmente nas mobilidades locais (Figura 49). No sector norte do Município, a Estrada Municipal 571 (EM 571) faz a ligação entre a freguesia da Lousã e a de Casal de Ermio e serve ainda de conexão à Estrada Municipal 552 (EM 552) de forma a permitir a comunicação com a freguesia de Serpins. A ligação entre a Vila da Lousã e o sector nordeste do Município, nomeadamente a freguesia de Vilarinho, é feita através da Estrada Municipal 342 (EM 342) servindo esta de ligação à Estrada Municipal 554 (EM 554), a qual permite a comunicação entre as freguesias de Vilarinho e Serpins. A estrada que liga a freguesia da Lousã ao sector noroeste do Município, nomeadamente à freguesia de Foz de Arouce, é a Estrada Municipal 236 (EM 236), que faz ligação com a Estrada Municipal 552 (EM 552) que por sua vez une esta última à freguesia de Casal de Ermio. A Estrada Municipal 551 (EM 551) permite a ligação entre a sede de Município e a freguesia das Gândaras.

A existência de boas ligações regionais e inter-regionais é de importância fundamental para o desenvolvimento do território, pelo que não deve deixar de ser referido o facto de o posicionamento geográfico do Município, em termos regionais, levar a que, mesmo não sendo servido directamente por auto-estrada ou por outros itinerários complementares, se encontre

relativamente próximo de algumas destas vias, o que pode ser considerado como uma mais valia. Assim, a Oeste do Município, distando 25 km da Vila da Lousã, no Município de Condeixa-a-Nova encontra-se o já referido nó da Auto-Estrada n.º 1 (A1), assim como o Itinerário Complementar n.º2/Estrada Nacional n.º 1 (IC2/EN1), que atravessam esse mesmo Município e que se assumem como eixos fundamentais da rede viária nacional, uma vez que efectuam a ligação a Lisboa e ao Porto. De igual modo se observa a proximidade do Itinerário Complementar n.º 8 (IC 8), que permite a ligação a Figueira da Foz (IC 1), Pombal, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Sertã, Proença-a-Nova e Castelo Branco (com ligação ao IC 2), via habitualmente utilizada para a mobilidade de pessoas e bens entre o litoral (Figueira da Foz e Coim-

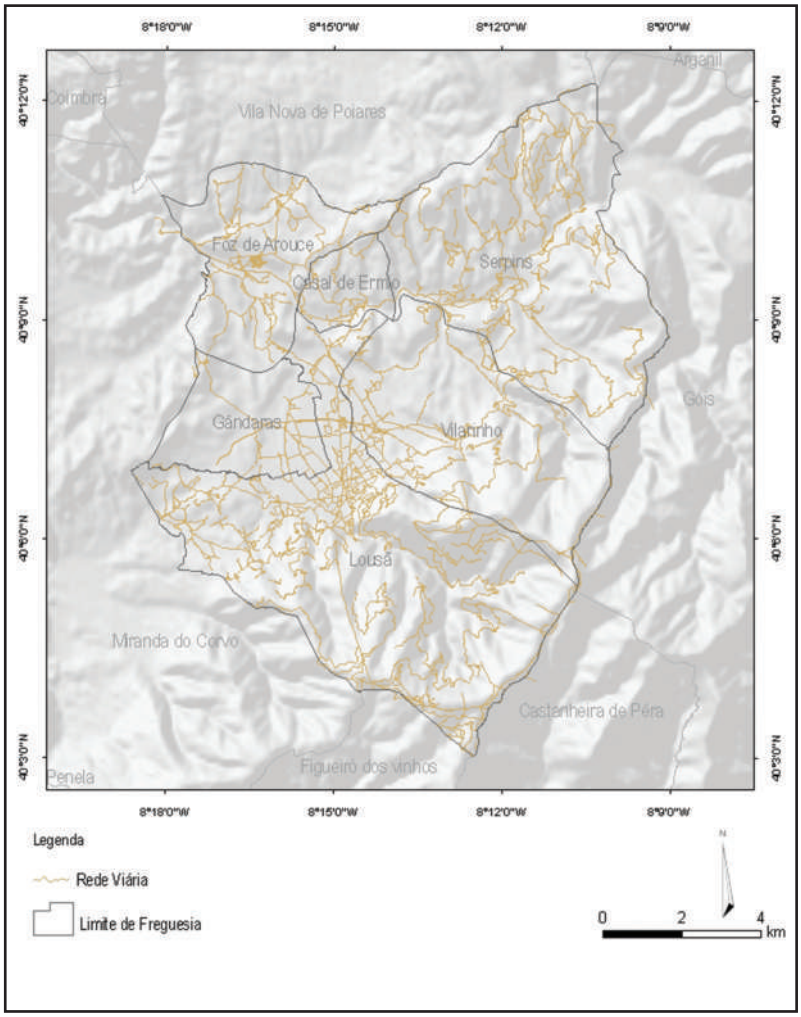


Figura 49 - Rede de acessibilidades municipal.

bra) e o interior (Castelo Branco), assumindo, de um modo decisivo, características interregionais fundamentais.

Em termos ferroviários, o Município da Lousã encontra-se servido pelo designado "Ramal da Lousã" que atravessa o Município de Oeste para Este e estabelece a ligação entre Serpins, Lousã e Coimbra, sustentando, actualmente, um importante fluxo diário de pessoas e bens. Esta ligação ferroviária permite ainda o acesso ao eixo ferroviário fundamental Lisboa/ /Porto, bem como às ligações internacionais, através de Coimbra, um dos seus nós principais. A médio prazo está prevista a substituição do comboio por um sistema de metro ligeiro de superfície, que permitirá uma ligação mais rápida a Coimbra, e como será de esperar uma transformação nos fluxos diários de pessoas, assim como um maior crescimento da população residente.

Em termos globais pode dizer-se que todas as freguesias dispõem de acessibilidades viárias, quer à sede do Município, quer aos Municípios limítrofes, enquanto que em termos ferroviários apenas as freguesias de Lousã e de Serpins se encontram servidas com uma estação e um apeadeiro, respectivamente.

Esta rede de acessibilidades, por se relacionar naturalmente com a organização e localização da população no território, reflecte-se directamente no equilíbrio da cobertura do território municipal por equipamentos desportivos. Como vimos pela análise da rede viária no território municipal, toda ela se desenvolve maioritariamente no sector aplanado da Bacia da Lousã confluindo para a Vila da Lousã, que como sede do Município, assume uma maior concentração de equipamentos desportivos.

4. A EVOLUÇÃO DO CONSTRUÍDO

Um documento com as características que um Atlas Desportivo deve assumir, não pode deixar de abordar a questão da evolução do construído, em especial porque aos aglomerados populacionais têm de se relacionar directamente com os diferentes equipamentos colectivos, nomeadamente os desportivos de proximidade (e não só).

Para uma melhor compreensão do enquadramento actual do construído e qual a sua evolução nas últimas décadas, efectua-se uma análise ao crescimento do espaço no Município da Lousã, tendo em atenção dois momentos, separados por cerca de meio século: as cartas militares do fim da década de 1940 e a cartografia do edificado existente relativo ao ano 2001, representativa do momento presente (ou mais concretamente do momentos do último Censos), o qual apresenta características diferentes,

resultantes das profundas alterações demográficas e sócio-económicas de que o país, em geral, e da Lousã em particular foram alvo. Este olhar sobre o construído do Município, com um espaçamento tão amplo, permite uma melhor compreensão da intervenção antrópica na modificação do uso do solo e particularmente nas tendências de crescimento, assim como dos factores condicionantes deste.

O Município da Lousã, como foi referido, apresenta uma distribuição populacional fortemente condicionada pela existência de barreiras geográficas, o que lhe confere uma certa heterogeneidade morfológica, que se traduz por algumas assimetrias municipais, relacionadas com as maiores ou menores dificuldades nas acessibilidades.

Estas características têm vindo desde sempre a condicionar a estrutura do povoamento, mostrando uma configuração que parece confirmar muito do descrito na Tipologia de Áreas Urbanas[12], apresentada pelo INE. De acordo com o referido, parece ser correcto definir este Município como sendo predominantemente rural, dado que apenas a Freguesia de Lousã é considerada como "Área Predominantemente Urbana" (APU), e a Freguesia de Vilarinho considerada como "Área Mediamente Urbana", sendo todas as restantes classificadas como "Área Predominantemente Rural" (APR). À data desta classificação apresentada pelo INE, não existia a Freguesia de Gândaras, mas dado que o seu território se integrava na Freguesia da Lousã, pode-se considerar como "Área Mediamente Urbana".

Como se pode observar através da análise da Carta de Ocupação do Solo[13], este Município apresenta um claro domínio das "Áreas Florestais"

[12] *Integram as Áreas Predominantemente Urbanas (APU) as seguintes situações:*

- *Freguesias urbanas;*
- *Freguesias semi-urbanas contíguas às freguesias urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;*
- *Freguesias semi-urbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;*
- *Freguesias sedes de Município com população residente superior a 5 000 habitantes.*

Integram as Áreas Mediamente Urbanas (AMU) as seguintes situações:

- *Freguesias semi-urbanas não incluídas na área predominantemente urbana;*
- *Freguesias sedes de Município não incluídas na área predominantemente urbana.*
- *Integram as Áreas Predominantemente Rurais (APR) os restantes casos.*

[13] *Actualização de 1995 da COS'90 – Cartografia de Ocupação do Solo, 1/25 000, elaborada a partir de imagens classificadas de 1990 e 1991, disponibilizada, em formato digital, pelo Instituto Geográfico Português.*

que ocupam cerca de 59% do território municipal, as quais revelam uma forte presença de Pinheiro Bravo e Eucalipto (Figura 50). Por sua vez, os "Meios Semi-naturais" - dos quais se destaca a vegetação arbustiva baixa - ocupam perto de 20% do território municipal, enquanto as "Áreas Agrícolas" ocupam aproximadamente 19% - destacando-se aqui os territórios agro-florestais. O restante território municipal é representado pelo "Espaço Urbano" com cerca de 2%, pelos "Outros Espaços Artificiais" com aproximadamente 0,5%, e ainda pelas "Superfícies com água", estas com uma taxa de ocupação residual, mostrando assim o carácter de ocupação muito desigual observado no território Municipal.

Atendendo a este facto e analisando a relação entre a evolução da

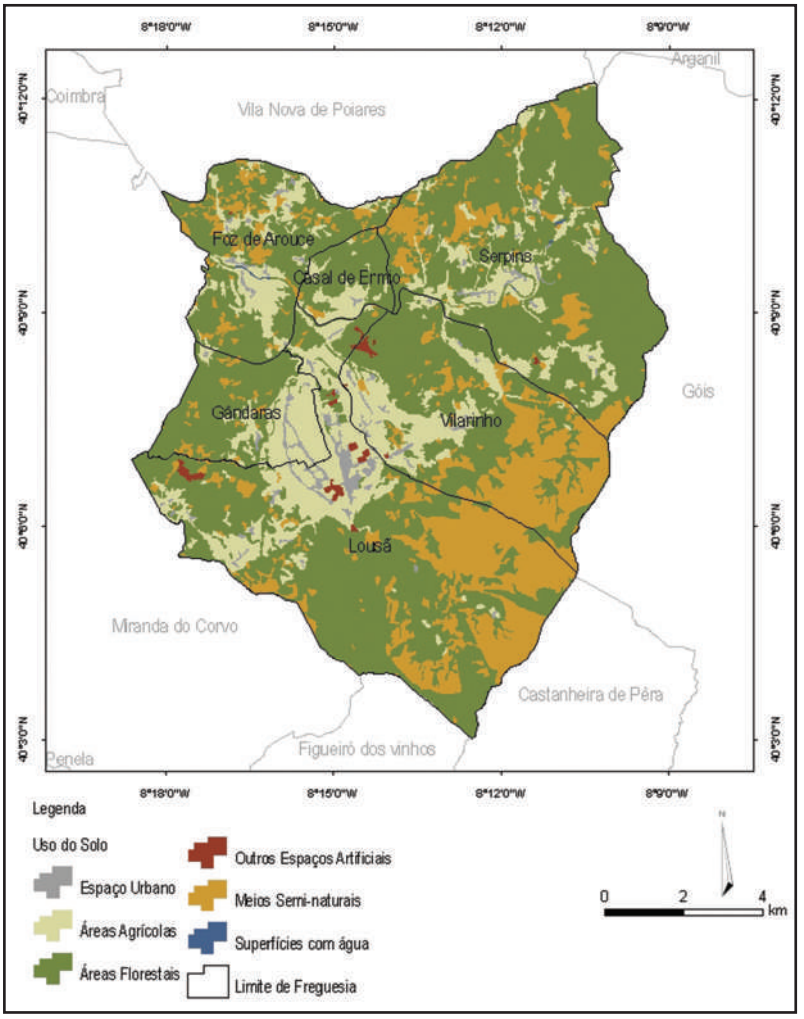


Figura 50 - Carta de Ocupação do Solo do Município da Lousã.

Fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica.

população e do construído, verificamos que o aumento populacional verificado para os dois momentos em análise (13,33%, passando de 13 900 habitantes em 1960 para os 15 753 habitantes em 2001) acaba por se reflectir na expansão do edificado no território municipal, destacando-se claramente a sede de Município (Figura 51).

Numa perspectiva geral pode-se verificar que o Município da Lousã apresentava no primeiro momento de análise um carácter maioritariamente marcado por uma concentração populacional ao longo dos principais eixos viários (Figura 52). A acrescentar a este facto, verifica-se que estas vias de comunicação se localizam, no essencial, nos sectores menos acidentados em termos orográficos, que por sua vez são as áreas onde se situam os

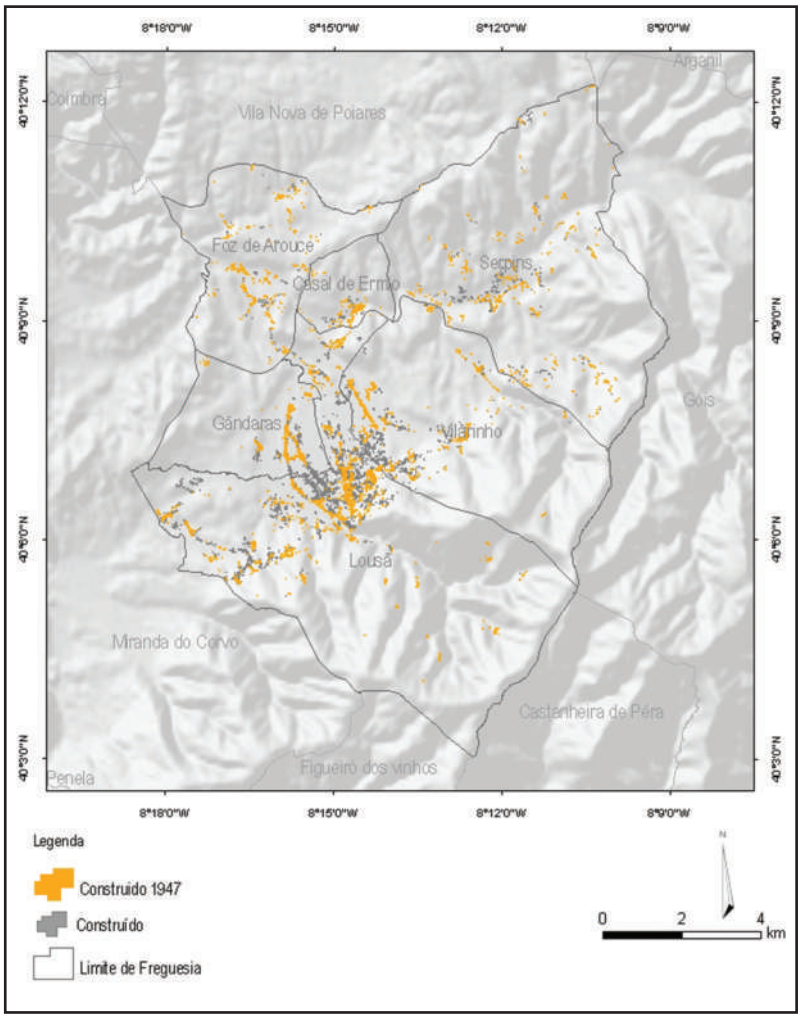


Figura 51 - Evolução do construído no Município da Lousã.

principais canais da rede hidrográfica municipal, factores que, globalmente, os tornaram num primeiro momento como locais preferenciais para a fixação humana.

A distribuição populacional a Norte do Município, mais concretamente nas Freguesias de Serpins, Casal de Ermio e Foz de Arouce, demonstra uma forte tendência para a fixação da população ao longo do vale do rio Ceira, que atravessa estas três Freguesias.

No entanto, a maior área de implantação no solo do edificado encontra-se associada ao sector da Bacia da Lousã, o que vai ao encontro do que se observa relativamente aos valores dos quantitativos populacionais. Dentro do contexto Municipal pode ainda ser realçado o facto de os diversos aglomerados se encontrarem localizados a Sudoeste da Vila da Lousã,

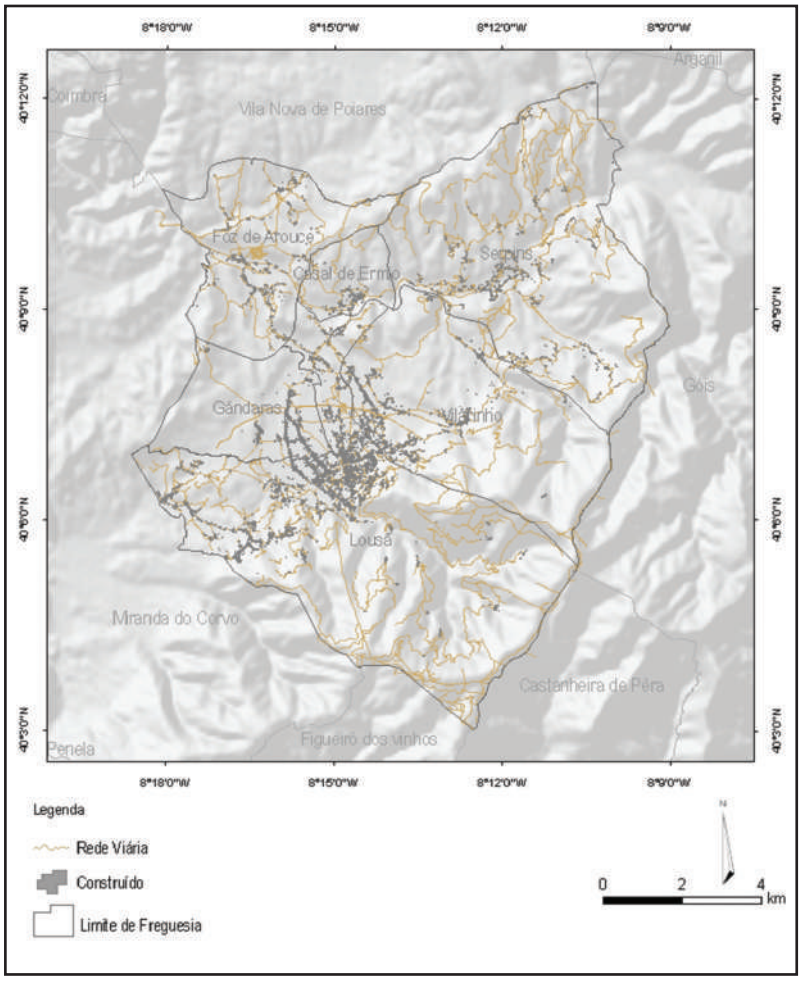


Figura 52 - Relação entre o construído e a rede de acessibilidades no Município da Lousã.

situando-se ao longo dos eixos viários que fazem ligação com o Município de Miranda do Corvo. Por fim, todo o sector Sul e Este, que corresponde à Serra da Lousã, caracteriza-se por um tipo de povoamento disperso em pequenos núcleos residenciais de carácter rural.

Sobre a evolução dos aglomerados populacionais, as alterações observam-se essencialmente sobre o crescimento verificado na Vila da Lousã, a qual sofreu uma forte acentuação do seu núcleo urbano, unificando a mancha do edificado que numa primeira fase se concentrava ao longo dos principais eixos viários que ligam a sede de Município às Freguesias do sector Norte, fortalecendo assim o seu carácter de pólo centrífugo à escala do Município (Figura 53).

No restante território municipal o aumento do edificado é bastante

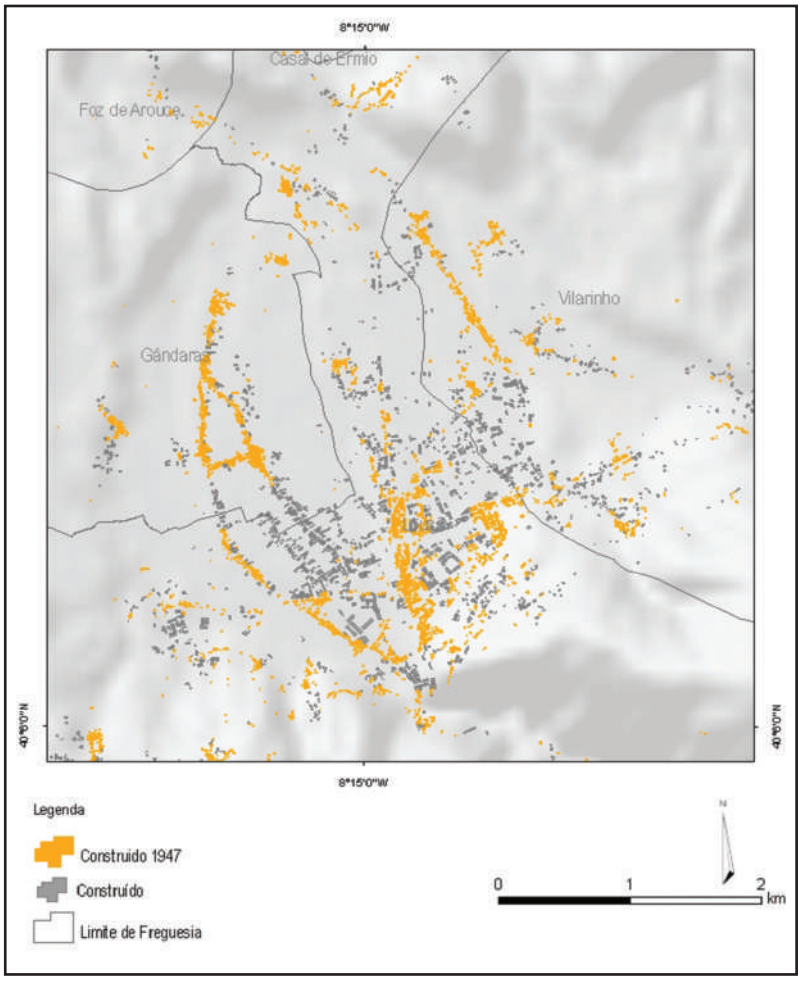


Figura 53 - Evolução do construído na Vila da Lousã.

tímido. Os únicos casos de ligeira expansão verificam-se em Serpins e no sector Sudoeste da Freguesia da Lousã, e sempre em tipo "mancha de óleo", seguindo um padrão associado à rede viária existente, embora derivado fundamentalmente da expectativa criada de acessos rápidos a Coimbra pela transformação da linha do ramal da Lousã em metro de superfície.

Pelo exposto, conclui-se que o Município da Lousã, integrado na sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTIII), apresenta uma morfologia bastante diferenciada, marcada pela Serra da Lousã, no sector Sudeste, e pela Bacia da Lousã, no sector central, registando as maiores altitudes no Alto do Trevim (1204 m). A Serra condiciona o clima (de influências mediterrâneas), a rede viária, as condições de acessibilidade, o povoamento (predominantemente rural) e logo a Carta de Ocupação do Solo (com domínio das "Áreas Florestais" - 59%). É de salientar que a expansão do edificado municipal se regista no núcleo urbano da Vila.

De acordo com a divisão existente para a caracterização da Flora em Portugal, o coberto vegetal do território insere-se no Subsector Beirense Litoral, possuindo uma flora rica e diversificada. A fauna é igualmente abundante e variada.

É ainda de referir que as diversas actividades desportivas têm vindo a exercer uma forte pressão sobre os espaços naturais, resultando em inevitáveis impactes ambientais. Neste quadro, é necessário considerar as áreas mais sensíveis, tais como a Rede Natura 2000 da Serra da Lousã, todas as áreas que integram a REN; bem como as áreas prioritárias de nível 1 (áreas de reprodução de cervídeos e áreas de conservação de espécies prioritárias como a salamandra, lagarto, rã ibérica e lontra).

D. ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS DO DESPORTO

1. OS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ARTIFICIAIS

De acordo com a hierarquia da rede de equipamentos para o desporto, e como foi referido, os equipamentos desportivos artificiais, dividem-se em equipamentos especiais, que por sua vez se subdividem em equipamentos de competição/espectáculo e equipamentos especializados; e em equipamentos básicos, que integram os equipamentos de base recreativos e os de base formativos. Estes últimos, e num quadro de uma análise efectuada de acordo com as antigas definições do Instituto de Desporto de Portugal ou as adoptadas pela DGOTDU, aliás já anteriormente descritas, integram todo um conjunto de tipologias, nomeadamente os "Grandes Campos de Jogos", os "Pequenos Campos de Jogos", os "Pavilhões Desportivos Polivalentes", as "Salas de Desporto", as "Piscinas Cobertas", as "Piscinas Descobertas", as "Pistas de Atletismo" e integra ainda, no âmbito o dos equipamentos especiais, o grupo designado de "Outros" ou "Especializados".

Embora estas tipologias se encontrem desactualizadas, atendendo às recentes transformações que ocorreram no parque desportivo nacional, é com base nelas, que se efectua a análise dos equipamentos desportivos artificiais que integram o parque desportivo do Município da Lousã.

1.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO MUNICÍPIO

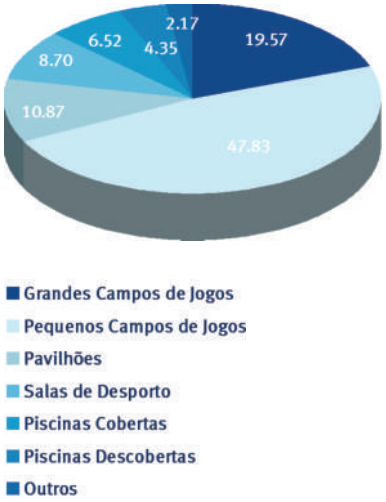
Numa primeira análise à rede de equipamentos desportivos artificiais do Município da Lousã que, no seu todo, não ultrapassam os 46 espaços de diferente vocação desportiva, observa-se que o peso por tipologias apresenta valores bastante diferenciados, consoante a analisada (Figura 54 e Quadro 20). Destaca-se de uma forma clara o peso dos Pequenos Campos, que com 22 espaços correspondem quase a metade do total dos equipamentos disponíveis (47,83 %). Este facto, aliás, é muito comum em termos nacionais,

e explica-se de uma forma muito simples, pela razão destes equipamentos implicarem, à partida, para a sua construção, um menor investimento financeiro por parte da autarquia (ou de entidades privadas), assim como custos de manutenção pouco significativos nos primeiros anos de utilização. Foram equipamentos que, por essas razões, se assumiram, muitas vezes, como os de resposta imediata às necessidades primárias em termos desportivos, mais concretamente funcionavam como resposta por parte das autarquias, com o objectivo de proximidade dos núcleos populacionais. Funcionavam também, muitas vezes, como espaços informais para a prática desportiva dos cidadãos mais jovens.

Seguem-se os Grandes Campos com nove equipamentos (19,57 %), os Pavilhões com cinco (10,87 %), as Salas de Desporto com quatro (8,70 %), as Piscinas Cobertas com três (6,52 %), e por fim as Piscinas Descobertas com dois, que representam apenas 4,35 % do total dos equipamentos existentes no território municipal. É de salientar o facto da não existência no Município de qualquer Pista de Atletismo.

Figura 54 - Percentagem de equipamentos desportivos artificiais, por tipologia.

Fonte: Levantamento de campo.



Por força do observado anteriormente sobre a população residente, as acessibilidades e a evolução do construído, mas também pela simples constatação da observação de uma massa crítica exigente, no que respeita à distribuição espacial destes mesmos equipamentos por freguesia, torna-se evidente a nítida concentração destes na Freguesia da Lousã, a qual apresenta 26 dos 46 equipamentos existentes, ou seja, mais de 50% do total dos equipamentos.

De igual modo, deve ser referida a inexistência de qualquer equipamento desportivo de carácter formal nos sectores Sul e Sudeste do território municipal, muito pela influência da morfologia da Serra da Lousã, e da consequente reduzida população residente.

Assim, a Freguesia da Lousã, destaca-se, tal como seria de esperar, pelo maior número de equipamentos (Figura 55 e Quadro 21), em todas as tipologias em análise, excepção feita aos Grandes Campos de Jogos, já que, nesta tipologia, a Freguesia Foz de Arouce ao possuir três equipamentos, destaca-se das restantes, embora como se observará, com diferentes níveis de qualidade de instalação. Deve também ser salientado o facto de, na Freguesia Casal de Ermio, existir apenas um pequeno campo e de em quatro das seis freguesias do Município se observarem apenas duas tipologias - os Pequenos e os Grandes Campos.

É de notar ainda, o facto de, na Freguesia da Lousã, se encontrar o único equipamento enquadrado na tipologia "Outros", e que diz respeito especificamente ao Picadeiro da Guarda Nacional Republicana (GNR), equipamento que, pelas suas características e natureza jurídica de gestão, deve

ser integrado no quadro dos equipamentos referenciados. Esta concentração de equipamentos na Freguesia da Lousã não se pode dissociar do facto desta ser a sede de Município, apresentando, assim, um maior valor populacional, uma maior concentração de estabelecimentos de ensino, e logo, uma elevada massa crítica, facto que tem justificado, ao longo dos tempos, o maior investimento no seu parque desportivo (tanto privado como público). Porém, este tipo de análise, muito simplista, pode distorcer a realidade, razão pela qual parece ser relevante, num momento posterior, caracterizar com maior pormenor os diferentes equipamentos desportivos existentes no Município, de modo a compreender, verdadeiramente, a realidade do estado do parque desportivo. Assim, uma análise por tipologia e simultaneamente, por freguesia, deve considerar as principais características dos equipamentos, permitindo, desse modo, retirar bastantes ilações sobre a qualidade do parque desportivo municipal.

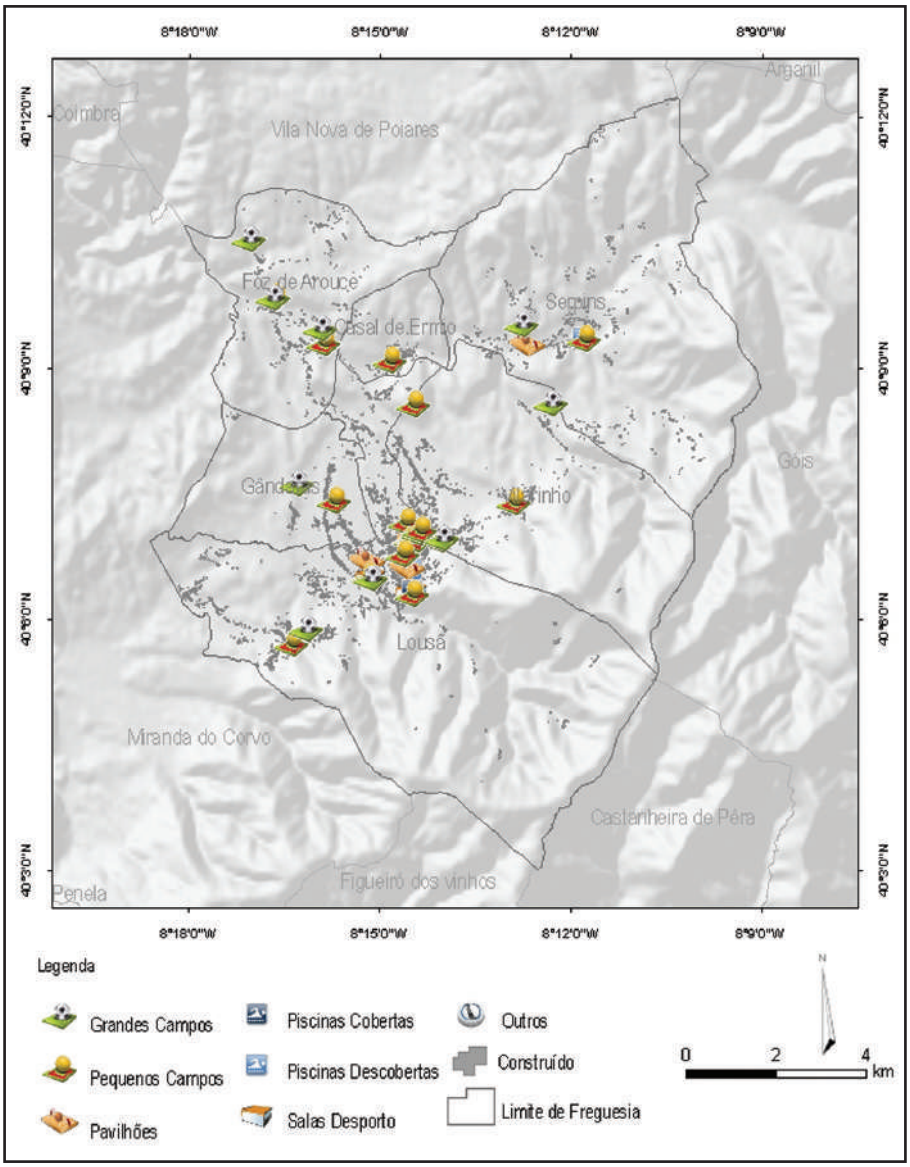
Pretende-se com esta forma de abordagem obter condições de análise, capazes de considerar, em simultâneo, um mesmo conjunto de características, e isto para as diferentes tipologias.

A política de investimento dos equipamentos colectivos, particularmente, os desportivos, em especial ao longo das últimas três décadas, ou mais propriamente a partir da data de promulgação da Lei de financiamento das autarquias locais (1979), influenciou, de um modo inequívoco, a Rede de Equipamentos Artificiais dos diferentes Municípios do território nacional, embora deva ser reconhecido que os diferentes resultados observados, reflectem, em termos objectivos, as diferentes políticas desportivas implementadas. É nesse contexto que se deve procurar e efectivar uma análise "fina" sobre esse mesmo parque, de modo a que possam ser complementados os dados retirados sobre a análise quantitativa "pura" e os dados sobre os, muito discutíveis, "índices de comunidade".

Quadro 20 - Distribuição dos equipamentos desportivos.

Freguesias	Grandes Campos de Jogos	Pequenos Campos de Jogos	Pavilhões	Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Outros	Total
Casal de Ermio	0	0	0	1	0	1	0	**0**
Foz de Arouce	3	0	0	3	0	6	0	**0**
Gândaras	1	0	0	1	0	2	0	**0**
Lousã	2	4	1	11	3	26	4	**1**
Serpins	1	0	0	3	0	6	1	**1**
Vilarinho	2	0	0	3	0	5	0	**0**
Total	**9**	**4**	**1**	**22**	**3**	**46**	**5**	**2**

Figura 55 - Distribuição espacial dos equipamentos desportivos artificiais.



Assim, e como foi referido, a rede de equipamentos desportivos do Município da Lousã, reflecte uma clara predominância dos Pequenos Campos de Jogos, embora deva ser logo evidenciado que dos 22 equipamentos existentes, apenas 11 apresentam balneários e que, destes, mais de metade se referem a estruturas complementares que integram as escolas ou outros equipamentos.

Deste modo, a proliferação deste tipo de equipamento, facto muito comum no todo do território português, traduz, de modo efectivo, a tentativa de satisfazer as necessidades das populações, em particular, dos mais jovens, no que diz respeito a estruturas recreativas, apresentando-se como equipamentos desportivos de proximidade, em substituição do que deveriam ser os logradouros desportivos de áreas de planeamento muito próprias.

Isto aconteceu, simultaneamente, numa fase onde se verificou uma importante transformação do quadro desportivo nacional, com o incremento de outras práticas desportivas que não apenas o futebol (modalidade que dominou de um modo esmagador até à década de 80 do século passado, embora, se observe que, nos tempos mais próximos, o futsal tenha vindo a assumir esse mesmo protagonismo), razão pela qual se observou a implantação de espaços com essas características, reforçada ainda pelos baixos custos de construção e manutenção, que levaram muitas autarquias a optar pela sua construção numa perspectiva de apresentar "obras feitas".

Quanto ao estado de conservação dos diferentes equipamentos, análise fundamental para o conhecimento da realidade do parque desportivo de um território, observa-se que, no caso da Lousã, estes se encontram maioritariamente em bom estado, registando-se, no entanto, seis em mau estado e que, na óptica da equipa técnica que desenvolveu o projecto sobre o Atlas Desportivo, deverão ser aqueles que justificam algum tipo de intervenção imediata, numa perspectiva de remodelação/recuperação, ou, em alternativa, num momento próximo, deverão ser "abatidos" da Carta de Equipamentos Artificiais.

A razão desta proposta de intervenção passa pelo facto de serem maioritariamente "Grandes Campos", aqueles que se apresentam em mau estado de conservação (encontrando-se mesmo alguns em estado de abandono), não se registando mesmo qualquer actividade regular ou mesmo anual. Assim e de um modo geral, pode afirmar-se que, dos equipamentos existentes, a maioria apresenta boas condições para a prática desportiva, mostrando o cuidado com que a rede de equipamentos desportivos tem sido tratada.

Quadro 21 - Distribuição dos equipamentos desportivos artificiais, segundo as suas principais características, por tipologia.

Freguesias	Nº de Equipamentos	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação			Natureza Jurídica					Importância				Tipo de Utilizador						Tipo de Acesso			Tipo de Equipamento	
								Público		Privado																	
					Bom	Razoável	Mau	Autárquico	M.E.	Educativo	Mov. Associativo	Outros	Local	Regional	Nacional	Internacional	Pop. Geral	Utentes	Alunos	Sócios	Atletas	Outros	Restrito	Condicionado	Geral	Recreativo	Formativo
Grandes Campos	9	5	7	2	4	1	4	1	0	0	8	0	3	4	2	0	4	0	0	1	4	0	0	6	3	5	4
Pequenos Campos	22	8	11	1	13	8	1	8	6	0	4	4	22	0	0	0	6	4	8	2	1	1	1	18	3	10	12
Pavilhões	5	5	5	4	2	2	1	3	0	0	2	0	2	2	1	0	5	0	0	0	0	0	0	4	1	2	3
Salas de Desporto	4	4	4	0	3	1	0	1	0	0	2	1	4	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	4	0	0	4
Piscinas Cobertas	3	3	3	0	3	0	0	2	0	0	0	1	3	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Piscinas Descobertas	2	1	2	0	2	0	0	1	0	0	1	0	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	2	0
Outros	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Total	46	26	32	7	27	13	6	16	6	0	17	7	37	6	3	0	19	6	8	6	5	2	1	38	7	19	27

Neste contexto, torna-se interessante uma análise global da natureza jurídica do Parque Desportivo, uma vez que esta análise se torna relevante, até pelo que foi referido sobre o papel da autarquia no desporto nos tempos recentes. Neste particular, do ponto de vista dos valores absolutos, a diferença entre público e privado não parece ser significativa, embora se verifique uma ligeira supremacia dos espaços de gestão pública, nomeadamente os autárquicos, com 16 equipamentos. Estes mostram um peso significativo no quadro do território municipal, peso esse reforçado pelo facto de, nestes, se englobarem dois planos de água cobertos e três pavilhões (todas essas infra-estruturas apresentam boa qualidade).

É ainda de salientar que 6 destes 22 equipamentos públicos se encontram integrados no parque escolar e logo são da responsabilidade do Ministério da Educação (DREC). Quando se analisam estes dados, sai reforçado o papel da autarquia no âmbito desportivo e educativo, uma vez que são os equipamentos de gestão autárquica (Pavilhões e Piscinas) que dão apoio ao próprio desporto na escola - quer no quadro das actividades curriculares de educação física, quer no desporto escolar.

Quanto aos de natureza jurídica privada, observa-se uma relativa incidência no Município (isto quando comparado com o seu peso em Municípios vizinhos), embora deva ser realçado que, neste caso, se trata fundamentalmente do investimento de instituições ligadas ao "Movimento Associativo" (Clubes e Associações), algo que evidencia de imediato o peso deste no contexto desportivo do Município da Lousã.[14] É de salientar que o Picadeiro da GNR, o único em todo o Município classificado e integrado na tipologia de "Outros", é de gestão pública, uma vez que a entidade de suporte e o gestor é a própria Guarda Nacional Republicana (GNR), o que o integra no Ministério da Administração Interna, devendo ser referida a dificuldade de acesso que este apresenta para a utilização comum da população.

No que diz respeito à importância que os equipamentos apresentam e as suas relações com a prática de actividade física comum, com a prática desportiva de rendimento ou mesmo na realização de eventos desportivos, no caso particular do Município, estes apresentam uma predominância da importância de nível local, facto que demonstra uma preocupação primordial para a satisfação da procura por parte da população residente e só, numa perspectiva posterior, da satisfação de outros utilizadores que não a população

[14] *Dada a importância e o papel do Movimento Associativo, não só nos equipamentos desportivos mas no todo do sistema desportivo municipal, proceder-se-á, num ponto específico do presente relatório, à sua análise um pouco mais pormenorizada.*

em geral. Porém, deve ser realçado que, muitas vezes, essa satisfação (ou não) se deve à importância e ao nível competitivo atingido pelos diferentes intervenientes do fenómeno desportivo municipal. Existem alguns equipamentos que podem exercer influência a nível regional ou mesmo nacional (caso de alguns Grandes Campos e do próprio Pavilhão Municipal nº1). De referir que não se registou qualquer equipamento com importância a nível internacional, embora em determinadas modalidades, o Pavilhão Municipal nº 1 possa vir a funcionar como palco de provas de carácter internacional.

Nesta lógica, e embora o utilizador mais frequente seja a população geral, o acesso aos equipamentos, encontra-se, em grande medida, condicionado, sendo exigida, previamente, por parte da entidade responsável pelo espaço desportivo, uma autorização, que pode ser mais ou menos complexa de obter, ou mesmo, em situação extrema, um pagamento.

Nesta condição encontram-se sobretudo os "Pequenos Campos" (em que 18 do total dos 22 são de acesso condicionado) e os "Grandes Campos" (6 dos 9 são condicionados). Contudo, ainda é possível uma utilização generalizada, ou seja, um uso livre, em 7 equipamentos.

Quanto ao carácter de utilidade do equipamento, constata-se que 27, do total dos 46 em análise, são do tipo formativo e apenas 19 apresentam uso recreativo. São de destacar os casos dos Grandes Campos e dos Pavilhões, uma vez que o número de espaços com uso recreativo e formativo é muito semelhante.

1.2. ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR TIPOLOGIA

Aquando de uma primeira análise sobre o Parque Desportivo de um qualquer território, existe a tentação de se caracterizar a rede de equipamentos desportivos de acordo com o seu número absoluto ou tendo em consideração os valores dos índices de comunidade. Porém, para uma melhor caracterização do parque desportivo de um Município como o da Lousã, outros tipos de análise são prioritários, nomeadamente a questão da tipologia dos equipamentos, da sua distribuição no território, ou mesmo das suas relações com o que foi e o que deverá ser, o posicionamento da autarquia relativamente ao fenómeno desportivo e logo, ao impacto deste, no incremento de novos equipamentos ou mesmo do carácter formal ou informal que estes poderão apresentar.

Este último aspecto acaba por, directa ou indirectamente, influenciar os restantes, embora não deva deixar de ser referido algo que a equipa técnica, que desenvolve este projecto tem vindo, nos últimos tempos, a evidenciar. Por

um lado, observa-se que ficam desenquadrados muitos dos espaços não formais encontrados e, por outro lado, a utilização da tipologia seguida, desde há muito, pelo IDP e logo pela DGOTDU, não parecer ser a mais aconselhada para os tempos actuais, por força da constatação evidente que a realidade dos equipamentos desportivos sofreu, nas últimas três décadas, uma transformação, por vezes, mesmo radical, não se enquadrando nas tipologia utilizadas - a título de exemplo, os complexos desportivos ou os complexos de piscinas.

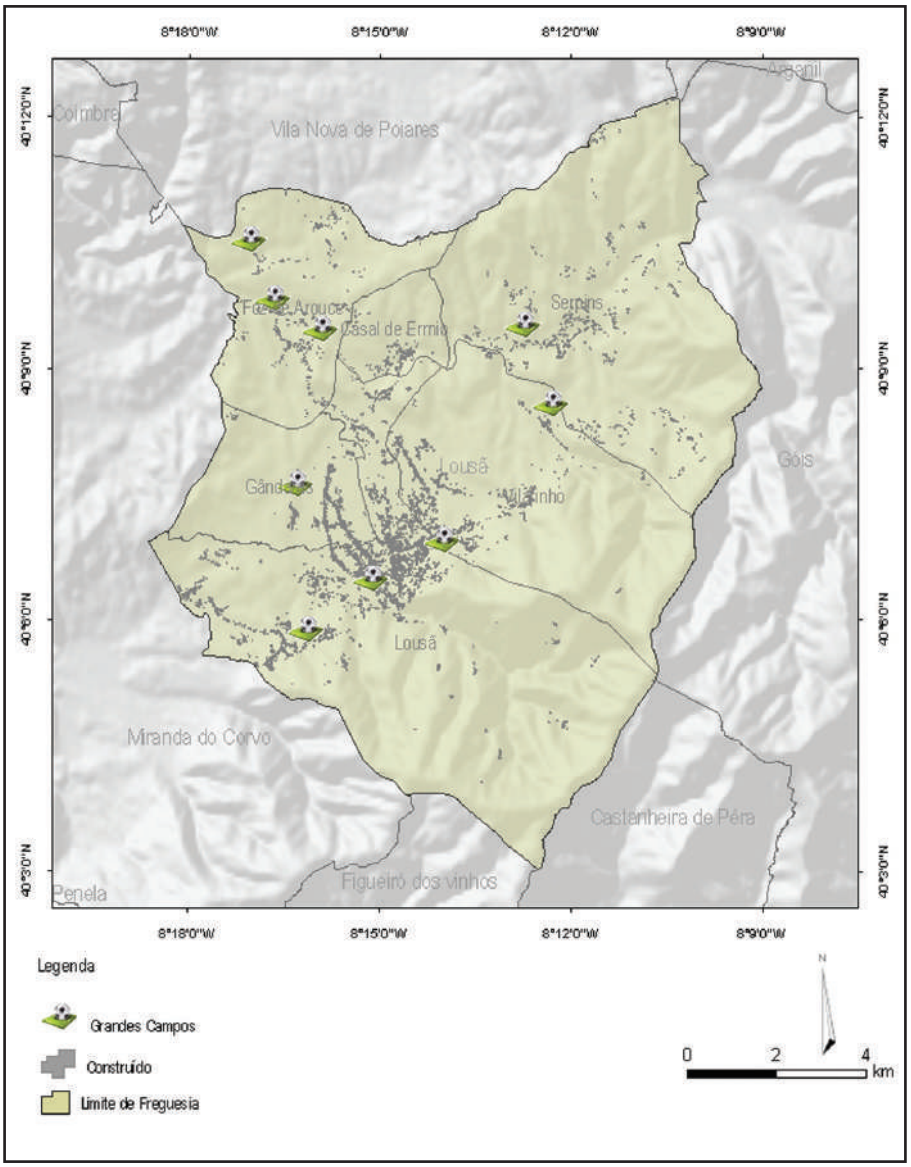
Nesse sentido, o projecto agora desenvolvido, e até porque se apresenta com características dinâmicas e permanentemente actualizável, torna-se num documento em que qualquer nova definição que venha a ser utilizada, pode ser adaptada a cada momento. Assim, existe a clara noção de que, ao longo deste relatório, vão ser referidas, por vezes, as diferentes tipologias, que deveriam vir a ser reajustadas, aliás, tal como muitos dos espaços complementares, os quais deveriam, no futuro, vir a ser observados separadamente.

Não obstante estas preocupações, as quais deverão ser reequacionadas em fóruns para esses determinados fins, a lógica de análise deste ponto prende-se com a definição efectuada no último quartel do século passado, e que se debruça particularmente sobre os "Grandes Campos", "Pequenos Campos", "Pavilhões", "Salas de Desporto", "Piscinas Cobertas", "Piscinas Descobertas", "Pistas de Atletismo" e ainda uma tipologia de "Outros" (ou especializados), na qual são integrados todos aqueles que não se enquadram nas anteriores. Neste contexto, procedeu-se à análise, por tipologia, seguindo um pouco a sequência do apresentado nos documentos da tutela.

1.2.1.GRANDES CAMPOS DE JOGOS

A distribuição espacial dos "Grandes Campos de Jogos" nos diferentes Municípios e logo pelas suas diferentes freguesias, reflecte necessariamente, não só o peso que a modalidade de futebol assumiu ao longo das últimas décadas no panorama desportivo nacional (qualquer freguesia ou mesmo lugar tinha "obrigatoriamente" de possuir um Campo de Futebol), mas também o peso da população jovem no aparecimento de muitos deles, em particular a partir dos anos 40 (Figura 56). No entanto, não podem deixar de ser referidos, até porque se desviam dos padrões normais de territórios com as características como o da Lousã, o aparecimento de um grande campo, unicamente vocacionado para a prática do rugby (modalidade com poucos federados no nosso país) e um outro, que se encontra integrado num centro de férias (cuja sede administrativa se encontra noutro Município), e que acabam por não se tratar, verdadeiramente, de uma oferta para a população do Município, reflectindo esta tipologia um padrão pouco comum.

Figura 56 - Distribuição espacial dos Grandes Campos de Jogos, por freguesia



Numa avaliação e análise um pouco mais pormenorizada (Quadros 22 e 23), constata-se que, no total dos nove equipamentos recenseados, a grande maioria apresenta dimensões funcionais reduzidas, facto que se comprova através dos valores de comprimento e de largura encontrados, observando-se que apenas o Campo do Rugby Club da Lousã e o das Gândaras apresentam dimensão *standard*, embora os Campos de Futebol Dr. José P. de Aguiar e Srª da Pegada se aproximem dessa dimensão e, que facilmente podem vir a ser ampliados, de modo a adoptarem as medidas necessárias para a prática oficial de futebol. Aliás, constata-se que um número significativo dos equipamentos destinados à prática de Futebol não apresenta a dimensão de 105 m x 68 m, ou seja, a medida oficial preconizada pelas instâncias internacionais[15].

Grande parte destes espaços possuem iluminação e balneários, em particular os que dão suporte à actividade federada, embora, como se observará, apresentem qualidade, para a prática desportiva, diversificada, sendo mesmo de referir que no caso dos equipamentos vocacionados para a prática federada, a qualidade física dos balneários deixa muito a desejar (Fotos 5, 6 e 7). Já no que diz respeito à presença de bancadas, apenas dois equipamentos desta tipologia apresentam este tipo de estrutura, mais concretamente o Campo do Rugby Clube da Lousã e o Campo de Futebol Dr. José P. de Aguiar.

Quadro 22 - Designação e distribuição dos Grandes Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesias	Designação	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Tipo de Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Foz de Arouce	Campo de Futebol Srª da Pegada	Sim	Sim	Não	Bom	Solo estabilizado	Público	Regional	População em geral	Geral	Formativo
	Campo de Futebol 11 ACM	Não	Não	Não	Razoável	Solo natural	Privado	Regional	Sócios	Condicionado	Recreativo
	Campo de Futebol de Covelos	Não	Não	Não	Mau	Solo natural	Privado	Local	População em geral	Geral	Recreativo
Gândaras	Campo de Futebol das Gândaras	Sim	Sim	Não	Bom	Solo estabilizado	Privado	Nacional	Atletas	Condicionado	Formativo
Lousã	Campo das Cheiras	Não	Sim	Não	Mau	Solo natural	Privado	Local	População em geral	Condicionado	Recreativo
	Campo de Rugby Club da Lousã	Sim	Sim	Sim	Bom	Relvado	Privado	Nacional	Atletas	Condicionado	Formativo
Serpins	Campo N. Srª da Saúde	Sim	Sim	Não	Mau	Solo natural	Público	Local	População em geral	Condicionado	Recreativo
Vilarinho	Campo de Futebol do Prilhão	Não	Não	Não	Mau	Solo natural	Privado	Local	População em geral	Geral	Recreativo
	Campo de Futebol José P. de Aguiar	Sim	Sim	Sim	Bom	Relvado	Privado	Regional	Atletas	Condicionado	Formativo

15 É de salientar a dificuldade encontrada quando se observa a influência que os regulamentos e as dimensões de jogo assumem na análise do parque desportivo nacional. Na realidade, as dimensões regulamentares segundo as ligas profissionais e as federações apresentam valores diferentes, razão pela qual, um campo "standard" pode apresentar valores métricos diferenciados.

Quadro 23 - Distribuição dos Grandes Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesias	Nº de Equipamentos	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação			Tipo de Piso			Natureza Jurídica					Importância			Tipo de Utilizador						Tipo de Acesso			Tipo de Equipamento	
					Bom	Razoável	Mau	Natural	Relvado	estabilizado	Público			Privado																
											Autárquico	M.E.	Educativo	Mov. Associativo	Outros	Local	Regional	Nacional	Internacional	Pop. Geral	Utentes	Alunos	Sócios	Atletas	Outros	Restrito	Condicionado	Geral	Recreativo	Formativo
Foz de Arouce	3	1	2	0	1	1	1	2	0	1	0	0	0	3	0	2	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	2	2	1
Gândaras	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1
Lousã	2	1	2	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0	1	1
Serpins	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Vilarinho	2	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1
Total	9	5	7	2	4	1	4	5	2	2	1	0	0	8	0	5	3	1	0	4	0	0	1	4	0	0	6	3	5	4

Foto 5 - Campo de Futebol Dr. José P. de Aguiar - Bom Estado de Conservação.

Foto 6 - Campo de Futebol das Gândaras - Razoável Estado de Conservação.

Foto 7 - Campo de Futebol de Prilhão - Mau Estado de Conservação.

Relativamente ao estado de conservação, aspecto particularmente importante na caracterização do parque desportivo, constata-se que cerca de metade dos equipamentos apresenta um bom estado de conservação (aqueles onde existe prática desportiva regular) sendo, porém, de salientar que existem quatro em muito mau estado de conservação, algo que, de imediato, merece uma reflexão, não só em termos actuais, mas fundamentalmente em termos futuros. Com as transformações que ocorreram no quadro desportivo do nosso país, nas últimas décadas, os grandes campos que se encontram um pouco por todo o território nacional, muitos deles em perfeito estado de abandono (nalguns pode observar-se ainda uma utilização anual, em particular aquando das festas dos lugares), devem ser alvo de uma opção clara, e que deverá passar pela total ou parcial recuperação (por exemplo, através da sua transformação em campos de futebol de 7, ou mesmo polidesportivos, isto se o valor populacional assim o justificar) ou, em último caso, pelo abater destes espaços enquanto equipamentos desportivos nos diferentes planos de ordenamento do território municipal. Definitivamente, torna-se obrigatório deixar de considerar como equipamentos desportivos, espaços que são impraticáveis para qualquer actividade física, não só porque se podem tornar obstáculos ao financiamento futuro de novos equipamentos, mas fundamentalmente, porque se reflectem na caracterização do parque desportivo municipal, oferecendo um quadro geral que é manifestamente desfasado da realidade.

Nesta tipologia, e no caso do Município da Lousã, observam-se equipamentos que apresentam três tipos de piso: o natural (predominante), o relvado natural e o solo estabilizado (Fotos 8, 9 e 10). Ainda no que respeita ao tipo de piso dos grandes campos, é de salientar a existência de dois espaços de relva natural com vocação para a prática de duas diferentes modalidades - o futebol e o rugby - situação pouco comum no caso português e, em particular, de Municípios com a expressão demográfica e posicionamento no território nacional que o da Lousã apresenta.

Quanto à Natureza Jurídica, é de referir que apenas um deles é de gestão de instituição pública - o Campo Nossa Srª da Saúde -, sendo os restantes de gestão relacionada com o movimento associativo, muito por força do peso histórico que este tipo de espaço acarreta, já que apenas um deles é de construção posterior ao advento da democracia. Isto permite concluir que os Grandes Campos sempre tiveram particular interesse, gestão e logo, investimento, por parte do movimento associativo, situação que a partir do momento em que se observaram as transformações no quadro desportivo nacional, justificou o não aparecimento de novas estruturas e, muitas vezes, colocou em causa a própria recuperação ou remodelação, levando a que, em muitos casos, a qualidade seja relativamente fraca.

Foto 8 - Campo de Rugby Club da Lousã - Piso em Relvado.

Foto 9 - Campo de Futebol Srª da Pegada - Piso em Solo Estabilizado.

Foto 10 - Campo de Futebol de 11 ACM - Piso em Solo Natural.

A importância, no contexto nacional, dos equipamentos reflecte, de uma certa forma, a sua área de influência no território e, como se pode constatar, contabilizam-se três equipamentos que apresentam impacto regional, existindo apenas um com importância nacional, nomeadamente o Campo do Rugby Club da Lousã, e que dos existentes, será um dos que reúne melhores condições para a prática desportiva. O acesso a estes equipamentos apresenta-se condicionado e o tipo de utilizador prende-se, no essencial, com os atletas da instituição ou em situação de actividade competitiva.

No contexto do tipo de acesso, é de salientar que existem três grandes campos com acesso livre (generalizado), muito por força de uma notória ausência de cuidados de manutenção, apresentando mesmo duvidosa qualidade para a prática desportiva, resultado das transformações demográficas e do quadro desportivo, algo que leva a que, presentemente se destinem, quase exclusivamente, à população em geral, que os pode utilizar sem qualquer restrição, embora nem sempre se observe, já que a qualidade deixa muito a desejar.

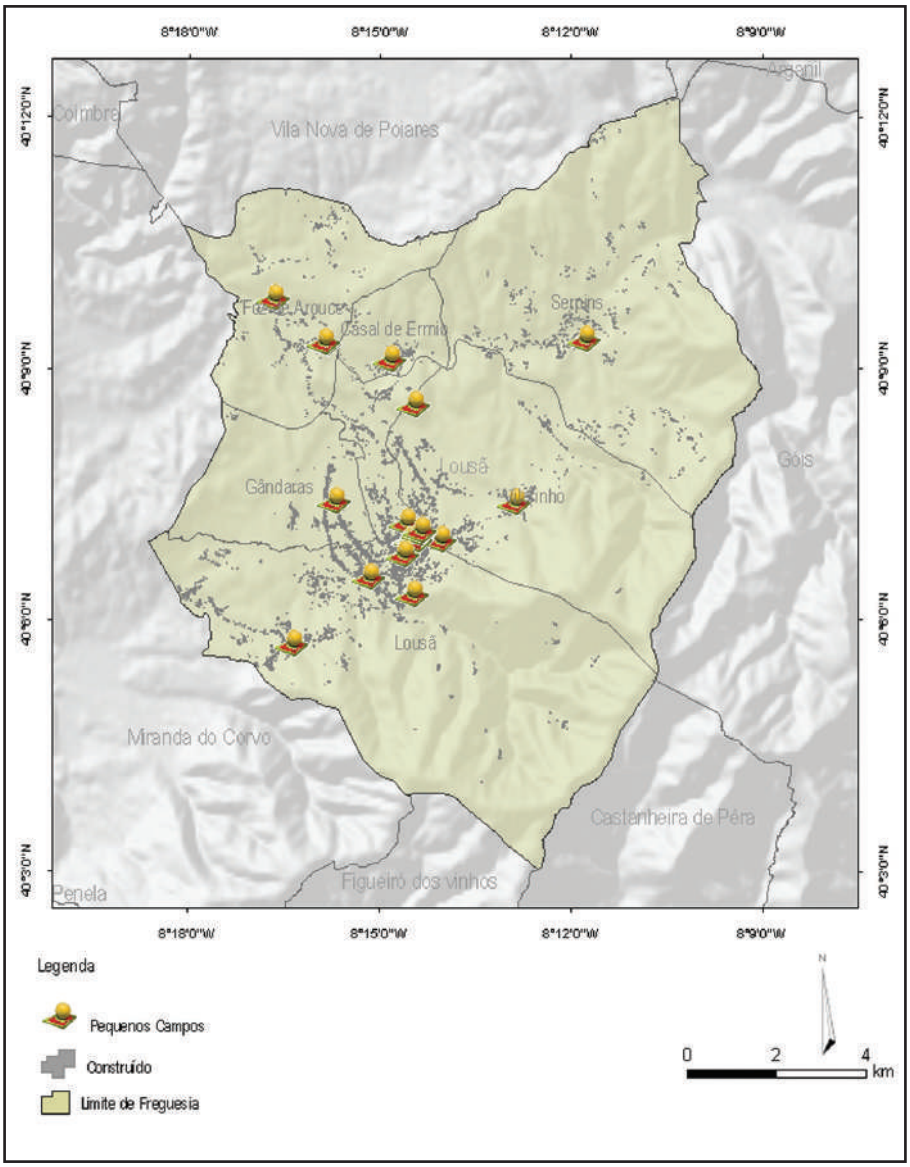
Neste quadro de análise, pode concluir-se que cerca de metade dos "Grandes Campos" do Município, reúnem as condições para uma boa ou razoável prática desportiva, uma vez que se encontram dotados com as principais características físicas que lhe devem estar associados, encontrando-se, por norma, em bom estado de conservação. No entanto, deverá ser tido em consideração a necessidade de, rapidamente e após reuniões com as instituições, os proprietários, assim como com as próprias populações, proceder ao abate de três equipamentos desta tipologia, que influenciam de modo significativo os índices e que acabam por não servir as populações das áreas de influência dos equipamentos.

1.2.2. PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS

Relativamente à tipologia de "Pequenos Campos de Jogos", como aliás foi anteriormente referido, esta é a predominante no Município e, em particular, na Freguesia da Lousã, sendo mesmo de realçar o facto desta ser a única tipologia que se encontra representada na totalidade das freguesias e que, numa delas, ser a única tipologia observada no seu território (Figura 57).

A grande maioria dos equipamentos, integrados tipologicamente nos "Pequenos Campos" (Quadros 24 e 25) apresentam dimensões funcionais que integram os parâmetros normais para a actividade desportiva de diferentes modalidades, tais como o futebol de 5 (ou futsal), andebol, basquetebol, voleibol, ténis em campo, entre muitas outras, ou seja, apresentam valores de área que podem ser considerados como *standards*.

Figura 57 - Distribuição espacial dos Pequenos Campos de Jogos, por freguesia.



Quadro 24 - Designação e distribuição dos Pequenos Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesias	Designação	Área de Implementação	Comprimento	Largura	Perímetro	Dimensão Funcional Útil	Iluminação	Balneários	Bancadas	Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Tipo de Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Casal de Ermio	Polidesportivo de Casal do Ermio	800	40	20	120	Standard	Sim	Sim	Sim	Razoável	Sintético	Público	Local	População em geral	Geral	Recreativo
Foz de Arouce	Polidesportivo Srª da Pegada	800	40	20	120	Standard	Sim	Sim	Não	Bom	Sintético	Público	Local	População em geral	Condicionado	Formativo
	Polidesportivo ACM 1	1232	44	28	144	Standard	Não	Não	Não	Bom	Sintético	Privado	Local	Sócios	Condicionado	Recreativo
	Polidesportivo do ACM 2	1012	44	23	138	Standard	Não	Não	Não	Bom	Sintético	Privado	Local	Sócios	Condicionado	Recreativo
Gândaras	Campo de Futebol da EB1 das Fontainhas	144	18	8	52	Reduzida	Não	Não	Não	Razoável	Solo estabilizado	Público	Local	Alunos	condicionado	Formativo
Lousã	Campo de Futebol da EB1 Sta. Rita	375	25	15	132	Reduzida	Não	Não	Não	Razoável	Tartan	Público	Local	Alunos	Condicionado	Formativo
	Campo de Voleibol da Escola Secundária	162	18	9	54	Standard	Não	Sim	Não	Razoável	Betuminoso	Público	Local	Alunos	Condicionado	Formativo
	Polidesportivo de Levegadas	800	40	20	120	Standard	Sim	Não	Não	Bom	Sintético	Público	Local	População em geral	Condicionado	Recreativo
	Polidesportivo da EDP	800	40	20	120	Standard	Não	Não	Não	Bom	Cimento	Privado	Local	Funcionários	Restrito	Recreativo
	Polidesportivo da EB 2,3	800	40	20	120	Standard	Não	Sim	Não	Bom	Betuminoso	Público	Local	Alunos	Condicionado	Formativo
	Campo Futebol 7 da EB2,3	1750	50	35	170	Standard	Sim	Sim	Não	Bom	Solo estabilizado	Público	Local	Alunos	Condicionado	Formativo
	Campo de Ténis da EB2,3	648	36	18	108	Standard	Sim	Sim	Não	Bom	Sintético	Público	Local	Alunos	Condicionado	Formativo
	Polidesportivo da ARCIL	338	26	13	78	Reduzida	Não	Sim	Não	Razoável	Betuminoso	Privado	Local	Utentes	Condicionado	Formativo
	Campo de Basquetebol da EB 2,3	420	28	15	86	Standard	Não	Sim	Não	Bom	Betuminoso	Público	Local	Alunos	Condicionado	Formativo
	Polidesportivo da Escola Secundária	800	40	20	120	Standard	Não	Sim	Não	Bom	Betuminoso	Público	Local	Alunos	Condicionado	Formativo
	Polidesportivo da Zona de Lazer da Quinta da São Pedro	240	20	12	64	Reduzida	Sim	Não	Não	Bom	Sintético	Público	Local	População em geral	Geral	Recreativo
Serpins	Campo de Voleibol do "Sítio dos Eventos"	162	18	9	54	Standard	Não	Não	Não	Razoável	Relvado	Privado	Local	Utentes	Condicionado	Recreativo
	Campo de Ténis do "Sítio dos Eventos"	648	36	18	108	Standard	Não	Não	Não	Bom	Cimento	Privado	Local	Utentes	Condicionado	Recreativo
	Campo Futebol 5 do "Sítio dos Eventos"	800	40	20	120	Standard	Não	Não	Não	Bom	Relvado	Privado	Local	Utentes	Condicionado	Recreativo
Vilarinho	Polidesportivo de Vilarinho	800	40	20	120	Standard	Sim	Sim	Não	Razoável	Cimento	Público	Local	População em geral	Geral	Recreativo
	Campo de treino do Campo de Futebol Dr. José Pinto de Aguiar	578	34	17	102	Reduzida	Sim	Sim	Não	Mau	Solo estabilizado	Privado	Local	Atletas	Condicionado	Formativo
	Polidesportivo de Chão do Freixo	800	40	20	120	Standard	Não	Não	Não	Razoável	Betuminoso	Público	Local	População em geral	Condicionado	Recreativo

Freguesias	Nº de Equipamentos	Iluminação	Balneários	Bancadas	Bom	Razoável	Mau	Relva	Estabilizado	Betuminoso	Sintético	Cimento	Autárquico	M.E.	Educativo	Mov. Associativo	Outros	Local	Regional	Nacional	Internacional	Pop. Geral	Utentes	Alunos	Sócios	Atletas	Outros	Restrito	Condicionado	Geral	Recreativo	Formativo
		Estado de Conservação						Tipo de Piso					Natureza Jurídica					Importância					Tipo de utilizador						Tipo de Acesso		Tipo de Equipamento
													Público			Privado																
Casal de Ermio	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Foz de Arouce	3	1	1	0	3	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	2	0	3	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	3	0	2	1
Gândaras	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Lousã	11	4	7	0	8	3	0	0	1	6	3	1	3	6	0	1	1	11	0	0	0	2	1	7	0	0	1	1	9	1	2	9
Serpins	3	0	0	0	2	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	3	0
Vilarinho	3	2	2	0	0	2	1	0	1	1	0	1	2	0	0	1	0	3	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	2	1	2	1
Total	22	8	11	1	13	8	1	2	3	7	7	3	8	6	0	4	4	22	0	0	0	6	4	8	2	1	1	1	18	3	10	12

Quadro 25 - Distribuição dos Pequenos Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.

No entanto, mesmo com dimensões capazes, a esmagadora maioria destes espaços são manifestamente de cariz recreativo, já que apenas 11 do total dos 22 equipamentos, possuem balneários e menos de metade não dispõem de iluminação, o que revela o objectivo prioritário deste tipo de equipamentos, ou seja, o de oferecer à população, espaços que, em situação extrema, podem ser considerados como "logradouros desportivos" (embora raramente a sua construção seja equacionada como tal), fornecendo uma rede de equipamentos para a prática desportiva/actividade física não enquadrada. Aliás, esta ideia sai reforçada pelo facto de que apenas um Polidesportivo, o da Freguesia de Casal do Ermio (Fotos 11, 12 e 13), se apresentar dotado de bancadas.

Foto 11 - Campo de Ténis da Lousã - Bom Estado de Conservação.

Contudo, aquando da análise desta tipologia, deve ser realçado o facto de que dos 22 equipamentos recenseados 12 apresentam-se com características de polidesportivo e 10 com características direccionadas a uma só modalidade, observando-se que, estes últimos, por questões de dimensão e localização, quer por força do tipo de piso, dificilmente poderão ser utilizados para outra qualquer modalidade.

Foto 12 - Polidesportivo da ARCIL - Razoável Estado de Conservação.

Relativamente às características do Piso desta tipologia, este é variável, embora os tipos mais utilizados sejam o betuminoso (sobretudo na Freguesia da Lousã), o sintético e o próprio solo estabilizado. Deve também ser realçado o facto de se encontrarem equipamentos onde os pisos se apresentam em cimento e em relvado natural (Fotos 14,15,16, 17, 18 e 19). Constata-se ainda que nesta tipologia predomina o bom estado de conservação, embora existam oito equipamentos em estado razoável e apenas um, em claro mau estado. Isto significa que em cerca de metade dos Pequenos Campos deverá existir a preocupação de concretizar uma fase de investimento na manutenção dos equipamentos, de modo a que

Foto 13 - Campo de Treino do Campo de Futebol Dr. José Pinto de Aguiar - Mau Estado de Conservação.

Foto 14 - Polidesportivo de Casal de Ermio - Piso Sintético.

Foto 15 - Campo de Futebol de 5 do "Sítio dos Eventos" (inserido no Parque de Campismo) - Piso em Relva Natural.

estes possam vir a permitir, no futuro, uma prática desportiva em boas condições.

Quanto à Natureza Jurídica, esta é, na sua maioria, pública, integrando-se nestes seis equipamentos existentes em espaços escolares da responsabilidade do Ministério da Educação (EB 2,3 e Secundária), enquanto que nas escolas do 1º CEB, existem dois espaços que devem ser considerados como equipamentos desportivos. Tal facto revela que um número significativo de equipamentos se encontra condicionado na sua utilização, apenas aos horários de funcionamento das escolas. Como facilmente se compreende e que foi anteriormente referido, a importância dos "Pequenos Campos" é, no essencial, local, uma vez que a sua utilização é direccionada, em grande medida, pela população do Município, não funcionando para as populações de outros territórios (limítrofes ou não). Embora um grande número destes espaços desportivos possa ser utilizado pela população em geral, o seu acesso é, por norma, condicionado, isto é, encontra-se dependente de uma autorização ou mesmo de um pagamento prévio à entidade responsável pelo espaço. É de salientar o caso dos equipamentos do "Sítio dos Eventos" porque embora possam ser aproveitados pelos utilizadores do Parque de Campismo, apresentam um acesso fortemente condicionado, uma vez que pertencem ao Sr. Eliseu (Presidente do Clube) e não ao Parque de Campismo.

Regista-se apenas um único equipamento de acesso restrito na Freguesia da Lousã, que se refere especificamente ao Polidesportivo da EDP, utilizado, exclusivamente, pelos seus funcionários. No entanto, como se apresenta em momento ulterior do relatório, julga-se que, e por força do encerramento da delegação desta empresa no território municipal, deverá ser desactivado, a curto prazo, ou pode (ou deve) ser equacionada a

Foto 16 - Campo Futebol 7 da Lousã - Piso em Solo Estabilizado (já transformado - ver Anexo).

Foto 17 - Polidesportivo de Chão de Freixo - Piso Betuminoso.

Foto 18 - Polidesportivo do ACM 2 - Piso Sintético.

Foto 19 - Polidesportivo de Vilarinho - Piso em Cimento.

sua integração no parque desportivo do Município, em termos de acesso livre.

Observa-se que 10 equipamentos são recreativos e 12 formativos, embora deva ser referido que, no caso particular dos "Pequenos Campos", esta diferenciação entre recreativo e formativo é sempre difícil de assumir, até porque, na maioria dos casos, parece que os equipamentos são, no essencial, recreativos. A Freguesia da Lousã destaca-se pelo número de equipamentos formativos, o que está associado ao facto de muitos deles estarem integrados no parque desportivo escolar, o que, na realidade acaba por, no total, desvirtuar um pouco a própria análise, no contexto do que foi referido.

1.2.3 PAVILHÕES

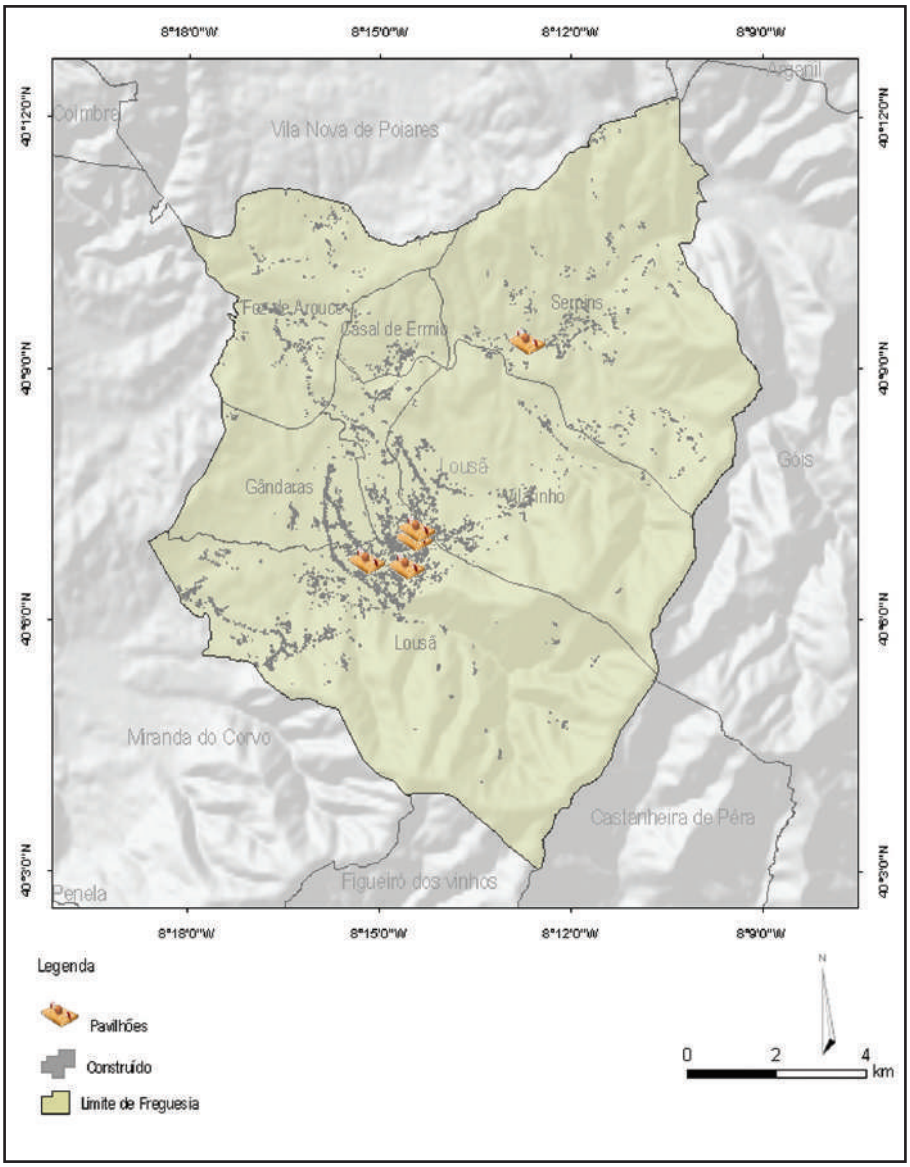
Quando se efectua a análise de infra-estruturas desportivas como os Pavilhões, estes ao serem aqueles cujos custos de construção e manutenção se apresentam como dos mais elevados, constata-se que nem sempre são equacionados em função dos pressupostos referidos, o que tem levado a que existam muitos sectores do território nacional onde se observa um número deste tipo de equipamentos muito superior ao necessário, facto que leva a um desperdício de recursos financeiros.

A totalidade dos equipamentos da tipologia de Pavilhão, do território, encontram-se localizados apenas nas duas Vilas do Município - Lousã e Serpins -, reflectindo tudo o que foi referido sobre o peso demográfico e a necessidade de massa crítica na construção de equipamentos de determinadas tipologias, assim como, no caso presente do Município da Lousã, a sua ausência no parque escolar (Figura 58).

No que diz respeito às dimensões funcionais, algo fundamental para a caracterização desta tipologia, constata-se que à excepção do Pavilhão Municipal dos Bombeiros, os restantes equipamentos, apresentam dimensão funcional *standard*. Aquele, e por razões que facilmente se podem entender, não só, pela data da sua construção - 1989 mas principalmente com as finalidades a que se destinava, possui valores abaixo dos ditos normais para a prática desportiva de competição de modalidades como o basquetebol, futsal, entre outras. No entanto, este acaba por funcionar de modo muito significativo para outro tipo de modalidades ou mesmo para a prática de actividade física, podendo ser considerado como complementar em relação aos restantes.

Em termos de espaços complementares, é de referir que os cinco Pavilhões possuem iluminação, balneários e que apenas o já referido Pavilhão Municipal dos Bombeiros não apresenta bancadas. Quanto ao estado de conservação dos diferentes equipamentos, este situa-se entre o razoável e o bom, registando-se apenas um único Pavilhão que apresenta um estado

Figura 58 - Distribuição espacial dos Pavilhões Desportivos Polivalentes, por freguesia.



de conservação que não será o mais aceitável - Pavilhão do Bairro dos Carvalhos - (Quadros 26 e 27 e Foto 20, 21 e 22), localizado na Freguesia da Lousã, e pela sua localização mas também pela sua vocação, será objecto, no capítulo referente à análise prospectiva dos espaços desportivos do Município, de uma proposta concreta de recuperação e remodelação. Quanto ao piso dos Pavilhões, foram encontrados três tipos de piso: madeira flexível, madeira rígida e cimento, sendo de referir o primeiro tipo é apenas observado no Pavilhão Municipal nº1 (Fotos 19, 20 e 21).

Neste quadro de análise, no que diz respeito ao Município da Lousã, outro facto deve ser realçado, em termos de pavilhões, por ser algo que se reflecte directamente na disponibilização de espaços, e no que diz respeito ao subaproveitamento dos equipamentos da mesma tipologia, mas de natureza jurídica diferente, este Município encontra-se numa posição privilegiada. Na realidade, é frequente, no nosso país, encontrarem-se pavilhões de natureza jurídica ou gestão diferenciada, que, lado a lado, apresentam ocupações alternadas ao longo do dia. A título de exemplo, os equipamentos escolares encontram-se ocupados até às 18 horas e os do movimento associativo ou mesmo os da autarquia, são apenas ocupados a partir dessa hora. Num quadro de racionalidade de ocupação dos espaços no Município da Lousã, os Pavilhões são utilizados em contínuo, observando-se, deste modo, uma ocupação plena e logo óptima, quanto aos equipamentos dispendiosos, quer em termos de construção, quer em termos de manutenção. Esta situação deve-se ao facto de três dos equipamentos da Freguesia da Lousã serem de gestão autárquica e apresentarem boas

Quadro 26 - Designação e distribuição dos Pavilhões Desportivos Polivalentes, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesia	Designação	Área Implementação	Comprimento	Largura	Altura	Perímetro	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Lousã	Pavilhão Municipal nº 1	1300	52	25	6	154	Standard	Sim	Sim	Sim	Bom	Madeira flexível	Público	Nacional	População em geral	Condicionado	Formativo
	Pavilhão do Bairro dos Carvalhos	968	44	22	0	132	Standard	Sim	Sim	Sim	Mau	Cimento	Privado	Local	População em geral	Geral	Recreativo
	Pavilhão Municipal nº 2	924	42	22	7	128	Standard	Sim	Sim	Sim	Bom	Madeira rígida	Público	Regional	População em geral	Condicionado	Formativo
	Pavilhão Municipal dos Bombeiros	324	27	12	7	78	Reduzida	Sim	Sim	Não	Razoável	Madeira rígida	Privado	Local	População em geral	Condicionado	Recreativo
Serpins	Pavilhão de Serpins	1050	42	25	7	134	Standard	Sim	Sim	Sim	Razoável	Cimento	Público	Regional	População em geral	Condicionado	Formativo

Quadro 27 - Distribuição dos Pavilhões Desportivos Polivalentes, segundo as suas principais características, por freguesia

Freguesias	Lousã	Serpins	Total
Nº de Equipamentos	4	1	5
Iluminação	4	1	5
Balneários	4	1	5
Bancadas	3	1	4
Estado de Conservação: Bom	2	0	2
Estado de Conservação: Razoável	1	1	2
Estado de Conservação: Mau	1	0	1
Tipo de Piso: Madeira Flexível	1	0	1
Tipo de Piso: Madeira Rígida	2	0	2
Tipo de Piso: Cimento	1	1	2
Natureza Jurídica: Público: Autárquico	2	1	3
Natureza Jurídica: Público: M.E.	0	0	0
Natureza Jurídica: Privado: Educativo	0	0	0
Natureza Jurídica: Privado: Mov. Associativo	2	0	2
Natureza Jurídica: Privado: Outros	0	0	0
Importância: Local	2	0	2
Importância: Regional	1	1	2
Importância: Nacional	1	0	1
Importância: Internacional	0	0	0
Tipo de Utilizador: Pop. Geral	4	1	5
Tipo de Utilizador: Utentes	0	0	0
Tipo de Utilizador: Alunos	0	0	0
Tipo de Utilizador: Sócios	0	0	0
Tipo de Utilizador: Atletas	0	0	0
Tipo de Utilizador: Outros	0	0	0
Tipo de Acesso: Restrito	0	0	0
Tipo de Acesso: Condicionado	3	1	4
Tipo de Acesso: Geral	1	0	1
Tipo de Equipamento: Recreativo	2	0	2
Tipo de Equipamento: Formativo	2	1	3

Foto 20 - Pavilhão Municipal nº 1 - Bom Estado de Conservação e Pavimento de Madeira Flexível.

Foto 21 - Pavilhão Municipal dos Bombeiros - Razoável Estado de Conservação e Pavimento de Madeira Rígida.

Foto 22 - Pavilhão de Serpins - Razoável Estado de Conservação e Pavimento em Cimento.

condições de funcionamento, nomeadamente o Pavilhão Municipal nº 1[16], que é considerado um bom equipamento, mesmo quando analisado no contexto de todo o território nacional. Neste contexto, é de salientar que o Pavilhão Municipal nº1 apresenta uma importância de nível nacional (embora não existam provas regulares deste nível, isto por força do carácter competitivo do movimento associativo nas modalidades praticadas nos Pavilhões), um número médio de utilizações por época (de Setembro a Julho) de 30358, um número médio de dias de funcionamento por época de 305 e uma taxa de ocupação máxima, ou seja, de 100% (isto no período de utilização dos clubes) (Quadro 28). No caso do Pavilhão Municipal nº2 constata-se que a sua utilização é relativamente inferior, apresentando um número médio de utilizações por época (de Setembro a Julho) de 29253, um número médio de dias de funcionamento por época de 282 e uma taxa de ocupação de 90% (Quadro 29).

Observa-se que dois Pavilhões são de gestão do movimento associativo, reflectindo, no presente momento, a necessidade de importantes obras de remodelação e de beneficiação. Estes equipamentos apresentam uma dimensão regional. Todos os equipamentos em questão são passíveis de ser utilizados pela população em geral, contudo, a maioria é de acesso condicionado, sendo de referir que apenas o Pavilhão do Bairro dos Carvalhos é de acesso generalizado. Um pouco pelo conhecimento que a equipa técnica tem sobre os equipamentos desportivos no território nacional, deve ser realçado o facto de o Município da Lousã não apresentar, actualmente, qualquer pavilhão desportivo no interior das escolas dos diferentes níveis de ensino.

Quadro 28 - Número de utilizações e Taxas de Ocupação do Pavilhão Municipal nº1.

Fonte: Dados da Câmara Municipal da Lousã.

Nº utilizações/Taxas de Ocupação	Valor
Nº médio de utilizações por época (de Setembro a Julho)	30358
Nº médio de dias de funcionamento por época (de Setembro a Julho)	305
Nº médio de horas de funcionamento por época (de Setembro a Julho)	2775
Numero de utilizações média por dia	99
Numero de utilizações média por hora	11
Taxa de ocupação no periodo de utilização dos Clubes (2ª a 6ª das 18h30m às 23h)	100%

Quadro 29 - Número de utilizações e Taxas de Ocupação do Pavilhão Municipal nº2.

Fonte: Dados da Câmara Municipal da Lousã.

Nº utilizações/Taxas de Ocupação	Valor
Nº médio de utilizações por época (de Setembro a Julho)	29253
Nº médio de dias de funcionamento por época (de Setembro a Julho)	282
Nº médio de horas de funcionamento por época (de Setembro a Julho)	2672
Numero de utilizações média por dia	103
Numero de utilizações média por hora	11
Taxa de ocupação no periodo de utilização dos Clubes (2ª a 6ª das 18h30m às 23h)	90%

[16] *No entanto, a equipa técnica julga que deverão vir a ser contempladas obras de melhoria deste equipamento nos próximos anos, para que não se venha a verificar a sua rápida deterioração.*

Deve, assim, ser reconhecida a importância que a Autarquia tem, manifestando uma clara preocupação e assumindo um papel preponderante, substituindo o poder central, nomeadamente o Ministério da Educação, ao proporcionar a criação de espaços cobertos de apoio para a prática das actividades físico-motoras dos alunos das escolas. Neste sentido, torna-se difícil compreender a edificação de um Pavilhão na nova Escola Secundária, não existindo, funcionalmente, ligação às potenciais necessidades do próprio Município, uma vez que, ao longo dos anos, este criou condições para a prática do desporto na Escola, Educação Física e Desporto Escolar.

1.2.4 SALAS DE DESPORTO

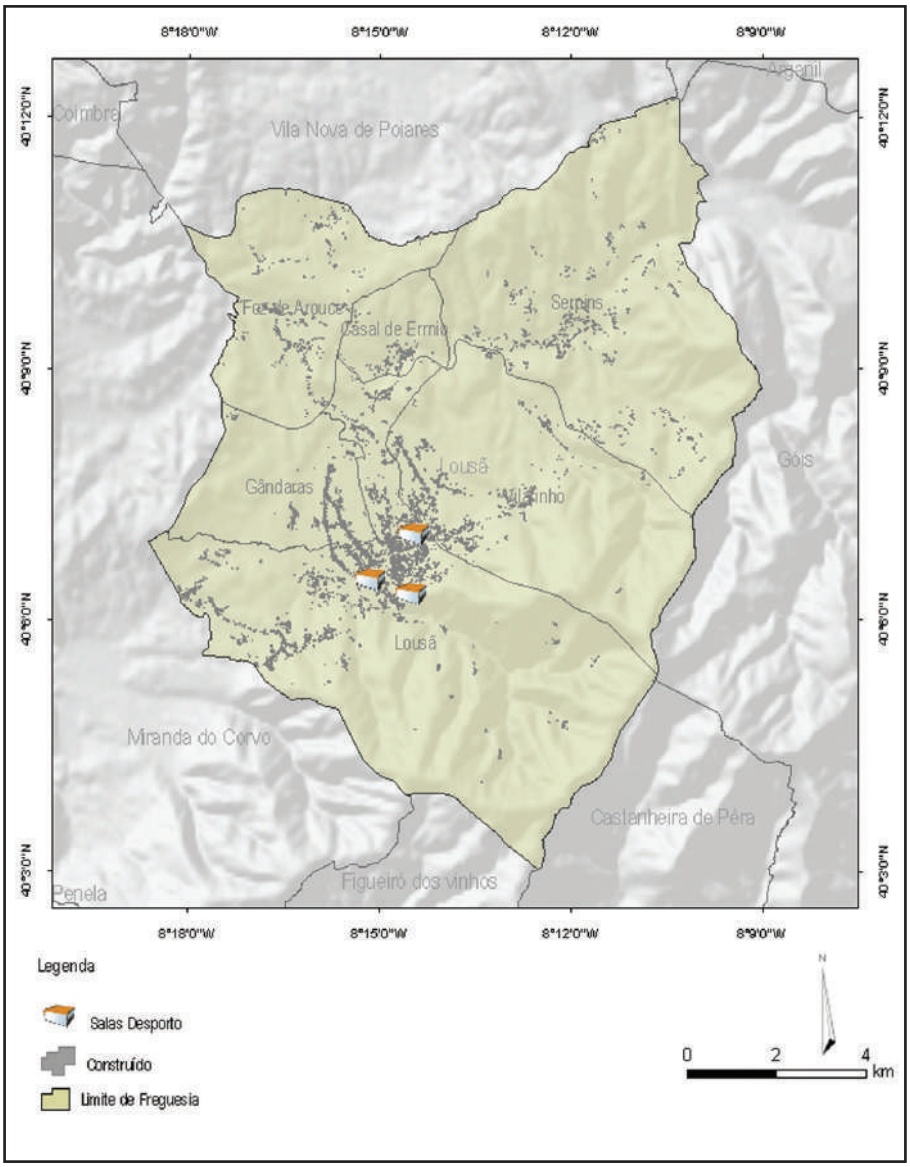
Na sequência da análise da tipologia "Pavilhão" e até porque funcionam em determinados territórios como espaços abertos complementares, no que diz respeito à tipologia "Salas de Desporto", os espaços que apresentam estas características, muito pela sua especificidade, localizam-se apenas na Freguesia da Lousã (Figura 59).

Deve ser referido, logo de início, que a totalidade das Salas de Desporto apresentam uma dimensão funcional reduzida, ou seja, os valores do comprimento e da largura não correspondem aos valores ditos padrão definidos pelas normas da DGOTDU, levando a que a área de implantação seja também igualmente reduzida (Quadros 30 e 31). Como é expectável, nesta tipologia, todas as salas de desporto apresentam iluminação e balneários de apoio (embora não propriamente individualizados relativamente aos equipamentos anexos), e nenhuma delas dispõe de bancadas. Em geral, os equipamentos que estão em bom estado de conservação, apresentam um piso do tipo sintético, embora também se observe um caso em que o piso é de mosaico e outro em que é de madeira flexível (Fotos 23, 24 e 25).

Quadro 30 - Designação e distribuição das Salas de Desporto, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesia	Designação	Área Implementação	Comprimento	Largura	Altura	Perímetro	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Lousã	Ginásio do Rugby Club da Lousã	80	10	8	6	36	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Sintético	Privado	Local	Sócios	Condicionado	Formativo
	Sala de Desporto da ARCIL	200	20	10	5	60	Reduzida	Sim	Sim	Não	Razoável	Sintético	Privado	Local	Sócios	Condicionado	Formativo
	Sala de Desporto da Piscina Municipal da Lousã	80	10	8	3	36	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Mosaico	Público	Local	População em geral	Condicionado	Formativo
	Sala de Desporto do Rugby Club da Lousã	80	10	8	3	36	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Madeira flexível	Privado	Local	Sócios	Condicionado	Formativo

Figura 59 - Distribuição espacial das Salas de Desporto, por freguesia.



Quadro 31 - Distribuição das Salas de Desporto, segundo as suas principais características, por freguesia.

			Lousã	Total
Tipo de Equipamento	Formativo		4	4
	Recreativo		0	0
Tipo de Acesso	Geral		0	0
	Condicionado		4	4
	Restrito		0	0
Tipo de Utilizador	Outros		0	0
	Atletas		0	0
	Sócios		3	3
	Alunos		0	0
	Utentes		0	0
	Pop. Geral		1	1
Importância	Internacional		0	0
	Nacional		0	0
	Regional		0	0
	Local		4	4
Natureza Jurídica	Privado	Outros	1	1
		Mov. Associativo	2	2
		Educativo	0	0
	Público	M.E.	0	0
		Autárquico	1	1
Tipo de Piso	Plano de Água		1	1
	Mosaico		1	1
	Sintético		2	2
Estado de Conservação	Mau		0	0
	Razoável		1	1
	Bom		3	3
	Bancadas		0	0
	Balneários		4	4
	Iluminação		4	4
	Nº de Equipamentos		4	4
	Freguesias			

Foto 23 - Sala de Desporto da ARCIL - Razoável Estado de Conservação e Piso Sintético.

Foto 24 - Sala de Desporto do Rugby Clube da Lousã - Bom Estado de Conservação e Piso Madeira Flexível.

Foto 25 - Sala de Desporto da Piscina Municipal da Lousã - Bom Estado de Conservação e Piso Mosaico.

Quanto à Natureza Jurídica dos quatro espaços existentes, indica o predomínio do não público, uma vez que dois dos equipamentos se encontram integrados no movimento associativo - duas salas pertencem ao Rugby Club da Lousã e a outra é da gestão da IPSS que apoia os cidadãos portadores de deficiência (ARCIL) -, restando apenas uma de gestão autárquica - funciona como sala de apoio à piscina coberta.

No caso da Lousã e mesmo em todo o território nacional, a importância das Salas de Desporto é meramente local, facto facilmente compreensível, dada a utilização limitada e ainda pouco frequente deste tipo de equipamento. Grande parte destas salas é utilizada por sócios, assumindo-se que a totalidade destes equipamentos são formativos, embora se pretenda que esta tipologia de equipamentos venha a assumir outra importância e ocupação.

1.2.5 PISCINAS COBERTAS

As "Piscinas Cobertas", à semelhança do observado no caso dos Pavilhões, apresentam custos relativamente elevados e, neste caso particular, ao nível de manutenção, razão pela qual a sua análise deverá ser sempre efectuada em termos de território municipal (e julga-se que em sectores com valor populacional reduzido deveria mesmo proceder-se a uma análise intermunicipal), muito até pelo que foi referido no caso anterior - demografia, edificado e massa crítica. Estes factores, propositadamente, ou não, levaram a que as três Piscinas Cobertas existentes no Município se localizem apenas na Freguesia da Lousã (Figura 60), devendo ser referido de imediato, que todas elas apresentam bom estado de conservação, embora com dimensões reduzidas (Foto 26). Assim, dispõem de um sistema de iluminação e de balneários, embora nenhuma apresente bancadas (Quadros 32 e 33).

Dois destes espaços, aliás, integrados na mesma estrutura, apresentam natureza jurídica pública e, neste caso, o gestor e a entidade de suporte é a própria autarquia, funcionando como espaços vocacionados para a aprendizagem e prática da natação para todo o Município (embora com o compreensivo acesso condicionado) e, logo como uma peça fundamental da rede de equipamentos artificiais. Por sua vez, a outra piscina funciona, no essencial, como espaço de apoio aos utentes de uma IPSS - ARCIL -, mais concretamente, aos cidadãos portadores de deficiência.

É de salientar que a Piscina Municipal da Lousã é a única que poderia, em situação extrema, assumir uma importância regional, uma vez que nela se efectuam, com regularidade, provas de natação das escolas. Este equipamento apresenta mesmo uma utilização média (de Setembro a Julho) no valor de 60000, evidenciando um funcionamento de 335 dias por época e uma taxa de ocupação de mais de 75% (Quadro 34). As duas restantes resumem-se a uma importância de nível local, já que as suas dimensões assim o implicam.

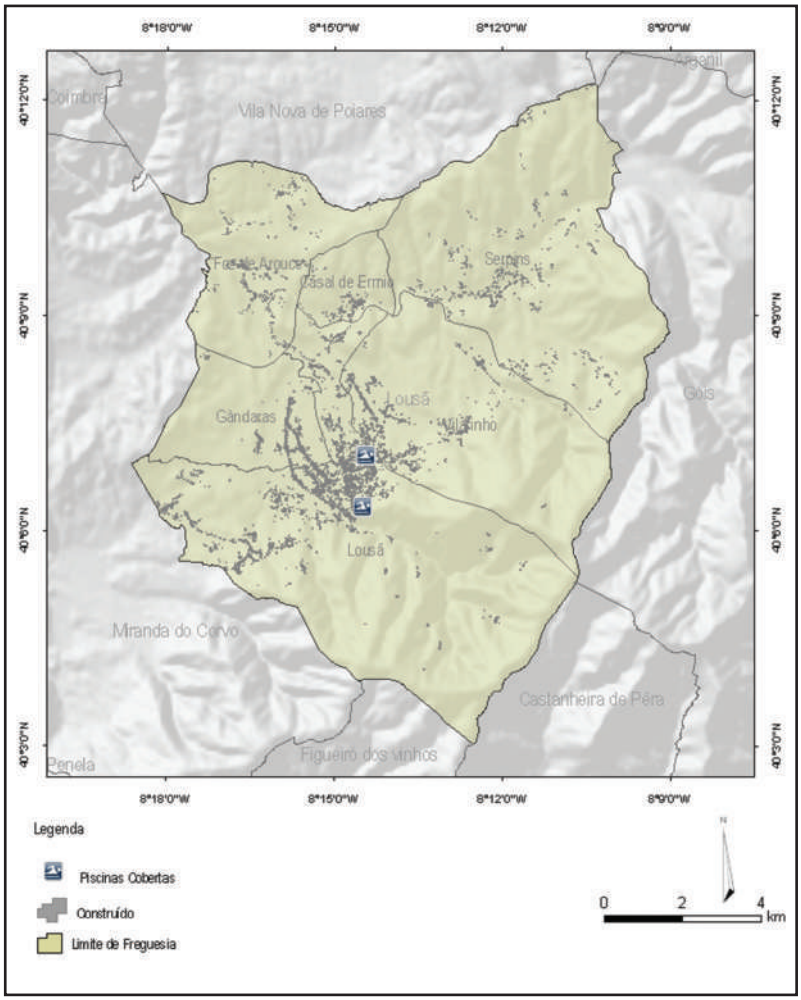


Figura 60 - Distribuição espacial das Piscinas Cobertas, por freguesia.

Quadro 32 - Designação e distribuição das Piscinas Cobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesia	Designação	Área Implementação	Comprimento	Largura	Altura	Perímetro	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Lousã	Piscina da ARCIL	25	5	5	6	20	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Plano de água	Privado	Local	Utentes	Condicionado	Formativo
	Piscina Municipal da Lousã	325	25	13	6	76	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Plano de água	Público	Local	População em geral	Condicionado	Formativo
	Tanque de Aprendizagem da Piscina Municipal da Lousã	91	13	7	6	40	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Plano de água	Público	Local	População em geral	Condicionado	Formativo

Quadro 33 - Distribuição das Piscinas Cobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.

| | | |

Nº utilizações/Taxas de Ocupação	Valor
Nº médio de utilizações por época (de Setembro a Julho)	60000
Nº médio de dias de funcionamento por época (de Setembro a Julho)	335
Nº médio de horas de funcionamento por época (de Setembro a Julho)	3668,25
Numero de utilizações média por dia	179
Numero de utilizações média por hora	16
Numero de utilizações média por dia (de 2ª a 6ª Feira - Periodo da Escola Municipal da Lousã)	250
Numero de utilizações média por hora no periodo de maior utilização da Piscina (das 17h15 às 21h45)	55
Taxa de ocupação média mensal no periodo da Escola Municipal da Lousã (das 17h15 às 21h45)	75,63%

Quadro 34 - Número de utilizações e Taxas de Ocupação da Piscina Municipal da Lousã.

1.2.6 PISCINAS DESCOBERTAS

No que diz respeito às Piscinas Descobertas formais, elas distribuem-se espacialmente pelas Freguesias da Lousã e de Serpins, num total de dois equipamentos (Figura 61)[17].

Pelos valores da área de implantação, associados ao comprimento e à largura, constata-se que a dimensão funcional é, em ambas, reduzida (Quadros 35 e 36).

De todos estes equipamentos, apenas a piscina principal da Freguesia da Lousã possui iluminação, as duas possuem balneários e nenhuma apresenta bancadas. O seu estado de conservação pode classificar-se como bom (Fotos 27 e 28).

A natureza jurídica varia entre pública em que a autarquia é a entidade gestora e de suporte da Piscina Descoberta do Parque Carlos Reis, enquanto que a piscina do "Parque de Campismo de Serpins" é, naturalmente, de natureza privada, apresentando ambas, por esse motivo, acesso condicionado, embora uma seja mais condicionada do que a outra.

A população do Município, assim como os visitantes, são os utilizadores da Piscina do Parque Carlos Reis. O acesso a este equipamento faz-se através da necessária autorização ou pagamento prévios para a sua utilização. Não pode deixar de ser referido que a Piscina do Parque Carlos Reis, embora com esse acesso condicionado, se encontra vocacionada para a população em geral.

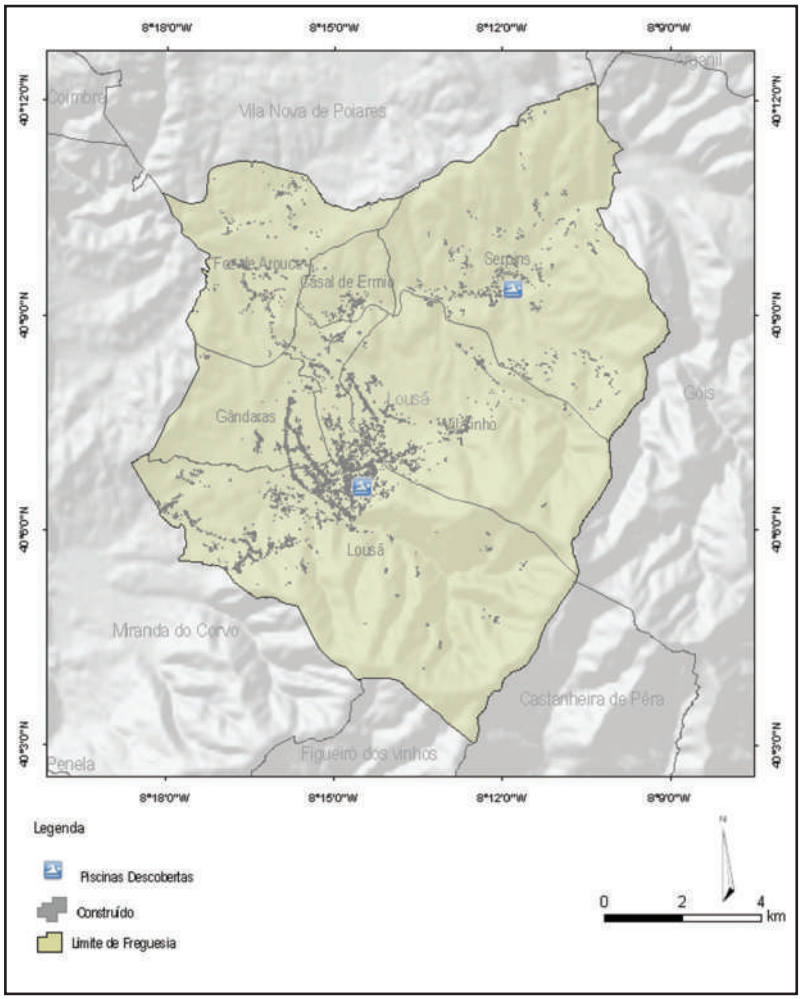
É facilmente compreensível que todos os equipamentos se classifiquem como sendo do tipo recreativo, aliás um pouco no seguimento do que é identificado para as piscinas naturais ou fluviais.

Foto 27 - Piscina Descoberta do Parque Carlos Reis.

Foto 28 - Piscina do "Parque de Campismo de Serpins".

[17] *É de salientar que existe no território municipal uma piscina descoberta pertencente ao "Meliá Palácio da Lousã Boutique Hotel", contudo, por ser um equipamento privado e de acesso restrito, não foi considerado no presente relatório, ou seja, não entrou na contabilização nem foi tido em conta para o cálculo dos índices.*

Figura 61 - Distribuição espacial das Piscinas Descobertas, por freguesia.



Quadro 35 - Designação e distribuição das Piscinas Descobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesias	Designação	Área Implantação	Comprimento	Largura	Perímetro	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Lousã	Piscina Descoberta Parque Carlos Reis	325	25	13	76	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Plano de água	Público	Local	População em geral	Condicionado	Recreativo
Serpins	Piscina do "Sítio dos Eventos"	120	15	8	46	Reduzida	Não	Sim	Não	Bom	Plano de água	Privado	Local	Utentes	Condicionado	Recreativo

Quadro 36 - Distribuição das Piscinas Descobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.

Freguesias	Nº de Equipamentos	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação			Tipo de Piso	Natureza Jurídica						Importância			Tipo de Utilizador								Tipo de Acesso				Tipo de Equipamento	
									Público		Privado																					
					Bom	Razoável	Mau	Plano de Água	Autárquico	M.E.	Educativo	Mov. Associativo	Outros	Local	Regional	Nacional	Internacional	Pop. Geral	Utentes	Alunos	Sócios	Atletas	Outros	Restrito	Condicionado	Geral	Recreativo	Formativo
Lousã	1	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Serpins	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Total	2	1	2	0	2	0	0	2	1	0	0	1	0	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0

1.3. OS ÍNDICES DE COMUNIDADE E A CONSISTÊNCIA DA SUA LEITURA

A dificuldade de efectuar análises comparativas em termos de cobertura de equipamentos desportivos colectivos constitui, desde há muito, um facto constatado para sectores do território nacional que apresentam características diferenciadas. Nesse quadro de dificuldade, a utilização dos índices de comunidade definidos para a totalidade dos diferentes contextos territoriais foram uma resposta considerada como satisfatória em determinado momento.

Os índices de referência têm vindo a ser utilizados (muitas vezes abusivamente) como forma de comparação entre territórios, devendo, no entanto ser referido que estes, embora não sendo mais do que a simples relação da superfície desportiva útil por habitante, em metros quadrados, podem assumir-se como de importância relativa num estudo sobre a cobertura dos equipamentos desportivos de um território, desde que devidamente ponderados e trabalhados.

Nesse quadro, deve ser equacionada a necessidade de se encontrar um padrão de comparativo entre a unidade de referência, que se assume, por norma, como dos valores globais inicialmente definidos pela UNESCO (que posteriormente foram adoptados pela União Europeia e que foram ligeiramente modificados pela DGOTDU), mas que num estudo de maior pormenor têm, obrigatoriamente, de ser associados a parâmetros locais ou regionais.

Aqueles índices, no entanto, podem possibilitar a avaliação rápida das necessidades de reserva do solo para futura instalação de equipamentos desportivos, considerando o valor populacional existente ou o projectado a determinado período, funcionando assim como uma abordagem inicial bastante razoável.

Deve ainda ser referido que para o seu cálculo não são contabilizados os equipamentos especiais para o espectáculo e os equipamentos com funções de recreação informal adjacentes ao espaço urbano ou residencial, ou inseridos em grandes espaços verdes públicos de âmbito regional com carácter de zonas protegidas, e como se vai observar no caso do Município da Lousã, todos os espaços naturais relacionados com o Desporto Aventura.

A análise dos valores gerais resultantes tem por base o critério adoptado desde 1988 (por recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto - UNESCO[18]) e refere-se a uma quota de 4 m^2 de superfície desportiva útil por habitante, como, aliás, também já foi oportunamente referido e que foi utilizado de

modo abusivo na definição do que tem sido considerado como a satisfação da procura, nomeadamente aquando da aprovação dos PDM´s de 1ª geração.

Como se pode constatar, e numa análise preliminar em função dos m² por habitante, no Município da Lousã (Figura 62 e Quadro 37), o valor do índice de comunidade geral é de 4,12 m²/hab, ou seja ligeiramente superior aos 4 m²/hab de referência, sendo de referir que para este resultado, em muito contribui a superfície desportiva de algumas freguesias (muito pelo peso da tipologia de "Grandes Campos"), nomeadamente da Lousã e particularmente de Foz de Arouce e Vilarinho.

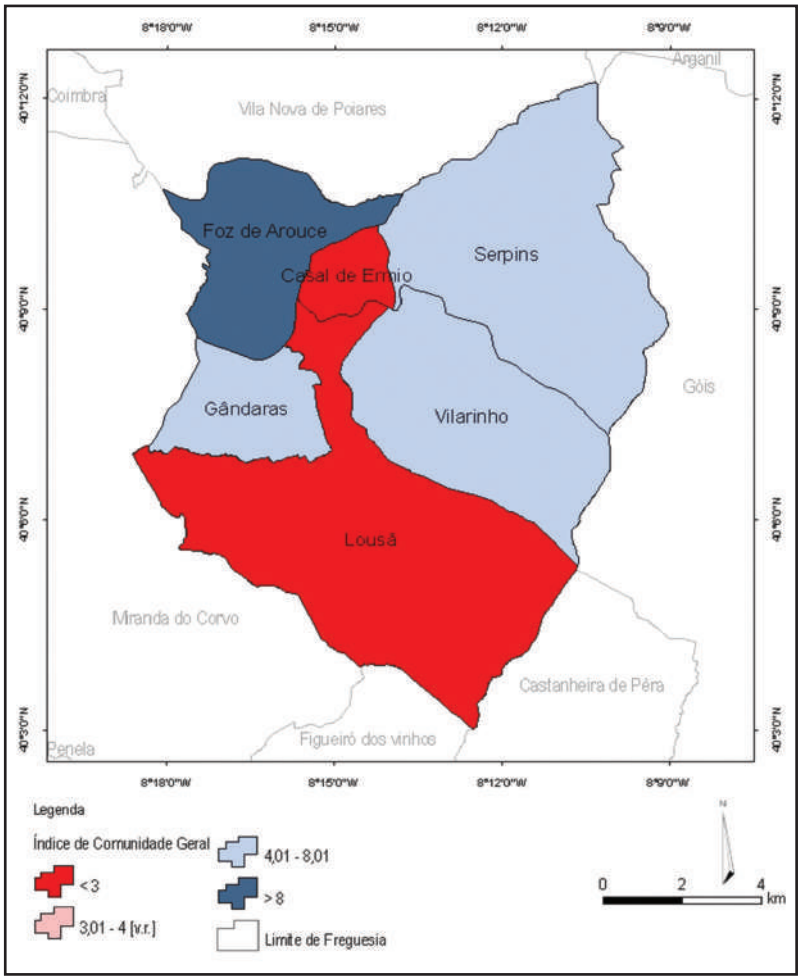


Figura 62 - Índice de Comunidade Geral.

[18] *Para comparação são indicados dois índices de referência, o da UNESCO e o da DGOTDU, que apresentam valores diferenciados, consoante a tipologia em questão (Quadro 37).*

Valores de Referência / Freguesias	Índices													
	Geral	Grandes Campos	Pequenos Campos	Pavilhões	Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Geral sem grandes campos	Geral sem abandonados	Grandes campos sem os abandonados	Geral sem pequenos campos	Geral sem escolares	Escolas	Campos abandonados
UNESCO (m²/hab)	4	2	0.65	0.09	0.09	0.02	0.04	2	4	2	3.35	4		
DGOTDU (m²/hab)	4	2	1	0.15	0.15	0.03	0.02	-	-	-	-	-		
Casal de Ermio	2.21	0.00	2.21	0.00	0.00	0.00	0.00	2.21	2.21	0.00	0.00	2.21	0.00	0.00
Foz do Arouce	13.62	10.88	2.74	0.00	0.00	0.00	0.00	2.74	10.74	8.00	10.88	13.62	0.00	2.88
Gândaras	4.62	4.52	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	4.62	4.52	4.52	4.52	0.10	0.00
Lousã	2.17	1.04	0.67	0.34	0.04	0.04	0.03	1.13	1.84	0.71	1.50	1.70	0.46	0.32
Serpins	4.05	2.80	0.56	0.61	0.00	0.00	0.07	1.25	1.25	0.00	3.49	4.05	0.00	2.80
Vilarinho	5.79	4.79	1.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	3.95	2.95	4.79	5.79	0.00	1.84
Município	4.12	2.85	0.90	0.29	0.03	0.03	0.03	1.27	3.14	1.87	3.22	3.81	0.31	0.98

Acima do valor de referência (m²/habitante)

Inexistente

Quadro 37 - Tabela resumo dos índices gerais por tipologia, por freguesia.

Numa análise à escala da divisão administrativa da freguesia, constata-se que, à excepção dos casos de Casal de Ermio e da Lousã, todas as outras apresentam índices de comunidade superiores aos valores de referência. Assim, e para reforço da ideia sobre a validade da análise dos índices de comunidade, se no caso da primeira, os equipamentos existentes são pouco significativos (apenas um polidesportivo), já no caso da sede de Município, além de se verificar que apresenta o valor mais elevado da superfície desportiva e o maior valor populacional, detém o menor índice, embora nesta se encontrem os espaços desportivos de maior qualidade e das tipologias mais importantes no desenvolvimento desportivo de um território.

Por seu turno, a freguesia que apresenta o valor mais elevado é a de Foz de Arouce, cujos 13,62 m²/hab, resultam da conjugação de vários factores: a associação entre o reduzido valor populacional (é a segunda freguesia menos populosa do Município) e a elevada superfície total desportiva, bem como a existência de um complexo desportivo associado a uma instituição cuja sede não se localiza no território municipal. Na realidade, e na sequência

do já referido, este resultado poderia induzir a conclusões precipitadas, já que esta é a freguesia que detém o maior número de grandes campos, facto que em muito influencia o cálculo do índice geral.

Numa análise por tipologia, os índices de referência, indicam, embora nem sempre de um modo eficaz, a qualidade da oferta. A título de exemplo, o índice relativo aos Grandes Campos (Figura 63) indica que apenas a Freguesia da Lousã, apresenta um valor abaixo do de referência, com 1,04 m²/hab, (o valor de referência é de 2,00 m²/hab). Foz de Arouce é de todas, aquela que apresenta o índice mais elevado, embora também devam ser assinalados os valores de Vilarinho e principalmente de Gândaras, nestes casos, muito pelo facto de serem freguesias com valores populacionais baixos.

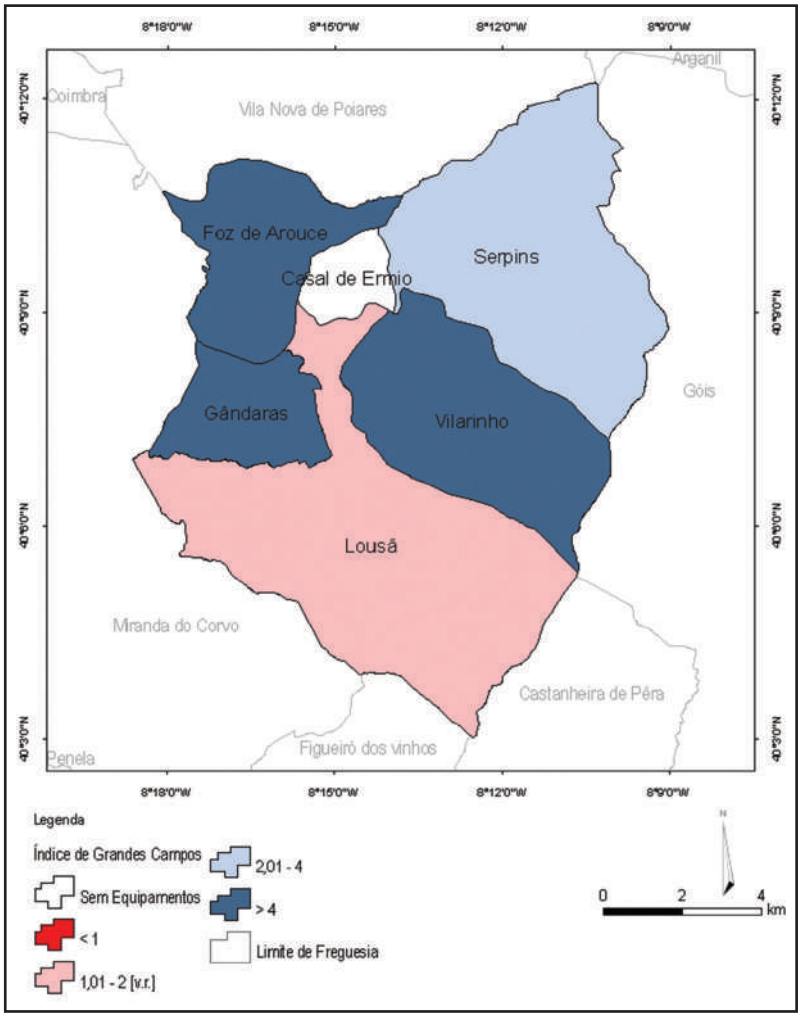


Figura 63 - Índice de Grandes Campos.

Aliás, a credibilidade deste tipo de análise, sempre que descontextualizada de outras, reside no facto de para um mesmo número de equipamentos e de qualidade muito díspar - Lousã e Vilarinho -, os índices serem bastante diferentes, por força do peso da população residente em cada uma. Por outro lado, deve ser referido que quando se efectuam este tipo de análise - índices de comunidade -, e não se reflecte sobre a qualidade dos equipamentos, pode deparar-se com claras discrepâncias de valores. Observe-se o caso de Foz de Arouce, onde dos três grandes campos existentes, um encontra-se em estado de abandono, outro é de dimensões mínimas e de acesso fortemente condicionado, restando apenas um para actividade competitiva, em que a qualidade é muito inferior à dos restantes campos de competição, quer de Vilarinho, quer de Lousã. Deste modo, com um índice duas ou quase dez vezes superior, respectivamente, a qualidade da oferta de equipamentos em Foz de Arouce é muito discutível.[19]

Relativamente ao índice de Pequenos Campos (Figura 64), constata-se que o valor do Município, de 0,90 m^2/hab, é inferior ao de referência da DGOTDU (1,00 m^2/hab) mas superior ao da UNESCO (0,65 m^2/hab). Situação semelhante observa-se na Freguesia da Lousã que apresenta um índice de 0,67 m^2/hab, devendo ser realçado o facto deste valor se encontrar associado ao maior número de pequenos campos e respectiva área desportiva do Município e a uma procura por maior número de residentes. Gândaras e Serpins apresentam índices muito abaixo do de referência, principalmente a primeira freguesia, já que possui apenas um pequeno campo, embora os dois de Serpins apresentem condições de prática pouco capaz e um acesso fortemente condicionado (caso dos espaços que integram o Parque de Campismo, o qual é privado). Em sentido oposto, as freguesias de Foz de Arouce e de Casal de Ermio destacam-se pelos elevados índices, bastante superiores aos de referência, facto que não pode ser dissociado dos baixos valores populacionais (os menores do Município). Porém, apesar desta oferta se encontrar acima do valor de referência, deve ser salientado que a população não se encontra particularmente bem servida. Se no caso de Casal de Ermio, este é o único equipamento existente na freguesia, em Foz de Arouce, dois dos equipamentos integram o espaço do centro de férias da Associação Cristã da Mocidade, pelo que o acesso se apresenta condicionado à população residente. Assim, existe um número pequeno de campos idêntico, ou seja, encontram-se valores reais de índice completamente inversos.

[19] *É de referir que a Freguesia de Casal de Ermio apresenta um valor nulo, mas pelo facto de não possuir qualquer equipamento desta tipologia, como aliás se tinha verificado em análises anteriores.*

Já no que diz respeito ao índice de Pavilhões, este reflecte uma realidade anteriormente referida, ou seja, as freguesias de Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras e Vilarinho não possuem qualquer equipamento desta tipologia, aliás facto perfeitamente aceitável pelo contexto em que se observam estes equipamentos. Contudo, Lousã e Serpins, ao apresentarem índices com valores superiores aos de referência, interferem no valor geral do Município, de 0,29 m²/hab (valor muito acima dos 0,09 m²/hab ou 0,15 m²/hab, que se utilizam em termos de comparação), reflectindo a oferta existente nas freguesias mais populosas, devendo ser referido, no entanto, que no caso do de Serpins, os equipamentos pertencem ao Movimento Associativo. Este valor é quase o dobro do valor de referência da DGOTDU, facto que se

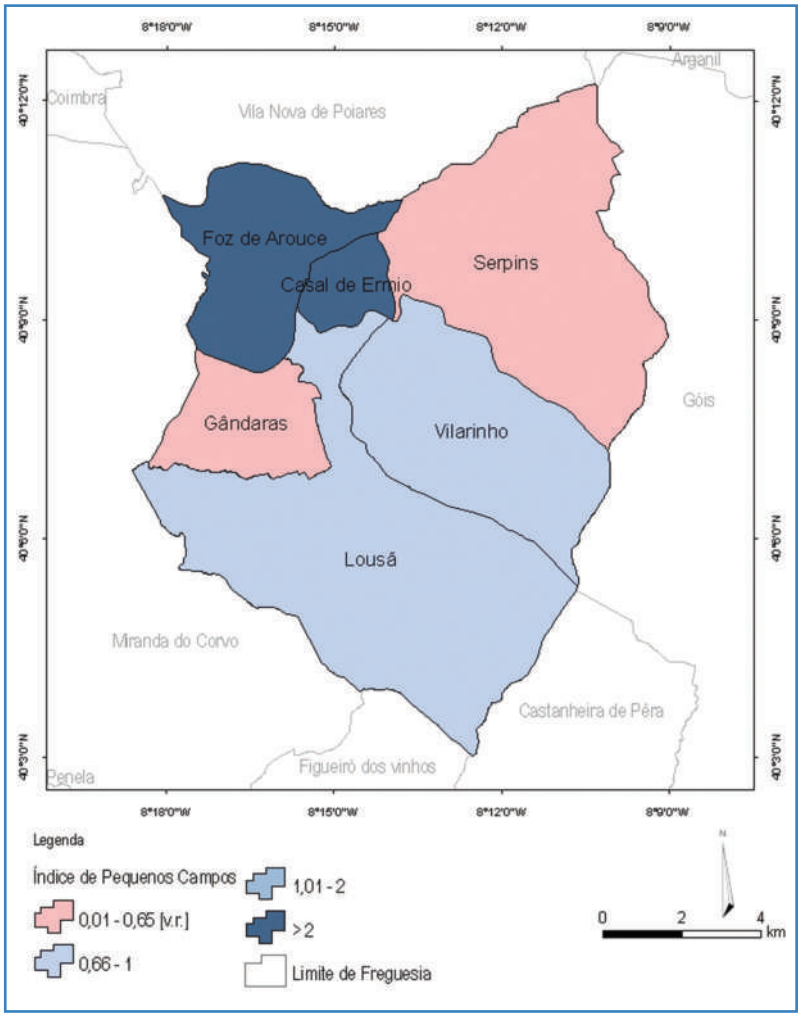


Figura 64 - Índice de Pequenos Campos.

associa à qualidade da maioria deles, pelo que, nesta tipologia, as relações entre os índices e as próprias análises qualitativas se cruzam, mostrando que, no que diz respeito aos Pavilhões, a oferta excede em muito o necessário para o Município.

Por seu turno, quanto às salas de Desporto, ao existir apenas um equipamento desta tipologia na Freguesia da Lousã, a situação reflecte-se em valores inferiores aos de referência, não só na própria freguesia (0,04 m^2/hab) mas também no caso do Município (0,03 m^2/hab).

À semelhança do referido para os Pavilhões, também as Piscinas Cobertas devem ser analisadas em termos municipais (ou nos municípios que o justifiquem, por área de planeamento), pelo que se explica que se encontrem, em funcionamento, equipamentos unicamente na Freguesia da Lousã, apresentando uma superfície desportiva por habitante de 0,04 m^2/hab, ou seja, o dobro da de referência, que é de 0,02 m^2/hab. Situação semelhante acontece no Município, cujo índice acaba por ser de 0,03 m^2/hab, ou seja, muito superior ao de referência[20].

No caso das Piscinas Descobertas, constata-se que o Município apresenta um índice de 0,03 m^2/hab, valor abaixo do de referência da DGOTDU. Estes equipamentos localizam-se apenas nas freguesias da Lousã e de Serpins, em que a primeira apresenta um índice abaixo do de referência, de 0,03 m^2/hab, e a segunda apresenta um valor de 0,07 m^2/hab, bastante superior ao de referência, o que indicia que, embora só possua um equipamento desta tipologia, este apresenta uma superfície desportiva total (segundo os padrões comparativos) satisfatória para a população residente, embora o seu acesso coloque alguns condicionalismos de utilização.

Poder-se-á afirmar que através de uma simples análise dos valores dos índices, como aquela que acaba de ser efectuada, se cria uma imagem relativamente distorcida da realidade sobre o parque desportivo do Município da Lousã. Na realidade, a análise da rede de equipamentos desportivos do território deve ir muito mais longe, obrigando a considerar, quer os aspectos qualitativos, quer a análise sobre o peso das diferentes tipologias. Foi neste contexto que, e a título exemplificativo, se procuraram novas e complementares abordagens sobre os índices de comunidade, mas que, como se pode constatar, só com o profundo conhecimento da realidade do parque desportivo do território, se torna possível essa análise.

[20] *Assim, constata-se que, com índices superiores aos de referência, algumas tipologias apresentam necessidade de urgente remodelação, facto que aliás será equacionado na parte final do relatório.*

Logo, uma abordagem sobre os equipamentos que não o são verdadeiramente, torna possível seleccionar os que não devem ser considerados nos índices. Assim, sem os campos abandonados [21](ou mesmo em mau estado de conservação), encontra-se a noção um pouco mais clara da realidade do parque desportivo municipal, ou seja, este índice indica qual a superfície real com condições para a prática desportiva. Deste modo, constata-se a redução do valor do índice de comunidade geral do Município, que passa dos 4,12 m^2/hab para os 3,45 m^2/hab, ou seja, já inferior ao valor de referência. Gândaras e Serpins não sofreram oscilações de valores, reflectindo tudo o que foi referido sobre o significado de não possuírem campos abandonados.

Tem vindo a ser referido o peso dos Grandes Campos no parque desportivo nacional, muito pelo que foi herdado da situação desportiva da segunda metade do século XX, facto que, muitas vezes, distorce, de modo significativo, a realidade do parque desportivo. Tal situação verifica-se, de modo exemplar, no caso particular do Município da Lousã, onde sai salientado o facto de o valor do índice de comunidade geral sofrer significativas oscilações quando se retira a superfície desportiva referente aos grandes campos (muitos deles em estado de abandono e sem grande significado no que diz respeito às necessidades para a prática desportiva da população em geral). Deste modo, constata-se que este valor se reduz significativamente para os 1,27 m^2/hab (valor inferior ao índice de referência, de 2,00 m^2/hab), mostrando assim que nem sempre um índice geral elevado corresponde a um grau de oferta satisfatório. A este peso dos "Grandes Campos", no caso da Freguesia Foz de Arouce, acresce o facto de os equipamentos que apresentam melhor qualidade não pertencem a esta freguesia e que grande parte deles se integra num complexo desportivo, de acesso fortemente condicionado e cuja sede não se encontra localizada no Município (ACM).

A situação é assim observada na totalidade das freguesias, excepção feita à de Casal de Ermio, que não regista alterações, pelo simples facto de apenas possuir um pequeno campo. Este índice reflecte claramente a importância dos grandes campos para o cálculo do índice geral, uma vez que nas freguesias de Gândaras e de Vilarinho (neste caso particular observa-se um

[21] *Retirando a superfície respeitante aos grandes campos abandonados, também se verifica uma considerável alteração de valores, ou seja, uma redução dos índices nas freguesias de Foz de Arouce, Lousã e Vilarinho, contudo, à excepção do valor da Lousã, os restantes mantêm-se acima do de referência para este índice (2,00 m^2/hab). As freguesias de Gândaras e de Serpins, por não possuírem campos abandonados, não registam oscilações neste índice.*

equipamento que serve um clube da Freguesia da Lousã, ou seja, não funciona verdadeiramente como um espaço desportivo da Freguesia de Vilarinho), que apresentavam um índice geral acima do valor de referência, quando são excluídos os grandes campos, o índice reduz-se drasticamente, vindo a situar-se mesmo, abaixo do valor de referência para este índice parcelar (Figura 65). O valor do Município - 1,27 m²/hab, também regista um decréscimo acentuado, reflectindo uma vez mais, a importância da superfície desportiva dos grandes campos.

Por força do peso relativo dos Pequenos Campos no quadro do parque desportivo nacional, o índice geral pode também ser analisado de modo a observar esse mesmo peso, e que ao serem excluídos, permitem retirar

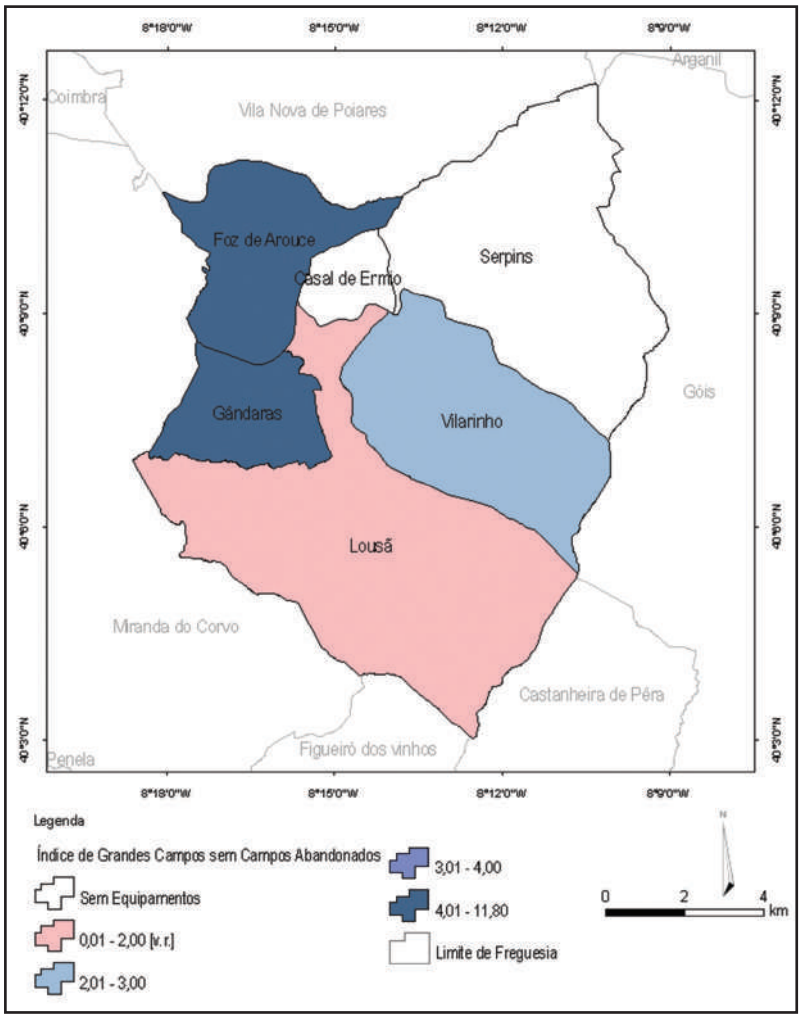


Figura 65 - Índice de Grandes Campos sem os Campos Abandonados.

outro tipo de ilações, ou seja, é possível concluir acerca da importância destes equipamentos no valor do índice geral do Município (3,22 m²/hab) ou mesmo de algumas freguesias, nomeadamente de Foz de Arouce, Casal de Ermio, Lousã e Vilarinho, que registam grandes reduções. No caso particular de Casal de Ermio apresenta um valor nulo, já que por possuir apenas um equipamento desta tipologia, não sofre alterações. Apesar destes decréscimos, grande parte das freguesias mantém valores acima do de referência. No caso do índice geral sem os equipamentos escolares observa-se que o índice do Município, de 3,81 m²/hab, se encontra abaixo do valor de referência (4,00 m²/hab), embora no caso particular do Município, estes equipamentos apresentem pouca expressão.

Quando observados num contexto de análise regional, mais particularmente, na disponibilização dos equipamentos aos diferentes sectores de população, observa-se uma grande disparidade no que respeita aos equipamentos desportivos integrados em espaços escolares, muito por força da perspectiva sobre os sistemas desportivos municipais. Se em alguns municípios, os espaços escolares (do 2º, 3º ciclos e secundárias), na sua esmagadora maioria, oferecem equipamentos desportivos próprios aos alunos e mesmo à comunidade, noutros, são os equipamentos autárquicos que vão servir a rede educativa, num claro serviço de apoio à comunidade. É o caso do Município da Lousã, onde os principais equipamentos desportivos de gestão autárquica - pavilhões e piscinas -, substituem os inexistentes nas escolas.

É por isso de salientar que apenas nas freguesias de Gândaras e Lousã se encontram equipamentos desportivos integrados no parque escolar, facto que justifica que sejam as únicas a registar valores no índice das escolas e as únicas a sofrer alterações no respectivo cálculo do índice geral quando se excluem as superfícies destes equipamentos. Neste contexto, destaca-se a Freguesia da Lousã, uma vez que possui 7 equipamentos desportivos escolares, o que se reflecte numa significativa redução do índice geral (de 2,17 m²/hab para 1,70 m²/hab), valor que a coloca abaixo do valor de referência. Porém, e no contexto de uma abordagem sobre a realidade destes mesmos índices, deva ser referido que estes respeitam a equipamentos formativos e de qualidade pouco interessante para o desenvolvimento desportivo do território.

Pelo exposto, e pela dificuldade de uma análise objectiva, pode afirmar-se que este tipo de análise nunca pode ser dissociada da própria tipologia dos equipamentos desportivos, e em particular das suas principais características de índole física, aliás como é o caso, por exemplo, do estado de conservação.

Numa análise com as características das pretendidas, há que ter também em linha de conta a população residente, uma vez que um número populacional reduzido pode contribuir para uma leitura algo falseada da realidade, podendo induzir que a rede de equipamentos desportivos é satisfatória, quando na realidade, na maioria dos casos, tal não se verifica. Aliás deve ser tida em consideração a própria tipologia desses mesmos equipamentos, já que um número elevado de grandes campos associado a um baixo valor populacional contribui, muitas vezes, para a distorção total do índice geral, observando-se contudo que as principais necessidades da população não se encontram minimamente satisfeitas.

Neste contexto, e por desde há muito ter sido constatada a complexidade de análise, e em termos meramente especulativos da procura de soluções, optou-se por criar e adoptar um conjunto de índices alternativos capazes de permitir, por um lado, análises diferenciadas e, por outro, avaliações mais completas sobre a realidade efectiva do parque desportivo do Município da Lousã.

Um dos aspectos mais significativos quando se perspectiva a qualidade da prática proporcionada pelos diferentes equipamentos, passa pelo seu estado de conservação, já que um equipamento em mau estado, à partida, pode mesmo inviabilizar, ou no mínimo condicionar, a prática desportiva de qualidade. O cálculo do índice geral, de acordo com a caracterização efectuada pela equipa técnica, permite retirar algumas ilações sobre a qualidade do parque desportivo da Lousã. Deste modo, se forem tidos em conta apenas os equipamentos desportivos artificiais em bom estado, verifica-se que o índice geral do Município se traduz em 2,57 m²/hab, ou seja, num valor bastante inferior ao de referência (Quadro 38).

Deste modo, observa-se que embora a grande maioria dos equipamentos se encontre em bom estado, a sua contabilização exclusiva não é suficiente para se atingirem os tanto desejados, como discutíveis, 4 m²/hab de referência,

Quadro 38 - Índice geral segundo o estado de conservação dos equipamentos.

Freguesias	Índice geral	Estado de Conservação		
		Bom	Razoável	Mau
Casal de Ermio	2.21	0.00	2.21	0.00
Foz de Arouce	13.62	8.58	2.16	2.88
Gândaras	4.61	4.52	0.10	0.00
Lousã	2.17	1.63	0.12	0.42
Serpins	4.05	0.54	0.71	2.80
Vilarinho	5.79	2.95	0.74	2.11
Município	4.12	2.57	0.47	1.07

embora também deva ser referido que estes espaços são os que mais contribuem para o resultado final. De igual modo, deve ser constatado também que os equipamentos em mau estado assumem uma maior relevância no cálculo do índice, do que aqueles que se encontram em estado razoável, o que significa que apresentam um peso significativo no resultado final.

Aliás, constata-se que nas freguesias de Foz de Arouce, Gândaras, Lousã e Vilarinho, os equipamentos que mais influenciam o resultado do índice geral são aqueles que se encontram em bom estado de conservação, o que só vem confirmar a supremacia dos bons equipamentos nestas freguesias. Para Foz de Arouce e Gândaras seria mesmo suficiente esta contabilização, uma vez que o índice geral dos equipamentos em bom estado de conservação, apresenta valores acima do de referência. Por sua vez, uma análise isolada, segundo este tipo de classificação, indica que, na Freguesia de Serpins, o índice com valor mais elevado se refere aos equipamentos em mau estado. Na Freguesia de Vilarinho este mesmo índice também apresenta um valor significativo de equipamentos em mau estado.

O cálculo do índice geral pode também ser efectuado numa perspectiva de análise tendo como base a subdivisão existente na natureza jurídica, ou seja, procedendo à separação entre o sector público e o privado, isto de modo a depreender o peso que a Autarquia e o Movimento Associativo apresentam no parque desportivo. Nesse enquadramento deve ser referido que, isoladamente, os índices resultantes no Município, apresentam um valor que denuncia, tal como foi referido, o peso do Movimento Associativo, muito por força da sua ligação aos Grandes Campos, observando-se que os ligados à natureza jurídica pública, nomeadamente à autarquia, mesmo apenas com o método do índice, acabam por ser os relacionados com os equipamentos de oferta para a prática desportiva mais importante - pavilhões e piscinas (Quadro 39).

É mesmo de salientar que os índices gerais referentes ao Movimento Associativo são, em metade das freguesias, superiores aos 4

Freguesias	Índice geral	Natureza Jurídica			
		Público		Privado	
		Autárquico	M.E.	Mov. Associativo	Outros
Casal de Ermio	2.21	2.21	2.21	0.00	0.00
Foz de Arouce	13.62	9.44	9.44	4.18	4.18
Gândaras	4.61	0.10	0.10	4.52	4.52
Lousã	2.17	0.21	0.21	1.40	1.40
Serpins	4.05	0.61	0.61	3.44	3.44
Vilarinho	5.79	0.74	0.74	5.05	5.05
Município	4.12	1.01	1.01	2.72	2.72

Quadro 39 - Índice geral segundo a natureza jurídica dos equipamentos.

m²/hab utilizados como referência, o que, uma vez mais, vem reforçar a importância dos clubes / associações para o parque desportivo do Município da Lousã, nomeadamente ao nível dos grandes campos.

Quanto ao tipo de acesso aos equipamentos desportivos, e tal como foi oportunamente salientado, este pode encontrar-se, na maioria dos casos, sujeito a uma autorização ou ao pagamento prévios para a sua utilização, ou seja, o seu acesso é condicionado pela entidade responsável pelo próprio espaço (Quadro 40). Tal facto, levou a equipa técnica a analisar os índices segundo esta perspectiva de análise, já que a prática desportiva dos cidadãos, em particular em termos não formais, passa muito pelos acessos proporcionados, nomeadamente os de acesso generalizado ou de baixo nível de condicionamento.

O índice assim calculado segundo o tipo de acesso, vem comprovar que mesmo com valores significativos de acesso generalizado - 1,05 m²/hab em 4,12 m²/hab -, são os equipamentos desportivos com acesso condicionado, os que apresentam o índice mais elevado - 3,02 m²/hab -.

O menor índice do Município regista-se nos equipamentos de acesso restrito apresentando apenas 0,05 m²/hab, aliás, muito na sequência do facto destes equipamentos se encontrarem integrados em unidades hoteleiras, serviços legados ao poder central ou mesmo empresas, o que no caso da Lousã, apresenta um peso dominante. É de salientar o caso de Gândaras, pois todos os equipamentos são de acesso condicionado, daí que o valor deste índice seja igual ao do índice geral, de 4,61 m²/hab. Foz de Arouce apresenta um valor mais elevado no acesso generalizado, sendo de 8,72 m²/hab.

Como se pode calcular, muitos destes dados quando confrontados com os valores sobre a procura e a expectativa da população do Município (Coelho *et al*, no prelo), vão ser peças fundamentais no equacionar da tipologia e na funcionalidade que deve ser procurada para os novos equipamentos a construir no território municipal.

Quadro 40 - Índice geral segundo o tipo de acesso aos equipamentos.

Freguesias	Índice geral	Tipo de Acesso		
		Generalizado	Condicionado	Restrito
Casal de Ermio	2.21	2.21	0.00	0.00
Foz de Arouce	13.62	8.72	4.90	0.00
Gândaras	4.61	0.00	4.61	0.00
Lousã	2.17	0.12	1.97	0.08
Serpins	4.05	0.00	4.05	0.00
Vilarinho	5.79	2.21	3.58	0.00
Município	4.12	1.05	3.02	0.05

1.4. ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO

Os Espaços de Jogo e Recreio, também designados de Parques Infantis, embora não façam parte das diferentes tipologias defendidas pela DGOTDU e pelo IDP para os equipamentos desportivos de base, são espaços onde se podem praticar actividades físicas (ou desportivas), lúdicas ou de lazer, e devem ser considerados, de igual modo, na avaliação qualitativa do parque desportivo do Município, embora, e muito por possuírem um conjunto de características muito específicas, devam ser analisados separadamente dos restantes equipamentos desportivos artificiais. Deste modo, no presente projecto, e atendendo ao facto de que os Parques Infantis não são considerados para o cálculo dos índices, optou-se por proceder à sua análise de uma forma isolada e pormenorizada e posteriormente à exposição dos resultados dos diferentes índices calculados.

1.4.1. PARQUES INFANTIS

Os Parques Infantis são alvo de legislação própria, destacando-se entre os diplomas legais que os regulamentam, o Decreto-Lei nº 379/97 de 27 de Dezembro.

Esse Regulamento, no seu artigo 1º, estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças, necessárias para garantir a diminuição dos riscos de acidente, de traumatismos e lesões acidentais e das suas consequências.

No seu artigo 2º define que este Regulamento se aplica a todos os espaços de jogo e recreio de uso colectivo e respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças, qualquer que seja o local de implantação, Embora deva ser referido que se excluem-se desde diploma os recintos com diversões aquáticas.

Para efeitos de aplicação deste Regulamento há que ter em consideração um conjunto de definições, descritas no seu artigo 3º. Deste modo, entende-se por:

a) Espaço de jogo e recreio - área destinada à actividade lúdica das crianças, delimitada física ou funcionalmente, em que a actividade motora assume especial relevância;

b) Equipamento de espaço de jogo e recreio - materiais e estruturas, incluindo componentes e elementos construtivos, destinados a espaços de jogo e recreio, com os quais ou nos quais as crianças possam brincar ao ar livre ou em espaços fechados, individualmente ou em grupo;

c) Superfície de impacte - superfície na qual deve ocorrer o impacte do utilizador do equipamento, em resultado da sua utilização normal e previsível e que possui propriedades de absorção do choque produzido pelo impacte;

d) Entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio - pessoa singular ou colectiva de direito público ou privado que assegura o regular funcionamento do espaço de jogo e recreio.

Ainda de acordo com o mesmo diploma legal (artigo 5º), os espaços de jogo e recreio não devem estar localizados junto de zonas ambientalmente degradadas, de zonas exteriores utilizadas para carga, descarga e depósito de materiais e produtos ou de outras zonas potencialmente perigosas, nem de locais onde o ruído dificulte a comunicação e constitua uma fonte de mal-estar. A localização é um factor importante, contudo existem outras características igualmente relevantes e que também devem ser contempladas (Quadro 41).

Quadro 41 - Principais características dos parques infantis existentes no Município.

Freguesias	Designação	Proprietário	Responsável	Características	Dist ao telefone	Acessibilidade	Estado de Conservação	Higiene	Dimensão	Vigilância	Fiscalização	Vedação	Espaço Envolvente	Espaço Coberto
Lousã	Pl do Parque Carlos Reis	Autarquia	Autarquia	Inserido em espaço público	20 metros	Boa	Bom	Boa	Satisfatória	Sim	Sim	Sim	Muro	Não
	Pl Quinta de São Pedro	Autarquia	Autarquia	Inserido em espaço público	50 metros	Média	Bom	Boa	Reduzida	Sim	Não	Não	Não tem	Sim

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	Designação	Pavimento	Baloiço	Escorrega	Balancé	Multi estrutura	Estrutura para Trepar	Rotativos	Parque de Merendas	Bancos	Papelaria	Iluminação	Ponto de Água	Painel Informativo	Vegetação	Outros
Lousã	Pl do Parque Carlos Reis	Borracha	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Canteiros	Árvore de Cordas
	Pl Quinta de São Pedro	Borracha	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Relva	

No Município da Lousã, no momento inicial do presente projecto, foram identificados 16 Parques Infantis, alguns em bom estado de conservação (poucos), embora a sua esmagadora maioria, se encontrasse em mau estado, facto que implicou a necessidade do desactivar de um número significativo de equipamentos.

Assim, e após uma análise profunda, realizada conjuntamente com a Divisão de Desporto da Autarquia e a equipa técnica que efectuou este projecto, sobre o estado de conservação destes equipamentos e sobre a viabilidade de manutenção em funcionamento, foram identificados apenas 2 Parques Infantis, passíveis de serem considerados como tal, até porque muitos dos equipamentos que se encontram, um pouco por todo o Município, não devem integrar esta classificação.

Não faz qualquer sentido considerar como Parque Infantil um único baloiço existente num espaço completamente desapropriado, em mau estado de conservação e com más condições de acesso. Até porque como indica o Decreto-Lei nº 379/97, no seu artigo 6º:

> 1 - Os espaços de jogo e recreio devem observar as seguintes condições:
> a) Acessibilidade a todos os utentes, designadamente aqueles que apresentem uma mobilidade condicionada, e que facilitem a intervenção dos meios de socorro e salvamento;
> b) Estar inseridos na rede de circulação de peões da respectiva área urbanizada, devendo os seus acessos estar bem sinalizados e equipados, designadamente com passadeiras pedonais e iluminação artificial.
>
> 2 - Os acessos aos espaços de jogo e recreio devem:
> a) Ser afastados das zonas de circulação e estacionamento de veículos e, designadamente, daquelas com trânsito mais intenso e rápido;
> b) Ter soluções de pormenor que evitem o acesso intempestivo das crianças às zonas de circulação e estacionamento de veículos.

Os dois Parques Infantis que passaram a ser considerados, localizam-se na Freguesia da Lousã (Quadro 21) e a propriedade e responsabilidade de manutenção são da própria autarquia.

Com dimensões que não são generosas (o Parque Infantil da Quinta de São Pedro tem uma dimensão reduzida enquanto que no Parque Carlos Reis, esta já deve ser considerada como satisfatória), a acessibilidade classifica-se como boa e média, situação que se encontra em conformidade com a Lei, observando-se um estado de conservação e condições de higiene igualmente bons.

Embora ambos os equipamentos possuam sistema de vigilância e de fiscalização, a distância ao telefone mais próximo, no Parque Carlos Reis, é de 20 m, enquanto que no outro, a distância é já de 50 m.

Em termos de vedação, embora apenas o Parque Carlos Reis seja vedado com um muro, o Parque da Quinta de São Pedro é coberto, designadamente com duas torres da multi-estrutura. Já no que diz respeito ao tipo de piso utilizado, este é o mesmo, ou seja, ambos os parques infantis são revestidos com borracha.

Os equipamentos específicos deste tipo de espaço, como os escorregas, equipamentos que incluam elementos rotativos, baloiços e outros equipamentos que incluam elementos de balanço devem obedecer a um conjunto de normas, regras e requisitos de segurança que se encontram descriminadas, respectivamente, nos artigos 21º, 22º e 23º do Decreto-Lei nº 379/97.

Foto 29 - Parque Infantil do Parque Carlos Reis.

No caso dos Parques Infantis em análise, verifica-se que o Parque Carlos Reis possui baloiço, escorrega, balancé e estrutura para trepar, mas não apresenta multi-estrutura nem elementos rotativos (Foto 29). É ainda de assinalar a existência de uma árvore de cordas neste Parque Infantil. Por sua vez, o Parque Infantil da Quinta de São Pedro, apresenta escorrega e multi-estrutura mas não possui baloiço, balancé nem estrutura para trepar (Foto 30).

É de salientar que nenhum dos espaços está preparado para o funcionamento de um parque de merendas.

Foto 30 - Parque Infantil da Quinta de São Pedro.

Ainda no que respeita ao mobiliário urbano e instalações de apoio, a lei estabelece que os Espaços de Jogo e Recreio devem estar convenientemente equipados, nomeadamente com: iluminação pública, bancos e recipientes para recolha de resíduos sólidos e devem, sempre que possível, estar devidamente equipados com bebedouros e telefone de uso público ou, em alternativa, devem possuir estes equipamentos nas suas imediações, a uma distancia adequada e de rápido e fácil acesso para os seus utentes (artigo 12º do Decreto-Lei nº 379/97).

Neste contexto, verifica-se que ambos os parques possuem bancos, mas nenhum apresenta iluminação, ponto de água e painel informativo (Quadro 21), o que irá, possivelmente, implicar uma futura alteração nas instalações de apoio destes parques infantis.

Em termos de vegetação, encontra-se, nestes espaços, a relva (canteiros de relva).

Pelo exposto conclui-se que os dois Parques Infantis contabilizados no Município, que se localizam na Freguesia da Lousã, com propriedade e responsabilidade de manutenção da própria autarquia, reúnem as condições essenciais para a prática de actividades desportivas e lúdicas, até porque

se encontram em bom estado de conservação, a sua acessibilidade varia entre boa e média, situação que se encontra em conformidade com a Lei e observam-se condições de higiene igualmente boas. No entanto, existem algumas alterações possíveis de efectuar, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão e às instalações de apoio (iluminação, pontos de água, entre outros). Essas modificações iriam contribuir para a melhoria da qualidade dos equipamentos e, consequentemente, para o desenvolvimento geral do parque desportivo do Município, e como vai ser observado em termos futuros, deverá ser equacionado todo um conjunto de equipamentos deste tipo, nomeadamente nas freguesias rurais.

2. OS ESPAÇOS NATURAIS E OS ESPAÇOS ADAPTADOS

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido a um crescente aproveitamento, para a prática da actividade física e desportiva, dos espaços que foram edificados para outras funções, e com a generalização do Desporto Aventura, tem-se observado a uma crescente utilização dos espaços naturais para a prática da actividade física.

Os espaços de prática desportiva em meio natural assumem assim um papel fundamental para o tipo de procura que não se enquadra nos anteriormente referidos equipamentos ditos convencionais (equipamentos artificiais). No entanto, algo deve de imediato ser referido, ao contrário do que se observa nos equipamentos artificiais, onde as potenciais taxas de utilização podem ou não justificar a sua criação, na utilização dos espaços naturais (ou adaptados), deve ser assumido que em circunstância alguma será relevante procurar a massificação ao nível dos praticantes ou utilizadores, devendo ter em consideração, o número de praticantes que os espaços possam vir a sustentar.

As principais características dos espaços direccionados para o Desporto Aventura residem no facto de coincidirem, esmagadoramente, com áreas naturais, muitas vezes protegidas, de grande valor paisagístico ou de biodiversidade significativa, na qual deve ser defendida a menor artificialização possível, assim como se deve limitar a frequência a fins recreativos, de modo a minimizar possíveis agressões do meio natural.

Um grande número de actividades físico-desportivas caracteriza-se pois, por uma compatibilização com o espaço natural, entendido como estrutura de suporte, pela utilização de recursos energéticos naturais, procurando sempre valências educativas, privilegiando assim a harmonia com a natureza.

Para a implementação e manutenção deste tipo de equipamentos, ou mais propriamente a exploração destes recursos, torna-se por isso necessário elaborar projectos específicos que permitam avaliar, por um lado, a aptidão e os impactes nos locais escolhidos e, por outro, a possibilidade de receber mesmo algumas instalações de apoio.

Deste modo, os conteúdos dos programas, a planificação dos equipamentos e os planos de gestão encontram-se dependentes do conhecimento interdisciplinar do local e das próprias características dos utilizadores. A gestão destes "lugares" deve atender ao carácter aberto do espaço e do tempo, necessários para o desenvolvimento destas actividades o que, na prática, muitas vezes, se torna difícil de definir.

Mesmo tendo em consideração que o território em análise não se encontra no momento actual classificado como área natural ou protegida, é visível a existência de uma importante área da Serra que integra a Rede Natura 2000, assim como um sector onde foram introduzidas espécies como o Veado (*Cervus elaphus*) e o Gamo (*Capreolos capreolos*). Tal facto levou a ponderar que, desde o início do trabalho, fosse equacionada a pressão da utilização dos espaços naturais, sendo esta sempre perspectivada numa relação sustentável de utilização do meio natural.

Neste quadro de actuação, pretendeu-se que todo o projecto fosse desenvolvido, tendo como base a necessidade de implementação de planos estratégicos para estes espaços de montanha, nos quais possam vir a ser analisados, simultaneamente, diferentes factores associados ao potencial endógeno e, por outro lado, desenvolver uma plataforma capaz de dar resposta ao exigido pela "Lei de Bases da Actividade Física e Desporto" (Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro), particularmente no que diz respeito à necessidade da concretização do Atlas Desportivo Nacional. Este segundo o normativo proposto deve integrar também os "*Espaços Naturais de Recreio e Desporto*," associados ao designado Desporto Aventura, assim como a sua própria ligação aos Turismos Activo e Cultural (artigos 30º e 31º).

ARTIGO 31º
DESPORTO NA NATUREZA

1 › *A actividade física e desportiva praticada fora de infra-estruturas desportivas deve reger-se pelos princípios de respeito pela natureza e da preservação dos seus recursos, bem como pela observância das normas dos instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente das que respeitam às áreas classificadas, de forma a assegurar a conservação da diversidade biológica, a protecção dos ecossistemas e a gestão dos recursos, dos resíduos e da preservação do património natural e cultural.*

2 › As actividades mencionadas no número anterior devem contribuir para a divulgação e interpretação do património natural e cultural, a promoção do turismo de natureza e a sensibilização e educação ambientais e a promoção do turismo de natureza.

Aliás, neste contexto, e tendo em consideração que desde há alguns anos que o Município da Lousã, e muito por força da riqueza endógena que o seu meio natural apresenta, dispõe de um território com uma aptidão excepcional para a prática de diferentes actividades desportivas em meio natural, nomeadamente as ligadas ao Desporto Aventura. Este assume-se assim como um Município com bastantes focos de interesse no que respeita aos espaços naturais e sua respectiva utilização, como é facilmente constatado, não só pelo já antigo aproveitamento das "piscinas" fluviais existentes, mas particularmente o do Desporto Aventura, cujo palco privilegiado é a Serra da Lousã. O espaço de montanha assume-se mesmo como um dos locais mais importantes do território nacional, para estas actividades. Aliás, essas mesmas potencialidades eram já reconhecidas, em 1929, tendo-lhe, na altura, sido atribuída a classificação de "Estância de Repouso e Turismo".

Para além da riqueza da fauna e da flora (cujas espécies foram anteriormente referidas aquando da caracterização física), que se pode observar na Serra da Lousã, são também de referir as piscinas fluviais aí existentes, que convidam ao mergulho revigorante nas águas dos diferentes cursos de água e assumem um carácter importante nas actividades recreativas e lúdicas do Município. Muitas delas, encontram-se sujeitas a pequenas construções artificiais, de modo a permitir a sua melhor fruição e, integram-se, desta forma, nos espaços naturais classificados como adaptados.

2.1. PISCINAS FLUVIAIS

No potenciar dos espaços naturais, desde há muito, que os cursos de água, nomeadamente no Rio Ceira e na Ribeira de São João, têm sido utilizados para actividades recreativas, em particular através de pequenas represas que fornecem planos de água.

As Piscinas Fluviais, descritas neste ponto do relatório, apresentam uma integração discutível nos espaços naturais, já que a necessidade de realização de algumas intervenções humanas deveria levar mais a classifica-las como espaços adaptados, embora não deixem de ser consideradas como espaços associados às actividades desportivas / recreativas não artificiais.

Na verdade, a Serra da Lousã, pelas suas características, parece reunir condições para, com pouca intervenção antrópica, desenvolver essas mesmas actividades recreativas.

É o caso do há muito "edificado" complexo natural e paisagístico da Nossa Senhora da Piedade, onde junto à ribeira de São João (rio Arouce) que ali corre, se erguem escarpas altivas, encimadas pelo complexo religioso de da Nossa Senhora da Piedade (Foto 31), a cujos pés se destacam as duas **piscinas fluviais**, cuja outra margem se encontra marcada pela existência de um morro encimado por um castelo medieval, que remonta ao século XI (Câmara Municipal da Lousã - site oficial).

Foto 31 - Piscina Fluvial 1 do Complexo da Nossa Senhora da Piedade.

O leito do pequeno ribeiro, todo ele desenvolvido em metassedimentos (xistos), que se encontram um pouco por todo o lado, foi adaptado para dar lugar às piscinas naturais. De um lado e do outro, as pequenas piscinas fluviais são protegidas por duas paredes de xisto que se erguem qual dois penedos (Foto 32). Um monte é dominado pela torre, por ali designada, popularmente, de Castelo, e o outro pela Capela de Nossa Senhora da Piedade.

Foto 32 - Piscina Fluvial 2 do Complexo da Nossa Senhora da Piedade.

É de salientar que na piscina fluvial 1 são visíveis menores acções do Homem, mantendo, desta forma, um aspecto mais natural (Foto 33).

Ambas as piscinas deste complexo encontram-se em bom estado de conservação e são da responsabilidade e gestão da própria autarquia, ou seja, a sua natureza jurídica é pública. A sua importância é meramente local, uma vez que servem, principalmente, a população residente no Município ou a visitante no período estival sendo, nesse contexto o seu acesso generalizado a toda a população, que as utiliza com fins exclusivamente recreativos. Estas piscinas constituem, dentro dos espaços naturais adaptados, dos melhores exemplos existentes no Município, até porque se encontram em bom estado de conservação e têm uma utilização frequente. No entanto, há que ter atenção que essa utilização é temporária, isto é, encontra-se limitada a um curto período de tempo durante o ano (meses de Verão).

Foto 33 - Praia Fluvial da Bogueira.

No Município da Lousã, para além do Complexo da Nossa Senhora da Piedade (também designado de Piscina Fluvial das Ermidas e Castelo), são ainda de destacar a Praia Fluvial da Bogueira e a Praia Fluvial de Serpins, aquelas que também se encontram em bom estado de conservação. A sua natureza jurídica é igualmente pública, ou seja, pertencem à autarquia, mantendo-se de igual modo, a sua importância de nível local e o acesso generalizado a toda a população, que as procura com o objectivo da recreação e do lazer.

Particularmente, a Praia Fluvial da Bogueira, localizada em Casal de Ermio, encontra-se em muito boas condições para a prática de actividades recreativas, tanto que lhe foi atribuída a bandeira de "Praia Acessível" (a 3 de Julho de 2007). A obtenção deste galardão, foi conseguido devido ao facto da Praia Fluvial da Bogueira (Foto 34) reunir vários requisitos,

nomeadamente, ter uma boa qualidade da água, bom acesso pedonal, estacionamentos reservados, acesso ao nível do areal, passadeiras e outros equipamentos localizados o mais próximo possível da água, nadador salvador, posto de primeiros socorros e instalações com fácil acesso para pessoas com mobilidade condicionada.

Dotada de diversas infra-estruturas, nas duas margens que rodeiam o plano de água, a Praia da Bogueira, proporciona o lazer e o divertimento. Possui parque de merendas, parque infantil, campos de jogos e um café com esplanada que se juntam aos novos balneários e a uma pequena piscina, reservada a crianças e a pessoas com deficiência, construída junto a um espaço relvado (Foto 35).

A actual qualidade desta praia fluvial, assim como a procura que se observa no período mais quente, leva mesmo a que, num futuro próximo, se perspective a construção de dois campos, um de voleibol de praia e outro de futebol de praia, nos seus terrenos anexos.

Por sua vez, a Praia Fluvial de Serpins (também designada de Praia Fluvial da Senhora da Graça), localizada também em pleno Rio Ceira, apresenta, de igual modo, boas condições (Fotos 36 e 37) para a prática de actividades recreativas, embora só funcione durante a época balnear, ou seja, a sua utilização é sazonal e temporária.

Qualquer um dos espaços apresentados é de extrema importância para o Município, já que possibilita a realização de actividades físicas e recreativas em estreita comunhão com a natureza, exercendo grande atracção para a população residente no Município e para populações de territórios limítrofes.

Os espaços naturais existentes (adaptados ou não), nomeadamente as piscinas, possibilitam a fruição da natureza, neste caso, das áreas fluviais, embora tal como foi referido, os espaços naturais possam ter outro tipo de utilizações, ou seja, permitem a realização de actividades desportivas diferentes, mais concretamente, as ligadas ao Desporto Aventura.

Foto 34 - Praia Fluvial da Bogueira.

Foto 35 - Piscina reservada a crianças e a pessoas com deficiência na Praia Fluvial da Bogueira.

Foto 36 - Praia Fluvial de Serpins.

Foto 37 - Praia Fluvial de Serpins.

E. DESPORTO AVENTURA

1. DESPORTO AVENTURA NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

As condições naturais que caracterizam o Município, em particular as que se encontram associadas à Serra da Lousã e ao Rio Ceira, como foi amplamente referido, potenciam todo um conjunto de actividades desportivas que se enquadram no que é presentemente designado de Desporto Aventura.

O aproveitamento do potencial endógeno das áreas de montanha, associado à crescente procura do turismo activo e de saúde ligado ao Desporto Aventura, tem vindo a ganhar peso nas estratégias de desenvolvimento de amplos sectores rurais e de montanha do território nacional. A revalorização destas áreas de montanha, tendo por base as paisagens naturais, o património histórico e construído e os diferentes aspectos culturais das suas gentes, é um factor decisivo para o desenvolvimento integrado de regiões cujas riquezas foram, durante muito tempo, esquecidas.

Nesse sentido, os territórios de montanha, quer a nível europeu, quer a nível nacional, têm vindo a perspectivar-se através do aproveitamento das suas características endógenas e naturais, como um eixo de desenvolvimento estratégico prioritário, com vista ao emergente segmento desportivo associado aos desportos de aventura (logo também ao turismo activo e cultural).

Porém, as relações entre as actividades desportivas (agressivas em certas circunstâncias do ponto de vista ambiental), e os recursos florísticos, faunísticos (espécies protegidas), paisagísticos, entre muitos outros, têm levado, muitas vezes, a situações conflituosas. Por essa razão, procurou-se que o presente projecto apresentasse como fundamentos essenciais a capacidade de interligação entre as diferentes temáticas intervenientes no território de montanha, com vista ao seu desenvolvimento estratégico e sustentado, projecto esse que, tal como as outras valências do "*Atlas Desportivo do Município da Lousã*", tem como base uma plataforma SIG.

Torna-se por isso possível concretizar, numa mesma plataforma, a totalidade das actividades desportivas de aventura (inclusive por temas específicos - actividades de cordas, BTT, parapente, percursos pedestres,

canoagem, entre outros), com a capacidade de possibilitar, mesmo, a sua visualização, via web, através de modelos de 3D. Nesse quadro, torna-se possível a observação das características dos percursos pedestres ou BTT, ou mesmo retirar as coordenadas por GPS dos diferentes pontos dos percursos, isto entre muita outra informação.

Neste sector do projecto devem ser múltiplos os factores que terão de ser enquadrados, nomeadamente as diversas valências do fenómeno autárquico do desporto de aventura, assim como muito que foi analisado no ponto sobre património natural, construído, infra-estruturas de apoio ao turismo, mas também as questões associadas à gestão dos espaços florestais (na sua componente de uso múltiplo e da prevenção dos riscos naturais associados aos incêndios florestais) e aos recursos cinegéticos que, globalmente, se apresentam pouco compatíveis ou mesmo conflituosas entre eles. Torna-se assim fundamental o conhecimento do território, o qual tem de ser a premissa essencial nestas questões do Planeamento e do Ordenamento do espaço de Montanha.

Foi nesse sentido, por força de se efectuar um esforço de sincronização entre as diferentes componentes do fenómeno desportivo, das actividades turísticas e da preservação e potenciação dos recursos endógenos, que nasceu a proposta para o desenvolvimento de um projecto-piloto com esta autarquia da Região Centro, onde o "Desporto Aventura" apresenta um potencial acrescido, assumindo-se, desde há muito, como uma mais-valia da promoção da actividade física e da promoção turística no seu território. Pretende-se com este projecto a integração desta "vertente" desportiva, quer neste momento, numa carta municipal, quer num momento posterior, nos Atlas Desportivos Nacional e Intermunicipais.

O objectivo deste sector do Atlas Desportivo deve prender-se, num primeiro momento, com a avaliação de todo o território municipal, no que concerne ao potenciamento das suas condições naturais para esta prática desportiva. Deve, assim, ser perfeitamente enquadrado o conceito de Desporto Aventura, bem como a sua integração no contexto desportivo nacional, o mesmo se observando no que diz respeito à interligação entre os diferentes segmentos desportivos aqui envolvidos.

Os Desportos de Aventura têm originado um interesse crescente por parte dos cidadãos, em virtude deste tipo de actividades se encontrar associado à profunda mudança dos hábitos de vida das sociedades modernas. O facto de se ter verificado, ao longo das últimas três décadas, a uma melhoria progressiva do nível de vida de vários estratos da população, originou um crescimento da procura de novas actividades desportivas e de entretenimento.

A necessidade de evasão da "selva" urbana e a fuga ao sedentarismo e ao "stress" (típica doença das sociedades modernas) levaram, em especial

nas últimas três décadas, muitos portugueses em busca da aventura, emoções fortes e radicais. As actividades ao ar livre apresentam hoje em dia uma crescente importância e o gozo dos tempos de lazer é assumido actualmente como um direito adquirido.

O contacto com a natureza tornou-se, então, primordial, favorecendo o aparecimento, a par de práticas mais antigas, de novas abordagens ao meio natural. A multiplicidade de actividades de ar livre tem vindo a ganhar dinâmica, não parando de crescer.

A procura de novas necessidades e de novas actividades despoletou o aparecimento de uma indústria orientada para um conceito desportivo absolutamente diferente, aparecendo sucessivamente, um pouco por todo o país, pequenas empresas que oferecem modalidades bastante diversificadas, algumas delas nunca anteriormente faladas, mas que têm tido grande sucesso e um crescimento exponencial.[22]

Para o desenvolvimento das diferentes actividades associadas ao Desporto Aventura, a Serra da Lousã é, sem dúvida, um espaço privilegiado, já que dispõe de recursos naturais e culturais invejáveis, ao qual se associa o desenvolvimento turístico recente para todo o Município. Contudo, ao desenvolver-se este projecto de índole municipal, fica, desde já, a referência de que uma montanha como a Serra da Lousã deverá apresentar, a curto prazo, um Plano Estratégico Intermunicipal, isto de modo a que uma política de ordenamento seja feita integralmente e não com limites administrativos, os quais são claramente artificiais e sem reflexo na realidade natural.

O desenvolvimento de um projecto com as características do agora apresentado, em particular no âmbito do Desporto Aventura, teve a colaboração decisiva dos serviços da Autarquia, uma vez que a sua política de desenvolvimento se prende com a sua disponibilidade para o fomento e apoio ao aparecimento de novas modalidades de Desporto Aventura. Este projecto assume-se, assim, como o ponto de partida para uma estratégia interactiva entre o passado e o presente na Lousã, ao nível das modalidades de Aventura e contou, desde o primeiro momento, com a interacção entre os diferentes actores intervenientes - Autarquia, Juntas de Freguesia, Movimento Associativo, Empresas, Compartes de Baldios e outras entidades. Pretende-se, assim, definir o desenvolvimento de todo um conjunto de modalidades de

[22] *O termo Desporto Aventura passou a ser utilizado recentemente, uma vez que, no início, a designação era a de desporto radical. Porém sentiu-se a necessidade de alargar o conceito já que muitas actividades, tais como o pedestrianismo não se encontravam abrangidas por esta designação, razão pela qual, hoje em dia o termo Desporto Aventura é o mais utilizado.*

lazer e de competição, mas sempre potenciando o conforto e o bem-estar da população local, assim como a preservação da natureza e um desenvolvimento sustentado do território da Lousã.

Este sub-sector do projecto prende-se ainda com o objectivo geral de concretizar uma ligação entre o projecto mais comum, que era o da "Carta de Equipamentos Artificiais" e uma nova visão global da actividade física, de forma a dar resposta ao exigido pela "Lei de Bases da Actividade Física e Desporto" (Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro - artigo 31º Desporto na Natureza), particularmente no que diz respeito à necessidade de concretização do Atlas Desportivo Nacional. Este, segundo o normativo proposto, deve integrar também a análise dos "*Espaços Naturais de Recreio e Desporto*"ou seja aqueles que se encontram associados ao designado Desporto Aventura. Em simultâneo, deve-se equacionar toda a problemática autárquica, regional e nacional de uma clara e necessária interligação entre o desporto, o turismo e os recursos naturais e patrimoniais.

Por outro lado, a animação de um espaço tão vasto, como o da Lousã, tem de ser entendido como um projecto entusiasmante e inovador, capaz de proporcionar momentos de lazer, diversão e convívio a todos os que nele participem. Por estes motivos, a animação pretendida não se pode limitar, única e exclusivamente, às pessoas que já praticam este tipo de modalidades, devendo por isso, procurar criar, de uma forma mais abrangente, situações que permitam a participação activa de toda a população da Lousã e da região envolvente.

Assim, todo o projecto deve ser entendido, por um lado, como o inventariar de todas as actividades desportivas compatíveis com os espaços naturais existentes e, por outro lado, como o equacionar das possibilidades de potenciar a animação desportiva, permitindo a sua prática quase exclusiva e, também, a descoberta do interesse pelas actividades/modalidades com a consequente evolução.

Em qualquer dos casos, o projecto de actividades de aventura para o Município da Lousã deve ser o mais rico e variado possível, embora obedecendo a algumas regras, das quais se salientam:

- Possuir actividades com vários graus de dificuldade, para a adequação do esforço e das capacidades de toda a população abrangida;
- Ser variado, mas progressivo;
- Manter um bom nível lúdico e de prazer;
- Criar habituação;
- Promover a relação interpessoal;
- Fornecer conhecimentos que permitam realizar algumas actividades não dirigidas.

Porém, a outra face desse crescimento apresenta, também, alguns contornos negativos, com a forte pressão que as diferentes actividades têm vindo a exercer sobre o meio natural, levando, assim, a inevitáveis impactes ambientais. As modalidades de ar livre encontram-se intimamente ligadas ao meio natural no qual se desenvolvem, não se devendo dissociar da segurança de pessoas e bens, do associativismo, ou da actividade empresarial, mas também, em circunstância alguma, se deve observar a sobreposição à própria legislação vigente sobre o ambiente.

Nesse sentido, mais do que criar proibições, que são sempre de difícil aplicação, urge compatibilizar os usos do meio natural, criando planos estratégicos de desenvolvimento que considerem a preservação do património natural, potenciando-se esta através de uma sustentável fruição do meio.

2. CONDICIONANTES À PRÁTICA DESPORTIVA EM MEIO NATURAL

O facto do Desporto Aventura ser obviamente uma actividade humana implica que a sua prática, em determinadas circunstâncias, possa ser considerada agressiva e mesmo perniciosa para a natureza, principalmente quando associada a espaços naturais. Por essa razão, num quadro do desenvolvimento do Desporto Aventura, devem ser perspectivadas as condicionantes a determinadas actividades desportivas que se têm vindo a desenrolar ou que se podem vir a desenvolver na Serra da Lousã. Estas condicionantes prendem-se, no essencial, com as áreas que assumem carácter de preservação, as quais devem forçosamente ser salvaguardadas, ou mesmo, em determinadas situações, interditas (total ou parcialmente), a algumas práticas desportivas (o mesmo deve acontecer com muitas outras actividades), com o fim de garantir a integridade do meio ambiente, do qual, neste particular, o desporto aventura apresenta uma dependência extremamente significativa.

Tendo em linha de conta o mútuo interesse em preservar os elementos naturais, tanto da parte das instituições e autoridades ambientais, como dos próprios agentes directamente relacionados com o desporto aventura, torna-se premente congregar esforços para salvaguardar uma equilibrada fruição dos espaços naturais do território.

Atendendo à riqueza de factores endógenos de características naturais deste território de montanha, tem vindo a registar-se uma procura crescente da prática de desportos de aventura associados à própria natureza, o que resulta numa forte pressão sobre o meio natural e em inevitáveis im-pactes ambientais.

Neste sentido, é necessário ter em linha de conta as áreas mais sensíveis, referidas anteriormente (*vide* Figuras 12 e 13): área da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã - PTCON0060 - que apresenta o maior valor ecológico do Município; todas as áreas que integram a REN; e as áreas prioritárias de nível 1, nomeadamente as áreas de reprodução de cervídeos e as áreas de conservação de espécies prioritárias (salamandra, lagarto, rã ibérica e lontra). Tal facto, deve ser equacionado em termos de gestão equilibrada do ambiente, pelo que urge ultimar o "Plano Estratégico da Serra da Lousã", o qual, forçosamente, deverá ser entendido num quadro supramunicipal, e numa perspectiva clara de um projecto de desenvolvimento sustentado para o vasto território "serrano".

O impacte das actividades de aventura sobre as áreas naturais, particularmente no caso da Serra da Lousã, dá-se a vários níveis, embora também deva ser assumido que o destaque se prende com as várias modalidades desportivas que, ao envolverem um elevado número de praticantes ou ao atraírem muitos espectadores, acabam por perturbar não só a fauna mas, muitas vezes, as próprias espécies vegetais (Quadro 42).

Estas perturbações revelar-se-ão mais graves quando ocorrerem nos locais e nas épocas mais sensíveis para as populações de cervídeos, repercutindo-se nos seus ciclos vitais. Assim, deve ser assumido, quer pelas instituições, quer pelos agentes associados ao fenómeno desportivo (clubes, instituições ou empresas) que, no decorrer destes períodos se torna essencial limitar ou mesmo proibir, nestas áreas, as actividades que possam causar

Quadro 42 - Exemplos de efeitos da prática de actividades desportivas nos espaços naturais.

Actividades		Efeitos directos	Efeitos Indirectos
Terrestres	TT (veículos motorizados)	Erosão do solo e consequente redução da permeabilidade deste; perturbações na fauna provocadas pelo ruído; poluição gerada pela elevada combustão da alta cilindrada dos veículos.	Construção de meios de acesso aos locais para a prática destes desportos provoca a separação de ecossistemas e a destruição da paisagem.
	Pedestrianismo / Orientação	Destruição da vegetação; perturbações na fauna local; lixo produzido e deixado nos locais percorridos, devido à falta de formação de muitos praticantes.	
	BTT	Destruição da vegetação; criação de novos trilhos; perturbações na fauna local.	Estradas constituem um factor significativo na mortalidade dos animais.
	Actividades com cordas	Perturbações provocadas pela frequência de humanos em locais de abrigo para a fauna, como por exemplo, áreas de nidificação de aves; abertura de caminhos pelos praticantes a locais pouco acessíveis; afectação da estética ambiental pelos materiais abandonados.	
Aquáticas		Perturbações na fauna e na flora aquática.	Mais acessibilidade, implica maior número de visitantes, o que multiplica a capacidade de prejuízo ambiental.
Aéreas		Perturbações na fauna local, principalmente nas aves; poluição gerada pela elevada combustão no caso da actividade de balonismo.	

perturbações acentuadas nestes ciclos, no sentido de proporcionar a protecção e tranquilidade necessárias ao seu bom desenvolvimento e sucesso reprodutivo. A interdição da livre circulação de pessoas não autorizadas em parte dos caminhos florestais existentes nestes locais, assim como o incremento da fiscalização sobre as acções que aí decorrem, deverá ser assumido como uma forma de minimizar os impactes causados, não só por todas as instituições ligadas à conservação do ambiente, mas, no essencial, por todos os amantes da prática do Desporto Aventura.[23]

Os resíduos deixados, seja pela actividade dos praticantes (ou mesmo pelo descuido dos espectadores), o pisoteio e consequente degradação da vegetação, a criação de trilhos desnecessários para aceder a determinados locais, que levam à própria erosão hídrica do terreno em locais sensíveis, ou em casos extremos à libertação de gases nocivos pela afluência de veículos motorizados, entre outros, são alguns dos exemplos de impactes provocados pelas diferentes actividades do Desporto Aventura, que acabam, de uma forma clara, por prejudicar os ecossistemas e os habitats presentes.

No quadro das várias modalidades do Desporto Aventura anteriormente referidas, em particular quando estas são praticadas em massa, muitas delas podem afectar estas áreas sensíveis, nomeadamente os desportos motorizados, em termos globais, o BTT e o próprio pedestrianismo.

As principais causas destes impactes resultam de vários factores, dos quais devem ser realçados a ausência de educação ambiental da população em geral, o aumento crescente do número de pessoas que usufruem destes espaços, os escassos recursos, tanto materiais como humanos, associados à conservação e controlo eficazes dos impactes no meio, mas fundamentalmente o da falta de regulamentos nos espaços naturais e a dificuldade de atribuição de competências na administração destes.

Apesar de todas as desvantagens que estes desportos podem acarretar para a preservação dos ecossistemas nos espaços naturais, não se pretende aqui transmitir uma visão catastrófica, uma vez que, sempre que bem enquadrados, são imensos os factores positivos que advêm destas actividades, como por exemplo, o referido potenciamento da riqueza endógena associado à diversidade de valor recreativo de uma região, a possibilidade de servir como elemento de integração social, o facto de gerar uma cons-

[23] *Segundo a legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro), a actividade desportiva em áreas protegidas encontra-se, em determinadas situações, fortemente condicionada, em particular pelos efeitos relativos a poluição, ruído e deterioração de factores naturais dessas mesmas áreas, sendo as actividades mais visadas, as de motonáutica, motocross, raides de veículos, bem como o sobrevoo de aeronaves.*

ciência de protecção da natureza nos praticantes e mesmo o promover do desenvolvimento destes sectores do território.

Deste modo, interditar ou restringir, em exagero, estas práticas poderá mesmo apresentar-se como contraproducente, assumindo-se como uma atitude desajustada e mesmo até pouco interessante. Aliás, as actividades de Desporto Aventura e o turismo activo a ele associado, deve ser cada vez mais entendido como uma "indústria" poderosa, que pode, inclusive, ser o garante económico dos próprios ecossistemas que se pretendem conservar, assim como o pretexto para a criação e manutenção de meios de gestão destas áreas, tudo perspectivado num claro potenciar do desenvolvimento sustentado destas áreas de montanha.

Tendo em consideração todos estes factores, a gestão destas actividades desportivas e do espaço em que se praticam deve ser direccionada para o encontro de equilíbrios, de modo a que os impactes sejam minimizados. Revela-se, assim, necessário equacionar medidas no sentido de atingir uma sustentabilidade para o desporto de natureza e, em particular, enquadrá-las num Plano Estratégico para toda a Serra da Lousã.

Assim, deve ser instituído como compromisso assumido na aprovação deste projecto, que os sectores de Montanha mais sensíveis devem ser preservados às actividades mais agressivas ao ambiente, como é o caso do desporto motorizado. Da mesma forma, no decorrer das fases críticas do fenómeno ciclo-reprodutivo, devem ser equacionadas as diferentes actividades desportivas.

A concretização de um projecto desta índole implica um investimento em equipamentos e também a formação de monitores/promotores, que assegurem o ensino e, parcialmente, o acompanhamento destas actividades, que podem ser as mais diversas. No caso da Lousã, também podem ser equacionadas parcerias, quer com o Movimento Associativo, quer com as empresas que, desde há muito, utilizam os espaços naturais do Município como seus "estádios" na prática do Desporto Aventura.

3. ESTRUTURA DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS DE AVENTURA

As actividades desportivas de aventura e de exploração na natureza podem, no seguimento do que foi exposto anteriormente, ser praticadas em diferentes suportes: terrestre, aquático, aéreo e, no caso português, só muito pontualmente, em neve ou em gelo (Serra da Estrela). A nível terrestre, as modalidades poderão ser realizadas em todo-o-terreno (por exemplo em parede de rocha, áreas planas ou, mesmo, no subsolo).

Neste contexto e, tendo em consideração que no caso do Município da Lousã é a nível terrestre que as actividades se desenvolvem preferencialmente, parece tornar-se decisivo definir e criar toda uma rede básica de percursos concelhios devidamente balizados e "desenhados", quer através da Serra, quer dos restantes espaços naturais do Município, e que nesse quadro podem vir a ser realizados a pé, de bicicleta, através de veículos todo-o-terreno ou até mesmo a cavalo, permitindo um contacto directo com a grande diversidade de paisagens naturais do território.

No entanto, não deve ser escamoteado, em termos da definição destes percursos ou actividades, o facto de que diferentes entidades e organizações, tanto ao nível do BTT, como de desportos motorizados (Enduro e Raides Motorizados) e dos restantes desportos de aventura, como sejam o Parapente, as Provas de Orientação, o Atletismo de Montanha, ou o simples pedestrianismo, entre outros, desde há muito, recorrerem ao maciço montanhoso da Lousã, já que este se encontra todo devidamente atravessado por pequenas estradas florestais, proporcionando desse modo, um conjunto de percursos que não podem ser ignorados. Neste sentido, algumas das propostas reflectem a planificação, entretanto, efectuada por essas mesmas entidades ou organizações, ou mesmo por outras entidades com quem a equipa teve o cuidado de contactar no decorrer do trabalho.

No caso particular do Município da Lousã, das actividades em meio aquático, apenas a Canoagem (e em condições muito particulares no rio Ceira) poderá ser praticada, uma vez que o território municipal, devido às suas características, não possibilita qualquer das outras actividades associadas, quer às ondas (como é o caso do Surf), quer às águas calmas (*Windsurf*) ou ao meio subaquático (Mergulho)[24].

Porém, já do ponto de vista do suporte aéreo, além do Parapente, podem ainda ser equacionadas as actividades desportivas praticadas a partir da existência dos fortes declives da vertente Noroeste da Serra da Lousã - Asa delta -, ou mesmo as que se desenvolvem em sectores planos, como é o caso da ascensão em balão (Balonismo).

Numa primeira análise torna-se necessário ter em consideração que, no âmbito do Desporto Aventura, existe todo um conjunto de actividades (que podem ou não ser praticadas no Município da Lousã) e que é importante identificar e classificar. Tendo em linha de conta que o objectivo mais amplo

[24] *No Município vizinho de Penacova, pode realizar-se a prática de algumas destas actividades, nomeadamente as ligadas à utilização das barragens e dos rios de maior caudal, revelando, dessa forma, a importância de uma planificação intermunicipal.*

passa pelo potenciar das condições naturais, o estudo não pode, nem deve restringir-se aos limites do próprio Município. Neste sentido, torna-se fundamental a utilização das riquezas endógenas dos territórios vizinhos para a concretização deste mesmo objectivo.

Embora existam diversas classificações das actividades desportivas de aventura, que variam de autor para autor, a classificação apresentada (Quadro 43) divide o espaço natural em três elementos dominantes: terrestre, aquático e aéreo, formando, assim, uma base de caracterização do espaço, distinguindo-se posteriormente na estrutura particular que suporta a modalidade desportiva específica. Foi ainda criada e incluída uma classe designada por Áreas Planas, que engloba o desporto de Tiro com arco e flecha e a marcha, como forma de preenchimento de uma lacuna existente.

Para uma melhor caracterização destas actividades e também para uma melhor definição e conhecimento dos locais do Município onde se pode realizar a sua prática, optou-se por efectuar a sua estruturação de acordo com o tipo de actividade, não deixando de referir que estes itens, que passarão a ser apresentados, constituem uma ínfima parte do potencial que o utilizador poderá encontrar no projecto dinâmico.

3.1. ACTIVIDADES DESPORTIVAS TERRESTRES

Como foi referido anteriormente, as actividades desportivas terrestres assumem-se como preferenciais no Município da Lousã, muito por força da riqueza da Serra da Lousã, que possibilita a realização de todo um conjunto de actividades diversificadas em meio terrestre.

3.1.1. ESTRUTURA TODO O TERRENO

As actividades terrestres podem ser realizadas em diferentes tipos de estrutura, sendo que a maioria das que se desenvolvem na Serra da Lousã se praticam em estrutura todo-o-terreno (Quadro 23), como é o caso do pedestrianismo e do BTT.

3.1.1.1. Pedestrianismo

Nos tempos actuais, nos passeios ou mesmo nos espaços próprios que começaram a aparecer nos bairros das grandes urbes ou nos pequenos lugares, a marcha ou o pedestrianismo têm vindo a assumir uma importância acrescida, ou seja, são actividades cada vez mais praticadas (Foto 38 e 39). No primeiro caso, a procura da actividade física deve-se, quase exclusivamente, à melhoria das condições de saúde e, no segundo caso, pretende-se sobretudo com o desfrutar da natureza. O pedestrianismo, que de um modo um pouco abusivo

Quadro 43 - Classificação das actividades desportivas de aventura (modificado).

Espaço Natural	Estrutura	Actividade
Terrestre	Todo o Terreno	BMX
		BTT
		Downhill
		Montanhismo
		Orientação
		Paintball
		Pedestrianismo
		Rota Equestre
		TT (motorizado)
	Parede de Rocha	Escalada
		Rappel,Slide e Tirolesa
	Sub-solo	Escalada
		Espeleologia
	Neve e Gelo	Ski
		Snowboard
		Trenó
	Áreas planas	Caminhada
		Tiro com arco ou besta
Aquático	Ondas	Body Surf
		Bodyboard
		kitesurf
		Skimming
		Surf
		Wave Sky
		Windsurf
	Águas Bravas	Canoying
		Canoagem
		Hidrospeed
		Motonáutica
		Raffting
	Águas Calmas	Apneia
		Bare-foot
		Canoagem
		Mergulho
		Motonáutica
		Pesca Submarina
		Remo
		Vela
		Wakeboard
Aéreo	Natural	Asa Delta
		Balonismo
		Parapente
		Parapente com motor
		Paraquedismo
		Ultra-leve

Actividades praticadas no Município da Lousã

se pode considerar como a caminhada em Todo-o-Terreno, pratica-se, essencialmente, ao longo de trilhos ou de caminhos, marcados ou não no terreno. Os primeiros são, por norma, os mais apetecíveis uma vez que são mais fáceis de seguir e, normalmente, são também mais seguros.

Andar a pé é uma actividade plena de surpresas, acessível a qualquer um, económica e agradável, podendo ser, na maioria dos casos, praticada por indivíduos de todas as idades, pois a aventura centra-se no simples desfrutar de um trajecto a pé.

O pedestrianismo, ao contrário dos outros desportos aventura, não inclui o factor risco. A sua prática resume-se num caminho a percorrer, desfrutando-se de toda a natureza que o rodeia, ora descansando, ora obtendo registo fotográfico, num contacto mais íntimo com o mundo animal e vegetal, sem pressas de chegar ao fim. Esta prática não implica grandes dificuldades, não se tornando necessário dominar qualquer técnica especializada ou estar em excelente forma, o que faz com que o pedestrianismo possa ser praticado por qualquer pessoa. No entanto, para determinados tipos de percursos deverão seguir-se as indicações de um guia, mais experiente e conhecedor do percurso.

Foto 38 - Pedestrianismo.

É uma mistura de desporto e de turismo, em que podem intervir em ligação com os aspectos culturais, ambientais e turísticos, facto que o torna como um dos factores potenciadores de um desenvolvimento económico sustentado, aliás, tal como tem vindo a ser referido.

As possibilidades e os objectivos são tantos quantos os participantes. No caso da Serra da Lousã, os percursos podem ser recreativos ou de lazer, com maior ou menor carácter exploratório ou de aventura, podendo ser assumidos como interpretativos, temáticos ou culturais, permitindo assim a observação privilegiada do meio: geologia e geomorfologia, fauna e flora, história e arqueologia ou mesmo a arquitectura e o artesanato. Além disso, o pedestrianismo constitui um excelente exercício, com inquestionáveis benefícios para a saúde física e psíquica dos praticantes, desenvolve a resistência aeróbia, fortalece o sistema cardiovascular e constitui um valioso antídoto contra o *stress*.

Foto 39 - Pedestrianismo.

Não admira que a caminhada, no seu todo, atrai um número crescente de praticantes, os percursos pedestres sinalizados no terreno são conhecidos e diversos. Já foram editados vários roteiros e as actividades de ar livre estão na moda. Na escolha dos itinerários para a realização dos percursos pedestres, existe um leque diversificado de opções, podendo atender-se a algumas sugestões de amigos, ouvir os conselhos fornecidos nos postos de turismo ou aproveitar o conhecimento que as próprias autarquias possuem dos locais que se pretendem visitar, muitas vezes, com trilhos já definidos e assinalados, aliás como se observa no caso da Lousã.

No que diz respeito à nomenclatura dos caminhos pedestres existem quatro diferentes tipos: os **Percursos de Grande Rota**, que se estendem num comprimento superior a 50 km, conhecidos pela sigla **GR**; os **Percursos de Pequena Rota**, com extensão inferior a 50 km, identificados pela sigla **PR**; os **Percursos Circulares**, que começam e terminam no mesmo ponto e se identificam pela sigla **PRC** e os **Percursos Internacionais Europeus**, onde o seu trajecto atravessa vários países europeus e são identificados pela sigla **E**. A seguir a cada sigla vem geralmente o **número** que identifica o percurso.

Ao contrário dos outros desportos, não existe para esta actividade uma tabela oficial ou um critério pré-estabelecido de dificuldade para esta actividade. Para conhecer as dificuldades de um percurso é necessário obter informações completas sobre as características da rota e deduzir o seu grau de dificuldade.

Dispondo de dados suficientes, pode partir-se de três factores básicos para estabelecer o grau de dificuldade: extensão, tipo de terreno e o desnível, embora o clima também possa ser enquadrável, sobretudo nos itinerários de montanha.[25]

Equipamento necessário: *para estes percursos pedestres é apenas necessário levar uma mochila para transporte de alguma roupa suplementar, produtos alimentares (tendo em atenção que nada seja deteriorável), água, mapas e roteiros ou mesmo um aparelho GPS. Convém que as refeições sejam ligeiras e, no que concerne a líquidos, é aconselhável levar-se bastante água e bebê-la regularmente, para evitar riscos de desidratação. Relativamente à roupa, deverá ser simples, confortável e adequada às condições meteorológicas e às características do local (mesmo com calor não é aconselhável o uso de calções, deve usar antes calças folgadas e leves (que facilitem os movimentos das pernas e as protejam dos ramos ou arbustos rasteiros). É preferível usar meias grossas de algodão ou lã (nunca fibras) e o calçado deve ser bastante usado, sem tacões e com solas aderentes, de preferência ténis ou botas de caminhada de sola grossa, impermeáveis e de cano alto para proteger os tornozelos. Dependendo das condições de base dos percursos (local, declives, coberto vegetal, estação do ano, momento do dia, entre outras) pode ir-se munido de mapas e roteiros, bússola,*

[25] *Deste modo, antes de iniciar qualquer percurso (em especial os não identificados) é importante saber qual a sua extensão e obter informações sobre o tipo de terreno, o desnível, a sinalização existente e as condições climáticas. E é conveniente ter alguns conhecimentos de orientação, saber utilizar uma bússola e ler cartas topográficas. Posteriormente, há que ter em atenção que se deve iniciar a caminhada com um ritmo suave, para conveniente aquecimento. Convém também evitar fazer demasiadas paragens, para não quebrar o ritmo de andamento.*

lanterna frontal, óculos de Sol, boné ou passa-montanhas, luvas, protector solar, navalha, estojo de sobrevivência/emergência e estojo de primeiros socorros. E se o passeio for considerado difícil e duro, ou se for realizado num local mais complicado, é conveniente levar um apito de segurança e uma manta isotérmica.

A Lousã apresenta excelentes condições para a realização de percursos pedestres muito agradáveis, dos quais e tendo por admirável fundo a Serra da Lousã, o pedestrianismo pode levar os seus participantes a conhecer os seus locais mais recônditos e as mais típicas Aldeias Serranas[26], possibilitando a observação das paisagens, que caracterizam esta magnífica serra, mas, também, a observação da sua fauna e flora, pouco comum nos nossos dias, na região centro. [27] É neste quadro que foram definidos ou retomados alguns percursos na Serra, onde as Aldeias Serranas se assumem como os elos de ligação para o desfrutar da natureza e que podem mesmo vir a ser integradas num projecto regional referente às "Aldeias de Xisto".

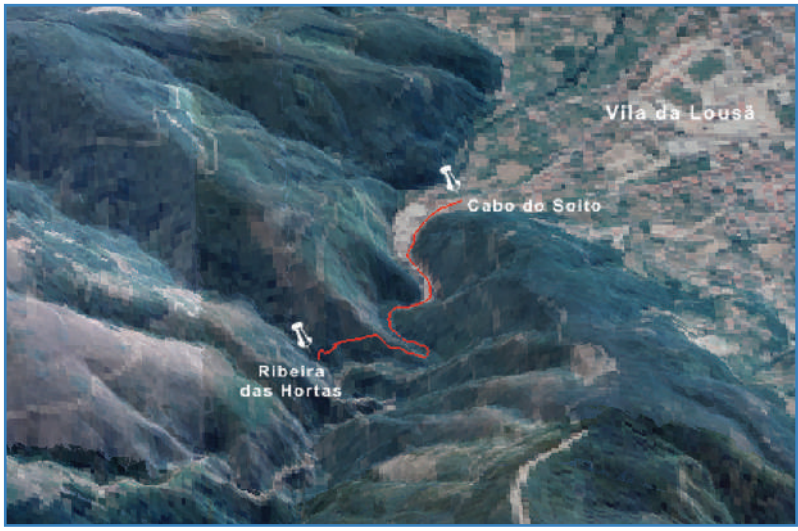
Existem em Portugal várias entidades que organizam caminhadas, mas não existem locais específicos para a prática desta modalidade, em virtude de poder ser exercida um pouco por todo o país. No entanto, a Lousã apresenta excelentes condições para a realização de percursos pedestres extremamente agradáveis, observando-se um conjunto de percursos que serão homologados e cuja abertura se encontra prevista para breve. Deve ser salientado o facto de a sua exploração empresarial ser já uma realidade no momento anterior à própria elaboração do Atlas Desportivo do Município da Lousã, sendo o seu traçado da inteira responsabilidade das empresas envolvidas na sua exploração.

Neste âmbito, os responsáveis pelos Percursos Pedestres que se desenvolvem no território municipal, devem equacionar, na sua divulgação, a sensibilização escrita ou oral aos pedestrantes. Os organizadores dos percursos deverão, assim, indicar um local de recepção dos interessados para que estes adquiram esclarecimentos, escritos ou verbais, sobre o seu comportamento no que respeita a incêndios florestais e outros cuidados para com a fauna e a flora, bem como outras observações de interesse (como é o caso da localização de pontos de assistência e de locais com grande perigosidade de incêndio).

[26] *Típicas aldeias serranas: Candal, Catarredor, Vaqueirinho, Talasnal, Casal Novo, Chiqueiro e Cerdeira.*

[27] *É de salientar que o artesanato, a agricultura biológica e a restauração e doçaria regionais são algumas das mais recentes actividades desenvolvidas nestas aldeias, que permitem, por um lado, a fixação de habitantes e, por outro, a atracção de visitantes.*

PERCURSO PEDESTRE ROTA DOS MOINHOS



- Extensão › 1,37km.
- Tipo › Linear.
- Declives › Suaves.
- Grau de dificuldade › Baixo.
- Duração› em análise.
- Inicio do percurso › Cabo do Soito (Figuras 66 e 67).
- Fim do percurso › Ribeira das Hortas.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 66 - Percurso Pedestre Rota dos Moinhos.

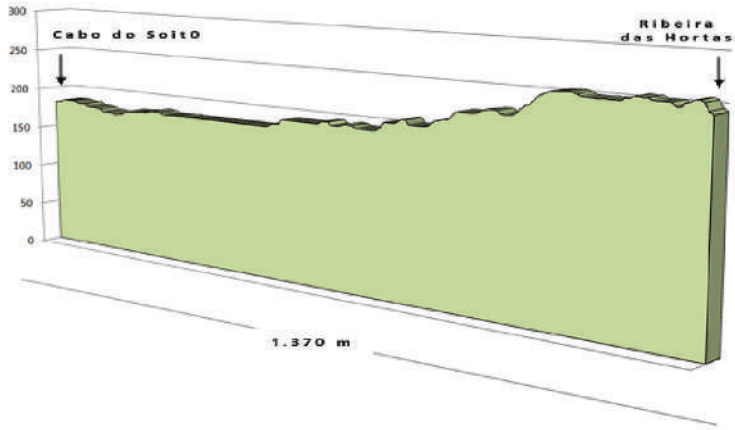


Figura 67 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota dos Moinhos.

Descrição: O percurso tem a sua abertura prevista para Junho de 2008 e apresenta uma extensão reduzida. O seu traçado inicia-se na zona do Cabo do Soito, perto da Fábrica de Papel Prado (a cerca de 200m de altitude) seguindo posteriormente em direcção à Senhora da Piedade e depois para a Ribeira das Hortas (a cerca de 250m de altitude), onde vai ligar ao percurso da Rota das Aldeias Serranas I.

PERCURSO PEDESTRE ROTA DAS ALDEIAS SERRANAS I

- Extensão › 4,9 km.
- Tipo › Circular.
- Declives › Marcados.
- Grau de dificuldade › Médio.
- Duração › em análise.
- Local de início e fim do percurso › Complexo de Nossa Senhora da Piedade (Figura 68 e 69).
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 68 - Percurso Pedestre Aldeias Serranas I.

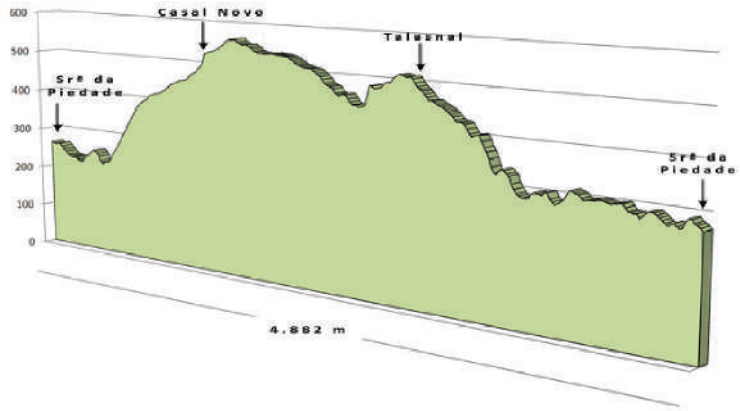


Figura 69 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Aldeias Serranas I.

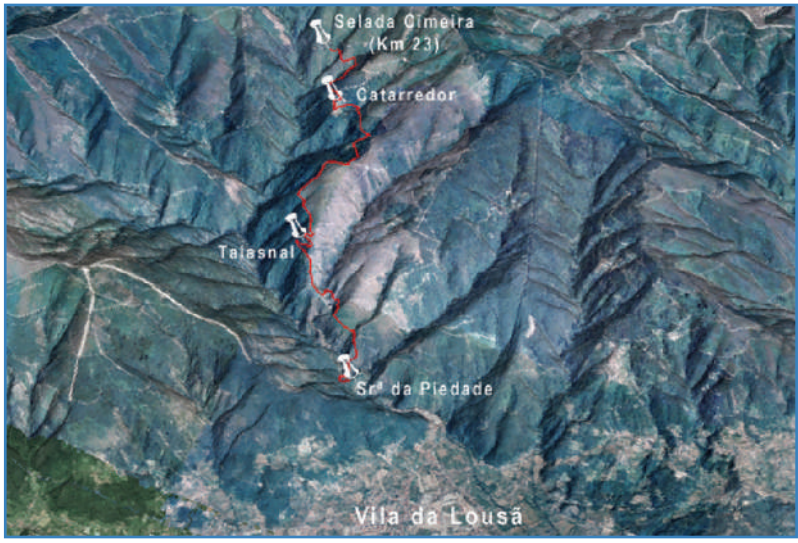
Foto 40 - Castelo da Lousã (Ermida Nª Srª Piedade).

Descrição: O percurso, que constitui uma alternativa do anterior, tem início no mesmo ponto que o das Aldeias Serranas I, seguindo também a mesma direcção até chegar à aldeia do Talasnal (Foto 40).

Neste ponto corta-se para a Ribeira da Vergada que se atravessa, seguindo-se depois por um caminho que vai dar à próxima aldeia, a de Casal Novo. Aqui encontra-se o percurso já definido das Aldeias Serranas I, o qual se segue até ao final. Ao longo deste percurso encontram-se matagais arborescentes densos, dominados por Loureiros, Azereiros ou Ginjeiras bravas e Medronheiros. Observam-se também espécies como a Azinheira e Sobreiro. São ainda de referir as manchas de Pinheiro-bravos, Carvalhos e Castanheiros.

Desenvolvido em plena Serra da Lousã, neste percurso pode observar-se o Javali, o Corço, a Raposa, o Coelho-bravo e também diversas aves como a Carriça e o Milhafre.

PERCURSO PEDESTRE ROTA DAS ALDEIAS SERRANAS II



- Extensão › 6, 4 km.
- Tipo › Linear.
- Declives › Suaves.
- Grau de dificuldade › Baixo.
- Duração › Aproximadamente 6 horas.
- Início do percurso › Estrada da Lousã Castanheira de Pêra, km 23 (Figuras 70 e 71).
- Fim do percurso › Complexo da Nossa Senhora da Piedade.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 70 - Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas II.

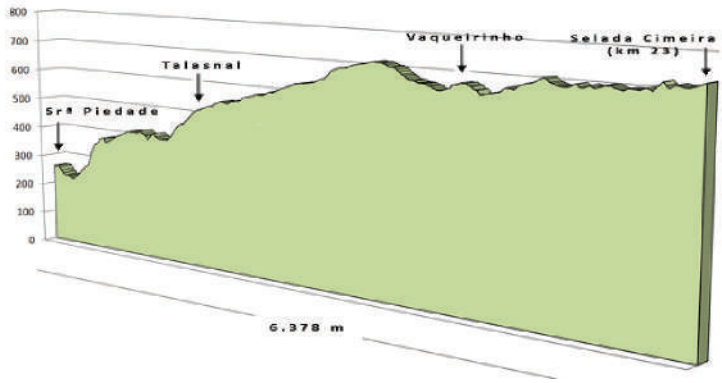


Figura 71 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas II.

Descrição: Tem início na EN-236 (730 m) junto ao marco do km 23, descendo-se entre um denso matagal de Urzes, Fetos e Silvas. Cruzam-se duas pequenas linhas de água que dão origem, mais abaixo, à Ribeira do Catarredor. Com água corrente durante todo o ano, são locais frescos devido à sombra dos Castanheiros e Cerejeiras, proporcionando um habitat ideal para espécies de anfíbios como a Rã-ibérica e a Salamandra-lusitânica, endemismos ibérico e luso-galaico, respectivamente. Atravessada a segunda linha de água, o caminho torna-se plano e aberto, aparecendo o mato rasteiro de Torgas, Carquejas e Tojos e um arvoredo muito disperso de Pinheiro-bravo e alguns Carvalhos. Com a proximidade da aldeia de Catarredor (670 m) passam a encontrar-se muros de xisto e surgem, de forma mais abundante, os Carvalhos, os Castanheiros e as Oliveiras (Foto 41).

Foto 41 - Casa da Aldeia de Catarredor.

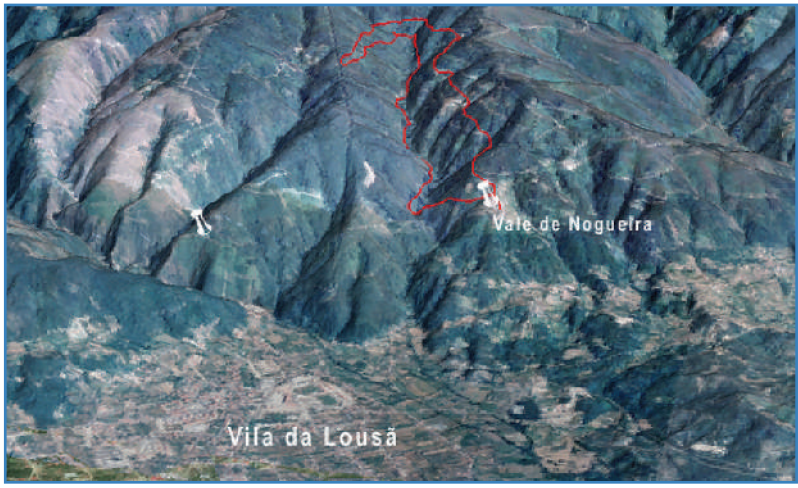
A ampla vista que se desfruta desta aldeia é sobre o vale da ribeira que lhe dá nome (Catarredor). Junto ao largo da aldeia observa-se um notável exemplar de Freixo à sombra do qual se abriga a Capela. Já na saída da aldeia encontra-se uma mata de Castanheiros, Nogueiras, Carvalhos com alguns Azevinhos arbustivos. Depois de se atravessar a linha de água, o coberto vegetal é um pouco diferente, apresentando-se aqui dominado por Sobreiros e arbustos característicos da Região Mediterrânica.

Com a proximidade de outra aldeia que se avizinha, os campos agrícolas permitem uma magnífica vista que se estende do Vértice Geodésico da Ortiga (928 m), pelo Trevim (1204 m) até ao Catarredor. Eis que se chega ao Vaqueirinho e, atravessando a aldeia, retoma-se o percurso, descem-se umas escadas junto ao bar e volta-se numa ruela estreita à esquerda (Foto 42). À saída, atravessa-se uma notável mata de Carvalhos e Castanheiros, junto a uma linha de água. O caminho segue por entre Pinhais e extensas manchas de Castanheiros.

No fim deste trilho encontra-se o estradão florestal que termina na Aldeia do Talasnal, onde é possível observar um panorama ímpar, com o Castelo da Lousã como fundo. Retomando o percurso, segue-se o caminho que existe ao lado da Casa Abrigo, que levará à Senhora da Piedade. Desce-se sempre junto aos muros de pedra, aqui com uma mata mais pobre composta essencialmente por espécies exóticas, até se atingir uma bifurcação por onde tem continuidade o percurso. Atravessa-se uma ponte de xisto que permite a travessia da Ribeira da Vergada, seguindo-se uma subida que culmina nuns toscos degraus de xisto. Daqui em diante o percurso torna-se quase plano. Segue-se o início da descida que levará à Senhora da Piedade e próximo do final, reencontra-se o troço que passa ao lado das escadas que levam ao Cruzeiro. Atinge-se, então, a Senhora da Piedade.

Foto 42 - Aldeia de Vaqueirinho (à esquerda) e Vista do Trevim (à direita).

PERCURSO PEDESTRE ROTA DOS BALDIOS



- Extensão › 7,74 km.
- Tipo › Circular.
- Declives › Suaves.
- Grau de dificuldade › Baixo.
- Duração › em análise.
- Local de início e Fim do percurso › Senhora dos Remédios (Figura 72 e 73).
- Faixa etária recomendada › Todas.
- Período recomendado › Todo o ano, com destaque para Primavera e Outono. Deve evitar-se entre Junho e Agosto (Época de cio dos Corços)

Figura 72 - Percurso Pedestre Rota dos Baldios.

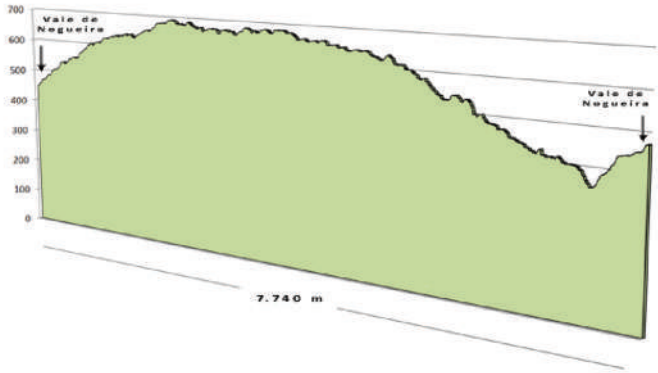


Figura 73 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota dos Baldios.

Descrição: O local de partida situa-se na Senhora dos Remédios, na zona do Vale da Nogueira, que se atravessa na direcção Este. Posteriormente segue-se para Sul, em caminho paralelo à Ribeira de Fórnea. Continua-se a percorrer este caminho até se chegar à zona das Hortas, virando-se, neste local, no sentido Oeste, apanhando um outro caminho que segue em direcção à zona do Cabril.

Aqui abandona-se esta estrada para se seguir as curvas de nível, em cotas superiores a 500 m de altitude. Posteriormente, torna-se a encontrar o caminho anterior, que se utiliza até atingir a Senhora dos Remédios, ponto de partida. Este percurso desenvolve-se por caminhos onde se encontram espécies como o Pinheiro-bravo, Eucalipto, Carvalhos, Castanheiros, Cerejeira-bravas e Nogueiras.

Ao longo do percurso, e mais próximo das linhas de água, podem observar-se diversos anfíbios destacando-se a Salamandra-lusitânica e a Rã-ibérica. São também de assinalar, no caso dos répteis, as áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água.

PERCURSO PEDESTRE TRILHO DO ESPIGÃO (ADAPTADO PARA DEFICIENTES)

- Extensão › 1km.
- Tipo › Linear.
- Declives › Suaves.
- Grau de dificuldade › Baixo.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › EN-236.
- Fim do percurso › Vértice do Espigão (Figura 74).
- Faixa etária recomendada › Todas.
- Período recomendado › Todo o ano. Contudo, entre Setembro e Outubro, este percurso deve ser percorrido com especiais cuidados, uma vez que decorre a época de reprodução dos veados.

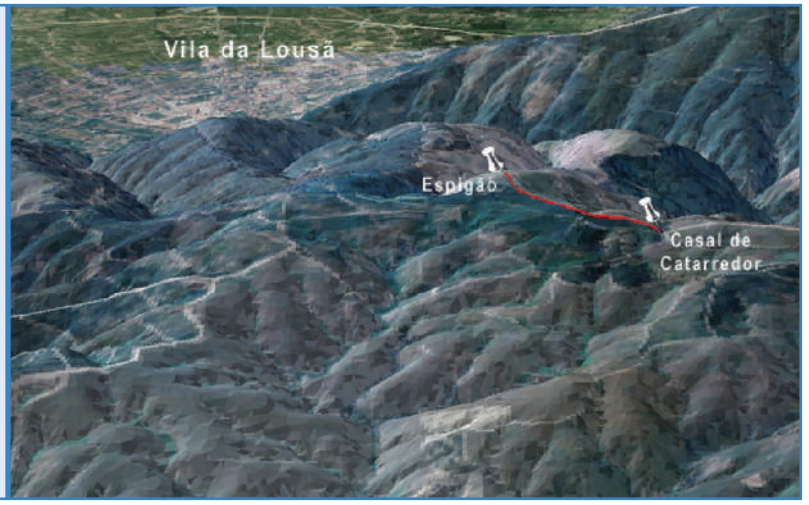
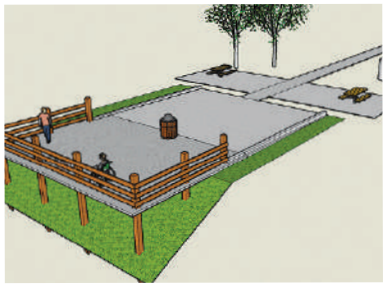


Figura 74 - Percurso Pedestre Trilho do Espigão.

Fonte: António Lago Queiroz (Técnico de Percursos Pedestres)



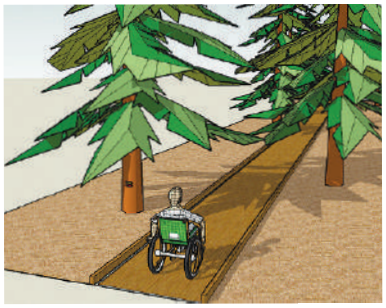


Foto 43 - Esquemas representativos do Percurso Pedestre Trilho do Espigão (à esquerda e ao centro).

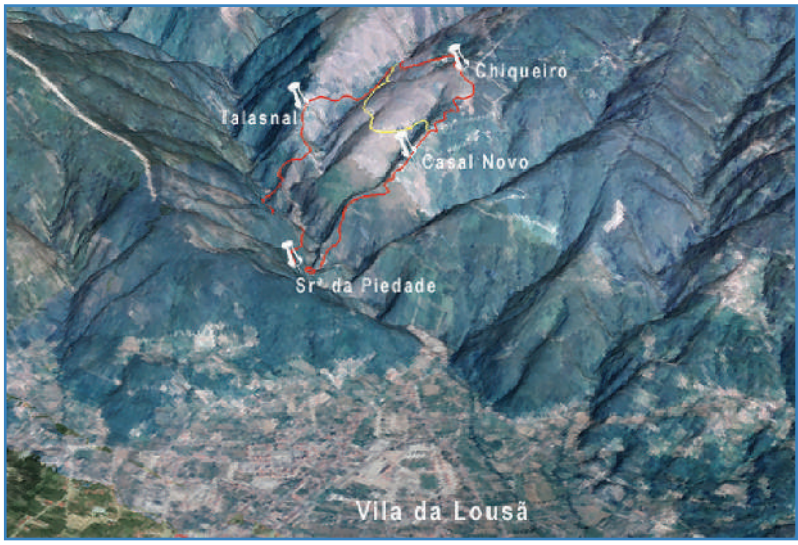
Descrição: Este percurso tem abertura prevista para Junho de 2008. O traçado início na EN-236 (muito perto do limite do Município da Lousã) pouco depois do marco do km 28, a uma cota de cerca de 970 m. A partir deste ponto, inicia-se a descida, atravessando o Cabeço Marigo, até se atingir o Vértice do Espigão (Fotos 43 e 44), onde o percurso termina a uma altitude de 951 m.

Nas zonas mais elevadas e mais áridas do percurso, e tendo em conta a pobreza dos solos, podem observar-se espécies arbustivas como as Urzes, os Tojos, as Giesta e a Carqueja. Relativamente à fauna, poderá ser possível observar o Javali, o Corço e o Veado, bem como diversas aves, das quais se destacam a Cotovia-de-poupa, o Pombo-torcaz e o Tartaranhão-caçador. Para além destes percursos encontra-se definido um conjunto de outros percursos pedestres que importa referir no presente projecto e que se apresentam de seguida. Contudo, deve ser salientado que ainda não se encontre prevista a sua homologação para um futuro próximo.

O Município da Lousã desempenha um importante papel no apoio às actividades de Desporto Adaptado, sendo de destacar a Descida da Serra em Cadeira de Rodas.

Foto 44 - Descida da Serra em Cadeira de Rodas.

PERCURSO PEDESTRE ROTA DAS ALDEIAS SERRANAS III



- Extensão › 5,3 km.
- Tipo › Circular.
- Declives › Marcados.
- Grau de dificuldade › Médio.
- Duração › 3 a 4 horas.
- Local de inicio e Fim do percurso › Castelo da Lousã/Complexo da Nossa Senhora da Piedade (Figuras 78 e 79).
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 75 - Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III.

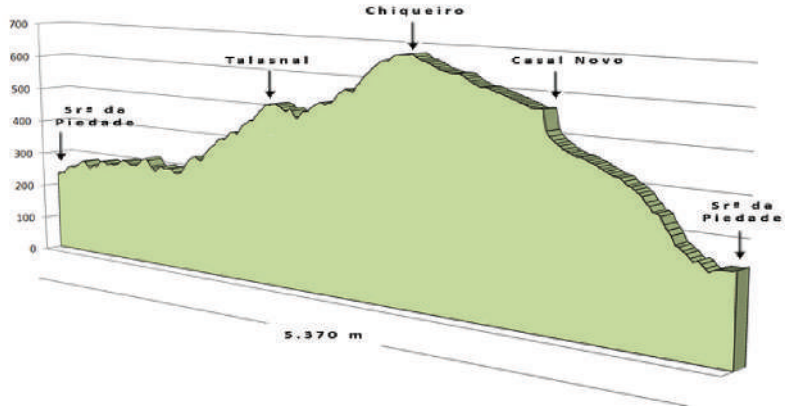


Figura 76 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III.

Descrição: O primeiro ponto de referência será o Castelo da Lousã (a 265 m) que foi bastante importante do ponto de vista militar, integrando o que seria a sede de defesa de Coimbra no século XII, devido à sua posição (Foto 45).

O troço inicial deste percurso é comum com o percurso pedestre referente à Conquista do Alto do Trevim. Pelo caminho que contorna a pequena Capela do Sr. dos Aflitos (estilo neo-românico), segue-se em direcção a Porto Pisão, por um longo caminho florestal, onde se podem observar Medronheiros Arbóreos, Azinheiras, Pinheiros e alguns Loureiros dispersos, relíquias das galerias ribeirinhas autóctones. Chegando a Porto Pisão, encontra-se o Miradouro do qual se avista o Castelo da Lousã. Inicia-se, então, uma descida que evolui ao longo da Ribeira de São João e de onde se pode avistar já o Talasnal (Foto 46).

No vale, as Ribeiras da Vergada e de São João contornam um penhasco que se eleva 40 m acima do ponto onde se juntam as suas águas. Ao fundo de uma descida surgem, junto à Ribeira, as ruínas das construções do chamado Porto Pisão (onde em tempos viveu o Padre Cáceres, cidadão Lousanense que estudou em Coimbra e em Paris e viajou pelo Oriente, tendo-se isolado aqui e vivido como um eremita).

Mais adiante, numa zona descaracterizada pela proliferação de tubagens, postes de electricidade e telefone, surge à cota de 285 m, a Central Hidroeléctrica da Ermida, (responsável pelo inicio da iluminação eléctrica da Vila da Lousã em 1924).

Aqui cruza-se a Ribeira de São João por uma ponte metálica, tomando uma vertente orientada a Norte, com uma subida íngreme em ziguezague facilitada por uns pequenos degraus feitos de pedras e lajes de xisto. Neste ponto, o solo apresenta-se fresco e a vegetação é densa, destacando-se pequenos tufos de Gilbardeira sob os Castanheiros seculares, o Loureiro, as Azinheiras arbustivas e o Pilriteiro. Um pouco mais acima vai encontrar-se o final da Câmara de Carga da Central Hidroeléctrica (neste ponto e virando à esquerda, pode ser seguido o percurso "À conquista do Alto do Trevim").

Continuando a subir chega-se aos soutos do Talasnal, onde se pode começar a observar muros de pedra que indiciam a proximidade do Talasnal (495 m), onde se encontra também um cruzamento que pode levar ao percurso das Aldeias Serranas II. A saída do Talasnal, em direcção ao Chiqueiro,

Foto 45 - Vista geral do Castelo da Lousã.

Foto 46 - Ribeira de São João (ao centro) e Aldeia de Talasnal (à direita).

é feita por uma das ruelas que, ainda dentro da aldeia, permite visitar o antigo lagar de azeite e a antiga levada de água.

Após a travessia da Ribeira da Vergada chega-se ao estradão florestal (se se optar por virar à direita pode atingir-se o Casal Novo através do Percurso da Grande Rota das Aldeias Serranas). Continuando a subir através do pinhal, cruza-se uma linha de água onde se impõe um majestoso Carvalho-alvarinho e segue-se encosta (650 m) acima até se chegar ao Chiqueiro (Foto 47).

Daqui segue-se o estradão florestal subindo cerca de 0,3 km até se atingir, numa curva à esquerda (675 m), um caminho à direita para onde se virará. Atravessa-se agora uma mata mista de Pinheiros, Eucaliptos e Carvalhos dispersos, até se atingir o Casal Novo (545 m) (Foto 48).

Ao fundo da ruela que cruza a aldeia vira-se à esquerda e encontra-se um pátio que constitui um excelente miradouro através do qual se avista o vale e a montanha. A saída da aldeia é um pouco complicada, dada a existência de um silveiral que obstrui o percurso, mas ao longo desta descida encontram-se Oliveiras e Castanheiros (que constituem vestígios da actividade agrícola que se desenvolveu nos socalcos suportados por muros de xisto, que com o passar do tempos, se estão a desmoronar), Pinheiros e Acácias e para os mais atentos, ainda se podem encontrar o Aderno, Lentisco, Sabugueiro, Gilbardeira, Sobreiro e Azinheira. A descida continua em ziguezague até se avistar o Cruzeiro, local onde se pode visualizar o ponto de partida deste percurso, o Complexo da Senhora da Piedade.

Foto 47 - Casas da Aldeia do Chiqueiro (à esquerda e ao centro).

Foto 48 - Aldeia de Casal Novo.

PERCURSO PEDESTRE ROTA DAS ALDEIAS SERRANAS III -ALTERNATIVO

- Extensão › 1,5 km.
- Tipo › Circular.
- Declives › Marcados.
- Grau de dificuldade › Médio.
- Duração › 1h30 m.
- Local de inicio e Fim do percurso › Castelo da Lousã/Complexo da Nossa Senhora da Piedade (Figura 77 e 78).
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

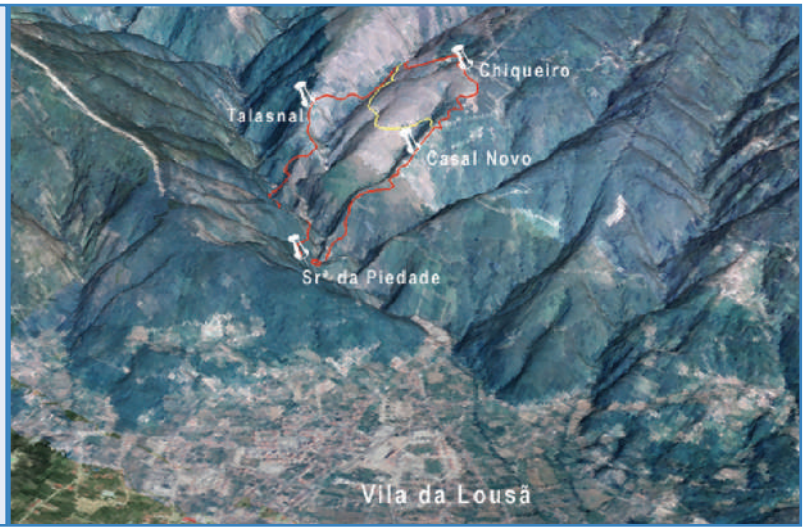


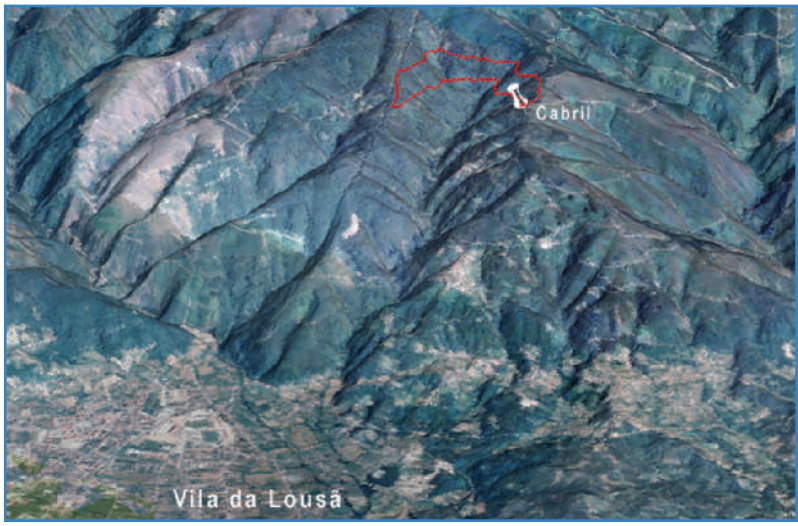
Figura 77 - Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III - Alternativo.

Figura 78 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III - Alternativo.

Foto 49 - Aldeia de Casal Novo (em cima) Ermida da Nossa Senhora da Piedade (em baixo).

Descrição: Inicia-se no mesmo ponto do percurso pedestre Aldeias Serranas I e segue a mesma rota até ao estradão florestal que daria acesso, um pouco mais à frente, ao Chiqueiro. Este percurso alternativo prende-se com o facto de a passagem pela Aldeia do Chiqueiro se ter tornado num local que, por vezes, não se apresenta como se gostaria especialmente para grupos pequenos, pelo que a alternativa passa por um outro caminho (perto da Ribeira da Vergada) que segue directamente para Casal Novo, voltando, neste local, a encontrar o traçado do percurso das Aldeias Serranas I, que se percorre até atingir o final do trajecto na Senhora da Piedade (Foto 49).

PERCURSO PEDESTRE À DESCOBERTA DA FLORESTA



- Extensão › Cerca de 5 km.
- Tipo › Circular.
- Declives › Muito suaves.
- Grau de dificuldade › Muito baixo.
- Duração › Aproximadamente 4 horas
- Local de início e Fim do percurso › Casa do Guarda-florestal das Hortas (Figuras 79 e 80).
- Faixa etária recomendada › Todas.
- Período recomendado › Todo o ano, com especial destaque no Outono. Deve evitar-se nos meses de Junho a Agosto, inclusive.

Figura 79 - Percurso Pedestre À Descoberta da Floresta.

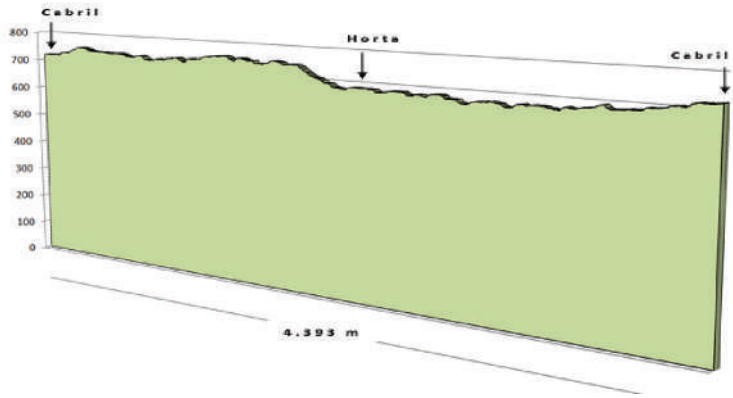


Figura 80 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre À Descoberta da Floresta.

Descrição: O primeiro ponto de referência para este percurso é a Casa da Guarda-florestal das Hortas, seguindo-se, em sentido descendente, a estrada florestal até se encontrar um desvio à esquerda onde se inicia o percurso. Depois de uma pequena subida, atinge-se o Terreiro das Bruxas (local onde se encontra um misto de resinosas e folhosas, que funciona como um parque de merendas). Continua-se o caminho florestal, em sentido ascendente, e na primeira bifurcação, vira-se à esquerda subindo-se até se alcançar a bifurcação seguinte onde se corta à direita. O coberto vegetal aqui corresponde a uma reflorestação feita pelos Serviços Florestais onde se pode encontrar Camaéciparis, Cedros, Abetos e Pinheiro-silvestre. No que diz respeito a folhosas, encontram-se Carvalho-alvarinho, Castanheiro, Carvalho-americano, Aveleira, Bétulas e Freixos. A parte final deste primeiro

Foto 50 - Terreiro das Bruxas (em cima e em baixo).

troço é dominada por um povoamento de Pinheiro-bravo que culmina no estradão. Segue-se à esquerda até à bifurcação seguinte onde se vira à esquerda até se chegar ao Tanque do Cabril (800 m) - reservatório de água continuamente alimentado pela Ribeira da Fórnea.

Uma abertura no povoamento permitirá um panorama magnífico sobre o vale da ribeira e sobre o povoamento florestal. Cerca de 500 m depois, atinge-se novamente o Aceiro inicial, por onde passa a linha de postes de média tensão, a qual se acompanha, ao longo de uma descida de 700 m, de regresso ao Terreiro das Bruxas (Foto 50).

PERCURSO PEDESTRE VILARINHO - RELVA FUNDEIRA

- Extensão › 7,9 km.
- Tipo › Linear.
- Declives › Moderados.
- Grau de dificuldade › Médio.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Vilarinho (Figuras 81 e 82).
- Fim do percurso › Relva Fundeira.
- Faixa etária recomendada › Todas.
- Período recomendado › Todo o ano. Deve evitar-se entre Setembro e Outubro (época de reprodução dos Veados).

Figura 81 - Percurso Pedestre Vilarinho - Relva Fundeira.

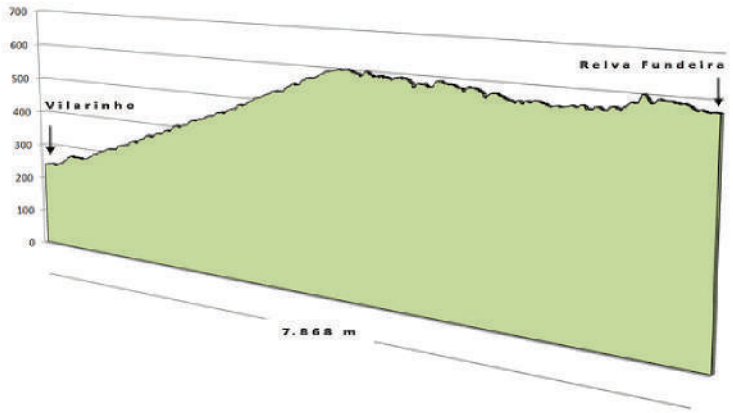


Figura 82 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Vilarinho - Relva Fundeira.

Descrição: Iniciando-se em Vilarinho, a pouco mais de 200 m de altitude, o percurso segue para a zona do Lombo, em estrada muito sinuosa (Foto 51). Subindo sempre em altitude e seguindo essa mesma via, passa-se ao lado de Carvalhinho, Souto Longo e Laceiras, a cerca de 500 m. Continua-se pelo mesmo caminho até chegar a Relva Fundeira, meta de percurso (a pouco mais de 500 m).

Neste percurso podem encontrar-se espécies típicas da floresta de caducifólias, onde o Castanheiro e os Carvalhos são os mais comuns. Também se podem observar o Pinheiro-bravo o Eucalipto e o Sobreiro.

Poderá também observar-se um conjunto de importantes mamíferos, destacando-se o Javali, o Veado, a Raposa, o Esquilo e diversas aves.

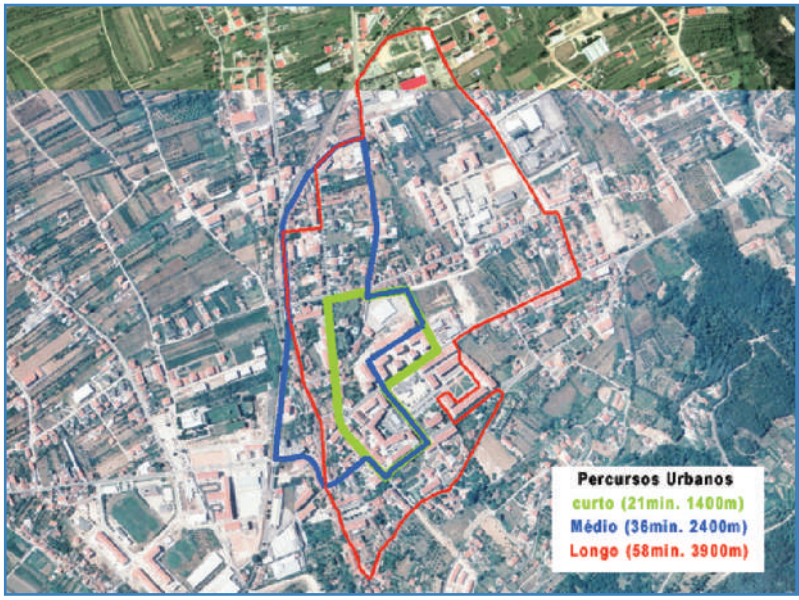
Foto 51 - Vilarinho (em cima e em baixo).

PERCURSOS URBANOS

No âmbito dos percursos pedestres observam-se ainda no território três percursos que se desenvolvem em tecido urbano, nomeadamente um curto, um médio e um longo que se descrevem de seguida.

Figura 83 - Percursos Pedestres Urbanos.

PERCURSOS PEDESTRES URBANOS



- Extensão › Curto - 1,4 km; Médio - 2,4 km; Longo - 3,9 km.
- Tipo › Circulares.
- Declives › Suaves.
- Graus de dificuldade › Baixos.
- Duração › Curto - 21 min.; Médio - 36 min.; Longo - 58 min..
- Local de início e Fim do percurso › Depende do percurso em questão, mas são todos realizados no Centro da Vila de Lousã (Figura 83).
- Faixa etária recomendada › Todas.
- Período recomendado › Todo o ano.

Descrição: **O percurso urbano mais curto** pode iniciar-se na Av. Coelho da Gama e seguir em direcção à Av. do Brasil (neste trajecto é possível visitar o Cine-Teatro da Lousã) que não se percorre até ao fim, porque se deve virar em direcção à Av. Dr. José Cardoso (consoante o traçado na figura). Posteriormente, pode seguir para a Av. S. Silvestre até atingir o cruzamento com a Av. Coelho da Gama, considerada como ponto de partida.

O percurso médio pode ter início perto do Edifício dos Paços do Concelho (Projecto do Arquitecto Moura Coutinho com construção entre 1930 e 1934) e do Pelourinho da Lousã (de grés vermelho de Alveite), na Rua Dr. Sac. Cabral e daí seguir para a R. Primeiro de Dezembro, junto à linha da estação de caminho de ferro (Foto 52). Neste trajecto poderá observar o Edifício da Estação (um dos elementos marcantes do início da exploração da linha entre Coimbra e Lousã), o qual servirá de ponto de partida para seguir em direcção à R. Eng. Duarte Pacheco, que se deve percorrer até encontrar o caminho traçado para o percurso mais curto (consoante o exposto na Figura). Posteriormente, deve seguir em direcção à Av. S. Silvestre que poderá servir de ligação à R. Dr. Sac. Cabral.

Foto 52 - Câmara Municipal da Lousã. (em cima) e Igreja Matriz da Lousã (em baixo).

Por sua vez, **o percurso urbano mais longo** poderá ter início junto à Capela da Misericórdia (datada de 1568) e do Palácio dos Salazares (ou Palácio da Viscondessa do Espinhal), na R. Visc. do Espinhal, seguindo para a R. do Comércio e depois para a R. Dr. Pires de Carvalho, onde poderá observar a Casa do Fundo da Vila (datada do séc. XVIII) e o Fontenário da rua homónima (ou Fonte do Fundo da Vila, de 1932). Ao atingir o ponto onde poderá visitar o Núcleo de Investigação - Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques, deve seguir para a Av. do Brasil, passando depois pelo Edifício da Estação e seguir para a R. de St. António. Desta deve dirigir-se para a R. Gil Vicente, seguindo para a R. Vila de Prades e depois para a Av. Dr. José Cardoso até à Praça Sá Carneiro. Partindo desta Praça, deverá seguir para o Monumento à Família (conforme a Figura) e daí para a Alameda Carlos Reis. Finalmente, deverá dirigir-se para a R. Carlos Reis, de modo a visitar a Casa Furtado Mesquita (do séc. XVIII), a Casa de Cima (moradia nobre do séc. XVIII) e o Núcleo Sede do Ecomuseu da Serra da Lousã - Museu Prof. Álvaro Viana de Lemos.

Pelo exposto, pode concluir-se que a Serra da Lousã constitui um dos elementos morfológicos mais imponentes deste Município, oferecendo um conjunto de espaços naturais assim como inúmeras paisagens de uma beleza inigualável, que merecem especial referência para a prática de vários desportos, nomeadamente para a realização dos percursos pedestres, dos quais foram descritos alguns que têm vindo a ser desenvolvidos, quer pela

QUERCUS, quer pelas empresas ligadas ao Desporto Aventura, como por exemplo, a empresa Montes de Aventura, ou mesmo os idealizados por compartes de Baldios, assim como alguns também propostos pela equipa técnica ligada a este projecto, à qual se associam os elementos da Divisão de Desporto da Câmara Municipal da Lousã.

3.1.1.2 Bicicleta Todo-o-Terreno (BTT)

A prática da Bicicleta Todo-o-Terreno (vulgo BTT) é um misto de técnica e de esforço que exige conhecimento de mecânica e orientação e permite, sobretudo, o prazer da prática desportiva através do desfrutar a natureza (Foto 53).

A bicicleta aumenta a capacidade de deslocação, atingem-se maiores velocidades e distâncias para um mesmo dispêndio de energia. As bicicletas de montanha apresentam a mais excitante evolução dos velocípedes durante o século XX e marcam o surgimento de uma modalidade plena de possibilidades no novo milénio. As *mountain bikes* deram acesso a sítios onde outrora era impossível chegar sob duas rodas, revolucionando a utilização tradicional desses veículos e dando um novo alento à palavra aventura. A bicicleta de todo-o-terreno dispõe, assim, de uma enorme versatilidade e robustez, permitindo explorar extensas regiões que, a pé, se tornavam penosas e de jipe seriam inacessíveis, daí resultando num contacto fantástico com a natureza[28]. Em termos de competição há duas espécies de actividades e mesmo de provas:

> ***down hill:*** modalidade do ciclismo que consiste em descer o mais rapidamente possível um dado percurso com trilhos de terra batida e técnicos, exigindo, para tal, muito perícia. As bicicletas usadas neste desporto devem ter um quadro muito rijo e pneus muito largos para aderirem o melhor possível ao piso. Têm suspensão traseira e dianteira de modo a abafar o piso irregular e os saltos que têm de efectuar durante o percurso.

Foto 53 - Prática de BTT (em cima e em baixo).

[28] *Ao nível do cicloturismo, a BTT assume-se igualmente como a melhor opção, porque não oferece qualquer problema quando utilizada em estrada, e permite ao seu utilizador, que saia fora dela, tendo acesso a muitos locais que, de outra forma, poderiam apenas ser apreciados de longe.*

Com um tipo de condução mais repousante que as vulgares bicicletas, as BTT são de facto o ideal para o cicloturismo, como aliás se confirma pelo crescente número de praticantes desta modalidade, que optaram por este tipo de veículo para as suas viagens de férias ou de fim-de-semana. É, deste modo, uma actividade para quem aprecie a harmonia com a natureza e goste de desfrutar de paisagens naturais que, por vezes, são desconhecidas da maioria das pessoas.

O equipamento necessário é uma BTT com quadro preparado para aguentar grandes impactos, com suspensões de, no mínimo, 170 mm de curso (tanto na roda traseira como na dianteira), freios a disco de accionamento hidráulico (fluído de freio, ao invés de cabos de aço) e pneus largos com compostos macios para maior aderência ao terreno, capacete "FullFace" (tipo motocross, fechado), luvas e joelheiras. Porém, em virtude da grande periculosidade do desporto, a grande maioria dos adeptos e competidores usam também colete, cotoveleiras (se estas não forem integradas ao colete) e óculos tipo "*goggle*".

cross country: circuitos fechados em forma de anel, em que se realizam várias voltas, com subidas, descidas e várias zonas técnicas.

Equipamento necessário: *bicicleta todo-o-terreno (BTT), capacete, luvas, calções de Lycra almofadados, óculos de protecção e calçado apropriado ou de sola rija, bomba de enchimento e um pequeno estojo de reparações.*

Foto 54 - "Avalanche" no Município da Lousã (em cima e em baixo).

A Serra da Lousã, ao possuir excelentes condições naturais para a prática de BTT, levou a que no que concerne aos percursos, tenham sido definidos diversos trilhos (onde podem também ser utilizados alguns dos percursos anteriormente observados), através dos quais será possível optar e seleccionar, de acordo com a experiência, preparação física e disponibilidade, aqueles que possam "trilhar" mais profundamente os caminhos desta serra tão peculiar e realizar o seu próprio circuito. Deve ainda ser referida a futura instalação, em plena Vila da Lousã, de um Parque Urbano de BTT e que servirá de apoio para toda a actividade das bicicletas de todo o terreno (Foto 54).

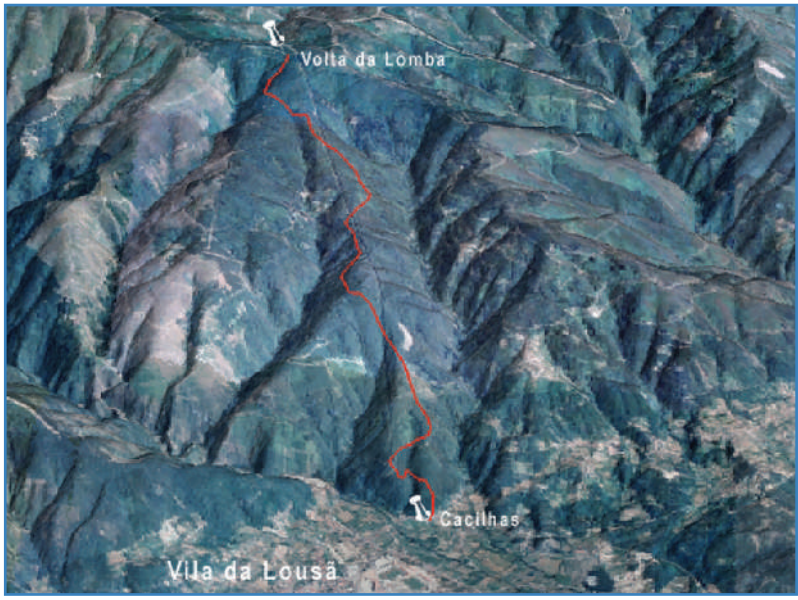
Neste quadro de análise, é de salientar o facto de a sua exploração empresarial ser já uma realidade no momento anterior à própria elaboração do Atlas Desportivo do Município da Lousã, sendo o traçado dos percursos da inteira responsabilidade das empresas envolvidas na sua exploração.

No caso particular dos percursos de *downhill* que atravessam, em pleno, o sector dos cervídeos, por constituírem, já no presente, percursos de reconhecida qualidade (mesmo internacional), devem ser enquadrados e racionalizados, particularmente nos períodos mais sensíveis dos cervídeos e sempre numa lógica de compatibilização dos usos com o meio natural, pelo que devem ser realizados de forma alternada para minimizarem os impactos ambientais.

Parece ser inquestionável que os praticantes de BTT deverão vir a ser sensibilizados para estas questões de índole ambiental, pelo que, neste quadro, a Autarquia, assim como as entidades organizadoras (responsáveis pelo traçado

dos percursos) devem desempenhar um papel fundamental, recomendando, na própria plataforma dinâmica, os melhores locais e os períodos mais adequados para a sua realização, informando acerca das restrições da sua prática, sempre com a preocupação de minorar a agressão ao meio natural.

PERCURSO BTT VOLTA DA LOMBA / CACILHAS (CARACTERÍSTICAS DE *DOWNHILL*)



- Extensão › 5,036 km.
- Tipo › Linear.
- Declives › Moderados.
- Grau de dificuldade › Médio.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Volta da Lomba Figuras 84 e 85).
- Fim do percurso › Cacilhas.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 84 - Percurso BTT Volta da Lomba / Cacilhas.

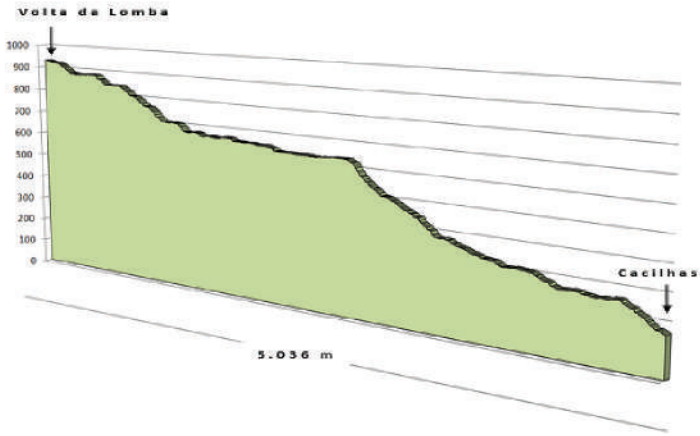


Figura 85 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Volta da Lomba / Cacilhas.

Descrição: Iniciando-se em Volta da Lomba, a cerca de 900 m de altitude, segue-se para Covão da Lomba, Horta e posteriormente para Costa do Cabril. Continuando a descer passa-se por Vale da Nogueira e depois por Vale Domingos, até chegar ao final do percurso em Cacilhas, a cerca de 200 m de altitude.

PERCURSO BTT CACILHAS / FONTE SECA

- Extensão › 30 km.
- Tipo › Linear.
- Declives › Moderados.
- Grau de dificuldade › Médio.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Cacilhas (Figuras 86 e 87).
- Fim do percurso › Fonte Seca.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 86 - Percurso BTT Cacilhas / Fonte Seca.

Figura 87 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Cacilhas / Fonte Seca

Descrição: Com início em Cacilhas, a cerca de 200 m de altitude, segue em direcção a Sul pela EN-555, passando pela Senhora dos Remédios, Casa do Guarda Florestal da Horta, Relva do Vaqueirinho até chegar perto de Outeiro das Eiras, local no limite do Município de Miranda do Corvo. Nesta zona, segue-se em direcção a Catraia pela mesma EN-555, novamente junto ao limite do Município, até apanhar um caminho que levaria até ao alto do Castelo do Trevim. No entanto, corta-se à direita em direcção à Casa do Guarda-Florestal de Porto Espinho, seguindo-se para a zona de Coentral das Barreiras, em território pertencente a Castanheira de Pêra. O percurso segue neste Município, passando por Porto Verde, Vale dos Lobos, Castelinho, Porto Ervideiro, até chegar junto do local de Selada de Pera, onde se atravessa o seu limite para se atingir o Município de Góis. Aqui o percurso segue a uma cota de 950 m, passando pelas aldeias de xisto,

até atravessar novamente o limite do Município, na zona da Lomba do Mouro, passando a fazer-se, novamente, em território Lousanense. Deste modo, já na Lousã, segue-se para Relva de Franco, depois para Selada de Franco, atravessando Silveira de Cima até se chegar ao final do extenso percurso, perto da zona da Fonte Seca.

PERCURSO BTT SELADA CIMEIRA (JUNTO AO KM 23) / TALASNAL

- Extensão › 3,95 km.
- Tipo › Linear.
- Declives › Moderados.
- Grau de dificuldade › Médio.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Selada Cimeira.
- Fim do percurso › Vale da Carvalha (Figuras 88 e 89).
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 88 - Percurso BTT Selada Cimeira (junto ao Km 23) / Talasnal

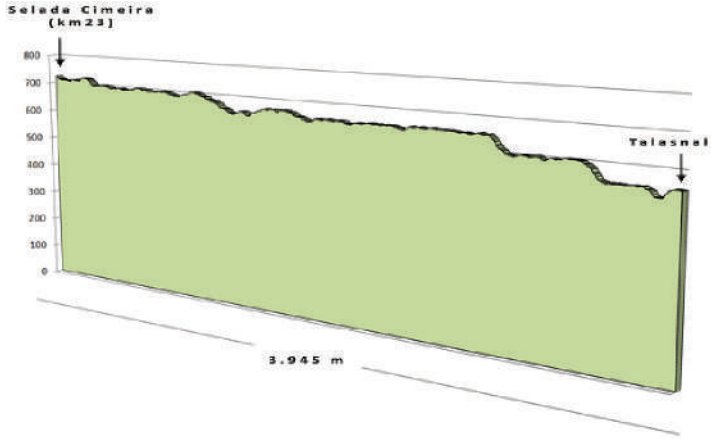


Figura 89 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Selada Cimeira (junto ao Km 23) / Talasnal.

Descrição: Este percurso tem início em Selada Cimeira, mais propriamente no limite que dá acesso ao marco do km 23 da EN-236. Daqui segue-se para Selada Fundeira, Catarredor, Lomba da Jaca, Vaqueirinho, Souto do Bracejal e depois em direcção ao Cimo do Vale da Carvalha, até chegar finalmente ao local de destino que é na zona do Vale da Carvalha, mais propriamente, na zona do Talasnal, a uma cota de cerca de 550 m de altitude (Foto 55)

Foto 55 - Casa Típica de Vaqueirinho.

PERCURSO BTT RIBEIRA DE S. JOÃO / RIBEIRA SARDEIRA

- Extensão › 7,4 km.
- Tipo › Linear
- Declives › em análise.
- Grau de dificuldade › em análise.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Ribeira de S. João (Figuras 90 e 91).
- Fim do percurso › Ribeira Sardeira.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 90 - Percurso BTT Ribeira de S. João / Ribeira Sardeira.

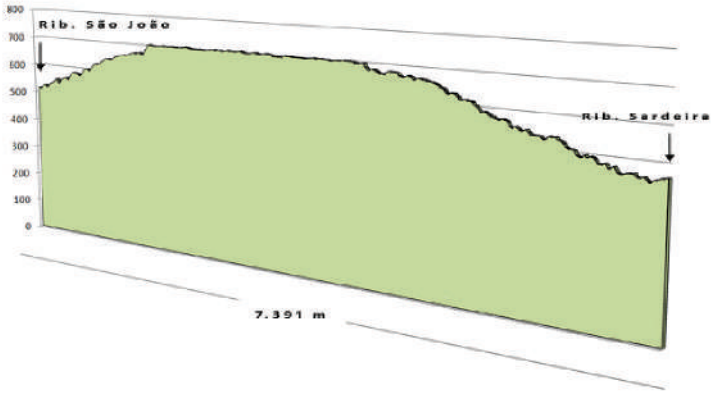
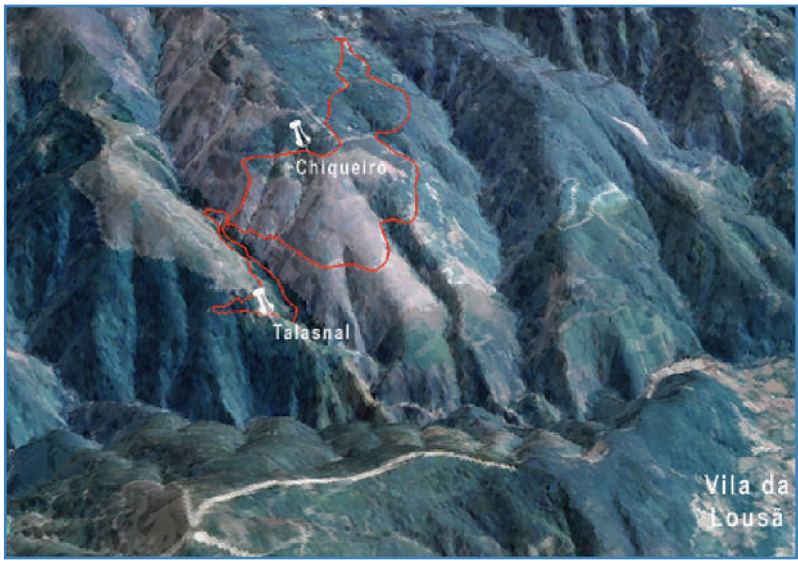


Figura 91 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Ribeira de S. João / Ribeira Sardeira

Foto 56 - Ribeira de São João.

Descrição: O percurso BTT inicia-se na Ribeira de S. João, a cerca de 450 m de altitude, segue em direcção a Noroeste, flectindo, posteriormente, para Este na direcção de S. Lourenço e Silveira de Baixo, subindo até atingir cerca dos 750 m. Depois de passar por Silveira de Baixo, dirige-se para Sul na direcção da Sardeira, começando a baixar em altitude, chegando ao final do percurso, na Ribeira de Sardeira, com uma cota de 430 m (Foto 56).

PERCURSO BTT TALASNAL / TALASNAL



- Extensão › 6,7 km.
- Tipo › Circular
- Declives › em análise.
- Grau de dificuldade › em análise.
- Duração › em análise.
- Fim do percurso › Talasnal (Figuras 92 e 93).
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.

Figura 92 - Percurso BTT Talasnal / Talasnal

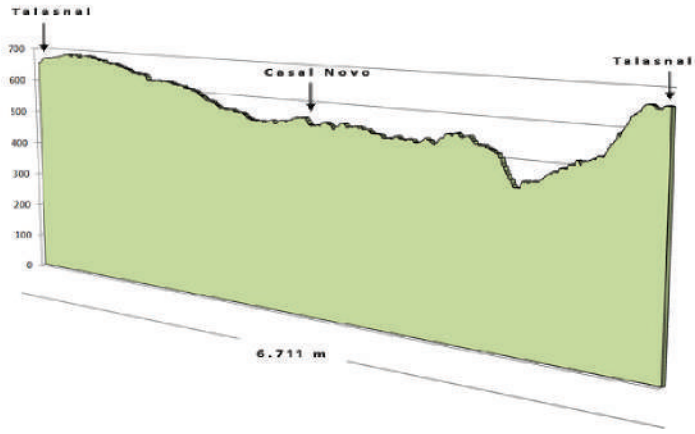


Figura 93 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Talasnal / Talasnal

Descrição: Tendo como local de partida a povoação de Talasnal, uma das aldeias de xisto, a cerca de 500 m de altitude, o percurso segue numa direcção a Sul/Oeste na direcção de Chiqueiro, ao qual se chega depois de se atravessar a Ribeira de Vergada. O percurso continua a subir em altitude, até se encontrar próximo dos 650 m, começando depois a descer, em plena Serra da Lousã, até Casal Novo (500-550 m), que é uma das aldeias de xisto mais bonitas e mais bem conservadas do Município (Foto 57).

O núcleo central da aldeia está disperso ao longo das escadas (onde se encontra uma fonte fresca mesmo no Verão), que a atravessam e que terminam num espectacular miradouro.

Foto 57 - Casa de Casal Novo.

A partir de Casal Novo, junto à estrada de terra batida, tomando então a direcção Norte, volta-se a passar a Ribeira da Vergada antes de regressar ao Talasnal, outra aldeia tradicionalmente ocupada por povos serranos, onde se pode, mais uma vez, observar uma típica aldeia serrana e imaginar como seria viver em plena harmonia com a natureza (Foto 58).

Entre as espécies florísticas que se podem observar, destacam-se o Carvalho, Azinheira, Sobreiro, Castanheiro, a Cerejeira, entre outras. Nas zonas mais elevadas, tendo em conta a pobreza dos solos, predominam Urzes, Tojo, a Giesta e Carqueja. Em termos faunísticos, é possível observar aves como o Gaio, Cuco e a Carriça e ainda com algum cuidado e bastante silêncio, podem avistar-se alguns Veados (Foto 59).

Foto 58 - Aldeia de xisto do Talasnal (à esquerda e ao centro)

Foto 59 - Veados na Serra da Lousã.

PERCURSO CABRIL DE BAIXO / SARNADINHA

- Extensão › 13,63 km.
- Tipo › Linear.
- Declives › em análise.
- Grau de dificuldade › em análise.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Cabril de Baixo (Figuras 94 e 95).
- Fim do percurso › Sarnadinha.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › em análise.
- Nota: Este percurso também pode ser realizado a pé.

Figura 94 - Percurso BTT Cabril de Baixo/ Sarnadinha

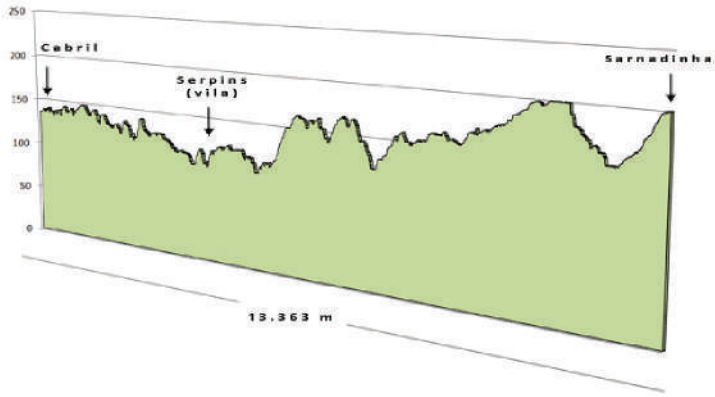


Figura 95 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Cabril de Baixo / Sarnadinha

Descrição: O percurso tem início na zona de Cabril de Baixo, percorrendo-se o caminho que segue de perto, o curso do Rio Ceira. Passa-se por Ribeira Cimeira, Ribeira Fundeira até chegar a Amiais, local onde se abandona o curso do rio, seguindo-se pelo caminho do Outeiro que vai dar à EN-552. Atravessa-se a Ponte na zona de Serpins e corta-se à esquerda para encontrar a via que vai dar a Alcaide (Foto 60).

Posteriormente, passa-se pela zona do Boque e, continuando a percorrer essa mesma via, atinge-se a Senhora da Piedade, local onde se atravessa a linha de comboio, seguindo o caminho que dará acesso à EN-553, perto da zona dos Verdões. Percorre-se essa estrada até ao momento em que se encontra a estrada que vai dar a Sarnadinha, no final do percurso.

É de salientar que este percurso pode ser feito em sentido inverso, ou seja, ter como ponto inicial a Sarnadinha (próximo da Vila da Lousã) e terminar no Cabril de Baixo.

Durante este trajecto existe a possibilidade de passar no aeródromo, podendo, numa fase de implementação deste projecto do Atlas Desportivo, efectuar a ligação à ciclovia municipal e ao circuito de manutenção. De seguida, passa na zona do Boque onde se pode praticar ou experimentar a Canoagem ou o Rappel (Foto 61). No final deste percurso, isto é, no Cabril, pode aproveitar-se para experimentar a Tirolesa, Ponte Himalaia e Paralelas, bem como a Canoagem.

Foto 60 - Ponte Romana de Serpins.

Foto 61 - Zona do Cabril

PERCURSO BTT RELVA FUNDEIRA / SARNADINHA (COM CARACTERÍSTICAS *DOWNHILL*)

- Extensão › 1,4 km.
- Tipo › Linear
- Declives › em análise.
- Grau de dificuldade › em análise.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Relva Fundeira (Figuras 96 e 97).
- Fim do percurso › Sarnadinha.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 12 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › em análise.

Figura 96 - Percurso BTT Relva Fundeira / Sarnadinha

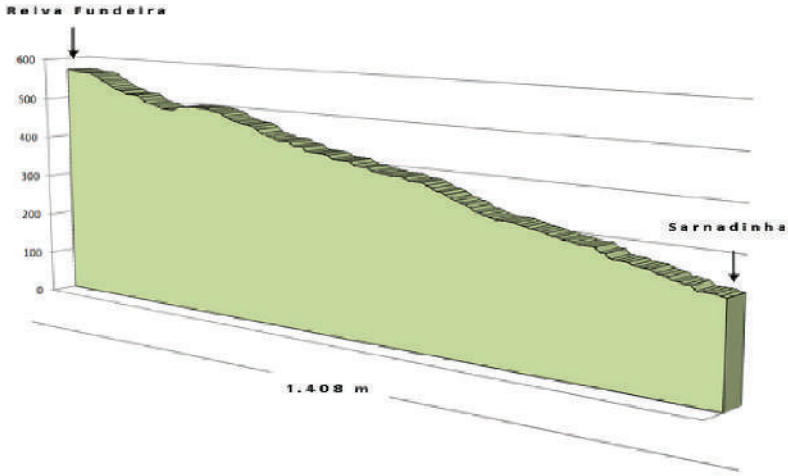


Figura 97 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Relva Fundeira / Sarnadinha

Descrição: O percurso (com características *downhill*) inicia-se em Relva Fundeira, a cerca de 570 m de altitude, segue-se descendo, sempre, até cerca dos 230 m, atingindo o final do percurso na povoação de Sarnadinha.

Neste particular e, uma vez que os percursos mais espectaculares se localizam num sector muito susceptível ao nível do impacto ambiental, existem três percursos alternativos (Figura 98), os quais não devem ter utilização permanente, funcionando, no essencial, como percursos de protecção ambiental.

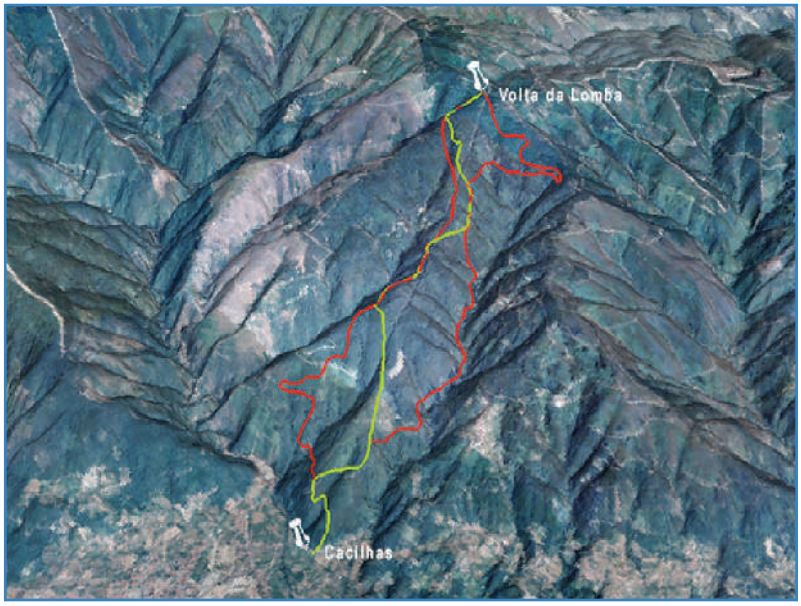


Figura 98 - Percursos BTT Alternativos.

Estes são os percursos BTT, que se encontram devidamente definidos e balizados para o território do Município da Lousã, contudo, no contexto deste tipo de actividade desportiva, no qual se recorre a uma bicicleta para poder realizar a prática desportiva, há que considerar a futura construção e instalação de ciclovias. Deste modo, a Lousã irá contemplar ciclovias urbanas (com alguns percursos alternativos), que serão definidos na parte seguinte do projecto, encontrando-se também equacionadas as Ciclovias de Cacilhas e de Vilarinho.

3.1.1.3. TT Motorizado

O todo-o-terreno é a actividade de passear fora de estrada e por terrenos acidentados, numa forma de descontrair e apreciar o território que se pretende conhecer. A maioria das actividades TT inserem-se no âmbito cultural e turístico, portanto, não têm qualquer carácter competitivo, com excepção das Provas de Orientação que se encontram integradas no Calendário da Federação Portuguesa de Todo o Terreno Turístico[29], de acordo com o seu regulamento específico. Deste modo, todas as actividades se encontram acessíveis a qualquer pessoa possuidora de um normal veículo de Tracção Total.

[29] *A Federação Portuguesa de Todo o Terreno Turístico foi criada a 17 de Abril de 1993, por iniciativa de 15 Clubes e entidades de todo o país, organizadoras de Passeios TT.*

Segundo a Federação Portuguesa de Todo o Terreno Turístico, a partir de 1985, verificou-se uma nítida separação entre o todo-o-terreno turístico ou de lazer (os designados Passeios) e o todo-o- terreno de competição.

Consideram-se Passeios ou Raides, as actividades destinadas a veículos 4x4 ou motos, de carácter turístico, cultural e de descoberta, e não existe qualquer tipo de competição ou classificação. Deste modo, não existem anotações de tempos, nem classificações e são recomendadas baixas velocidades e respeito pelos outros e, acima de tudo, pelo meio ambiente. Os seus percursos são definidos, regra geral, de modo a proporcionarem a descoberta de locais não acessíveis à generalidade dos veículos, utilizando-se, preferencialmente, trilhos e caminhos florestais. O **Todo-o- Terreno Turístico**, de lazer ou não competitivo é, deste modo, integrado no desporto de recreação, umas das vertentes da prática desportiva prevista na lei e, como tal, objecto de fomento e protecção (Foto 62). A sua prática, correcta e organizada, constitui também um factor cultural, que contribui para a formação da pessoa humana e para o desenvolvimento da sociedade.

Foto 62 - Todo-o-Terreno Motorizado Turístico.

O **Todo-o-Terreno de competição** é outra modalidade, com evidentes diferenças, pois nela participam pilotos e máquinas especialmente preparadas para o efeito (Foto 63). E integram-se num Campeonato Nacional, cumprindo regras típicas da competição desportiva automóvel (classificações, prémios, etc.).

No seio da Federação Portuguesa de TT coexistem, actualmente, estas duas modalidades dado que, a partir de 2002, assumiu a organização do Campeonato Nacional de Orientação e Trial, dirigido a viaturas 4x4.

O lema "Amigos da Natureza, Amigos do Ambiente", transformou-se recentemente em protocolo com o Instituto de Conservação da Natureza, o que vem confirmar a preocupação desta Federação em praticar a modalidade com espírito "verde" e amigo do ambiente. São estas características que justificam o enorme apoio das autoridades públicas, nomeadamente das Autarquias e Regiões de Turismo, que frequentemente solicitam aos associados desta Federação, a organização de passeios como forma de divulgação das suas potencialidades.

É de salientar que em 1995 se realizou o maior evento TT de sempre em Portugal, nomeadamente a 1ª Concentração Nacional, na Vila da Lousã, na qual se reuniram mais de mil praticantes da modalidade.

Utilizando um veículo TT (Jipes ou motos 4 X 4) pode fazer-se um passeio (todo o terreno turístico) pela magnífica Serra da Lousã, onde será possível observar as paisagens que a caracterizam, passando por algumas das aldeias serranas anteriormente mencionadas. Sendo este

percurso realizado em veículos de todo-o- terreno, deverá decorrer em estradas de terra batida ao longo das encostas e vales da zona xistosa da serra e, também, embora só em circunstâncias pontuais e devidamente enquadradas, em percursos (trilhos) de caminhos de terra e de pedra. As variações da vegetação, a passagem por ribeiros que descem das encostas e a fauna selvagem ainda observável, são aspectos que elegem como única esta actividade.[30]

Equipamento necessário: *Jipe (veículos todo-o-terreno), motos (veículos todo-o-terreno), moto 4x4 (veículos todo-o-terreno), correntes para a neve, guincho, lanterna, macaco de elevação (hi-lift), mala de ferramentas, mapas, cartas, roteiros ou topoguias e placas desatascadoras, outro equipamento de orientação e "road-book".*

No caso dos percursos TT do Município da Lousã, é ainda de salientar o facto da sua exploração empresarial ser já uma realidade no momento anterior à própria elaboração do Atlas Desportivo, sendo o seu traçado da inteira responsabilidade das empresas envolvidas na sua exploração.

Por ser mais agressivo para o meio natural, no percurso que atravessa as áreas mais sensíveis, tem forçosamente de ser equacionada a sua deslocalização de forma a minimizar os impactes negativos e, nesse sentido, surge a obrigatoriedade de um melhor e mais cuidado planeamento das actividades, o qual, ao contar com o precioso auxílio da plataforma dinâmica, vai permitir de imediato definir novos trajectos. Tendo em consideração a perturbação à vida animal que esta actividade implica, deverá também ser equacionada a sua prática apenas durante o dia e com limite de velocidade (de modo a evitar também acidentes com animais), embora toda esta regulamentação deva ser efectuada em função dos objectivos da Autarquia, das empresas e das diferentes instituições que tutelam estes espaços.

Foto 63 - Todo-o-Terreno Motorizado de Competição.

[30] *É recomendável que se faça o passeio, no mínimo, com duas viaturas para haver apoio mútuo e constante. Deve consultar-se sempre a legislação portuguesa, porque há limitações jurídicas na utilização de viaturas 4x4 fora de estrada. É preciso ter também em atenção as zonas que não estejam devidamente assinaladas porque podem encontrar-se no quadro das anteriormente integradas como zonas protegidas. Deve levar-se água e combustível suficiente, pois poderá não existir a hipótese de reabastecimento. Algo, no entanto, que deve ser de imediato assinalado, no que se refere aos Veículos Todo o Terreno, é o facto se ser obrigatório circular sempre dentro de trilhos predefinidos, respeitando o ambiente e a natureza.*

PERCURSO TT - VÉRTICES GEODÉSTICOS

- Extensão › 32 km.
- Tipo › Linear
- Declives › em análise.
- Grau de dificuldade › em análise.
- Duração › em análise.
- Início do percurso › Cacilhas (Figura 99).
- Fim do percurso › Senhora da Candosa.
- Faixa etária recomendada › Maiores de 18 anos até cerca de 60, consoante a condição física.
- Período recomendado › Todo o ano.
- Notas: Para o percurso motorizado recomenda-se uma paragem para uma refeição na Serra e deve contar-se, no mínimo, com uma duração de 5 horas.[31]

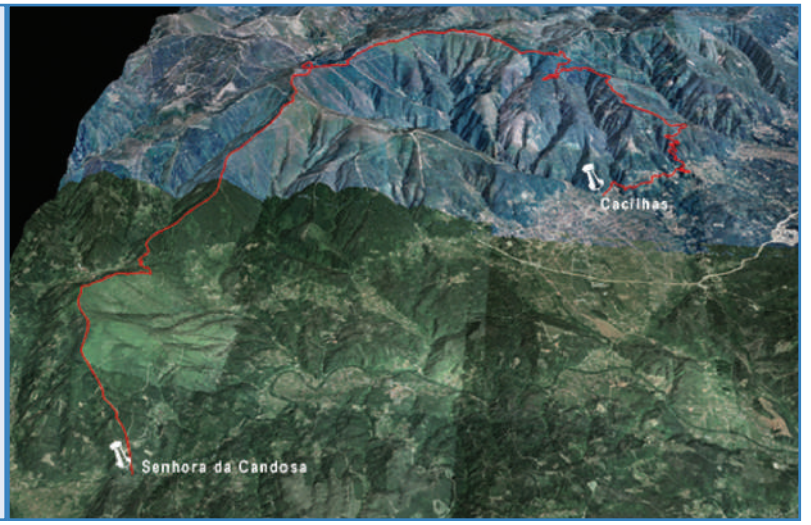


Figura 99 - Percurso TT - Vértices Geodésicos

Foto 64 - Zona de Vale Pereira da Serra.

Descrição: Partindo de Cacilhas e passando o estradão florestal que conduz às Hortas e por Vale Maceira, segue-se em subida ligeira em direcção a Levegadas. Logo após a Escola Primária (num largo com um fontanário), vira-se numa rua à esquerda num ângulo de 180º. Inicia-se a subida que leva ao desvio para Vale Pereira da Serra (Foto 64), virando aqui à direita, onde surge o Vértice Geodésico do Pessegueiro (709 m).

Esta é uma área de Pinheiro-bravo com vistas sobre as cotas mais elevadas da Ribeira da Fórnea. Segue-se sempre em frente passando sob a linha dos postes eléctricos, pelo Cabril e Tanque do Cabril.

Na encosta oposta podem observar-se as aldeias do Gondramaz (630 m) e do Galhardo (400 m). Ao longe e assinalado por um posto de vigilância de incêndios, vê-se uma elevação chamada Relva de Tábuas (940 m). Seguindo viagem, depois do Tanque do Cabril, encontra-se uma bifurcação onde se tem uma alternativa, à direita, o caminho mais directo aos pontos mais altos da serra e, à esquerda, uma estrada que atravessa uma área florestada que se aconselha aos que pretendem observar formações arbóreas.

Desemboca-se numa estrada florestal mais larga onde se vira à direita. Brevemente aparecerá um cruzamento onde se opta pelo caminho da esquerda

[31] *Este percurso pode também assumir um carácter pedestre, embora seja efectuado em ritmo de passeio contemplativo, deverá ser equacionado para dois dias. Isto implica dormida no espaço serrano a uma altitude significativa, pelo que é necessário ter presente as infra-estruturas de abrigo existentes.*

que irá dar à EN-236. Segue-se à direita e cerca de 50 m mais a frente à esquerda, que levará a uma subida para o Vértice Geodésico do Espigão (951 m). Após passar este vértice, utiliza-se a mesma via até atingir a EN-236, que se percorre e posteriormente abandona, pouco depois do marco do km 28, onde se irá encontrar o caminho que leva até ao Vértice Geodésico do Candal (1062 m). Passa-se depois por Selada das Poças (junto ao limite do Município) e, mais à frente, por Cavalete (já fora do limite), até se atingir a zona do Castelo do Trevim, o ponto mais alto da Lousã com 1204 m (Foto 65).

Continua-se a percorrer a via que segue junto ao limite do Município, passando pelo Posto Retransmissor da R.R., e atravessa-se a Zona do Lombo, em território do Município de Góis.

O percurso continua seguindo a estrada, junto ao limite do Município, mas no lado pertencente a Góis, até se atingir o Vértice Geodésico do Mouro (766 m). Depois segue-se para Fonte Sobreira, Portela de Albergaria (junto à Casa de Guarda Florestal, que marca inicio da Mata do Sobral) até ao Vértice Geodésico de Sacões (601 m). Daí segue-se pela via coincidente com o limite de Município, a qual se utiliza até ao final do percurso, no topo do monte onde se encontra a Capela da Senhora da Candosa.

Nesta parte final do percurso e, ao longo de 7 km, é de referir que se passa por meio de Sobreiros, Medronheiros, alguns Carvalhos-alvarinhos e Pinheiros Mansos. As vistas abrem-se para as encostas das Serras da Lousã e de Sacões.

É de salientar que o percurso pode ser realizado em sentido oposto e, apesar de ser feito, maioritariamente, por Jipe, tem um pequeno troço que pode ser feito a pé. Esta alternativa para percurso pedestre encontra-se em Vale de Pereira da Serra seguindo o percurso de regresso até Cacilhas.

Para os que pretenderem efectuar um percurso um pouco menor, podem sempre começar em Cacilhas e após passar o Trevim, virar numa bifurcação à esquerda, em direcção ao Vértice Geodésico da Ortiga. Assim sendo, o percurso de TT, irá terminar em Varanda da Gevim.

A vantagem de fazer o percurso mais extenso é a de se poder observar uma paisagem magnífica, em especial na zona de Ponte de Sótão e, aquando da chegada ao Cabril, ter ainda a possibilidade de praticar alguns dos desportos aventura que aí são possíveis de realizar.

Foto 65 - Vista do Trevim.

3.1.1.4. Canoyning

A actividade de *canoyning* consiste na exploração de uma furna escavada por um curso de água, esculpindo no relevo cascatas, vales e montanhas. Para explorar a garganta ou o *canyon* - daí a designação de *canoyning* -, utilizam-se as técnicas de *rappel* e saltos para a água, em que os praticantes

descem rios, ribeiros e cascatas de diferentes alturas (Foto 66). Esta é uma actividade que exige alguma preparação prévia.

Equipamento necessário: *cabo para auto-segurança, mosquetões, roupa e luvas de neoprene, roupa interior térmica, capacete, botas de neoprene com sola reforçada ou botas resistentes à água, arnês, fitas tubulares, fita de absorção de impactos, malha rápida, cordas estáticas (9 mm) com "dry treatment", grampos, canivete, kit de primeiros socorros, lanterna, isqueiro ou fósforos, mochila estanque (impermeável), manta térmica, apito, entre outros.*

Foto 66 - Prática de *Canoying*.

No caso do Município da Lousã, esta actividade tem vindo a ganhar um número cada vez maior de praticantes (que chegam de muitos territórios vizinhos como Coimbra, Leiria e Viseu), sendo que a prática desta actividade se realiza, preferencialmente, na Serra da Lousã.

3.1.1.5. Orientação

A Orientação é um desporto que se concilia com o lazer, num espaço que proporciona um permanente contacto com a Natureza. Esta prática pode ser definida como uma actividade de ar livre exercida em terreno de modulado variável, com mais ou menos vegetação, consistindo na realização de um percurso assinalado numa carta e materializado no terreno por prismas triangulares (balizas), que os praticantes terão de efectuar pela ordem estabelecida.

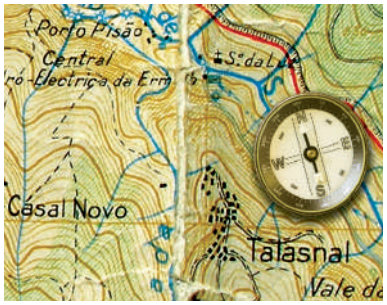


Foto 67 - Orientação e instrumentos necessários.

No local de partida, cada praticante recebe um mapa onde estão marcados as "balizas" (prismas de cores laranja e branca), que se encontram devidamente acompanhadas de um sistema que comprova a passagem por cada ponto. A escolha do itinerário, entre cada ponto de controlo, é uma opção do próprio praticante. Cada ponto é, deste modo, uma meta e, simultaneamente, a partida para um novo desafio. A velocidade de movimento deve ser acompanhada pela capacidade de raciocínio para ler o mapa e interpretar a relação mapa/terreno, ponderar sobre as várias opções de itinerário e decidir a melhor estratégia.

A Orientação pode ser praticada em quatro diferentes disciplinas: Orientação Pedestre, Orientação em BTT, Orientação em *Ski* e *Trail Orienteering*, esta última prioritariamente para deficientes motores. Para além destas disciplinas, podem também ser organizadas provas de Orientação a cavalo ou em canoa, entre outras. As provas de Orientação são, regra geral, realizadas durante o dia, contudo, há também provas nocturnas com grande adesão por parte dos participantes. O terreno "tradicional" para a prática desta modalidade deverá ter muitos pormenores do relevo, possuir a floresta

limpa e pouca vegetação rasteira. No entanto, a Orientação pode ser praticada em qualquer lugar desde que exista um mapa dessa área.

Equipamento necessário: *balizas de orientação, alicates, bússola, cartas de orientação (cartas topográficas) ou road-book figurativo, curvímetro (útil para medir distâncias nas cartas topográficas), altímetro (proveitoso em terrenos montanhosos para determinar a altitude), pedómetro, ou conta-passos (relevante para estimar as distâncias percorridas), GPS e calçado desportivo apropriado.*

Esta é uma das actividades com maior possibilidade de ser praticada no Município, embora não exista local específico para a sua realização. Para tal, torna-se necessário, definir previamente os "Estádios" (Foto 67). É de salientar que estas provas de orientação devem ter sempre em linha de conta a legislação existente, de modo a garantir a protecção ao meio natural e, neste sentido, cabe aos organizadores e responsáveis pela sua prática no Município, os devidos esclarecimentos aos interessados.

3.1.1.6. *Paintball*

O *Paintball* é um jogo cheio de energia, a alta velocidade, com a adrenalina à flor da pele, existindo desde meados dos anos 80 (anos 90 em Portugal) e tem vindo a desenvolver uma boa reputação como um dos desportos mais seguros (Foto 68). Além de ser divertido, é também óptimo para aliviar o stress. O *Paintball* é um jogo no qual duas equipas simulam uma guerra, usando armas carregadas com balas que soltam tinta ao atingir o adversário. Com mais ou menos ênfase, todos as pessoas possuem uma vertente de auto-defesa, sobrevivência ou de guerrilheiro.

Sem pretender ser um jogo essencialmente bélico, o *Paintball* vai permitir às duas equipas, através de um confronto directo, delinear estratégias de ataque e de defesa, de forma a defender o seu campo e, simultaneamente, atacar o do "inimigo". Cada jogador recebe a sua "arma" (marcador), a sua máscara de protecção e o resto do equipamento adequado à prática do "*Paintball*", do qual também fazem parte as bolas de tinta que, quando disparadas, vão marcar com uma mancha o opositor.

Embora existam diferentes formatos de jogos, o mais amplamente divulgado é o da "Caça à Bandeira", que normalmente se joga com um grupo de 5 a 10 jogadores, divididos em 2 equipas e onde o objectivo é capturar uma bandeira da equipa adversária, ao mesmo tempo que protege a sua, ou então eliminar por completo os jogadores adversários. Durante este processo, tenta-se afastar os adversários do jogo disparando, com um marcador especial de CO_2 ou ar comprimido, pequenas bolas de tinta.

Foto 68 - Prática de *Paintball (em cima e em baixo)*.

Equipamento necessário: *marcador (designação dada à arma) com botija de ar comprimido e carregador, bolas bio-degradáveis (bolas de gelatina com tinta de origem vegetal, lavável), amobox (caixa das bolas), borboleta (para tapar o cano do marcador como medida de segurança), máscara e/ou óculos de protecção facial, protecção para o pescoço e, eventualmente, uma protecção para o peito e de joelhos, luvas, roupa confortável e botas de sola aderente própria para campo.*

Pode ser realizado num terreno aberto, e as casas em ruínas poderão ser um óptimo espaço para a prática desta modalidade. No caso da Lousã, pode praticar-se, entre muitos outros espaços, na zona do Aeródromo e no Terreiro das Bruxas, que apresentam condições excepcionais para tal.

Foto 69 - Prática de Rappel (em cima e em baixo).

3.1.2. ESTRUTURA DE PAREDE DE ROCHA

As actividades terrestres também podem ser realizadas em estrutura de parede de rocha, destacando-se, neste caso, a escalada e também as actividades de *rappel* e slide (anteriormente descritas como actividades praticadas em estrutura todo-o-terreno).

3.1.2.1. *Rappel*

Técnica originária dos Alpes que permitirá aos alpinistas a descida dos picos mais altos ou das escarpas mais abruptas, utilizando para o efeito apenas uma corda que se encontra segura ao topo da encosta que se vai descer (Foto 69). Deve usar-se também material que permita controlar a velocidade e a segurança.

Actualmente, com a evolução dos processos e, principalmente, dos materiais, o *rappel* passou a ser uma técnica ao alcance de todos, desde que cumpridas as regras de segurança indicadas e utilizando os equipamentos adequados. Apesar do controlo da descida ser efectuado pelo executante, mesmo em situações de iniciação ou com pessoas pouco experientes, é sempre possível efectuar o controlo e segurança do exterior por um monitor, tornando assim esta prática perfeitamente segura.

Existem três tipos de *rappel*, o suspenso, o vertical e o inclinado e pode ser praticado em estrutura de todo o terreno ou em parede de rocha. Existe também uma grande variedade de técnicas de *rappel*, desde as mais simples, sem nenhum equipamento especial, até ao *rappel* mais sofisticado, usando equipamento diversificado.

Equipamento necessário: *"corda estática" ou fixa, com um diâmetro de cerca de 10-11 mm (a corda é usada para servir de segurança, uma vez que a sua elasticidade permite absorver um pouco a força de uma queda acidental), descensores, shunts, capacetes de protecção, luvas, arnês, mosquetões, "oitos", etc.*

Na Lousã, a prática do *Rappel* pode ser realizada com segurança na zona de **Serpins**, mais concretamente na ponte dos caminhos-de-ferro, na zona do **Boque** e no **Miradouro da Levada** (parede natural localizada junto a uma levada de água na Serra), bem como no **Cabril**.

3.1.2.2. Slide

É, originariamente, uma técnica militar, que consiste em deslizar de um ponto elevado até ao nível do chão, através de um cabo de aço, onde apenas as mãos estão seguras à roldana que efectua o deslizamento (Foto 70). Para além de perfeitamente seguro e testado, a realização desta acção não obriga a nenhuma preparação física especial, sendo a desaceleração final controlada do exterior através de travadores adequados. Este é, muito mais, um teste à capacidade de decisão do que propriamente às qualidades físicas, onde o factor psicológico é determinante.

Equipamento necessário: *roldanas, cabo de aço com alma de aço de 11,5 mm de espessura e de comprimento variável, material de protecção pessoal, arnês, mosquetões, etc.*

Foto 70 - Prática de Slide (em cima e em baixo).

Não existe no Município da Lousã qualquer local específico para prática desta modalidade, contudo pode ser efectuada, um pouco na sequência do que se tem verificado, quer na parede da Nossa Senhora da Piedade, quer no sector do Cabril.

3.1.2.3. Tirolesa

Técnica extremamente simples de realizar, consistindo na possibilidade de um praticante ultrapassar superiormente um obstáculo natural, suspenso numa corda (Foto 71). É normalmente utilizada para passar sobre rios ou ribeiros, ligar o topo de escarpas ou superar profundos desfiladeiros e "gargantas" estreitas. Ao executante apenas é pedido que se deixe deslizar suspenso na corda (quando a tirolesa é oblíqua descendente), ou que se desloque com o auxílio da tracção das mãos quando o sistema a isso obrigar.

Equipamento necessário: *cordas, mosquetões, expressos, baudrier ou arnês, descensor (oito), cordeleta; gri-gri, fitas e roldanas.*

No caso da Lousã, a Tirolesa, juntamente com as modalidades de Ponte Himalaia (percorrer a corda em pé apoiado em duas cordas ao mesmo nível, uma para cada mão; a terceira serve de apoio para os pés) e Paralelas

(duas cordas, a inferior para os pés e a superior para as mãos), pode ser praticada na zona do Cabril.

3.1.2.4. Escalada

A escalada integra-se nas actividades com cordas que podem ser praticadas em parede de rocha, mas também no sub-solo (Foto 72). Quando surgiram, estas actividades com cordas, serviam apenas para complementar outras modalidades ou como instrumento em acções de formação vivencial ou incentivo outdoor. Hoje, devido ao elevado número de participantes, tornaram-se claramente independentes.

Foto 71 - Prática de Tirolesa.

Apesar de pouco praticada em Portugal, a escalada é uma actividade que não deixa ninguém indiferente. O acto de trepar remonta às origens do Homem, mas só nos anos oitenta do século XX, a escalada é entendida como um desporto. Apesar do termo alpinismo se aplicar à actividade de escalada em muitas regiões do Globo, em Portugal, esta actividade é conhecida também por montanhismo.

O objectivo geral da escalada é o de conseguir ascender por superfícies quase verticais, em gelo, rocha ou paredes artificiais construídas para a prática desportiva. É uma actividade de muito esforço, concentração, capacidade de resistência, controlo mental, conhecimento e controle corporal, bem como uma boa capacidade de visualização para movimentos sequenciais. Requer apenas uma pequena base de formação teórica prévia, antes de começar a actividade propriamente dita.

Foto 72 - Prática de Escalada em Parede de Rocha.

As técnicas de escalada em rocha desenvolveram-se mais tardiamente em relação às técnicas de neve. Por outro lado, a escalada em rocha, tem-se expandido para além do "terreno de jogo" montanhoso, praticando-se, cada vez mais, em falésias (onde a escalada desportiva atrai grande número de adeptos), em blocos (designando-se *bouldering*) e edifícios ou muros de escalada (*buildering*).

Esta actividade divide-se em dois grandes grupos: a escalada clássica e a desportiva. A escalada clássica pratica-se em grandes paredes rochosas e exige um profundo conhecimento de todas as técnicas associadas a esta actividade. Os praticantes têm que percorrer várias etapas de aprendizagem, pois esta prática requer grande maturidade de conhecimentos que só se adquirem ao longo do tempo. A prática da escalada permite um contacto único com a natureza, já que as grandes paredes se encontram normalmente em espaços naturais[32].

Equipamento necessário: *capacete, pés-de-gato, arnês de cintura, eventualmente arnês de peito, oito mosquetões com seguro, expresses, uma corda de 55 a 60 m de comprimento e de 10 a 10,5 mm de espessura, cordeletas, fitas, martelo, pitões, entaladores, friends, magnésio e saco.*

Esta modalidade pode ser praticada em diversos locais da Serra da Lousã, não existindo um específico. Contudo, tem vindo a ser utilizado pelos praticantes a parede natural junto ao Castelo da Lousã e Ermidas da **Nossa Senhora da Piedade** (em plena Serra da Lousã), assim como no Cabril.

3.1.3. ESTRUTURA EM ÁREAS PLANAS

Muitas actividades terrestres podem ser praticadas em áreas planas. Na realidade, a sua realização está dependente da existência de planícies no território. Nesta condição encontram-se as actividades de tiro com besta ou arco e a marcha.

3.1.3.1. Tiro com besta ou arco

Esta é uma prática ancestral que se transforma em modalidade desportiva olímpica a partir de 1972 (Foto 73). Esta actividade requer e desenvolve grande capacidade de concentração e pontaria, autoconfiança, precisão do gesto e economia de movimentos. Implica boas condições físicas, imprescindíveis para conseguir o equilíbrio adequado entre as várias partes do corpo que intervêm na execução do disparo. A modalidade de tiro com arco, habitualmente praticada em certas provas nacionais, varia entre o **tiro olímpico** e o **tiro de caça**. Pratica-se em zonas abertas, podendo ou não conhecer-se a distância a que se encontram os alvos.

Foto 73 - Prática de Tiro com Arco.

[32] *As escaladas de falésia são vistas hoje em dia numa perspectiva de treino ou lazer. Os montanhistas praticam lá a chamada escalada livre (free climbing) e a autoprotecção (colocação de pontos seguros) a fim de atacarem vias rochosas em montanha ou alta montanha. Uma outra variante da escalada livre é a escalada limpa ou ecológica (clean climbing), nela utilizam-se apenas autoprotecções com seguros que não danifiquem as rochas: vias abertas e entalador. Em escalada desportiva (outra variante da escalada livre) procuram-se as altas cotações ao longo de vias curtas (geralmente 20 a 30 metros de altura ou raramente ultrapassando os três largos), equipados com seguros fixos (spits, pernes, ou tiges) e, por vezes em situações extremas, as expresses, colocadas previamente. A escalada desportiva surgiu pela falta de competitividade na escalada clássica, levando a que alguns praticantes, com espírito de competição, a desenvolvessem. É praticada em paredes artificiais construídas dentro ou fora de pavilhões desportivos, com artefactos próprios para essa finalidade. Estas paredes servem, também, para o treino e preparação física dos que praticam escalada clássica.*

Equipamento necessário: *Arco/besta, flechas, dedeira, braçadeira, peitoral, aljava e alvo.*

No caso da Lousã, esta actividade pode praticar-se no **Terreiro das Bruxas** ou em diversos **Campos de Futebol do Município**, embora o chamado tiro de caça com "besta" possa ser realizado em praticamente todo o sector da Serra da Lousã.

3.2. ACTIVIDADES DESPORTIVAS AQUÁTICAS

Como foi oportunamente referido, as actividades desportivas podem ser realizadas em suporte aquático, subdividindo-se, segundo a classificação apresentada (Quadro 24), em três diferentes tipos de estruturas: ondas, águas calmas e águas bravas.

3.2.1. Estrutura de Águas Calmas

No quadro das actividades desportivas aquáticas, as que são possíveis de praticar no Município da Lousã associam-se à estrutura de águas calmas, uma vez que não se encontram condições para a realização de actividades em estruturas de ondas e de águas bravas. Neste sentido, destaca-se, no Município, a prática da canoagem.

Foto 74 - Prática de Canoagem em Águas Calmas (em cima e em baixo).

3.2.1.1. Canoagem

É uma modalidade desportiva ligada à natureza onde está presente a aventura e a sobrevivência entrando como obstáculos, as rochas e árvores, algumas ondas e turbulência, velocidade, largura, profundidade e temperatura da água, entre outros (Foto 74).

Simultaneamente, na sua prática, não se desprezam as vantagens geradas pela actividade desportiva, uma vez que nesta modalidade, os esforços empregados em "passeios" de longa distância, trazem enormes benefícios ao sistema cardio-pulmonar, requerendo dos praticantes um bom nível de aptidão física. Isso implica a manutenção de hábitos de vida saudáveis, tanto no campo alimentar, como em outras actividades físicas complementares.

Os locais onde esta modalidade pode ser desenvolvida são os mais diversos: rios, represas, lagos, mares e oceanos (para os mais destemidos e experientes).

Deve escolher-se a embarcação mais apropriada para a situação a ser enfrentada. Deste modo, a canoa canadense, para águas abrigadas (rios, represas, lagos), é uma boa opção. Não é tão rápida quanto o caiaque (kayak), mas possui uma capacidade imensamente superior para o transporte de carga.

Equipamento necessário: *canoas, pagaia, calções de banho, calças de fato de treino ou de lycra e uma T-shirt de cor clara no Verão, fato de neoprene, camisola de lã, casaco e calças impermeáveis e leves no Inverno, sapatilhas, sapatos de vela ou botas de neoprene, capacete de segurança, colete-de-salvação, luvas, chapéu, óculos de sol e creme de protecção solar; alimentos e bebidas.*

No caso do Município da Lousã, a sua prática pode ser realizada ao longo do rio Ceira, num percurso que deve obedecer às regras de segurança desta actividade. Destacam-se duas zonas com boas condições para a prática desta modalidade, a zona do **Boque** e a do **Cabril**. Contudo, deve ser referido que, só quando o caudal é mais significativo é que se torna possível a descida do rio Ceira.

3.3. ACTIVIDADES DESPORTIVAS AÉREAS

Como foi referido anteriormente, a prática de actividades desportivas pode ser realizada em suporte aéreo, e de acordo com a classificação apresentada (Quadro 24), inclui-se apenas a estrutura natural.

3.3.1. Estrutura Natural

As actividades desportivas aéreas, em estrutura natural, que se podem praticar no Município da Lousã são preferencialmente as de Asa Delta, Parapente e Balonismo.

3.3.1.1. Asa Delta

O praticante desta modalidade faz o salto de uma rampa colocada no alto de uma montanha (Foto 75), preso ao cinto de uma asa delta, e plana suavemente procurando correntes de ar quente ascendentes (conhecidas como térmicas). Depois retorna para um local próximo, normalmente um descampado, no sopé da mesma montanha de onde se partiu.

Existe, também, o designado voo "*cross country*", que começa numa cidade e termina noutra ou num local distante do ponto de descolagem. Para os praticantes, a emoção do voo está em usar as forças da natureza (térmicas, ventos, nuvens) para ser transportado a grandes alturas.

Para fazer Asa Delta deve saber respeitar a natureza e os seus elementos, pois, muitas vezes, praticar-se-á a 2 mil metros de altura, desafiando a todo momento a natureza. Terá também que saber reconhecer quando as condições meteorológicas não estão propícias para o voo e terá, ainda, que conhecer os seus limites.

Foto 75 - Prática de Asa Delta (em cima e em baixo).

Equipamento necessário: *asa delta, arnês com protecção dorsal, pára-quedas de segurança, capacete, luvas, botas com protecção de calcanhar, fato de voo; ventímetro, manga (para ver a direcção do vento), variómetro (para saber a altura e a taxa de subida e descida), altímetro, GPS e bússola.*

No Município da Lousã, embora não exista um local específico para a sua prática, a descolagem pode fazer-se, por exemplo, no Cabeço da Ortiga (928 m de altitude), existindo um terreno próprio para a aterragem em Vilarinho, localizado perto da Igreja Matriz.

3.3.1.2. Parapente

É um desporto sobretudo de grande calma e contemplação que, proporcionando horas de descontracção, permite desfrutar das paisagens noutra perspectiva, esquecendo todo o stress quotidiano (Foto 76). Para voar necessita de um desnível, praticando-se, frequentemente, ou nas falésias ou na montanha, ou seja, os voos têm início numa encosta ou falésia, assegurando a sustentação assim que se ganha velocidade, após se ter descolado através de uma ligeira corrida no solo. O espaço, o vento e a variação de posição, colocam-no, constantemente, numa situação que requer uma multiplicidade de aptidões e uma perfeita coordenação dos reflexos.

Foto 76 - Prática de Parapente.

Para se praticar esta modalidade, é necessário tirar um curso de formação com um instrutor credenciado, pois implica ter profundos conhecimentos das regras de pilotagem e de meteorologia. Deve saber-se observar o céu e interpretar o desenvolvimento das nuvens e a velocidade do vento. A juntar a isso, deve evitar-se deslocar e voar em condições climáticas adversas, ser prudente e cauteloso, de forma a não se cometerem erros provocados por um excesso de confiança. Deve utilizar-se equipamento técnico adequado ao nível de conhecimento de cada um, evitar voar sozinho, respeitando as regras das prioridades em voo, e por fim, certificar-se que tem apoio de comunicação via rádio com a equipa em terra.

Equipamento necessário: *asa de parapente33, cadeira, arnês com protecção dorsal, pára-quedas de segurança, de emergência, capacete, botas de cano alto com protecção de calcanhar, fato de voo, luvas, ventímetro (para medir a velocidade do vento), manga (para ver a direcção do vento), variómetro (para saber a altura e a taxa de subida e descida), anemómetro e bússola.*

Tal como na prática de Asa delta, também na modalidade de Parapente, a descolagem pode ser feita no Cabeço da Ortiga, e a aterragem pode efectuar-se em Vilarinho, em campo próprio para o efeito.

3.3.1.3. Balonismo

O Balonismo pode ser praticado de 2 formas: em balão cativo, ligado a terra através de cabos ou em voo livre (Foto 77). As condições para a realização de voos cativos ou livres estão reunidas em quase todo o território nacional.

Um balão é uma grande bolsa de ar quente que se desloca ao sabor do vento, das correntes atmosféricas, razão pela qual não se efectuam voos quando já se formaram correntes térmicas e/ou a velocidade do vento é superior a 10 km/h. Em situação contrária encontra-se a referida modalidade de Parapente, pois esta aproveita essas correntes térmicas.

Equipamento necessário: *o equipamento é composto pela barquinha, envelope, queimadores, garrafa de gás propano e instrumentos de voo. Implica o uso de roupas quentes, devido ao arrefecimento da temperatura com a altitude.*

Foto 77 - Balonismo.

No Município da Lousã, não existe sítio específico para a prática destas modalidades, no entanto podem ser realizadas nas diversas planícies existentes.

Pelo exposto e tendo em linha de conta a riqueza dos espaços naturais, pode concluir-se que existem diversas actividades desportivas de aventura que podem ser praticadas no Município da Lousã. Contudo, verifica-se uma clara preferência pelas actividades realizadas em suporte terrestre, nomeadamente as que se desenvolvem em estrutura todo o terreno. Neste sentido, destacam-se o Pedestrianismo, o BTT e o TT motorizado (em que qualquer uma das actividades apresenta um conjunto de percursos devidamente definidos e balizados).

[33] *As asas apresentam três a cinco tamanhos em função do peso dos pilotos e sob diversos perfis. Existem três grandes tipos de asas: as standards (aconselhadas para escola e saída de escola), as performances (para pilotos que tenham dois ou três anos de voo e pretendam evoluir) e as de competição (reservadas aos muito experientes). A* ***Associação de Construtores de Parapentes e Ultraligeiros (ACPU)****, que engloba quase todos os países da Europa, garante a qualidade das asas. Três ou quatro bandas de cada lado da asa unem, através de mosquetões, a cadeira aos vários fios suspensores. A cadeira também designada "sellete", ou "arnês", é onde o piloto vai instalado. Deve ter cintas de segurança cruzadas ou ABS e protecção dorsal, rígida ou em airbag, com ou sem bolsa de pára-quedas. O pára-quedas de emergência está acoplado à cadeira.*

No que respeita às actividades aquáticas, no Município podem apenas praticar-se as que se desenvolvem em estrutura de águas calmas, mais especificamente a canoagem.

No caso das actividades aéreas, destacam-se as que podem ser realizadas em estrutura natural, sendo as mais comuns no Município, a Asa Delta, o Parapente e o Balonismo.

As actividades desportivas de aventura assumem-se assim como primordiais nos tempos modernos, dada a necessidade de fuga ao stress e ao sedentarismo e a procura de modalidades diferentes. Neste sentido, o Município da Lousã adquire um especial destaque, atendendo ao número e à diversidade de actividades que se podem praticar no seu território.

F. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

O direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade, sendo que a criação e a generalização do associativismo desportivo são apoiadas e fomentadas pelo Estado a todos os níveis, designadamente nas vertentes de recreação e do rendimento. Mas quando se fala em associativismo desportivo em Portugal, há que ter em consideração que é um processo relativamente recente, que tem as suas origens no chamado associativismo popular de meados do século passado, o qual, por seu turno, encontrou as suas origens no associativismo das ordens religiosas. É assim no associativismo popular que se encontra o modelo de referência para o associativismo desportivo tendo ambos duas características em comum: o carácter filantrópico e a juventude (Oliveira, 2006).

A organização privada do desporto em Portugal tem vindo a assumir um papel fundamental no desenvolvimento da prática desportiva, contribuindo de modo efectivo e nunca questionado para o desenvolvimento desportivo e global dos Municípios portugueses. Esta organização enquadra, portanto, o designado Movimento Associativo o qual, por sua vez, integra os clubes desportivos, as sociedades desportivas e as federações desportivas. Estas federações, associações e clubes desportivos são apoiados pelo Estado, nos termos previstos por Lei, atendendo à respectiva utilidade social.

De acordo com o Decreto-Lei nº 30/2004 de 21 de Julho, artigo 18º, entende-se por **Clube Desportivo** *a pessoa colectiva de direito privado cujo objecto seja o fomento e a prática directa de actividades desportivas e que se constitua sob forma associativa e sem intuitos lucrativos, nos termos gerais de direito*. Os clubes são entendidos como organizações desportivas de crescente importância económica, social e política.

Já as **Sociedades Desportivas**, recentemente implantadas *são as pessoas colectivas de direito privado, constituídas sob a forma de sociedade anónima, cujo objecto é, nos termos regulados por diploma próprio, a participação em competições profissionais e não profissionais, bem como a promoção*

e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada dessa modalidade (artigo 19º).

Por sua vez, as **Federações Desportivas** são as pessoas colectivas de direito privado que, englobando praticantes, clubes, sociedades desportivas ou agrupamentos de clubes e de sociedades desportivas, se constituam sob a forma de associações sem fins lucrativos [34] (artigo 20º).

Considera-se que as Federações Desportivas são entidades fundamentais na coordenação organizativa das várias modalidades, e que conjuntamente com os clubes e as associações configuram o Movimento Associativo, embora no caso do Município apenas se registe a presença de clubes e associações desportivas.

Por seu turno, é de salientar que a **Confederação do Desporto de Portugal** congrega e representa as diferentes federações desportivas existentes a nível nacional, tendo como escopo principal a promoção do associativismo desportivo e a promoção da prática desportiva a nível nacional (artigo 27º do DL nº 30/2004).

São também de ter em linha de conta as Associações Promotoras do Desporto (APD), assim designadas pelo Decreto-Lei nº 279/97 de 11 de Outubro, uma vez que têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais activo e participativo no desenvolvimento do desporto.

Consideram-se como APD os poucos habituais agrupamentos de clubes, de praticantes ou outras entidades que tenham por objecto exclusivo a promoção e organização de actividades físicas e desportivas, com finalidades lúdicas, formativas ou sociais, que não se compreendam na área de jurisdição própria das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva[35]. É de salientar que as APD devem adoptar a denominação da actividade física ou desportiva que promovem e organizam. Cada APD deve

[34] *Deve ser salientado que estes mesmos "actores" podem ser englobados em associações de carácter eminentemente regional, desenvolvendo um componente associativo, mais próximo dos principais intervenientes do processo desportivo nacional. Estas federações devem, nos termos dos respectivos estatutos, prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos gerais:*

› Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática de uma modalidade desportiva ou conjunto de modalidades afins;

› Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;

› Representar a sua modalidade desportiva, ou conjunto de modalidades afins, junto das organizações congéneres estrangeiras ou multinacionais.

› Obter a concessão de estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública desportiva.

promover e organizar as suas actividades físicas e desportivas em conformidade com a sua denominação e fins estatutariamente definidos.

Num quadro de reforço da intervenção do Movimento Associativo, deve ser referido o facto de, anualmente, se concretizarem inúmeras iniciativas e eventos desportivos que conciliam o desenvolvimento desportivo com o desenvolvimento social e cultural local, numa perspectiva saudável, tendo como objectivo principal, melhorar a qualidade de vida da população.

Estas iniciativas constituem um dos meios que o Executivo Municipal utiliza para fomentar parcerias e cumplicidades entre a Autarquia, o Movimento Associativo e as demais entidades que promovem a actividade desportiva e que pretendam contribuir para o desenvolvimento desportivo da Lousã e do espírito de competição saudável, ao mesmo tempo que concentram esforços no sentido de promover a democratização do desporto. Os eventos e as actividades desenvolvidas neste âmbito contribuem para que o dinamismo, bastante significativo, do Movimento Associativo e da comunidade em geral, desenvolva uma maior capacidade de organização, fomente a cooperação e impulsione a dinâmica que o desporto tem já neste Município.

As iniciativas desportivas são de vários tipos, podendo constituir projectos ou programas específicos de desenvolvimento de um dado sector, que contemplem actividades realizadas regularmente, ou então eventos desportivos que possam ser considerados grandes eventos ou pontos altos, consoante a relevância ou o impacto que possuem ao nível da Freguesia, do Município e até da Região ou do País.

Considerando o facto das actividades apenas se poderem realizar se existirem recursos financeiros suficientes, a autarquia atribui uma comparticipação financeira que, não devendo ser exclusiva, se reveste de grande importância para a concretização dessas mesmas actividades as quais corporizam e dão valor ao desporto como fenómeno de prática e dinamização regular. O objectivo primordial será assim co-financiar os clubes desportivos que, anualmente, promovam ou participem, com notória regularidade, em actividades desportivas, de modo a permitir a sua concretização. No entanto, para dinamizar e qualificar o tecido associativo municipal, para além de o

[35] *O estatuto de utilidade pública desportiva é o instrumento por que é atribuída a uma federação desportiva a competência para o exercício, dentro do respectivo âmbito, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública podendo também ser atribuídos a outras instituições nomeadamente a clubes e associações desportivas. (O Decreto-Lei n.º 595/93, de 19 de Junho - estabelece as regras de instrução do processo para a concessão da utilidade pública desportiva às federações desportivas).*

dotar com um conjunto de recursos que viabilizem a sua própria existência, também se atribui aos clubes locais e de acordo com as suas especificidades e segundo critérios predefinidos, a organização exclusiva de determinados eventos fornecendo-lhes, para tal, o "*know how*" essencial ao cumprimento da sua missão e da sua modernização. Aliás, pode mesmo afirmar-se que as Autarquias constituem, no âmbito do Movimento Associativo, o novo paradigma do desenvolvimento desportivo, pela sua transversalidade e pela visão mais localizada do fenómeno (Oliveira, 2006).

Toda a área de formação, nomeadamente os escalões de formação, têm de se assumir como um factor essencial do desenvolvimento desportivo, o que significa o apoio á manutenção ou mesmo a intensificação da formação no seio dos clubes, tendo esta que ser considerada como constituindo um investimento a longo prazo. Esta promoção visa, fundamentalmente, a integração social dos jovens e a ligação do desporto com a família e com a escola, procurando-se que seja relegada para segundo plano a procura do rendimento desportivo. Deste modo, as associações desportivas motivam a formação integral e harmoniosa do jovem e a sua socialização e não a aposta no rendimento desportivo a curto prazo.

Desta forma, a autarquia deve apoiar o meritório trabalho desenvolvido pelos clubes desportivos do Município, com o objectivo de lhes criar melhores condições para uma progressiva generalização da prática desportiva junto dos jovens munícipes. Outro aspecto bastante importante é o incentivo e o apoio á realização de exames médicos desportivos para acompanhar as condições de saúde dos atletas. Este factor, no desporto actual, vai-se tornando cada vez mais pertinente, não só na prevenção de factores de risco, mas também no estudo da evolução de estado físico das populações no quadro dos hábitos desportivos.

Por outro lado, esta equipa técnica entende que a divulgação da existência das associações e das actividades que as mesmas realizam pode tornar-se num factor que definitivamente deverá aumentar o número de munícipes em actividade nos diferentes clubes e associações e, em último caso, divulga a prática das actividades físicas, mesmo que não formais.

É de salientar que, no universo do associativismo desportivo, se podem encontrar diferentes realidades, desde o clube ou colectividade de bairro, onde todos se conhecem e a dinâmica ultrapassa a actividade desportiva, apresentando também vertentes sociais dirigidas para as crianças e os idosos, até às instituições de maiores dimensões, com uma área de influência mais abrangente e numerosos associados. Um clube desportivo é, deste modo, uma organização social cujo objectivo é satisfazer necessidades no âmbito desportivo, sendo por vezes um suplemento de vida de um bairro,

ou cidade, uma população ou região, contribuindo para a revitalização dessas áreas, possibilitando também a sociabilização dos indivíduos bem como a inclusão social.

Há que ter em linha de conta que muitos destes clubes e colectividades solicitam ao Departamento de Desporto da Autarquia a disponibilização de espaço para a sua sede social. Por isso, algums espaços reservados no contexto geral do Atlas Desportivo podem vir a destinar-se a satisfazer as necessidades deste tipo. Assim, será necessário, no âmbito de intervenções urbanísticas que venham a ter lugar na Lousã, conseguir alguns espaços para sedes sociais de clubes e colectividades, nomeadamente em estruturas a edificar (por exemplo nas salas de desporto) que poderão assegurar pequenos espaços complementares destinados a esta finalidade.

Ao Movimento Associativo Desportivo, às Autarquias, à Escola e às Empresas de Desporto, cumpre, desta forma, contribuir, numa perspectiva integradora e de complementaridade, para que o Sistema Desportivo funcione como tal, isto é, para que opere como um conjunto de partes interrelacionadas e para que cumpra o constitucionalmente consagrado direito ao Desporto (Oliveira, 2006).

Se as Autarquias são responsáveis pela generalização da prática desportiva e pela infra-estruturação, as Escolas devem ficar encarregues da educação, formação e sensibilização para uma cultura onde o desporto tenha um papel relevante enquanto factor de integração e propiciador de competências.

Por sua vez, ao Movimento Associativo Desportivo, e tendo em linha de conta o Modelo Europeu de Desporto, compete a coordenação, promoção e organização de toda a panóplia de funções e competências, que vão desde a formação dos vários agentes do sistema desportivo, à competição e à especialização (Oliveira, 2006).

Por outro lado, é de salientar que o Movimento Associativo tem vindo a assumir alguma vantagem na sua relação com o Estado. Até ao momento, toda a estratégia tem assentado, sobretudo, no subsídio estatal e também na boa vontade dos Municípios, facto que a longo prazo poderá contribuir (se não se criarem bases sustentáveis) para a diminuição do tecido associativo, já que todo o processo de financiamento associado à "Lei do Mecenato" e de "sponsorisação" se torna cada vez mais difícil de concretização.

No caso particular de um Município como o da Lousã, como seria expectável, o Movimento Associativo assume-se como a base da pirâmide da estrutura desportiva, tendo sido registadas, aquando do recenseamento, 20 entidades promotoras do desporto, as quais desenvolvem, na sua totalidade, a prática de 13 modalidades desportivas a diferentes níveis. Tal facto reflecte a importância que o associativismo representa no desenvolvimento

desportivo do território, embora quando comparada com territórios com características idênticas, essa apresenta-se relativa.

Existe uma clara preocupação e interesse por parte destas entidades na promoção do desporto, o que, de um modo equilibrado e devidamente enquadrado, pode contribuir positivamente para o equacionar da diversificação e mesmo da qualidade do parque desportivo e, simultaneamente, para o perspectivar do desenvolvimento turístico.

Deste modo, e tendo sempre em consideração as questões ambientais e o correcto ordenamento do território, é do interesse do Município, o crescimento do número deste tipo de instituições, não só pelas actividades desportivas que promovem e a forma como o fazem, mas também pelo contributo que podem trazer para o desenvolvimento geral do Município. Naturalmente que estas associações se devem reger de acordo com a legislação existente, agindo em conformidade com a lei e com o projecto global que deve servir todo o território.

Relativamente à sua distribuição territorial no âmbito dos limites da freguesia, constata-se que a maioria das Clubes/Associações (55%) se concentra na Freguesia da Lousã, sede de Município (Figuras 100 e 101). Nas restantes freguesias, o número destas instituições acaba por não ser significativo, tendo sido contabilizados apenas quatro clubes na Freguesia de Foz de Arouce e dois na de Serpins Já nos casos de Casal de Ermio, Gândaras e Vilarinho apenas se registou um clube em cada freguesia.

Apesar destes valores encontrados em algumas freguesias, o fenómeno Desportivo ocupa um lugar de destaque no Município da Lousã. Praticam-se várias modalidades com evidente preferência para o Futebol e para o Rugby, existindo diversas associações/clubes que integram a primeira (Quadros 44, 45 e 46), encontrando-se o Rugby Clube da Lousã a sustentar a prática da última.

As modalidades mais praticadas, tendo em conta o número de associações que as promovem, são as que implicam a utilização dos equipamentos desportivos artificiais. Dos Clubes existentes destaca-se, pelo número de actividades desportivas desenvolvidas, o Clube Desportivo Lousanense, o qual integra modalidades tão diversificadas como o Futebol (inclui também o núcleo dos veteranos de futebol), Basquetebol, Andebol, Natação, Karaté e o Cicloturismo.

É de salientar que embora existam vários clubes desportivos que se dedicam ao futebol, acaba por ser o Clube Desportivo Lousanense, aquele que pelo seu historial e pela sua prática quotidiana, deve ser assumido como o de maior dimensão. Perspectiva essa á qual se associa o facto de ser um dos clubes que detém maior número de sócios, apresentando um

total de 600 sócios. Porém, em termos do seu elevado número de sócios destacam-se ainda o Clube Académico das Gândaras, que com os seus 650 sócios, segundo os números fornecidos, acaba por ser, em termos de massa associativa, o mais importante, seguindo-se a estes dois clubes o Rugby Clube da Lousã, com 400 sócios, o qual para uma instituição ligada a uma só modalidade, acaba por ser um caso muito excepcional. É de referir que o Rugby Clube da Lousã é uma agremiação com enormes tradições e atrai muitos jovens para a prática desta modalidade, estando presente nas competições nacionais dos diferentes escalões etários, assumindo-se como um dos maiores clubes da modalidade, mesmo no todo da Região Centro.

É de assinalar também que se encontram algumas associações ou clubes sedeados no Município, dedicadas às actividades de Desporto Aventura (as

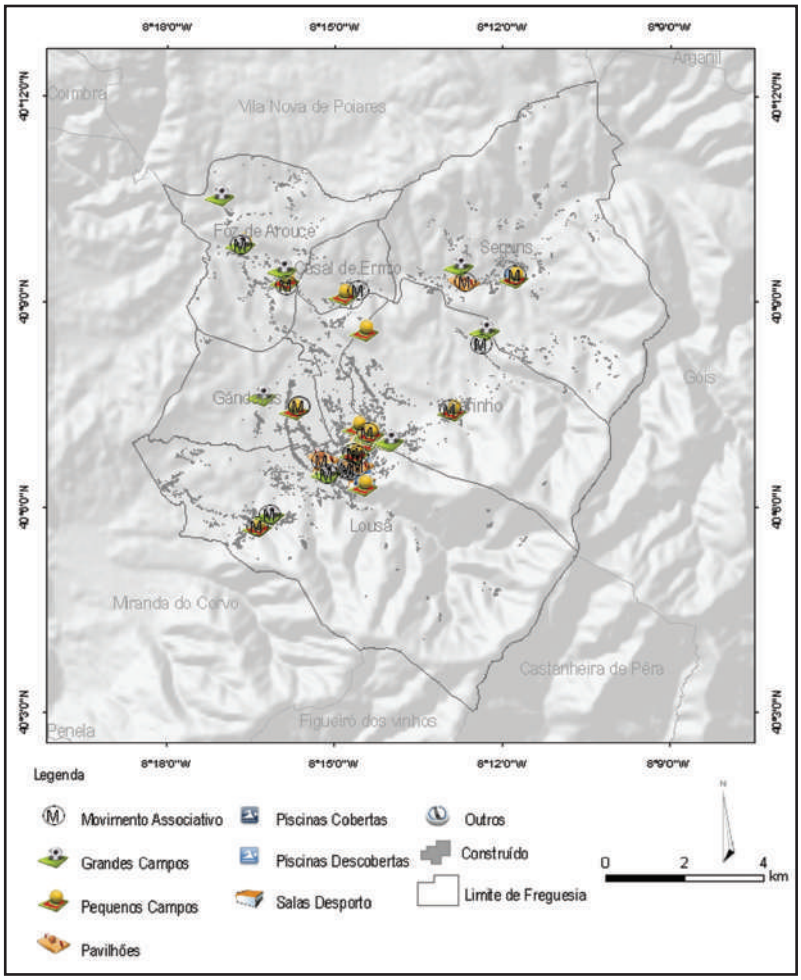
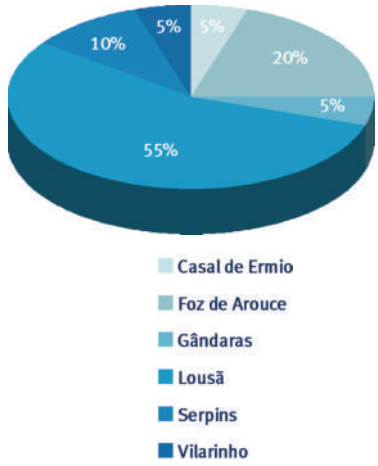


Figura 100 - Peso do Movimento Associativo no Município da Lousã.

Figura 101 - Percentagem de Clubes / Associações, por freguesia.

Fonte: Levantamento de campo.



quais têm vindo a ganhar um incremento exponencial), nomeadamente Desportos Motorizados, Parapente, Caminheiros, BTT e Cicloturismo. Deve ser ainda referido que este potencial endógeno, que irá ser desenvolvido num ponto ulterior, é utilizado por instituições (Clubes / empresas) de outros municípios, muitas vezes, sem qualquer informação às autoridades locais.

O Montanha Clube (com 271 sócios) é um dos promotores deste tipo de modalidades, o qual inclui, pela sua singularidade de actividades, uma área reservada às motos antigas, sendo igualmente responsável pela promoção da prática do Atletismo. Por sua vez, o Clube Desportivo Lousanense tem um papel importante na dinamização do cicloturismo. Na promoção desta modalidade destaca-se também a Associação Cultural e Recreativa da Ribeira do Prilhão (em Vilarinho) que, embora não seja uma associação desportiva, realiza, todos os anos, em Setembro, um passeio de cicloturismo.

Existe também um conjunto de actividades desportivas de características muito particulares associadas por exemplo à caça, à pesca e à columbofilia que assumem alguma preponderância no Município, sendo promovidas por algumas associações. Destas, salientam-se a Associação de Caçadores da Lousã com 285 sócios e o Clube Caça e Pesca, com 150 sócios, devendo, no entanto, ser referido que estas colectividades se concentram, exclusivamente, na Freguesia sede de Município. Importa ainda destacar que existem outras associações/clubes que, embora não praticando qualquer modalidade desportiva, assumem no quadro do associativismo, um papel significativo na promoção do desporto da Lousã (Quadro 47), principalmente quando se tem em consideração a população residente nos respectivos lugares onde essas associações se localizam (como é o caso de Vilarinho e Casal de Ermio).

Quadro 44 - Distribuição das Associações/Clubes, segundo as principais modalidades desportivas praticadas em equipamentos desportivos artificiais, por freguesia.

Fonte: Levantamento de campo.

Freguesias	Designação	Nº sócios	Futebol	Rugby	Basquetebol	Andebol	Voleibol	Futsal	Natação	Karaté
Foz de Arouce	Grupo Desportivo Arouce-Praia	160								
Gândara	Clube Académico das Gândaras	650								
Lousã	Clube Desportivo Lousanense	600								
	Lousã Volley Clube	60								
	Rugby Clube da Lousã	400								
Serpins	Associação Desportiva Serpinense	150								

Modalidades desportivas promovidas pelas associações/clubes do Município da Lousã

Quadro 45 - Distribuição das Associações/Clubes, segundo as principais modalidades desportivas do Desporto Aventura, por freguesia.

Fonte: Levantamento de campo.

Freguesias	Designação	Nº sócios	Desportos Motorizados	BTT	Cicloturismo	Caminheiros	Parapente
Lousã	Montanha Clube	271					
	Clube Desportivo Lousanense	600					

Modalidades desportivas promovidas pelas associações/clubes do Município da Lousã

Freguesias	Designação	Nº sócios	Caça	Pesca	Columbófila
Lousã	Sociedade Columbófila Lousanense	25			
	Clube Caça e Pesca da Lousã	150			
	Associação de Caçadores da Lousã	285			

Modalidades desportivas promovidas pelas associações/clubes do Município da Lousã

Quadro 46 - Distribuição das Associações/Clubes, segundo outras modalidades desportivas, por freguesia.

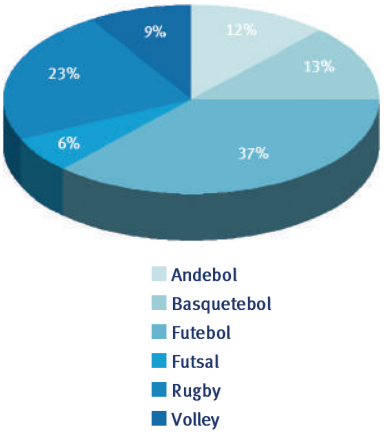
Fonte: Levantamento de campo.

Freguesias	Designação
Casal de Ermio	Clube Recreativo Erminense
	Associação Cristã da Mocidade - Delegação da Lousã
Foz de Arouce	Centro Cultural e Recreativo da Ponte Velha
	Grupo Desportivo Arouce Praia
Lousã	Associação Cultural e Desportiva de São Bento
	Associação Recreativa e Cultural de Vale de Maceira
	Ginásio Clube da Lousã
Serpins	Clube Arte e Sport
Vilarinho	Clube Recreativo Vilarinhense

Quadro 47 - Distribuição das Associações, Clubes e Empresas sem indicação da prática de qualquer modalidade desportiva, por freguesia.

Fonte: Levantamento de campo.

Figura 102 - Percentagem de modalidades desportivas colectivas.



No que respeita às diferentes modalidades desportivas colectivas que as diversas Associações e Clubes promovem, destaca-se, claramente, o futebol, com um total de 310 praticantes (Quadro 48 e Figura 102), sendo que 271 são do sexo masculino, distribuindo-se de forma relativamente equitativa pelos vários escalões. Dos 39 praticantes de Futebol do sexo feminino, constata-se que 23 integram o escalão "Sénior". Uma análise mais pormenorizada aos diferentes escalões indica que o maior número de praticantes se concentra no escalão "Sénior", embora o "Pré-Infantil" também integre um número relativamente elevado de praticantes. Observa-se também que, em qualquer escalão, se regista um maior número de praticantes do sexo masculino do que do feminino (Figura 103).

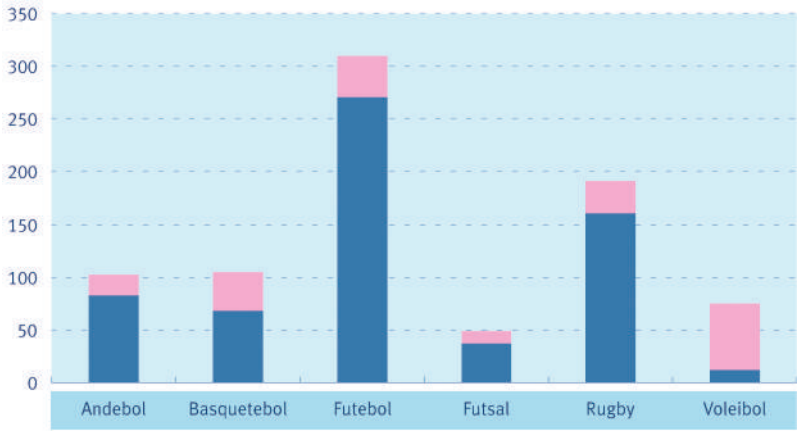


Figura 103 - Número de praticantes de modalidades desportivas colectivas, segundo o sexo.

Quadro 48 - Número de praticantes de modalidades desportivas colectivas, segundo o sexo e o escalão.

Fonte: Dados da Câmara Municipal da Lousã.

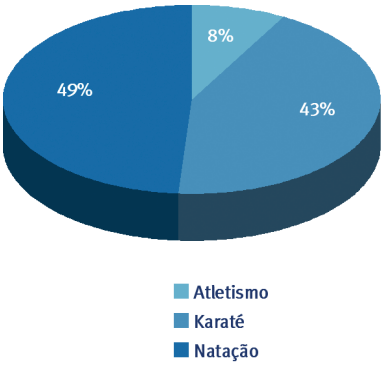
Escalões		Andebol		Basquetebol*		Futebol		Futsal		Rugby		Volley		Sub Total		Total
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Formação	Pré-infantis	15	10	0	0	45	7	0	0	30	4	0	24	90	45	135
	Infantis	14	0	15	12	44	9	0	0	14	5	0	0	87	26	113
	Iniciados	10	9	14	0	47	0	0	0	19	0	12	15	102	24	126
	Juvenis	15	0	14	14	22	0	0	0	21	21	0	12	72	47	119
	Júniores	10	0	12	0	24	0	20	0	26	0	0	0	92	0	92
Séniores		19	0	13	11	49	23	17	12	27	0	0	12	125	58	183
Veteranos		0	0	0	0	40	0	0	0	24	0	0	0	64	0	64
	Sub Total	83	19	68	37	271	39	37	12	161	30	12	63	632	200	832
	Total	102		105		310		49		191		75		832		

É de salientar o elevado número de praticantes de Rugby (cerca de 200), demonstrando a importância que esta modalidade assume no Município da Lousã e, simultaneamente, o dinamismo do "Club de Rugby da Lousã", que se revela, assim, uma excelente entidade promotora de uma modalidade ainda pouco praticada e pouco usual no território nacional. No caso dos praticantes do sexo masculino, constata-se que esta é uma modalidade praticada por todos os escalões, mas no que respeita aos praticantes do sexo feminino, verifica-se que a maioria se integra no escalão dos "Juvenis". Com um número ainda bastante significativo de praticantes, encontram-se as modalidades de Basquetebol e Andebol com 105 e 102 praticantes, respectivamente. No caso dos praticantes do sexo masculino, integram mais de 10 indivíduos em cada nível de escalão (excepto no escalão de "Veteranos" e no de "Pré-infantis", este último apenas no Basquetebol).

Considerando as modalidades individuais, verifica-se que não têm uma implementação no território equivalente às colectivas, uma vez que apenas se contabilizam 101 atletas (Quadro 49).

A natação apresenta um peso de quase 50% do valor total (Figura 104), sendo de referir que todos os praticantes desta modalidades pertencem às camadas mais jovens. O Karaté regista 43 praticantes no Município, distribuídos pelos vários escalões. O Atletismo conta apenas com oito praticantes registados, constituindo a modalidade com menor número de inscritos. Atendendo à distribuição do número de praticantes por sexo, verifica-se que o peso da participação feminina assume maior relevância do que nos desportos colectivos, constatando-se que na natação essa mesma

Figura 104 - Percentagem de modalidades desportivas individuais.



Escalões		Atletismo		Natação		Karaté		Sub Total		Total
		H	M	H	M	H	M	H	M	
Formação	Pré-infantis	0	0	13	10	9	3	22	13	35
	Infantis	0	0	5	9	2	0	7	9	16
	Iniciados	0	0	2	3	3	3	5	6	11
	Juvenis	0	0	5	3	0	1	5	4	9
	Júniores	0	0	0	0	4	1	4	1	5
Séniores		0	0	0	0	13	4	13	4	17
Veteranos		8	0	0	0	0	0	8	0	8
	Sub Total	8	0	25	25	31	12	64	37	101
	Total	8		50		43		101		

Quadro 49 - Número de praticantes de modalidades desportivas individuais, segundo o sexo e o escalão.

Fonte: Câmara Municipal da Lousã.

participação atinge um valor de 50 %, com um número total de 25 praticantes (Figura 105).

Analisando a distribuição de todas as práticas desportivas registadas no Município da Lousã pelos diversos escalões, constata-se alguma homogeneidade. O escalão "Sénior" é o mais representativo com 21% dos praticantes registados. Em situação contrária encontra-se a prática desportiva por parte de "Veteranos", representando apenas 8% do número de praticantes total (Figura 106).

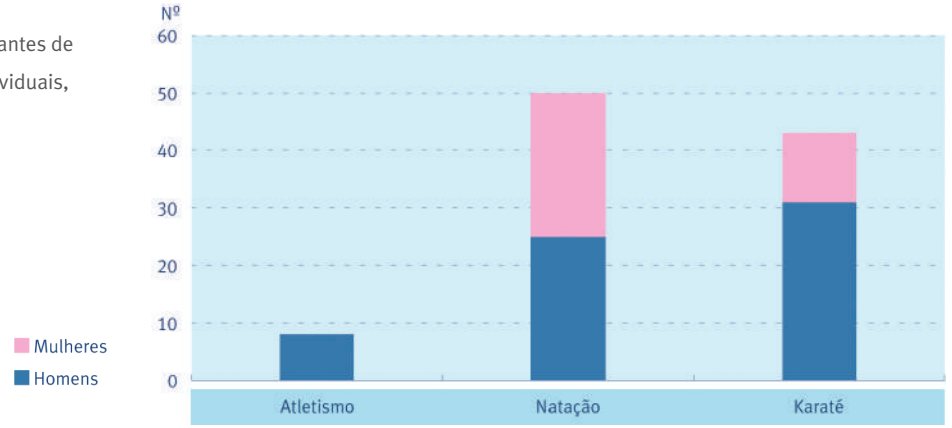
Observando estes dados com uma divisão entre escalões de formação e restantes, verifica-se que no conjunto de todos os praticantes, o total de jovens é bastante superior, sendo de 66%, enquanto que o conjunto de "Seniores" e "Veteranos"representa 34% (Figura 107).

A diferença que se regista entre praticantes do sexo masculino e feminino torna-se bastante evidente aquando da análise do número total de praticantes por sexo (Figura 108). O número de praticantes masculinos é claramente superior (com 76%), verificando-se que apenas 24% dos praticantes registados nas colectividades desportivas municipais são do sexo feminino.

Por tudo o que foi exposto, conclui-se que, dado o importante papel dos clubes/associações na promoção das actividades físicas e desportivas, com finalidades lúdicas, formativas ou sociais, será do interesse do Município apoiar as já existentes (tendo sido contabilizadas 20 que, no seu conjunto, promovem 13 modalidades desportivas diferentes) e contribuir para a sua expansão e proliferação no território (dado que a maioria - 55% -, se concentra na Freguesia da Lousã), não só em número, mas também na sua diversificação e qualificação.

Neste sentido, quanto mais associações existirem e quanto mais diversificado for o leque de modalidades desportivas que apoiam e

Figura 105 - Número de praticantes de modalidades desportivas individuais, segundo o sexo.



promovem, mais e melhor se contribui para a formação dos jovens cidadãos do Município (e não só) e se fortalece o desenvolvimento desportivo da Lousã.

Desta forma, torna-se também possível avaliar o grau de satisfação do actual parque desportivo, bem como prospectivar a necessidade de aumentar a qualidade dos espaços desportivos existentes, quer dos artificiais, quer dos naturais ou adaptados. Simultaneamente com a promoção do desenvolvimento do parque desportivo da Lousã, contribui-se positivamente para o progresso da actividade turística (até porque o desporto tem vindo a estabelecer com o turismo uma forte relação, quer no que respeita à animação e aos eventos, quer no próprio quadro do financiamento, tudo numa relação do tipo *win/win*) e, consequentemente, para o desenvolvimento global do Município.

No futuro será também importante aumentar as parcerias entre o Município e o Movimento Associativo, transferindo para este a gestão dos recursos que vão sendo disponibilizados para o desenvolvimento do sistema desportivo, deixando também a definição de critérios e prioridades, aliviando, desta forma, a administração central e local.

A evidente melhoria do desenvolvimento desportivo passa não só pela modernização de métodos, de procedimentos e de infra-estruturas mas também pela mudança de mentalidades e de cultura. Num esforço conjunto no sentido de modernizar o sistema desportivo, a população necessita de estar mais informada, de ter outra atitude perante o conhecimento dando-lhe valor e reciclando-o. A qualidade da prestação de serviços começa na competência, ou seja, no conhecimento e capacidade dos recursos humanos. Esta será uma das linhas orientadoras por onde se deve começar a equacionar a qualidade dos serviços prestados na área do desporto.

Figura 106 - Percentagem de Praticantes segundo o escalão.

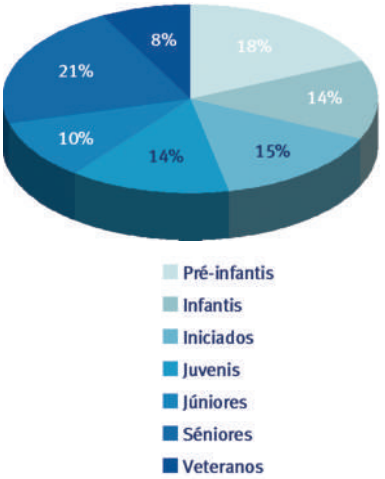


Figura 107 - Percentagem de Praticantes Adultos e em Formação.

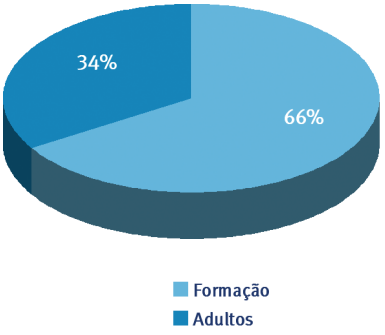
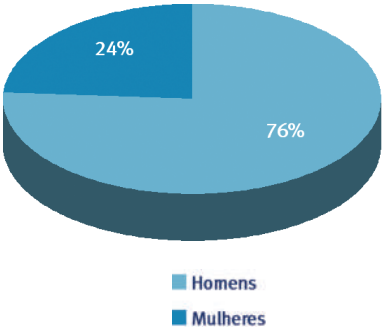


Figura 108 - Percentagem de Praticantes, segundo o sexo.



G. O SISTEMA DESPORTIVO MUNICIPAL. SINTESE SOBRE A ACTUAL REALIDADE E A SUA RELAÇÃO COM AS DIFERENTES DINÂMICAS DO TERRITÓRIO

Ao efectuar-se uma síntese do diagnóstico do parque desportivo do Município da Lousã, torna-se fundamental a realização de uma breve contextualização dos diversos factores que intervêm em todo o processo desportivo, tanto daqueles que directamente se relacionam com o Desporto, como com os que, de algum modo, o influenciam.

O Município da Lousã, com uma área de 141 km², situa-se no sector central de Portugal, integrando a sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTIII) que pertence à Região Centro (NUTII), e é composto por seis freguesias: Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras, Lousã, Serpins e Vilarinho.

No que respeita ao parque desportivo do Município da Lousã, este apresenta uma distribuição espacial bastante heterogénea, integrando um total de 46 equipamentos desportivos distribuídos pelas diferentes tipologias definidas pelo Instituto do Desporto de Portugal, sendo que cerca de metade dos espaços são relativos a Pequenos Campos de Jogos (22 equipamentos que correspondem a 47,83% do total). Por sua vez os Grandes Campos representam 19,57% do total de equipamentos (com nove), os Pavilhões 10,87 % (com cinco), as Salas de Desporto 8,70 % (com 4), as Piscinas Cobertas 6,52 % (com três), e por fim as Piscinas Descobertas que representam apenas 4,35 % do total dos equipamentos existentes no Município (dois). É de referir o facto de não existir qualquer Pista de Atletismo e de se registar um equipamento enquadrado na tipologia "Outros" (2,17%) e que se refere ao Picadeiro da Guarda Nacional Republicana, existente na Freguesia da Lousã.

Relativamente à distribuição espacial destes mesmos equipamentos, verifica-se, tal como seria de esperar, uma nítida concentração na Freguesia Sede de Município, que integra 26 do total dos 46 equipamentos existentes (Quadro 50). Nos sectores Sul e Sudeste do território municipal não se regista qualquer equipamento desportivo formal, influenciado pela presença da Serra da Lousã, com o consequente reduzido valor populacional.

A Freguesia da Lousã concentra o maior número de equipamentos, em todas as tipologias, exceptuando o caso dos Grandes Campos de Jogos, uma vez que Foz de Arouce possui três equipamentos deste tipo, embora com diferentes níveis de qualidade. Na Freguesia Casal de Ermio regista-se apenas um pequeno campo e em quatro das seis freguesias só se observam duas tipologias (Pequenos e Grandes Campos).

Constata-se que mais de metade dos equipamentos desportivos artificiais apresenta iluminação e balneários, e que apenas sete do total dos 46 espaços possuem bancadas.

A maioria dos equipamentos encontra-se em bom estado de conservação, registando-se, no entanto, seis em mau estado (nos quais se propõe o seu "abatimento").

Quanto à análise da natureza jurídica dos diferentes equipamentos, verifica-se uma ligeira supremacia do investimento público, nomeadamente o de origem autárquica (com 16 equipamentos). É de salientar que seis destes 22 equipamentos públicos são da responsabilidade do Ministério da Educação, ou seja, estão integrados no parque desportivo escolar. Os de natureza jurídica privada são o resultado do investimento de Clubes e Associações.

O Município apresenta uma nítida preocupação pela satisfação da procura por parte da população residente, o que reflecte a importância dos equipamentos a nível local. Alguns equipamentos podem exercer influência a nível regional ou até nacional (alguns Grandes Campos e o Pavilhão Municipal nº1). Não se registou qualquer equipamento com importância a nível internacional, mas em certas modalidades, o Pavilhão municipal nº 1 pode constituir palco de provas de carácter internacional.

O tipo de utilizador mais frequente é a população geral, contudo, o acesso aos equipamentos, está, em grande medida, condicionado, sendo exigida, previamente, por parte da entidade responsável pelo espaço desportivo, uma autorização ou mesmo um pagamento.

Relativamente ao tipo de equipamento, constata-se que 27, do total dos 46, são do tipo formativo e apenas 19 apresentam uso recreativo.

Os nove "Grandes Campos de Jogos" existentes no Município apresentam, na sua maioria, dimensões reduzidas, possuem iluminação, balneários, mas apenas dois, bancadas. O seu estado de conservação é bom, registando-se quatro equipamentos em mau estado, que são aqueles em que será proposto o seu "abatimento". Apenas um Grande Campo é público, três apresentam importância regional e um, nacional. A maioria apresenta acesso condicionado, sendo que cinco são para uso recreativo e quatro para formativo.

No caso dos "Pequenos Campos de Jogos" existentes em todas as freguesias do Município, a maioria apresenta dimensões *standard*, 11 possuem balneários, mas menos de metade não possui iluminação e apenas um apresenta bancadas. O estado de conservação é bom, registando-se apenas um equipamento em mau estado, que serão os que apresentam perspectiva de vir a ser desactivados. A natureza jurídica é maioritariamente pública, sendo que seis destes equipamentos integram o parque desportivo escolar, ou seja, pertencem ao Ministério da Educação. A sua importância é local e o seu acesso é condicionado, sendo os equipamentos utilizados maioritariamente pelos alunos e pela população em geral. Dez espaços são para uso recreativo e 12 para formativo.

Relativamente aos "Pavilhões", os quais apresentam dimensões *standard*, cinco possuem iluminação e apenas um não tem bancadas. O

bom estado de conservação é coincidente em todos os equipamentos. Três são da responsabilidade da autarquia e dois de associações. O tipo de utilizador é a população em geral, embora o acesso seja condicionado. O Pavilhão Municipal nº1 apresenta importância a nível local. Quanto ao uso, três são do tipo formativo e dois recreativos.

As "Salas de Desporto", com dimensões reduzidas, possuem iluminação e balneários, mas nenhuma apresenta bancadas. Encontram-se em bom estado de conservação, são de natureza jurídica privada e a sua importância é meramente local. Destinam-se a fins formativos e são utilizadas, principalmente, por sócios, daí que o seu acesso seja condicionado.

Por seu turno, as "Piscinas Cobertas", existentes apenas na Freguesia da Lousã, apresentam dimensões reduzidas e possuem iluminação, balneários mas não têm bancadas. Sendo da responsabilidade da autarquia, o seu estado de conservação classifica-se como bom. A sua importância é local, sendo equipamentos com acesso condicionado e com uso formativo.

Quanto às "Piscinas Descobertas", que se encontram nas Freguesias da Lousã e de Serpins, a sua dimensão é reduzida, mas apresentam um bom estado de conservação. A natureza jurídica varia entre pública e privada, o que influencia, respectivamente, o acesso generalizado e condicionado. De salientar que são utilizadas com fins recreativos.

A relação da superfície desportiva útil por habitante, em metros quadrados, no caso do Município da Lousã, indica que o valor do índice de comunidade geral, de 4,12 m²/hab, é ligeiramente superior aos 4 m²/hab de referência da UNESCO ou da DGOTDU. Isto verifica-se em todas as freguesias à excepção das de Casal de Ermio e Lousã (com o maior valor populacional regista o menor índice), que apresentam índices abaixo deste valor de referência. No que diz respeito ao Índice de Grandes Campos, o valor resultante para o Município, também se situa acima do de referência, o mesmo se verificando nas Freguesias de Foz de Arouce (10,88 m²/hab), Vilarinho (4,79 m²/hab) e Gândaras (4,52 m²/hab). Da mesma forma, o Índice de Pequenos Campos do Município apresenta um valor superior ao de referência, sendo de 0,90 m²/hab. Os maiores índices registam-se nas freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio. No que respeita ao Índice de Pavilhões, o valor de 0,29 m²/hab do Município também é superior ao de referência e, neste caso, o maior índice regista-se na Freguesia de Serpins (0,61 m²/hab). Quanto ao Índice relativo às Salas de Desporto, existentes unicamente na Freguesia da Lousã, regista-se um valor de 0,03 m²/hab, que se encontra abaixo do de referência. Por sua vez, o Índice das Piscinas Cobertas apresenta um valor de 0,03 m²/hab, valor este igual ao de referência da DGOTDU, mas inferior ao da UNESCO (0,02 m²/hab). O Índice das Piscinas Descobertas do Município, com

um valor de 0,03 m²/hab, encontra-se abaixo do da UNESCO (0,04 m²/hab) e acima do da DGOTDU (0,02 m²/hab).

Os valores destes índices variam consoante a consideração da superfície desportiva relativa aos Grandes Campos, aos Campos Abandonados e aos Equipamentos Escolares, para o seu respectivo cálculo. Neste sentido, se não forem contabilizados os Grandes Campos, o valor resultante (de 1,27 m²/hab) será bastante inferior aos 2 m²/hab de referência, o que realça a importância que estes adquirem no cálculo do índice geral. Por sua vez, sem os Campos Abandonados, o índice geral resulta num valor de 3,14 m²/hab, inferior aos 4 m²/hab de valor padrão. Se não se incluir a superfície desportiva dos Grandes Campos Abandonados, constata-se que o valor do índice geral, de 1,87 m²/hab, se situa abaixo dos 2 m²/hab. Por sua vez, ao não se contabilizarem os equipamentos escolares, o índice geral resultante, de 3,81 m²/hab, é inferior ao valor de referência, de 4 m²/hab.

O índice relativo ao estado de conservação dos equipamentos vem confirmar a supremacia dos que se encontram em bom estado, com um valor de 2,52 m²/hab que, no entanto, se situa abaixo dos 4 m²/hab de referência. Em Casal de Ermio, o maior índice regista-se nos equipamentos em estado razoável em Serpins, nos de mau estado.

O cálculo do índice referente à natureza jurídica dos equipamentos reflecte a importância do movimento associativo (2,72 m²/hab), uma vez que, apenas nas freguesias de Foz de Arouce e de Casal de Ermio, os maiores índices se registam na natureza pública, nomeadamente autárquica.

O acesso aos equipamentos, analisado segundo o cálculo do índice correspondente, reproduz a preponderância do acesso condicionado, com um valor de 3,02 m²/hab. Somente as freguesias de Casal de Ermio e Foz de Arouce apresentam maiores índices no acesso generalizado.

No Município, no que respeita aos espaços de jogo e recreio, foram apenas considerados dois Parques Infantis que se localizam na Freguesia da Lousã, sendo a propriedade e a responsabilidade de manutenção da própria autarquia. Embora as suas dimensões não sejam generosas, a acessibilidade varia entre boa e média, situação que se encontra em conformidade com a Lei, observando-se um estado de conservação e condições de higiene igualmente bons. Estes Parques Infantis reúnem as condições essenciais para a prática de actividades desportivas e lúdicas, contudo, podem efectuar-se algumas alterações no que respeita à dimensão e às instalações de apoio (já que as existentes são insuficientes), que certamente iriam contribuir para a melhoria da qualidade dos espaços de jogo e recreio e, consequentemente, para o desenvolvimento geral do parque desportivo do Município.

O aproveitamento dos espaços naturais tem vindo a assumir um papel fundamental no desenvolvimento desportivo, uma vez que os espaços de prática desportiva em meio natural são essenciais para aquele tipo de procura que não se integra nos equipamentos ditos artificiais. O Município da Lousã apresenta uma grande riqueza em espaços naturais, em que a Serra se assume como o mais importante. E, neste contexto, além da flora e da fauna, são também de referir as piscinas fluviais existentes na Serra da Lousã, que se assumem de extrema importância para as actividades recreativas e lúdicas do Município. É de salientar que algumas incluem determinadas construções artificiais, para garantir a sua melhor fruição, integrando-se, deste modo, nos espaços naturais adaptados.

No quadro das Piscinas Fluviais, destacam-se as duas pertencentes ao Complexo da Nossa Senhora da Piedade que, apesar de possuírem dimensões reduzidas, se encontram em bom estado de conservação. A sua natureza jurídica é pública e a importância é meramente de nível local. Ambas apresentam acesso generalizado e são utilizadas, sobretudo, pela população em geral, com fins recreativos.

É de salientar também a Praia Fluvial da Bogueira, que obteve o galardão de "Praia Acessível", isto por reunir vários requisitos, entre os quais, se destacam as instalações com fácil acesso para pessoas com mobilidade condicionada e uma pequena piscina, reservada a crianças e a pessoas com deficiência. Por sua vez, a Praia Fluvial de Serpins (igualmente designada de Praia Fluvial da Senhora da Graça), em pleno Rio Ceira, também apresenta boas condições para a prática de actividades recreativas.

Qualquer uma das piscinas fluviais assume um carácter fundamental no Município por possibilitar a realização de actividades físicas e recreativas em estreita comunhão com a natureza.

Nos espaços naturais existentes (adaptados ou não), podem ocorrer outro tipo de utilizações, mais concretamente, as actividades ligadas ao Desporto Aventura. Deste modo, as condições naturais que caracterizam o Município, em particular as que se encontram associadas à Serra da Lousã e ao Rio Ceira, possibilitam um conjunto de actividades desportivas que se integram no Desporto Aventura. Estas actividades têm vindo a assumir uma importância crescente, em função da necessidade de evasão da "selva" urbana e da fuga ao sedentarismo e ao "stress", levando à mudança de hábitos de vida. O contacto com a natureza tornou-se, então, fundamental, favorecendo o aparecimento de actividades diferentes e simultaneamente de novas abordagens ao meio natural. Porém, a forte pressão que as diversas actividades têm vindo a exercer sobre o meio natural, resultam em inevitáveis impactes ambientais. Neste sentido, é necessário ter em linha de conta as

áreas mais sensíveis (já referidas) e há que organizar e definir as actividades desportivas e recreativas de forma a minimizar os impactes negativos (degradação da vegetação, erosão, poluição, perturbação dos ecossistemas e habitas, entre outros), e não se devem limitar ou restringir em demasia, porque são vários os factores positivos resultantes destas actividades, como o facto de gerar a preocupação pela protecção da natureza nos praticantes e promover o desenvolvimento destes sectores do território.

A prática de actividades desportivas de aventura e de exploração na natureza pode ser efectuada em suporte terrestre, aquático, aéreo e, em Portugal, em neve ou em gelo (no caso da Serra da Estrela). A nível terrestre, no Município da Lousã, as modalidades poderão ser realizadas em estrutura todo-o-terreno, destacando-se o Pedestrianismo (no qual se encontram definidos diversos percursos pedestres devidamente balizados); o BTT (actividade que apresenta o traçado de vários percursos); o TT (encontrando-se definido um percurso que atravessa os Vértices Geodésicos mais importantes do Município); o Rappel, o Slide, a Tirolesa, Ponte Himalaia e Paralelas; a Orientação e o Paintball. A nível terrestre, as actividades também poderão ser realizadas em estrutura de parede de rocha, como é o caso da Escalada (sem local específico), e em estrutura de áreas planas, caso do Tiro com besta ou arco (na zonas do Terreiro das Bruxas e em diversos Campos de Futebol do Município). Por sua vez, a nível aquático, no Município da Lousã, as actividades desportivas podem realizar-se em estrutura de águas calmas, como a Canoagem (nas zonas do Boque e do Cabril). A nível aéreo, as modalidades podem efectuar-se em estrutura natural, destacando-se, no Município da Lousã, a Asa Delta e o Parapente (com descolagem no Cabeço da Ortiga e aterragem em Vilarinho), e em estrutura artificial, como é o caso do Balonismo (sem local específico). Assim, dada a riqueza natural do Município (muito pela presença da Serra da Lousã e do Rio Ceira), é possível praticar inúmeras actividades desportivas e recreativas e desde que devidamente balizadas e organizadas, de modo a minimizar os impactes ambientais no meio natural, podem contribuir para o desenvolvimento dos sectores do território onde se realizam.

É de salientar que muitas destas actividades, ligadas ou não, ao Desporto Aventura, são promovidas por diversas Associações ou Clubes existentes no território. No Município foram contabilizadas 20 entidades, que no seu conjunto, promovem 13 modalidades desportivas diferentes. Destas, verifica-se uma nítida preferência, por parte dos praticantes, pelo Futebol e pelo Rugby. É de referir que 55% das associações se concentram na Freguesia da Lousã e 20% na de Foz de Arouce. No quadro das associações e clubes existentes destaca-se, pelo número de modalidades desportivas que promove,

o Clube Desportivo Lousanense, que será um dos que assume um papel mais dinâmico e importante na Município. No âmbito das actividades desportivas de aventura, são de destacar as diversas iniciativas e eventos promovidos pela associação Montanha Clube. Actividades como a Caça, Pesca e Columbofilia são igualmente alvo de preocupação por parte do movimento associativo que, desta forma, assume um papel preponderante na promoção das actividades físicas e desportivas, com finalidades lúdicas, formativas ou sociais, e consequentemente, no desenvolvimento do parque desportivo do Município.

Deste modo, será do interesse do Município da Lousã apoiar as associações existentes, sendo que estas são responsáveis pela realização de inúmeras iniciativas e eventos, numa lógica que concilia o desenvolvimento desportivo com o social e cultural, e podem contribuir para revitalização dos locais onde se inserem e para a diversificação e multiplicação das modalidades desportivas com a consequente dinamização desportiva. As associações podem também motivar a formação integral do jovem e a sua integração social e sociabilização, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades desportivas de cada um.

Por sua vez, a divulgação da existência de associações e das actividades que estas promovem, poderão aumentar o número de praticantes. Será também importante a constituição de parcerias entre a Autarquia, o Movimento Associativo e outras entidades promotoras, de modo a fomentar a divulgação e a democratização do desporto, tudo isto no sentido de desenvolver o parque desportivo da Lousã, promovendo o progresso da actividade turística e, consequentemente, o desenvolvimento global do Município.

Resumindo, há um conjunto de diversas acções que poderão vir a ser adoptadas pelo Município da Lousã em função da sua situação demográfica, económica e tendo em linha de conta o estado do parque desportivo de cada Freguesia.

Quadro 50 - Quadro SWOT.

Freguesia	Parque Desportivo Actual	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Ameaças	Potencialidades
Casal de Ermio	› 1 Pequeno Campo de Jogos	› Reduzido valor populacional menos de 400 residentes; › Apenas apresenta um Pequeno Campo, sendo que não se regista qualquer outro equipamento das restantes tipologias; › Índice de Comunidade Geral abaixo do valor de referência; › Devido à inexistência de outras tipologias de equipamentos, torna-se inviavell a prática de inúmeras modalidades.	› O Pequeno Campo de Jogos existente apresenta uma dimensão standard, para além de iluminação e balneários; › Equipamento desportivo existente é de acesso generalizado. › Índice de Pequenos Campos superior ao valor de referência;	› Reduzido número de residentes resulta numa dificuldade de planificação de novos equipamentos por força de uma procura diminuta; › Movimento Associativo pouco dinâmico.	› Dinamização do Clube Recreativo Erminense; › Localização privilegiada juntos às margens do rio poderá permitir a criação de equipamentos, vocacionados à prática informal associado ao sector fluvial, nomeadamente o Futebol ou o Voleibol de praia e actividades aquáticas.
Foz de Arouce	› 3 Grandes Campos de Jogos › 3 Pequenos Campos de Jogos	› Reduzido valor populacional; › Os três Pequenos Campos e um dos Grandes Campos apresentam acesso fortemente condicionado, reflectindo, na Freguesia, o peso dos três equipamentos pertencentes à ACM; › Mau estado de conservação do Campo de Futebol de Covelos, deve mesmo ser considerado abandonado	› Apesar do acesso condicionado, a Freguesia apresenta um elevado número de equipamentos. › Dimensão standard e bom estado de conservação dos Pequenos Campos de Jogos (Polidesportivos); › Índices de Comunidade Geral, dos Grandes Campos muito e dos Pequenos Campos acima do valor de referência; › Peso do Movimento associativo o qual concentra 20% das Associações/Clubes existentes no Município.	› Em função do peso dos índices de referência e do mau estado do equipamento, perspectiva-se a desactivação do Campo de Futebol de Covelos; › Sub-aproveitamento dos espaços desportivos em função dos condicionalismos impostos à prática desportiva da população geral.	› Grande dinamismo do Movimento Associativo na Freguesia, que poderá promover a prática desportiva; › Flexibilização dos condicionalismos à prática desportiva registados em alguns equipamentos, permitindo, desta forma, um acesso mais fácil à população em geral; › As margens do rio Ceira podem funcionar como base de apoio ao desporto informal através de novos equipamentos nomeadamente os de apoio à prática fluvial.
Gândaras	› 1 Grande Campo de Jogos › 1 Pequeno Campo de Jogos	› Os dois equipamentos desportivos apresentam acesso condicionado; › O Pequeno Campo existente integra o Parque Escolar e apresenta dimensões reduzidas. › Índice de Pequenos Campos inferior ao valor de referência › Freguesia recém criada o que se reflecte no planeamento dos equipamentos desportivos.	› Dimensão standard e bom estado de conservação do Campo de Futebol das Gândaras. › Índice de Comunidade Geral e Índice de Grandes Campos acima do valor de referência;	› A não existência de um bom pequeno campo de jogos de acesso generalizado poderá condicionar a prática desportiva na Freguesia.	› Se existir um Incremento do peso do Movimento Associativo na Freguesia poderá levar a um aumento da prática desportiva e do número de praticantes; › Condições para a criação de um Pequeno Campo de Jogos de acesso generalizado, ou para a remodelação do Campo da EB1 das Fontainhas.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesia	Parque Desportivo Actual	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Ameaças	Potencialidades
Lousã	› 2 Grandes Campos de Jogos › 11 Pequenos Campos de Jogos › 4 Pavilhões › 4 Salas de Desporto › 1 Piscina com 3 planos de água › 2 Piscinas Descobertas › 1 Picadeiro › 2 Parques Infantis › 4 Espaços Fluviais	› Observam-se alguns espaços desportivos que apresentam um razoável ou mesmo mau estado de conservação, nomeadamente o Campo de Futebol de Cheiras, o Polidesportivo da Escola Secundária e o Pavilhão do Bairro dos Carvalhos; › Grande percentagem dos equipamentos apresenta acesso condicionado; › Equipamentos que observam dimensões reduzidas: Campo de Futebol da EB1 Sta. Rita, Polidesportivo da ARCIL, Polidesportivo da Zona de Lazer da Quinta de São Pedro, Pavilhão Municipal dos Bombeiros e da Piscina Descoberta do Parque Carlos Reis; › Poucos espaços disponíveis para a prática desportiva informal; › A Piscina Municipal por força da idade e das suas características necessita de obras de recuperação ou mesmo remodelação; › Índice de Comunidade Geral e Índices de Grandes Campos, de Salas de Desporto e de Piscinas Descobertas inferior ao valor de referência.	› Freguesia sede de Município é a mais populosa, apresentando boas acessibilidades inter e intramunicipais; › Parque desportivo rico e diversificado (com equipamentos em quase todas as tipologias); › Dimensão standard e bom estado de conservação do Campo de Futebol Rugby da Lousã e dos Pavilhões Municipais nº 1 e nº 2; › Importância de nível nacional do Pavilhão Municipal nº 1 e importância regional do Pavilhão Municipal nº 2; › Bom estado de conservação: Salas de Desporto, Piscina Descoberta do Parque Carlos Reis, Parques Infantis e Piscinas Fluviais; › Índices de Pequenos Campos, de Pavilhões e de Piscinas Cobertas acima do valor de referência; › Concentra 55% das Associações/Clubes existentes no Município; › Concentra equipamentos de carácter municipal e regional, sendo o grande pólo do desporto concelhio.	› Necessidade de desactivação do Campo de Futebol de Cheiras em função do mau estado de conservação e do índice de referência; › Apesar da existência de muitos equipamentos, em algumas tipologias, a oferta de equipamentos de acesso generalizado é escassa, podendo esta tendência vir a acentuar-se no futuro.	› O sector montanhoso na parte SE da Freguesia e a proximidade do rio proporcionam condições únicas ao desenvolvimento de actividades ligadas ao Desporto de Aventura em espaço natural; › Devido à sua centralidade e às boas vias de comunicação, a Freguesia apresenta-se como um espaço privilegiado para a construção de novos equipamentos artificiais (nomeadamente de espaços de nível regional e nacional)
Serpins	› 1 Grande Campo de Jogos › 2 Pequenos Campos de Jogos › 1 Pavilhão › 1 Piscina Descoberta	› Maioria dos equipamentos desportivos apresenta acesso condicionado; › Mau estado de conservação do Campo N. Srª da Saúde; › Índice de Pequenos Campos inferior ao valor de referência; › O Pavilhão de Serpins necessita de obras de remodelação.	› Elevado número de equipamentos atendendo à população residente; › Dimensão standard e importância de nível regional do Pavilhão de Serpins; › Bom estado de conservação da Piscina Descoberta do "Sítio dos Eventos"; › Índice de Comunidade Geral e Índices de Grandes Campos, de Pavilhões e de Piscinas Descobertas acima do valor de referência.	› Em função do peso nos índices Geral de referência e de Grandes Campos, aliado ao mau estado de conservação do equipamento, perspectiva-se a desactivação do Campo de N. Srª da Saúde; › Deterioração das condições de prática desportiva no Pavilhão de Serpins, caso não se verifiquem obras de remodelação.	› O numeroso parque desportivo existente poderá, com algumas alterações, assumir um formato próximo do ideal para a prática desportiva na Freguesia. O sector montanhoso da Freguesia e a proximidade do rio proporcionam condições únicas ao desenvolvimento de actividades ligadas ao Desporto de Aventura em espaço natural.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesia	Parque Desportivo Actual	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Ameaças	Potencialidades
Vilarinho	› 2 Grandes Campos de Jogos › 3 Pequenos Campos de Jogos	› Mau estado de conservação do Campo de Futebol do Prilhão; › Dimensão reduzida e mau estado de conservação do Campo de Treino do Campo de Futebol Dr. José Pinto de Aguiar; › Maioria dos equipamentos apresenta acesso condicionado.	› Dimensão standard dos Polidesportivos de Vilarinho e Chão de Freixo; › O Grande Campo de José Pinto de Aguiar apresenta relvado natural e condições bastante razoáveis para a prática de futebol; › Índice de Comunidade Geral e Índices de Grandes Campos e de Pequenos Campos acima do valor de referência; › Alguns espaços desportivos localizados na freguesia assumem como uma oferta concelhia e, até mesmo regional (Campo de Futebol Dr. José Pinto de Aguiar).	› Más condições dos anexos e espaços complementares do Campo de Futebol Dr. José P. de Aguiar; › Em função do peso nos índices Geral de referência e de Grandes Campos, aliado ao mau estado de conservação do equipamento, perspectiva-se a desactivação do Campo de Futebol do Prilhão.	› Flexibilização dos condicionalismos à prática desportiva registados em alguns equipamentos, permitindo, desta forma, um acesso mais fácil à população em geral; › Recuperação e requalificação do Campo de Treino do Campo de Futebol Dr. José Pinto de Aguiar.
Lousã	› 9 Grandes Campos de Jogos › 21 Pequenos Campos de Jogos › 5 Pavilhões › 4 Salas de Desporto › 3 Piscinas Cobertas › 2 Piscinas Descobertas › 1 Outros	› Diversos equipamentos apresentam em termos de qualidade um défice qualitativo bem como acessos condicionados ou restritos, levando um número significativo da população a não ter acesso de uma actividade desportiva mais regular. › Ausência de espaços onde a prática desportiva possa ser livre e informal, com fácil acesso à totalidade da população. › Mesmo não atendendo ao carácter qualitativo, o parque desportivo mostra-se, em alguns sectores, escasso, mas em particular desadequado às necessidades e à procura, bem como pouco explorador das potencialidades endógenas. › Os valores dos índices de comunidade acima dos valores de referência apenas quando contabilizados também os equipamentos em mau estado de conservação. › Algumas Freguesias apresentam valores populacionais reduzidos.	› Condições endógenas propicias à implementação de zonas para a prática de desporto aventura e de actividades ligadas ao rio. › Alguns sectores do território contam com um movimento associativo dinâmico, capaz de promover a prática desportiva. › Existência de alguns equipamentos de qualidade que interessa promover e manter como base de um planeamento futuro.	› O não aproveitamento das potencialidades municipais no domínio dos espaços naturais com excelentes condições. › O mau estado de conservação de alguns equipamentos, nomeadamente de alguns grandes campos de jogos, factor que motiva índices elevados, podendo ser um entrave ao financiamento de novos equipamentos. › Sectores do território onde a iniciativa local não proporciona a existência de um movimento associativo capaz de dinamizar a prática desportiva.	› Grande potencial por explorar nomeadamente em sectores emergentes como o desporto de aventura e as actividades relacionados com a natureza e também actividades aquáticas ligadas ao rio Ceira. › Condições para a implementação de Núcleos de Desporto Informal adequados aos espaços onde sejam projectados, permitindo um acesso geral das populações à actividade física e ao lazer. › População com apetência para a pratica desportiva e que deseja a edificação destes espaços informais para a pratica regular de actividade fisica não enquadrada.

H. NOVO PARADIGMA NO PLANEAMENTO DOS ESPAÇOS DESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ. A RELAÇÃO ENTRE OS NÚCLEOS FORMAIS E OS INFORMAIS

A elaboração de um projecto de desenvolvimento desportivo num território com as características do Município da Lousã, tornou-se um desafio deveras entusiasmante para a equipa técnica a quem foi concedido esse privilégio.

O Município da Lousã caracteriza-se, desde há muito, pela prática diversificada das modalidades desportivas ditas "clássicas", muito por influência de uma intensa relação com Coimbra, onde o meio universitário leva, por norma, a um desenvolvimento precoce das actividades desportivas que despontavam a nível nacional e mesmo internacional. O quadro natural do Município e o seu potencial endógeno contribuíram para o incremento de novas actividades desportivas, as associadas ao designado "Desporto Aventura". Existe mesmo quem, no contexto do território nacional, e aqui julga-se que de uma forma algo abusiva, tenha vindo a assumir a Serra da Lousã como a "capital do desporto aventura".

Contudo, e tal como foi amplamente demonstrado, e à parte dos exageros sempre questionáveis, facilmente se constata o peso e a importância que a Serra da Lousã pode vir a apresentar, não só no contexto da prática de determinadas modalidades de Desporto Aventura, mas fundamentalmente no próprio desenvolvimento sustentado deste espaço, muito por força das fortes potencialidades observadas.

A filosofia que se pretende implementar neste projecto prende-se cada vez mais com a desejada articulação entre as diferentes componentes do fenómeno desportivo, não continuando a dar crédito a muitas das perspectivas ultrapassadas em que o "Sistema Desportivo Português" se tem vindo a sustentar. Os espaços naturais existentes no território da Lousã evidenciaram a necessidade de criar uma alternativa ao modelo seguido ao longo das últimas décadas, que assentava numa análise exclusiva dos equipamentos desportivos artificiais. A integração do meio natural numa "Carta Desportiva" contribui para o desenvolvimento de um novo conceito alargado de espaços desportivos e que deu origem à criação do que pode ser considerado como um "Atlas do Desporto Aventura Municipal".

Contudo, numa perspectiva integradora e segundo a equipa que desenvolve o presente projecto, em circunstância alguma deve ser esquecido que a principal vocação desportiva das autarquias deve passar pela criação de infra-estruturas de base (recreativas e formativas) e entre as quais devem ser realçadas as que se designam vulgarmente de "quintais desportivos" (ou "logradouros desportivos") ou, dito de um modo um pouco mais actual, estruturas de "desporto informal com diferente vocação".

Aliás, no âmbito de um planeamento urbano geral, algumas infra-estruturas desportivas devem ser assumidas, cada vez mais, como verdadeiro

"mobiliário" urbano, no quadro da definição de verdadeiros espaços de fruição para a totalidade da população - relvados ou prados, parques com espaços livres, logradouros desportivos, parques infantis, ciclovias, entre outros - factos que, como não poderia deixar de ser, se reflectem na abordagem efectuada.

Desde o início do trabalho, procurou-se incrementar a implementação de espaços com vista à prática desportiva da população, para dar resposta às preocupações manifestadas nos dados do inquérito realizado sobre a prática e a procura desportiva no Município (Coelho *et al*., no prelo). Estes reforçavam a ideia e a perspectiva, desde há muito defendida, sobre a problemática de futuros espaços desportivos para o primeiro quartel do séc. XXI e, em particular, no caso dos sectores urbanos ou peri-urbanos.

Nas últimas décadas, no caso particular do Município da Lousã, muita da contextualização de toda esta problemática das relações, prendeu-se com dois factores essenciais: por um lado, as transformações observadas no fenómeno desportivo nacional, com o peso concreto do desporto informal e não enquadrável nas actividades físicas da população em geral, assim como do já amplamente referido "Desporto Aventura" e, por outro, o significativo crescimento urbano e demográfico observado, factos que têm levado a uma crescente e diversificada procura de espaços desportivos.

Estas transformações, obrigaram a uma profunda reflexão sobre as novas necessidades de espaços para a prática da actividade física e desportiva dos seus residentes, assim como de todos os que procuram o seu território, ao longo do ano, quer em termos desportivos, quer mesmo em termos turísticos.

Neste contexto, decidiu-se equacionar para o "Atlas Desportivo do Município da Lousã", não só o habitual diagnóstico em termos dos equipamentos desportivos artificiais existentes e dos seus discutíveis índices de comunidade, mas fundamentalmente toda a perspectiva enunciada na "Lei de Bases" com o enquadramento do Desporto Aventura em termos de desenvolvimento sustentável, associado aos turismos activo, de saúde e cultural. Optou-se por equacionar também as necessidades e em especial as novas perspectivas em termos de espaços desportivos formais e informais.

Decididamente, esta é uma opção que encerra um elevado risco, não só para a equipa que desenvolve o projecto, mas particularmente para a Autarquia que, ao assumir este mesmo rumo, terá uma perspectiva que se pode apresentar como pouco "vistosa" no que respeita a grandes inaugurações.

Optou-se assim por criar condições para a prática desportiva de base, constituindo-se os novos espaços como um dos elementos fundamentais

para a redução do sedentarismo da população. Julga-se que esta opção pode ser penalizadora em termos eleitorais, mas terá reflexos estruturais positivos no desporto e na saúde, para toda a população do Município.

Construir o parque desportivo do Município pela base constitui um risco, mas simultaneamente, um desafio estimulante, até pelas expectativas criadas pelos cidadãos inquiridos. Assim, em função da análise sucinta sobre esse inquérito (Coelho *et al.*, no prelo), propõe-se a criação de um conjunto de espaços que deverão dar resposta à procura por parte do Movimento Associativo, isto no quadro dos espaços formais e tendo como base primordial o diagnóstico dos equipamentos artificiais.

Por outro lado, deverão responder à crescente procura de equipamentos/espaços por uma população cada vez mais urbana, com massa crítica elevada, e que, no essencial, criou expectativas elevadas quanto a uma espectável qualidade de vida num Município em crescimento urbano efectivo (Quadro 51).

Respostas dadas	<17 anos		18-30 anos		>31 anos	
	H (%)	M (%)	H (%)	M (%)	H (%)	M (%)
Promover a criação de clubes	54	46	44	36	35	30
Construir um parque desportivo municipal para o desporto de competição	49	49	49	29	43	28
Apoiar os clubes a construir as suas instalações	52	43	49	36	45	44
Organizar grandes espectáculos desportivos	54	46	49	31	29	25
Dar subsídios aos clubes com actividades dirigidas para os jovens	51	51	60	38	55	45
Dar subsídios aos clubes com atletas profissionais	34	22	30	15	22	14
Disponibilizar transportes para a actividade dos clubes	51	46	36	29	29	31
Formar treinadores e dirigentes	44	34	33	21	27	19
Construir pequenos equipamentos desportivos próximo das áreas residenciais	47	34	45	35	40	32
Educação Física às Escolas do 1º Ciclo (primárias)	39	43	41	31	40	41
Ajudar clubes e associações a organizar provas desportivas	51	37	45	25	33	27
Investir em equipamentos para desportos de aventura	61	55	58	39	28	26
Organizar férias desportivas	60	63	53	49	48	51

Quadro 51 - Opinião dos inquiridos relativamente ao papel da Autarquia no processo de desenvolvimento desportivo (valores relativos e categorias não exclusivas).

Fonte: Coelho *et al.*, no prelo.

No que diz respeito às temáticas desenvolvidas neste trabalho, uma elevada percentagem de inquiridos - entre os 43 e os 49% -, indica a necessidade de edificação de um Parque Desportivo para o Desporto de Competição (em particular os escalões etários mais baixos). Com valores idênticos, os 40 a 47%, indiciam o papel que a Autarquia deve assumir no processo de desenvolvimento desportivo, embora também deva ser referido que, no caso da população do sexo feminino, os valores percentuais são manifestamente inferiores aos da população do sexo masculino.

Neste quadro de análise, deve ainda ser salientado o facto da necessidade de investir em equipamentos para desportos de aventura, ser uma resposta que apresenta valores próximos dos 60%, nos cidadãos mais jovens (com idade inferior a 17 anos), o que parece demonstrar uma forte apetência destes escalões etários pelas actividades anteriormente descritas e que, como não poderia deixar de ser, foram um dos pontos de partida para o desenvolvimento de toda a parte do projecto dedicado ao Desporto Aventura.

Numa análise que pode, em algumas circunstâncias, vir a ser considerada como abusiva sobre o estudo concebido por Coelho *et al* (no prelo), até porque, no seio do sistema desportivo as transformações são muito rápidas, julga-se que devem ser tidos em linha de conta, no quadro do desenvolvimento desportivo do Município da Lousã, três vectores fundamentais:

- Edificação de Espaços Desportivos Formais, de carácter formativo que, embora numa perspectiva pontual, aposte no ultrapassar de algumas deficiências detectadas no diagnóstico;

- Criação de Núcleos de Desporto Informal, claramente de índole recreativo, entendidos enquanto mobiliário urbano;

- Harmonização, regulação e implementação, no quadro natural do território municipal, de todas as actividades de Desporto Aventura, potenciando-as em perspectivas de desenvolvimento sustentado e de entendimento supramunicipal.

1. EQUIPAMENTOS FORMAIS

As análises qualitativa e quantitativa sobre os equipamentos artificiais (Quadro 47), bem como os criticáveis índices de comunidade observados, tornam-se esclarecedoras sobre todo o potencial existente em termos de oferta dos espaços para a prática desportiva formal, mostrando mesmo que, na maioria das tipologias, o valor do índice de comunidade é mesmo superior ao valor de referência normativo. Contudo, apesar destes resultados, observam-se ainda algumas lacunas no território municipal, nomeadamente no que se refere à qualidade de alguns dos equipamentos desportivos existentes, encontrando-se prevista, de modo a colmatar estas necessidades, a construção de raíz de alguns equipamentos.

É de salientar que essas análises são também esclarecedoras sobre o muito trabalho que há a realizar no quadro da recuperação e remodelação de alguns equipamentos, aliás no seguimento do que a equipa técnica tem vindo a referir e a defender para o todo do parque desportivo português - "*antes de construir novo, há que remodelar o existente*".

1.1. NOVOS EQUIPAMENTOS

Neste quadro de análise, apenas são equacionados dois novos equipamentos formais: um deles encontrava-se já previsto, no contexto da edificação da nova Escola Básica 1º, 2º e 3º Ciclos, a qual em termos de espaços desportivos, para além dos habituais polivalentes, deverá integrar um Pavilhão Desportivo, cujo tipo de piso será, muito provavelmente, o betuminoso (ou mesmo o betão); o outro, já totalmente equacionado pela equipa técnica, justifica-se fundamentalmente pelo actual estado de conservação das diferentes instalações do Campo Dr. José P. de Aguiar, bem como pela procura em todo o Município no que respeita aos escalões de formação, quer em termos de prática de futebol, quer do treino do rugby.

1.1.1. O "Complexo Desportivo Municipal"

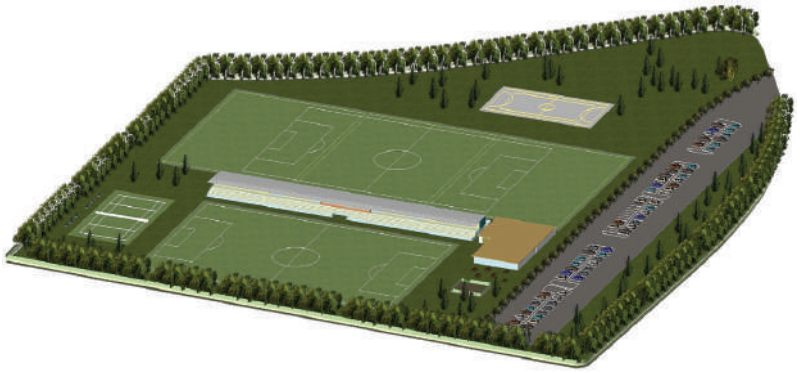
A constatação de que o Campo Dr. José P. de Aguiar (espaço edificado há algumas décadas numa perspectiva desportiva bastante desfasada da actual, com gestão da responsabilidade do Grupo Desportivo Lousanense), de relva natural e vocacionado primordialmente para a prática de futebol de 11, se encontra no limiar de uma utilização satisfatória, é um facto por demais evidente para quem o utiliza no dia-a-dia. O actual estado de conservação, quer do relvado, quer das estruturas de apoio (como os balneários), que apresentam significativas debilidades, levam a que, a curto prazo, se perspective um conjunto de importantes investimentos, com vista à recuperação eficaz deste espaço desportivo.

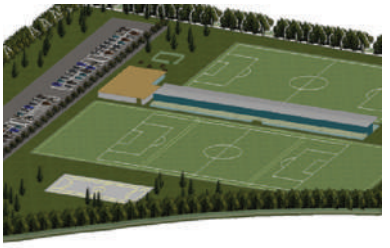
Esta situação coloca dúvidas sobre o futuro do equipamento, devendo ainda associar-se o facto de, o espaço considerado como "campo de treinos", localizado nos terrenos anexos ao campo principal, apresentar um estado de conservação bastante deficitário, não respondendo de forma satisfatória a um simples aquecimento e muito menos a actividades desportivas federadas ou mesmo formativas. Aliás, no contexto de apoio à prática de futebol, e em particular aos escalões de formação, estas debilidades reforçam-se quando se constata que o "campo de futebol de 7" (localizado em terrenos anexos à Escola EB 2,3,), não oferece quaisquer condições para a formação desportiva de jovens. De facto, este equipamento não apresenta balneários e o seu estado de conservação foi mesmo considerado, aquando da inventariação efectuada, como "mau".

A todo este conjunto de pressupostos, associa-se ainda o facto dos restantes campos de futebol, não relvados, do Município apresentarem, no mínimo, qualidade discutível para a prática de desporto de competição.

A falta de qualidade de alguns espaços vocacionados para a prática de futebol e também a escassez de espaços alternativos de treino para o rugby, encontram-se associadas também às características climáticas do Município que, por se apresentarem fortemente agressivas no principal período de actividade das modalidades (em que se verifica uma taxa de ocupação elevada), têm vindo a colocar, sistematicamente, o relvado em condições deficitárias (principalmente no caso do rugby). Assim, numa perspectiva de optimização de recursos e meios, foi equacionada pela equipa técnica, a criação de um novo espaço que possa responder, de modo efectivo, a todo este conjunto de constrangimentos.

Este novo espaço deve ser vocacionado, preferencialmente, para a actividade federada de futebol e também para a de rugby, assim como para actividades formativas (treinos). Trata-se de um "Complexo Desportivo Municipal" (Figura 109) que poderá, à partida, vir a ser localizado num sector um





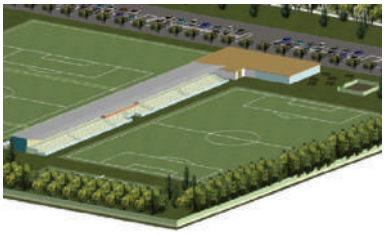


Figura 109 - Complexo Desportivo Municipal.

pouco a Norte da Vila Sede de Município, sensivelmente na fronteira entre as Freguesias de Gândaras e de Lousã. Nesta, pretende-se concretizar uma capaz interligação entre dois "Grandes Campos", que visam a formação e a prática oficial do futebol e mesmo do rugby, com diferentes espaços formais e informais, vocacionados para a prática da actividade física da restante população.

Esta localização é, contudo, muito questionável, já que a área proposta se desenvolve num amplo sector definido em "Reserva Agrícola Nacional" (RAN), facto que obriga, desde logo, à sua necessária desafectação. Caso esta localização venha a ser concretizável, este equipamento deverá funcionar (ou não) como um "equipamento âncora" para um tão desejado crescimento urbano, num sector onde a actividade agrícola é presentemente, diminuta, ou mesmo inexistente.

O programa para este espaço deverá incidir, primordialmente, sobre um "Grande Campo" para a prática de futebol, que substituirá o actual Campo Dr. José P. de Aguiar. O novo espaço apresentará uma dimensão *standard* (105 x 68 m) e piso em relva natural, embora na óptica da equipa técnica, um piso em relva sintética, responderia de forma mais eficaz às necessidades competitivas de todo o Movimento Associativo municipal.

Como estrutura desportiva de apoio directo, deverá ser perspectivado um espaço contínuo de relva sintética com 173 x 79 m, no qual serão desenhados um campo *standard* e, perpendicularmente, três campos de futebol de 7, os quais podem vir a ser equacionados como diferentes unidades de treino, quer para o futebol, quer mesmo para o rugby.

Pretende-se com estes dois espaços que o Movimento Associativo do Município passe a dispor de um espaço de gestão autárquica comum com baixos custos de manutenção, no qual se encontrem campos de jogo e de treino de qualidade e que poderão vir a servir a totalidade dos clubes do Município, possibilitando, assim, aos clubes das freguesias rurais, caso o entendam, a utilização deste mesmo complexo.

Simultaneamente, propõe-se a integração de espaços para desporto informal de apoio, que devem passar por dois pequenos campos *standard* (44 x 22 m), onde possam ser desenhados polidesportivos ou campos de modalidade única (como o de basquetebol, de futsal ou de ténis), bem como um parque infantil, já que, tal como se observou na fase de diagnóstico, este sector Norte da Freguesia da Lousã não apresenta qualquer equipamento recreativo com estas características.

As estruturas de apoio, como balneários, área social com bar (ou mesmo restaurante), estacionamento, entre outras, deverão ser associadas a todas as estruturas desportivas definidas anteriormente, numa lógica de racionalização de meios e de custos. De igual modo, as bancadas de apoio devem ser equacionadas em função das necessidades dos próprios clubes, consentâneas com o nível competitivo dos clubes da Lousã (deverá, no máximo, apresentar 1000 a 1500 lugares).

1.1.2. Pavilhão da Escola Básica 1º, 2º e 3º Ciclos

No caso particular deste equipamento, e como foi referido anteriormente, a responsabilidade da sua implementação passou totalmente ao lado do trabalho de base efectuado pela equipa técnica do Atlas Desportivo. Aliás, constatou-se que, no caso da tipologia "Pavilhão", a procura no Município da Lousã apresenta valores satisfatórios (e não só quando analisado sob o ponto de vista do valor do índice de comunidade) o que levaria, desde logo, a que esta equipa, muito dificilmente, avançasse na formulação da hipótese de edificação de um novo pavilhão no território municipal.

Na realidade, a proposta inicial apontava apenas para pequenas requalificações de alguns dos que presentemente se encontram em funcionamento, ou no máximo, para a reconversão de um destes equipamentos - o Pavilhão do Bairro dos Carvalhos.

No entanto, num contexto externo relativamente ao projecto do "Atlas Desportivo", foi decidido pela tutela a edificação de um "Pavilhão" no espaço da nova Escola Básica 1º, 2º e 3º Ciclos, o qual, pela tipologia proposta - 30 x 20 m -, levanta o velho problema de quem faz e programa os equipamentos desportivos em termos nacionais. Este novo equipamento foi equacionado para servir de apoio, fundamentalmente, às actividades de Educação Física curricular, assim como ao desporto escolar.

Quando se analisam as suas dimensões entende-se que não são as mais aconselhadas, comprometendo a sua utilização futura como equipamento voltado para a prática desportiva de competição, constatando-se que apenas o voleibol e o badmington podem ser integrados neste quadro, ficando de fora modalidades como o andebol, futsal ou o

próprio basquetebol[36]. Mesmo em circunstâncias de utilização para actividades curriculares, este equipamento torna-se pouco interessante sempre que existam diferentes grupos de actividades.

A definição de novos equipamentos desportivo tem sido efectuada, ao longo das últimas décadas, por diversas entidades do poder central, o que tem levado a uma certa falta de racionalidade nos meios envolvidos e nas tipologias propostas. Deste modo, um pouco por todo o país, observa-se a edificação de equipamentos cuja eficácia em termos de optimização se mostra, muitas vezes a curto prazo, desajustada das reais necessidades de um equipamento com estas características.

Num momento em que o equipamento se encontra em fase de projecto, julga-se conveniente que exista uma conjugação de interesses (e custos) entre a tutela e a Autarquia, de modo a que este Pavilhão venha a servir, não só, os interesses da EB 2, 3, mas também, os de toda a população do Município.

1.2. RECUPERAÇÃO / REMODELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES

A construção de novos equipamentos apresentada anteriormente é apenas um dos aspectos a ser contemplado no âmbito do desenvolvimento do parque desportivo do Município, até porque, no plano de investimento para a melhoria das instalações desportivas autárquicas, a Câmara Municipal pretende dotar o Pavilhão Municipal nº2 (junto à Escola Básica 2,3 da Lousã) de um conjunto de balneários que irão servir de apoio tanto ao Pavilhão como ao Campo de Futebol de 7 aí existente e construir uma arrecadação para o material desportivo que permita uma prática desportiva mais segura. Estão também previstas obras de remodelação para o Pavilhão do Bairro dos Carvalhos (equipamento igualmente localizado na Freguesia da Lousã).

Encontra-se ainda contemplada a recuperação do Campo do Rugby Clube da Lousã, que através de uma candidatura à Medida I da Secretaria Geral do Desporto e da Juventude (Higiene e Segurança nas Instalações

[36] *Sem querer alimentar discussões estéreis, a equipa de trabalho alerta, uma vez mais, para que, e de uma forma clara, se assuma a planificação dos diferentes equipamentos colectivos, com particular incidência para os educativos e desportivos, de um modo articulado, isto para não se continuar a observar o replicar de equipamentos num território, entre o poder autárquico, o Movimento Associativo e o poder central – educação e desporto, Esta chamada de atenção prende-se com o facto de o financiamento destes equipamentos se reflectir sempre nos impostos do cidadão comum. Podem mesmo observar-se os custos de manutenção a duplicar (ou mesmo triplicar), constatando-se, a cada momento, que estes equipamentos apresentam baixas taxas de ocupação.*

Desportivas) incluirá a remodelação dos balneários, com incidência na rede de gás, água, saneamento e rede eléctrica bem como do espaço físico dos referidos balneários. No âmbito desta Medida I, a Associação Desportiva Serpinense está a promover a recuperação do Pavilhão de Serpins, com obras ao nível da cobertura (reparação e isolamento), arranjo da platibanda e rede eléctrica.

Ainda no que respeita aos "Grandes Campos de Jogos", na opinião desta equipa, observa-se um conjunto de equipamentos que deveriam ser alvo de "abatimento", por se encontrarem em muito mau estado de conservação (ou mesmo abandonados) e por não permitirem uma utilização anual regular. Contudo, os Campos de Foz de Arouce e de Gândaras (de gestão do Movimento Associativo), atendendo às suas características e utilização regular por parte dos Clubes, deveriam ser alvo de pequenas obras de recuperação e remodelação, para possibilitarem uma prática desportiva com mais qualidade e contribuírem para o aumento do número de praticantes (isto no caso dos Clubes em questão não poderem vir a utilizar o novo complexo desportivo).

Por sua vez, no âmbito da tipologia de "Pequenos Campos de Jogos", atendendo ao facto de se prever, a curto prazo, o encerramento das actividades da empresa EDP no Município, a equipa técnica propõe que seja estabelecida uma parceria entre a Autarquia e esta entidade, de modo a que o Polidesportivo, com dimensões interessantes e em bom estado de conservação, assuma uma gestão pública, possibilitando o acesso e a utilização a toda a população do Município, e em particular desse sector da Vila.

2. EQUIPAMENTOS INFORMAIS

A filosofia defendida pela equipa técnica no desenvolvimento do Atlas Desportivo do Município da Lousã não concede particular ênfase aos espaços desportivos formais "pesados", pelo que apenas foi perspectivada a edificação de raíz de um equipamento que terá como objectivo dar resposta ao desporto formativo e de competição. Aliás, nesse mesmo espaço - o Complexo Desportivo Municipal -, foram também equacionados outros dois que, embora com a possibilidade de também serem utilizados pelo desporto formativo, se encontram preferencialmente direccionados para o desporto informal. Este tipo de espaços, destinados ao desporto informal, assume-se como um dos principais eixos estruturantes no contexto da planificação dos novos equipamentos desportivos do Município.

Uma das razões para esta perspectiva, encontra-se associada ao facto da prática da actividade física e do desporto do cidadão comum (e em especial o urbano), ter vindo a aumentar progressivamente, constatando-se, porém, que o tipo de actividade física implementada não se encontra associado, por norma, a uma modalidade desportiva em concreto, mas, traduz-se, sim, numa forma de estar onde a prática desportiva assume uma presença assídua e manifestamente mais descontraída.

Nesse sentido, foram tidas em linha de conta as respostas dadas pelos inquiridos ao questionário sobre as razões invocadas para a procura da prática de desporto informal no Município da Lousã (Quadro 52). Neste quadro, a resposta "Estar em boa forma física", dada pelos indivíduos com menos de 30 anos é a que apresenta valores percentuais mais elevados. Esta mesma resposta foi apresentada pelos indivíduos da classe etária com mais de 30 anos, mas neste caso, com um valor percentual inferior (menos de metade do da classe anterior).

Neste contexto, foi assumido em conjunto com a Autarquia que um dos pontos fundamentais da planificação dos espaços desportivos, deveria passar pela concretização de espaços que viessem a permitir a prática de desporto informal, vocacionados para um leque variado da população, e que, atendendo às novas tendências do sistema desportivo nacional, deverá definir-se como um dos principais vectores de desenvolvimento no quadro da prática da actividade física.

Estes espaços deverão, assim, organizar-se com base na definição de uma rede equilibrada, que se deverá apresentar distribuída em função, quer das necessidades da população actual e futura, quer dos poucos espaços já

Razões Invocadas	<17 anos		18-30 anos		>31 anos	
	H (%)	M (%)	H (%)	M (%)	H (%)	M (%)
Conviver com um grupo de amigos	59	39	57	25	21	21
Estar em boa forma física	67	44	57	32	25	23
Influência da família e de amigos	8	6	5	2	4	1
Sensação de bem-estar e as emoções provocadas pelo desporto	44	27	41	23	17	11
Ter um papel de destaque e prestígio	11	3	4	1	6	0
Ocupar o tempo e divertimento	49	40	33	17	15	5
Recomendação médica	5	4	3	6	5	10
Prazer na utilização de equipamentos desportivos	19	7	10	3	4	2
Preocupações com o corpo ("manter a linha")	21	20	20	14	9	10

Quadro 52 - Razões invocadas para explicar a procura da prática desportiva informal (valores relativos e categorias não exclusivas).

Fonte: Coelho *et al.*, no prelo.

existentes. Deste modo, esta rede deverá ser constituída por diferentes tipos de estruturas, que diferirão de acordo com as distintas realidades do território municipal e que, na sua essência, poderão apresentar núcleos de dimensão variável, ligados entre si por uma rede ciclável de uso eminentemente de lazer e desportivo. Esta rede ciclável contempla a efectiva definição dos percursos, particularmente da "ciclovia âncora", bem como a tipologia dos perfis de via destinada aos velocípedes.

Pelo exposto, esta estrutura deve prever a união do território em termos de núcleos desportivos urbanos - formais e informais -, assumindo-se como "mobiliário urbano" e numa perspectiva de proporcionar qualidade de vida às populações.

Neste contexto, até porque se observa a inexistência, em termos nacionais, de projectos com estas características globais, julga-se pertinente o desenvolvimento de algumas ideias sobre a metodologia e os objectivos a atingir com este tipo de espaços desportivos recreativos.

Deste modo, o presente trabalho tem obrigatoriamente de reflectir as ideias que se encontram na base do planeamento dos denominados "Núcleos de Desporto Informal" (NDI), isto no quadro da tipologia dos mesmos, observando a tipificação e hierarquização dos diferentes núcleos, bem como a sua própria definição, localização e a formulação de um programa-tipo para cada um deles.

Pelo exposto e no caso particular do Município da Lousã, a definição de novos equipamentos informais passa por dois conceitos fundamentais:

- Um primeiro, o dos Núcleos de Desporto Informal (NDI), que perspectiva um conjunto de espaços que, pelas suas características, permitirá a prática de diversas actividades desportivas de cariz informal, mais livre, de utilização colectiva e de acessibilidade generalizada e tendencialmente gratuita, e que deverão localizar-se preferencialmente nas proximidades dos núcleos populacionais e de maior índice construtivo.

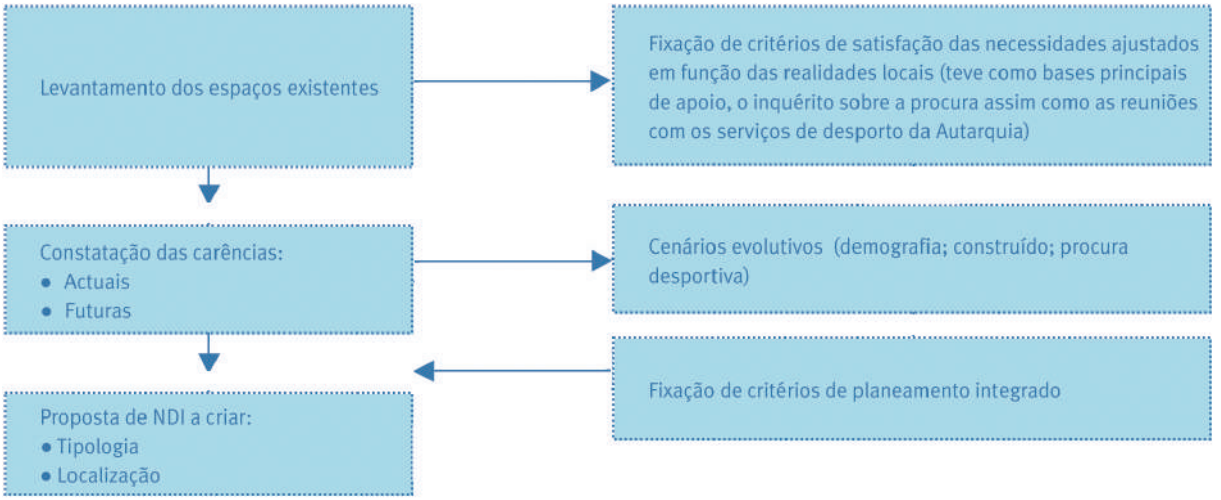
- O outro, manifestamente transversal, assume-se como uma rede ciclável, a qual se vai apresentar como um conjunto de espaços canais destinados ao trânsito de ciclistas - as ciclovias.

2.1. OS NÚCLEOS DE DESPORTO INFORMAL (NDI)

Entendem-se como Núcleos de Desporto Informal (NDI) os espaços onde a prática desportiva não se encontre restrita a uma actividade ou a um equipamento específico. Um local onde se combina um conjunto de possibilidades, quer de práticas desportivas, quer de actividades lúdicas e de lazer, com

vista a uma actividade física quotidiana, não enquadrada e livre dos formalismos dos espaços específicos, onde a associação do desporto, do lazer e da natureza se apresenta como uma alternativa diária ao tradicional equipamento artificial formal isolado. Esta nova perspectiva de espaços desportivos, entendidos como "mobiliário urbano", pretende conferir às populações um fácil e generalizado acesso ao desporto e à actividade física, podendo ir, em função das suas características, desde a prática monodesportiva à polidesportiva, da individual à colectiva, da sazonal à permanente.

Figura 110 - Fases de Planeamento dos Núcleos de Desporto Informal.



Em termos de abordagem metodológica no contexto dos núcleos de desporto informal, deve ser salientado o facto de o seu planeamento ter seguido determinados passos, sem os quais muito dificilmente se atingiria o nível da proposta encontrada (Figura 110).

2.1.1. Tipologias e Hierarquização dos Núcleos de Desporto Informal

A relação entre os Núcleos de Desporto Informal a criar com os já existentes e com a oferta de estruturas desportivas formais, em particular com os Pavilhões, as Piscinas e os Pequenos Campos de Jogos, deve apresentar-se, num momento inicial, como uma peça fundamental no equacionar das tipologias, hierarquização e localização dos mesmos.

No âmbito do desenvolvimento de Núcleos de Desporto Informal, tornou-se absolutamente decisiva a definição das diferentes tipologias a implementar, bem como os respectivos critérios de satisfação, isto tendo em consideração o já referido inquérito sobre a procura, assim como a filosofia assumida pela equipa técnica, inerente a este tipo de estrutura.

Deste modo, os Núcleos de Desporto Informal deverão vir a ser constituídos por um conjunto de espaços/estruturas que permitam a prática de desporto informal, localizados junto às áreas residenciais (preferencialmente em pontos estruturantes da rede desportiva) e enquadrados com a própria estrutura ecológica urbana. Porém, a sua tipologia, nesta fase, vai depender da dimensão de área afecta, por força das características das áreas de cedência para o domínio público pré-existentes.

Dependendo das características do núcleo, este deverá ser designado de nível I, II, III ou IV segundo uma hierarquização que terá correspondência na distribuição dos Núcleos de Desporto Informal pela rede desportiva, integrando conjuntamente, ou mesmo, por vezes, individualmente, os diferentes espaços.

2.1.1.1. Tipologias

No presente, muito por força das transformações do sistema desportivo que se têm vindo a observar ao longo das últimas duas décadas, a equipa técnica julga pertinente a introdução de ligeiras alterações no quadro da definição e caracterização dos diferentes equipamentos desportivos que integram os Núcleos de Desporto Informal, então denominados "quintais desportivos" (Costa e Feio, 1987).

Estes Núcleos de Desporto Informal, embora possam assumir diferentes valências e diferentes exigências de espaço, têm que ser sempre equacionados numa lógica de "mobiliário urbano", apresentando características tão distintas que poderão ir dos campos polidesportivos descobertos *standard* (que proliferam pelo nosso país e, mesmo, com alguma representatividade, pelo território da Lousã) aos pequenos equipamentos lúdicos (Parques Infantis) ou aos circuitos de manutenção (Quadro 53).

Quadro 53 - Tipologias dos Núcleos de Desporto Informal.

Fonte: Baseado nos critérios da DGOTDU.

Equipamento / estrutura		Dimensão funcional útil	Área de implantação (m2)	Área de influência (km)
A.	Campo polidesportivo descoberto – médio	840	1176	0.5
B.	Campo polidesportivo descoberto – pequeno	264	370	< 0.5
C.	Sala de desporto – pequena	225	360	0.5
D.	Equipamento lúdico / desportivo infantil e juvenil	-	>300	0.5
E.	Área de prado	-	>800	0.5 - 1
G.	Circuito de manutenção	-	-	-
F.	Piscina fluvial	-	-	-
H.	Estruturas de apoio	-	40	0.5

A. Campo polidesportivo descoberto de média dimensão

Constituem-se como estruturas descobertas de forma rectangular, com dimensões preferenciais de 44 x 22 m, não encerradas, pavimentados com recurso ao relvado sintético ou material betuminoso e equipados de modo a que permitam uma multiplicidade de jogos de campo, tais como o futebol, andebol, basquetebol, entre outras. São manifestamente os mais comuns dos espaços de acesso generalizado que se encontram por todo o país (as razões de ser são por demais conhecidas, com os baixos custos de implantação a serem as mais referidas), embora na presente situação, quase sempre, enquanto espaços individualizados.

B. Campo polidesportivo descoberto de pequena dimensão

Apresentam-se como estruturas descobertas de forma rectangular de cerca de 22 x 12 m, não encerradas, utilizando como pavimento o material betuminoso, embora recentemente se tenham observado também espaços revestidos com relva sintética e equipados de tal modo que permitam uma multiplicidade de jogos de campo como o futebol, andebol e o basquetebol. Este tipo de espaço deve ser equacionado muito numa lógica de disponibilizar pequenos espaços junto às áreas residenciais.

C. Sala de desporto de pequena dimensão

Estruturas cobertas e encerradas, com cerca de 225 m² de área útil (15 x 15 m) e pé direito livre de 4/5m, destinadas, no essencial, à prática de actividade desportiva, embora podendo igualmente associar-se, no futuro, uma vertente lúdica / cultural.

Esta estrutura que, numa primeira análise, poderá ser considerada como pouco coerente no âmbito do investimento em equipamentos desportivos urbanos, foi assumida, numa fase inicial de planeamento dos equipamentos da Região Centro, como uma das peças fundamentais num desenvolvimento racional do parque desportivo.

No caso dos Municípios ou territórios com decréscimo ou envelhecimento populacional, essas estruturas poderão apresentar-se como essenciais, por exemplo, quer para as actividades de enriquecimento curricular das escolas do 1º CEB, quer principalmente, para o desenvolvimento de actividades associadas ao desporto sénior, e tudo em sectores que, muitas vezes, se solicitam ao poder central ou à Autarquia, sem que a população residente na área de influência justifique a edificação de uma estrutura do tipo Pavilhão. A implantação de espaços com estas características, integrados nos Núcleos de Desporto Informal deve ser equacionada, no essencial, em função da necessária racionalização de custos e meios, sempre em função dos casos particulares que os territórios apresentam.

D. Equipamento lúdico / desportivo infantil e juvenil

Geralmente mobiliário urbano constituído por estruturas didácticas e / ou temáticas, que permitem as actividades lúdicas e desportivas, direccionadas para um público infanto-juvenil (a título de exemplo. parede de escalada; cordas; mas também os tradicionais brinquedos como os baloiços ou os escorregas; entre outras).

E. Área de prado

Estrutura de prado com uma área mínima de implantação de 800 m² (será mesmo preferível uma área superior a 1000 m²), não fragmentado, apresentando na sua maioria, um declive inferior a 3%, que se destinará à pratica de desporto informal e que se pode vir a assumir, na opinião da equipa técnica, como um dos espaços fundamentais na estrutura de equipamentos desportivos não formais, podendo ou não apresentar outras estruturas associadas.

F. Circuito de manutenção

Percurso ao ar livre, destinado à prática de marcha ou corrida, com um máximo de 2 km, tendo em troços, de 100 em 100 m, locais devidamente assinalados para a realização de exercícios físicos.

G. Piscina fluvial

Este é o tipo de estrutura que se pode encontrar desenvolvida ao longo das diversas linhas de água que atravessam os diferentes territórios e que se assumiu que deve integrar a rede de desporto informal. Porém, na maioria das vezes, mais do que criar novas estruturas, parece ser preferível requalificar as existentes em cada Município, assim como torná-las acessíveis a um crescente número de utilizadores.

H. Estruturas de apoio

Instalações de apoio cobertas e encerradas com cerca de 40m² de área útil e cujo programa funcional deverá garantir a existência de sanitários (20m²), balneários (15m²) e zona de armazenagem (5m²), integrando, preferencialmente, as Salas de Desporto.

2.1.1.2. Hierarquização

A escolha dos espaços desportivos a integrar os Núcleos de Desporto Informal, bem como as suas especificidades, estarão sempre condicionadas pelas características das populações que pretendem servir, sendo sempre a principal prioridade a satisfação das suas necessidades, em particular no

que respeita ao desporto informal, bem como contribuir para o incremento da prática desportiva. Do mesmo modo, questões como o potencial de cada sector do território e a distribuição espacial dos equipamentos já existentes, deverão sempre ser consideradas.

Para a definição dos diferentes Núcleos de Desporto Informal tornou-se fundamental equacionar a sua hierarquização, que se encontra dependente do objectivo de implementação e do espaço disponível. Assim, foram definidos quatro níveis, e isto quando equacionados em termos de núcleos e nunca individualmente:

Nível I: Núcleos que pelas suas especificidades se destinam preferencialmente a sectores do território onde se observam elevadas concentrações de população, nomeadamente espaços urbanos de elevada densidade, concentrando assim um maior número de equipamentos e as estruturas mais relevantes da rede de "desporto informal", podendo funcionar como uma alternativa ou mesmo como complemento aos equipamentos artificiais formais (Figura 111):

- Campo polidesportivo descoberto - médio;
- Sala de desporto (ou em alternativa campo polidesportivo descoberto - pequeno);
- Equipamento lúdico / desportivo infanto-juvenil (por exemplo parque infantis);
- Área de prado;
- Estruturas de apoio;
- Ciclovias;
- Circuitos de manutenção;
- Possibilidade de funcionamento de estruturas complementares (bares, esplanadas, restaurantes, estruturas de lazer temporárias, entre outras).

Esta estrutura deverá vir a necessitar, e numa estimativa de ocupação de solo urbano, de uma área entre os 1500 e os 2500m², podendo,

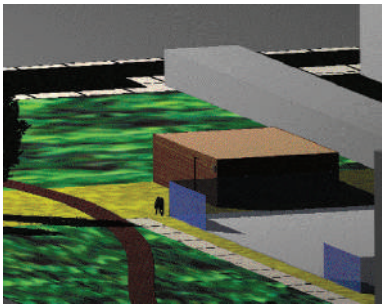


Figura 111 - Nível I: Exemplo do campo polidesportivo descoberto, aqui contíguo a uma sala de desporto e respectiva estrutura de apoio, e que é atravessada por uma ciclovia.

no entanto, caso exista tal possibilidade, apresentar valores superiores àquele.

Nível II: Núcleos que pretendem servir sectores do território de menor densidade populacional, concentrando menor número de equipamentos e as estruturas menos pesadas da rede de "desporto informal", podendo funcionar, à semelhança do nível anterior, embora a uma escala mais reduzida, como uma alternativa ou mesmo como complemento aos equipamentos artificiais formais (Figura 112):

- Campo polidesportivo descoberto - pequeno;
- Sala de desporto de dimensões mais reduzidas;
- Área de prado;
- Estruturas de apoio;
- Circuitos de manutenção.

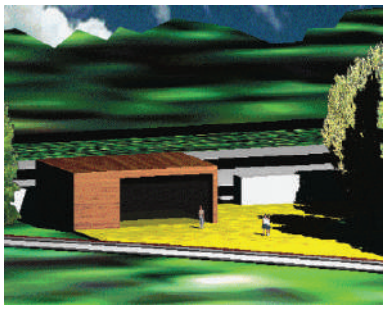


Figura 112 - Nível II: Exemplo de espaço de acolhimento com ligações à rede viária, ciclovia e acesso à zona de desporto informal (circuito de manutenção e sala de desporto).

O menor número de Equipamentos ou áreas desportivas nestes Núcleos de Desporto Informal de Nível II é conjugado com uma maior especificidade dos mesmos, atendendo às características demográficas do território.

Regra geral, os núcleos populacionais mais reduzidos apresentam características diferentes dos de maior dimensão, nomeadamente ao nível demográfico, apresentando uma tendência para o envelhecimento da população. Esta, ou outras especificidades devem ser sempre consideradas aquando da concepção dos projectos de Núcleos de Desporto Informal de Nível II.

Neste contexto, perspectiva-se, numa primeira estimativa, que a ocupação de solo venha a observar uma área compreendida entre os 700 e os 1200 m².

Nível III: Estes núcleos são entendidos como pequenos espaços de desporto e de lazer. Associam um pequeno espaço verde a algum elemento que permita a actividade física informal, designadamente:

› Pequenas estruturas de prática informal (por exemplo uma baliza, tabelas para *street basket*, entre outros).

A área de implementação é variável, podendo passar por um pequeno sector urbano (bairro, praça, entre outros), indo até um aglomerado populacional de menor dimensão.

Nível IV - Espaços que, por força da sua localização e das suas características, apresentam uma utilização esporádica ou mesmo sazonal, muito associados a particularidades do território onde se situam, podendo assim assumir um carácter diversificado ou específico, designadamente:

- Piscina fluvial;
- Circuito de manutenção;
- Campos de voleibol e/ou futebol de praia;
- Funcionamento complementar com estruturas turísticas e/ou de hotelaria (bares, esplanadas, restaurantes, estruturas de lazer temporárias, entre outras).

Regra geral, estes espaços pretendem ir ao encontro da optimização de equipamentos desportivos, turísticos ou de lazer já existentes, servindo de apoio a essas estruturas e contribuindo, simultaneamente, para a reabilitação de sectores específicos do território.

2.1.2. OS NÚCLEOS DE DESPORTO INFORMAL DO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

No caso dos Núcleos de Desporto Informal do Município da Lousã, importa em primeiro lugar identificar os já existentes e, numa fase posterior, propor um conjunto de novos núcleos, obedecendo aos critérios das diferentes tipologias e à hierarquização apresentada e tendo em consideração as especificidades do território.

2.1.2.1. Diagnóstico dos Núcleos de Desporto Informal existentes

Numa primeira análise, é possível identificar no Município da Lousã um pequeno conjunto de espaços que se encontram aptos, desde algum tempo, a proporcionar a prática de desporto informal e não enquadrado (Quadro 54), nomeadamente:

- Por um lado, na Vila de Lousã, as estruturas anexas à piscina descoberta (numa abordagem mais lata, a própria piscina, uma vez que é de carácter recreativo, embora apresente alguns condicionalismos de acesso), às quais se deve associar o "Minicampo" contíguo ao *Intermarchê*;

- Por outro lado, e aqui algo discutível, as diferentes "Piscinas fluviais", que neste particular tanto devem ser equacionadas as designadas de "naturais" da Sra. da Piedade, como as que se encontram ao longo do rio Ceira - Serpins, Casal de Ermio e Foz de Arouce.

Constata-se que o número de equipamentos com estas características é reduzido, tal como a sua área, verificando-se que não predomina uma lógica relacional entre os diferentes espaços, o que inviabiliza qualquer estruturação no sentido de formação de uma rede de base direccionada para a temática das actividades desportivas não formais. A sua presença deriva de acções aleatórias e de intervenções pontuais de aproveitamento de espaços sem qualquer outra vocação.

Associada a esta debilidade deve ser enfatizada a tendência de crescimento da população residente, com uma tónica particular para uma faixa etária jovem, e com características predominantemente urbanas, o que faz prever um cenário evolutivo de maior procura de espaços para essa mesma prática de desporto informal.

Deste modo, e tendo em consideração as carências de espaços disponíveis no seio do espaço urbano, procurou-se encontrar locais para a implantação destes núcleos, o que num momento inicial, seguiu a lógica dos espaços disponíveis inseridos na planta de áreas de cedência para o domínio público municipal, no âmbito de alvarás de licenciamento urbano. Verificou-se, desse modo, a existência de algumas áreas disponíveis e eventualmente afectáveis à rede de desporto informal, embora de imediato deva ser referido, numa primeira abordagem, que a dimensão da maioria deles (áreas disponíveis que variam entre 100 e 2000 m^2) se apresenta pouco interessante para os fins desejados.

2.1.2.2. Distribuição dos Núcleos de Desporto Informal no território

No âmbito da criação de novos espaços desportivos, grande parte do investimento direcciona-se para os Núcleos de Desporto Informal, vocacionados à prática desportiva informal, não enquadrada e necessariamente de proximidade, muito numa perspectiva do que foi entendido como enquadrável no mobiliário urbano.

Tal como foi oportunamente referido, estes núcleos entendem-se como os espaços destinados à prática individual, familiar ou de amigos, próxima das áreas residenciais, onde as estruturas de apoio, particularmente os balneários, não se apresentam como essenciais para a realização da actividade física. São os espaços que mais de 40% dos inquiridos sentem necessidade, quando questionados acerca do que procuram numa futura rede de equipamentos desportivos do Município.

No contexto de práticas de planeamento integrado, a localização dos Núcleos de Desporto Informal (Figura 113) dependerá, preferencialmente, de um conjunto de pressupostos individuais, mas no essencial, quando interrelacionados, nomeadamente:

- Dos núcleos existentes e a manter (a afectar à rede de desporto informal);

- Dos espaços disponíveis (áreas de cedência para o domínio público municipal);

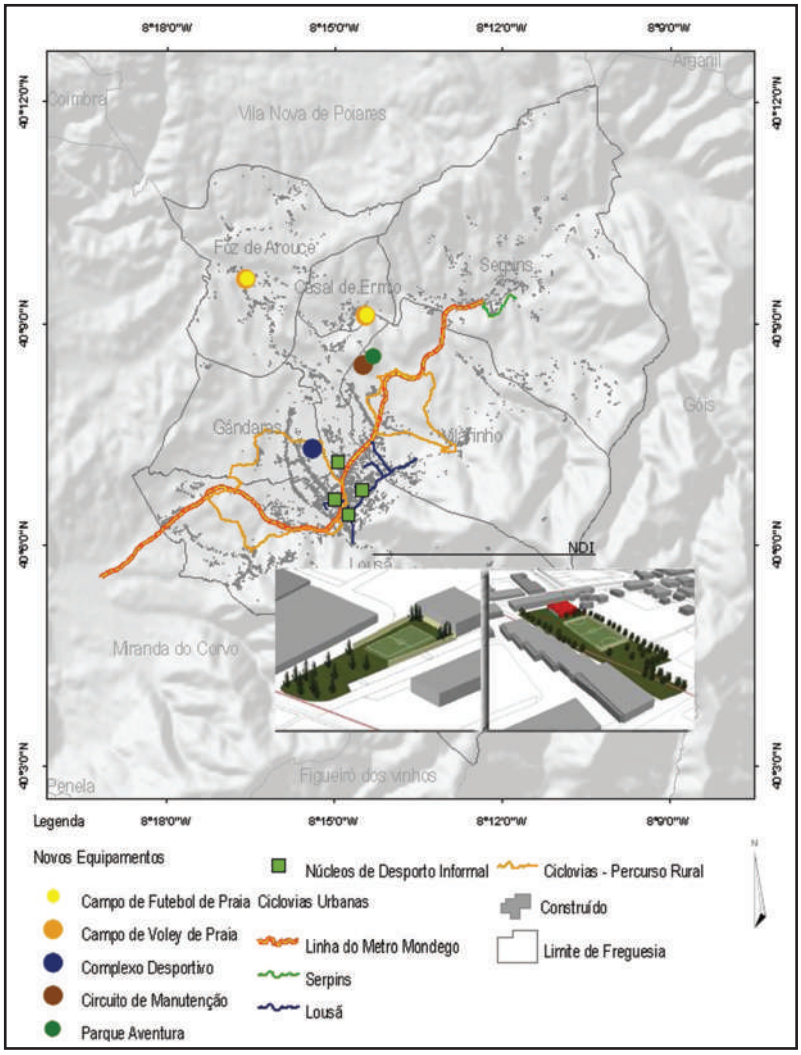


Figura 113 - Localização dos novos equipamentos e dos Núcleos de Desporto Informal.

- Da proximidade de zonas habitacionais (preferencialmente habitação multifamiliar);

- Do maior contributo no sentido da consolidação da estrutura ecológica urbana;

- Da facilidade de articulação com o traçado da rede ciclável.

Relativamente a estes pressupostos, forçosamente, têm de ser destacados dois aspectos, até porque os restantes foram já anteriormente referidos:

ESPAÇOS DISPONÍVEIS DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL

Estes espaços, na Vila da Lousã, segundo os dados fornecidos pelos serviços da Autarquia, incidem no essencial, sobre as novas áreas de expansão, sendo porém inexpressivos na zona urbana central consolidada e de maior densidade (quer construtiva, quer demográfica).

Excluem-se destes espaços todos aqueles que, por se apresentarem fragmentados, e mesmo com dimensões, por vezes, generosas, carecem de continuidade espacial, imprescindível para acolher os Núcleos de Desporto Informal.

Relativamente à dimensão dos espaços da Vila da Lousã, dos cerca de 19 individuais (não fragmentados) apenas sete apresentam área superior aos 1200m², e sendo que destes, apenas 3 têm uma posição geográfica favorável à implantação dos Núcleos de Desporto Informal, por se localizarem na proximidade de zonas habitacionais.

RELAÇÃO COM A ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA

A estrutura ecológica urbana caracteriza-se como um subconjunto dos espaços verdes urbanos, na qual se pretende criar um *continuum naturale* integrado no espaço urbano, que assegura uma maior riqueza biológica, salvaguarda os sistemas fundamentais para o equilíbrio ecológico da Vila da Lousã, assim como, por vezes, evita situações problemáticas em torno do principal núcleo habitacional, no que diz respeito aos riscos naturais.

Nesse sentido, será de todo o interesse colmatar as falhas existentes (*gaps*) na actual estrutura ecológica urbana, ocupando espaços (áreas de prado) com elevado potencial para o efeito.

Aliás, é nesse sentido que o Núcleo de Desporto Informal nº 1 (*vide* Quadro 54) se apresenta como um dos núcleos fundamentais para a sustentabilidade do projecto, coincidindo neste particular, por um lado, o estar próximo ao sector mais densamente edificado - junto à Praceta Sá Carneiro -, e por outro lado, o constituir uma importante faixa de "estrutura ecológica urbana" (Fotos 78 e 79).

Foto 78 - Espaços de Estrutura Ecológica Municipal, com elevado potencial para a criação de um NDI.

Foto 79 - Espaços de Estrutura Ecológica Municipal, com elevado potencial para a criação de um NDI.

Quadro 54 - Tabela Síntese das Propostas de Núcleos de Desporto Informal.

NÚCLEOS DE DESPORTO INFORMAL (NDI)				
Freguesia	Designação	Nível NDI	Área	Observações
NDI Existentes				
Lousã	Equipamentos na extrema sul do "Intermachê"	NDI II	-	Com exposição solar deficitária e próximo a um depósito de gás
	Espaço contíguo à piscina descoberta	NDI II	-	Sem qualquer equipamento instalado
	Piscinas fluviais - Nossa Srª da Piedade	NDI II	-	De utilização sazonal
Casal Ermio	Piscina fluvial	NDI II	-	De utilização sazonal
Serpins	Piscina fluvial	NDI II	-	De utilização sazonal
NDI Propostos				
Lousã	1 – Núcleo da Praceta Dr. Sá Carneiro	NDI I	>2000	
	2 - Pequeno Campo em Prado e Parque Infantil	NDI I	2065 m2	
	3 - Minicampo de Futebol	NDI III	1238 m2	Previsto no protocolo entre a CML e a FPF
	4 - Zona de Prado com Pequeno Campo	NDI III	713 m2	
	5 - Pequeno Campo em prado e Campo Basquetebol	NDI III	1847 m2	
	6 - Pequeno Campo em prado	NDI III	1230 m2	
Vilarinho	7 – Circuito de Manutenção junto ao Aeródromo	NDI III	A definir	Circuito de manutenção e estruturas conexas
Serpins	8 - Pequeno Campo (Polidesportivo com área de prado e Parque Infantil)	NDI III	1180 m2	
Casal Ermio	9 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia	NDI IV	-	Campos de areia em apoio à estrutura da Piscina Fluvial
Foz de Arouce	10 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia	NDI IV	-	Campos de areia em apoio à estrutura da Piscina Fluvial

O espaço físico que é apontado pela equipa técnica como o mais importante, no contexto urbano, capaz de responder de um modo eficaz às necessidades de um Núcleo de Desporto Informal de Nível I, não se encontra incluído na carteira de espaços disponíveis do domínio público municipal. Este é, manifestamente, o único pressuposto que não se observa nos apresentados como essenciais, sendo fortemente compensado pela total verificação dos outros critérios, senão veja-se:

Dos núcleos existentes e a manter (a afectar à rede de desporto informal): tendo presente que a rede de desporto informal deverá ter pelo menos um Núcleo de Desporto Informal de Nível I representativo, e atendendo ao facto de que, os espaços de domínio público municipal disponíveis, não permitirem a um núcleo deste nível desenvolver o seu programa em plenitude (tendo-se afectado apenas o espaço de dimensões mais expressivas e ainda assim insuficientes a este nível de Núcleo de Desporto Informal), torna-se necessária a criação de um outro espaço que assuma claramente este papel.

Foto 80 - Actuais condições da linha de água no sector em causa (em cima e em baixo).

Da proximidade de zonas habitacionais (preferencialmente habitação multifamiliar): o espaço eleito situa-se não só muito próximo de uma zona central, como consegue localizar-se na proximidade da zona escolar, bem como numa área abrangente caracterizada pela habitação multifamiliar.

Do maior contributo no sentido da consolidação da estrutura ecológica urbana: o espaço em questão tem uma localização privilegiada quanto às ocorrências biofísicas, observando-se uma linha de água, ainda que parcialmente canalizada (Foto 80), numa das extremas do terreno, e permitirá colmatar um vazio existente na potencial estrutura ecológica urbana desta Vila, através da afectação de um espaço para além do mais central e em área consolidada.

Da facilidade de articulação com o traçado da rede ciclável: a localização prevista permitirá, por um lado, incluir um troço que futuramente poderá fazer a ligação entre dois importantes eixos cicláveis, e por outro lado, permitirá o prolongamento da rede de ciclovias em tecido urbano de uso predominantemente habitacional.

2.1.2.3. Propostas de Núcleos de Desporto Informal

No caso do Município da Lousã, segundo a hierarquização apresentada, observam-se apenas três níveis de Núcleos de Desporto Informal, nomeadamente o Nível I, III e IV que, por sua vez, podem integrar diversas tipologias (*vide* Quadro 51 e *vide* Figura 113).

Com características definidas para o **Nível I** observam-se os seguintes núcleos:
Nº 1 - Praceta Dr. Sá Carneiro, neste caso particular do centro urbano da Vila da Lousã, a equipa técnica entende que este deveria assumir carácter prioritário, sendo assim um dos primeiros núcleos a implantar no território. Este núcleo nº1, de acordo com o exposto no ponto relativo à hierarquização, poderá incluir uma Sala de Desporto que, atendendo ao crescimento demográfico observado no Município, deverá ser equacionada numa perspectiva de permitir a prática de modalidades como o judo, karaté, luta, ginástica, ténis de mesa, entre outras que, por norma, ocupam espaços da tipologia Pavilhão. Deste modo, modalidades colectivas como o basquetebol, andebol, futsal ou voleibol, podem ser vocacionadas para os Pavilhões (que se encontram, assim, com menor taxa de ocupação), promovendo uma maior racionalização na ocupação de espaços. Pretende-se com este núcleo, criado num sector de densidade populacional significativo, obter um espaço capaz de satisfazer as necessidades da população em termos de prática de actividade física associada ao Desporto Informal.

Nº 2 - Pequeno Campo em prado e Parque Infantil, espaço que, segundo a equipa, poderá arrancar apenas numa terceira fase de implantação dos núcleos (na Freguesia da Lousã). Neste caso particular, e muito por força do aconselhado numa fase preliminar do desenvolvimento do projecto acerca da desactivação de muitos parques infantis do Município (a esmagadora maioria apresentava condições deficitárias, não oferecendo condições de segurança), verifica-se a necessidade de ter algum cuidado na implantação dos equipamentos lúdicos com este tipo de características, já que, de outra forma, a rede de parques infantis não se apresentará satisfatória. No entanto, o núcleo deverá ser redefinido aquando da fase de monitorização, uma vez que os equipamentos mais formais deverão ser equacionados de acordo com as necessidades sentidas.

Por sua vez, o **Nível III** enquadra os seguintes núcleos:
Nº3 - Minicampo de Futebol, que foi considerado de carácter prioritário (a implantar na Freguesia da Lousã). No âmbito dos campos polidesportivos descobertos de pequena dimensão, constata-se a existência de um no espaço urbano - "Polidesportivo da zona de lazer da Qta. de São Pedro" - que, ao longo do ano, apresenta grande procura, no essencial, por parte da população jovem. Este tipo de espaço deve ser equacionado numa lógica de disponibilizar pequenos espaços junto às áreas residenciais, situação reforçada, no presente caso, pela recente aprovação da instalação deste minicampo (em relva sintética) no espaço das anteriores áreas de cedência para o domínio público, isto no âmbito do protocolo realizado entre a Autarquia e a Federação Portuguesa de Futebol.

Nº4 - Zona de prado com Pequeno Campo, a ser implantado na Freguesia da Lousã.

Nº 5 - Pequeno Campo em prado e Campo de Basquetebol, com futura implantação na Freguesia da Lousã.

Nº 6 - Pequeno Campo em prado, a ser desenvolvido na Freguesia da Lousã.

Nº7 - Circuito de manutenção, que se irá desenvolver nos terrenos anexos ao Aeródromo, pertencentes à Freguesia de Vilarinho.

Nº 8 - Pequeno Campo (Polidesportivo com área de prado e Parque Infantil) que, segundo a equipa, deveria encontrar-se entre os primeiros a implantar no território, mais concretamente na Freguesia de Serpins.

Por fim, o **Nível IV** integra apenas dois núcleos:
Nº 9 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia de Casal de Ermio.

Nº 10 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia de Foz de Arouce.

Estes dois núcleos (nº 9 e nº 10), localizados junto às Piscinas fluviais, devem ser equacionados numa lógica de requalificar o espaço, assim como torná-lo acessível a um crescente número de utilizadores e, na óptica da equipa, devem ser entendidos como os de segunda prioridade no Município.

No âmbito da criação de Núcleos de Desporto Informal, julga-se conveniente a sua monitorização no território, de forma a auscultar a população e a concluir acerca da utilização dos espaços desportivos integrados nos quatro diferentes núcleos.

No contexto da rede de equipamentos desportivos informais e, no âmbito do Desporto Aventura, é de referir a construção de um Parque Aventura, de iniciativa privada, na Freguesia de Vilarinho (*vide* Figura 113).

2.2. TRAÇADO DA REDE CICLÁVEL

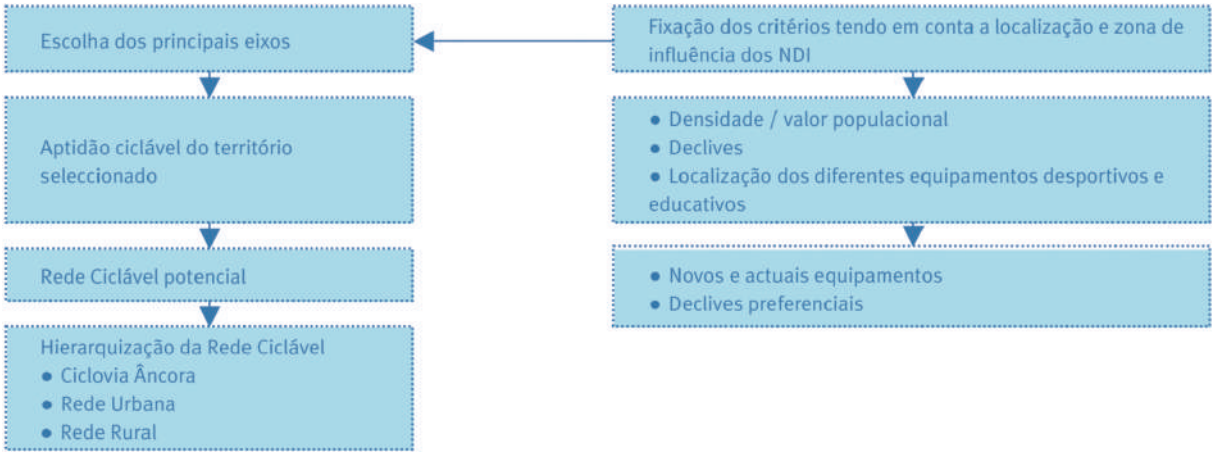
Numa abordagem inicial relativa à questão dos espaços informais no Município da Lousã, só muito dificilmente poderia ter sido equacionada uma rede ciclável por parte da equipa técnica do Atlas Desportivo. A razão de ser dessa difícil aceitação, mesmo tratando-se de uma simples proposta de trabalho, prendia-se, no essencial, com a ideia formada sobre as características morfológicas do território, em particular as observadas no tecido urbano da Vila da Lousã.

Porém, aquando de uma análise mais profunda sobre a relação entre a distribuição do edificado e a distribuição dos declives, tornou-se possível concretizar a implementação de tal rede, já que, os poucos desníveis que à partida poderiam colocar entraves à concretização da ligação, por pistas cicláveis, dos diferentes equipamentos desportivos e escolares da Vila da Lousã, são possíveis de ultrapassar.

Associada a esta nova abordagem encontra-se projectada a transformação da linha de caminho de ferro do designado "Ramal da Lousã" em Eléctrico Ligeiro de Superfície, em particular no sector que liga as Vilas de Lousã e de Serpins (principais núcleos populacionais), possibilitando também a ligação entre a sede de Município e o rio Ceira (e às suas praias fluviais). Esta ligação, neste contexto, assume-se como a estrutura âncora da rede ciclável e irá unir alguns dos trajectos de BTT anteriormente referidos e a rede urbana, assim como passará a efectuar a ligação ao "circuito de manutenção" que foi proposto nos terrenos anexos ao aeródromo.

À semelhança do efectuado no caso dos Núcleos de Desporto Informal, também no caso particular da rede ciclável foi definida uma metodologia própria de abordagem e que passou pelos seguintes momentos (Figura 114).

Figura 114 - Fases de Planeamento do Traçado da Rede Ciclável.



Pretendeu-se assim dotar o Município de uma rede ciclável, que poderá ser assumida como uma 1.ª fase, e como tal, susceptível de, no futuro, vir a ser ampliada. Esta rede tem como objectivo não só a ligação nuclear entre a ciclovia Lousã / Serpins e alguns percursos de BTT, mas fundamentalmente, por pista ciclável, dos diferentes Núcleos de Desporto Informal (e das suas respectivas áreas de influência), no sentido de criar uma rede de percursos nos quais a actividade física, associada a um ciclismo com níveis de esforço reduzido, possa vir a ser concretizada.

Entendido num contexto de complementaridade, estes espaços vão ser equacionados de forma a existir uma ligação entre os diferentes tipos de "estruturas" desportivas defendidas para o Município, nomeadamente, entre estas e os actuais percursos BTT, ou mesmo os equipamentos desportivos formais.

Nesse sentido, e no caso particular da zona urbana, a escolha dos principais eixos / zonas passíveis de acolher a rede ciclável, terá como pressupostos os seguintes critérios:

a. A um nível macro:

1. Ligação entre esta rede e a ciclovia "âncora" Lousã / Serpins;
2. Ligação entre os Núcleos de Desporto Informal de maior abrangência - geralmente Núcleos de Desporto Informal de Nível I;
3. Ligação à rede de percursos BTT;

b. A um nível micro:

1. Existência de Núcleos de Desporto Informal;
2. Área residencial, de equipamentos escolares ou desportivos em zona de influência de Núcleos de Desporto Informal.

É de salientar que, da justaposição entre os declives existentes na Vila da Lousã e os potenciais eixos de ligação entre os diferentes Núcleos de Desporto Informal, anteriormente avançados, resulta um território com uma razoável aptidão ciclável na generalidade, apresentando declives inferiores a 3 % e, pontualmente áreas com declives até 5%.

O mesmo acontece com os Núcleos de Desporto Informal localizados em Serpins, sendo que aqui também é possível definir eixos cicláveis viáveis em termos de declive.

São também aceitáveis os declives longitudinais do canal ferroviário (troço da via entre Lousã e Serpins).

2.2.1. DEFINIÇÃO DOS PERCURSOS CICLÁVEIS

Considerando as características morfológicas do território, particularmente os declives, foi definido um conjunto de percursos cicláveis que importa conhecer e localizar. Deste modo, é de salientar o percurso que utiliza a via ferroviária, mas também os percursos desenvolvidos em meio urbano (ciclovias de Lousã e de Serpins) e em meio rural (ciclovias de Cacilhas e de Vilarinho).

2.2.1.1. Percurso ciclável utilizando o canal ferroviário (troço da via entre Lousã e Serpins)

Canal preferencial por excelência - ciclovia âncora - atendendo a que regista, desde logo, declives perfeitamente praticáveis, tornando assim viável a ligação entre as Vilas de Lousã e de Serpins que, de outra forma, se tornaria impraticável atendendo a que entre estas duas localidades se verificam longas extensões com declives superiores a 10 % e sem canais de possível utilização (Figura 115).

Esta é uma das estruturas mais emblemáticas de todo o projecto em desenvolvimento, funcionando como equipamento associado à prática de desporto informal a todos os restantes segmentos desportivos do Município.

A ciclovia em questão vai ainda servir de elo de ligação entre as duas vilas e o previsto "circuito de manutenção do aeródromo" (assim como ao referido "Parque Aventura", que se encontra em fase de desenvolvimento, num sector a Oriente da mesma estrutura aeronáutica), podendo, caso se observe uma 2ª fase de desenvolvimento das ciclovias, efectuar uma ligação ao Cabril (rio Ceira), a qual terá todas as condições de desenvolvimento a partir de Serpins e ao longo das margens do curso de água.

No troço proposto para esta 1ª fase, deve ser referido um ponto de "conflito" ao longo deste percurso - a "Ponte do Boque". Não podendo, no momento presente, apontar alternativas viáveis, já que todo esse processo deve ser definido com a "MetroMondego", não deve ser equacionada no desenho da ciclovia a passagem da ponte, muito por força das condições de segurança deficitárias que esta apresenta. Assim, deve ser considerado o desvio desta ciclovia, antes da ponte, com o seu desenho entre Boque e Serpins, já em trajecto, junto à margem direita do rio Ceira (Figura 116).

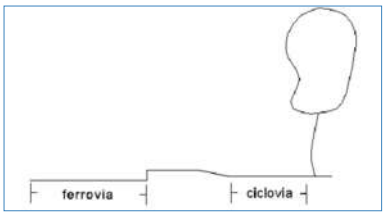
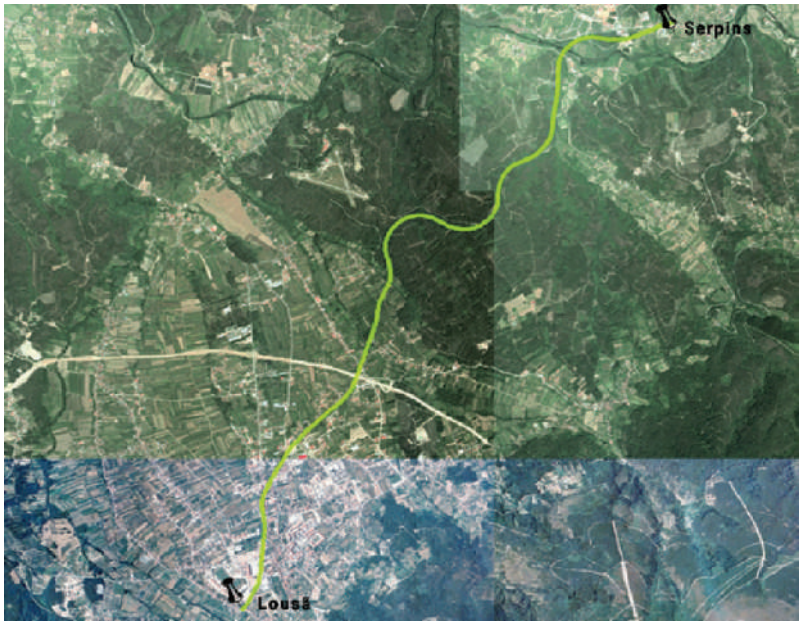


Figura 115 - Percurso ciclável utilizando o canal ferroviário.

Figura 116 - Ciclovia do Canal Ferroviário.



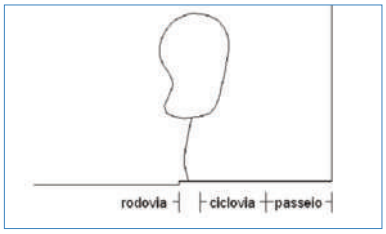


Figura 117 - Percurso ciclável em tecido urbano.

2.2.1.2. Percursos cicláveis em tecido urbano (Vila da Lousã e Serpins)

Para percursos em meio urbano (uma vez ultrapassado o problema dos declives) a questão deverá colocar-se na segregação ou não entre o fluxo de trânsito automóvel e velocípede, dependendo esta opção essencialmente da velocidade automóvel praticada, assim como da largura das diferentes vias.

Assim, para velocidades do trânsito automóvel iguais ou inferiores a 30 km/h, geralmente praticadas em ruas locais, torna-se possível a partilha do mesmo espaço, sempre que a segurança dos ciclistas esteja assegurada. Já para velocidades automóveis superiores a 30 km/h, recomenda-se, numa política de incentivo da utilização segura da bicicleta, a segregação funcional do espaço, com a criação de pistas cicláveis (de largura entre 2.75 a 3.00 m, nas quais serão integradas faixas em ambos os sentidos), pressupondo um trabalho posterior de preparação do espaço público para a coabitação entre o trânsito automóvel e o velocípede, ou em alternativa, uma situação complementar entre o espaço ciclável e o pedonal (Figura 117).

Uma das ciclovias desenvolvidas em meio urbano será a da Vila da Lousã, que terá início na zona de Cova do Barro, seguindo junto ao curso do Rio Ceira, o qual se abandona para se cortar em direcção a Serpins, onde se vai encontrar a linha do caminho-de-ferro (via que se vai seguir sempre, paralelamente, até ao final do percurso), passando por Prilhão Casais, Casal do Espírito Santo (Foto 81), Gândaras, Vila da Lousã, Cacilhas, Vale da Pereira do Areal, Miradouro, Arneiro, Areal, Alto do Padrão e Padrão, perto da linha limite do Município. A via

irá seguir para Covão Grande (junto ao Ribeiro do Fetoso), seguindo depois em direcção ao território do Município de Miranda do Corvo (Figura 118).

Em alternativa, na zona de Gândaras, a ciclovia segue para o caminho que vai até Sarnadinha, encontrando-se, mais à frente, a EN-342, que se vai seguindo até se chegar à zona centro da Vila. Neste percurso até à Vila da Lousã, irão existir diversos desvios, que permitem ao praticante efectuar várias paragens. Partindo do centro da Lousã poderá também apanhar a estrada que segue em direcção à Fábrica do Papel Prado (localizada junto ao Rio Arouce), ou então, poderá seguir a via que vai ligar à linha do caminho-de-ferro.

A ciclovia de Serpins terá início na localidade de Serpins, dirigindo-se para o centro da vila e depois para a zona da Cova do Barro, local que marca o final deste percurso (Figura 119).

Foto 81 - Vista da Lousã (em cima) e Casal do Espírito Santo (em baixo).

Figura 118 - Percurso da Ciclovia urbana da Vila da Lousã.

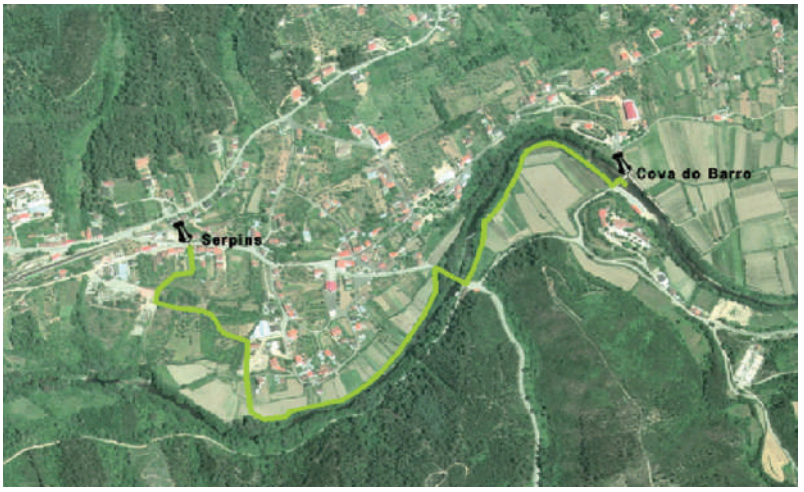


Figura 119 - Percurso da Ciclovia urbana de Serpins.

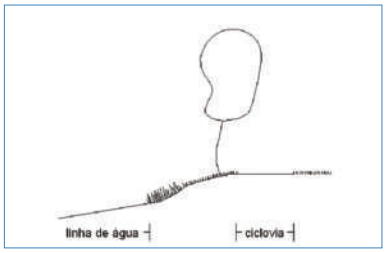


Figura 120 - Percurso ciclável em meio rural.

Foto 82 - Vista de Vilarinho (em cima) e Igreja de Vilarinho (em baixo).

2.2.1.3. Percursos cicláveis em meio rural (Cacilhas e Vilarinho)

Estes percursos tenderão a utilizar caminhos existentes com pendente mais favorável (Figura 120), desenhando-se segundo ocorrências naturais de maior interesse, de modo a dinamizar o trajecto, propondo-se para o caso de Serpins, que o percurso se desenvolva, em boa parte da sua extensão, numa posição lateral relativamente ao leito do rio.

A ciclovia de Cacilhas será uma das desenvolvidas em meio rural, que terá como local de partida a própria localidade de Cacilhas, junto à linha do caminho-de-ferro. Poderá depois optar por seguir na direcção Oeste, pelo caminho que passa por Cavadas, Barrocos, Esgueira e Cova da Raposa até encontrar a EN-342, a qual deve seguir até ao marco do km 60, para depois apanhar o caminho que flecte para a esquerda na zona do Areal, passando, mais à frente, pela zona do Espinheiro e pela Senhora do Desterro, local onde se corta para a zona das Fontaínhas, atingindo o CM-1233, junto ao km² (Figura 121). Aqui poderá seguir pela EN-551 que dá acesso, por uma cortada à direita, ao caminho que vai em direcção a Poças. Continua-se por esse mesmo caminho até encontrar a EN-236 e, perto do km 9, no centro da Vila da Lousã, apanha-se novamente a via que vai dar a Cacilhas (local de partida e simultaneamente de chegada).

A ciclovia de Vilarinho, como o próprio nome indica, terá como local de partida Vilarinho (Foto 82), mais propriamente perto do marco do km 68, na EN-342, e o seu percurso segue de forma semelhante, o traçado da EN-553. Posteriormente faz-se um pequeno desvio para a zona de Carvalhas, atravessa-se a linha do caminho-de-ferro, seguindo pelo estrada que vai dar à Senhora da Piedade e, mais à frente, à EN-553-2, a qual se percorre até se chegar à via que vai cruzar novamente a linha do caminho-de-ferro, na zona do Casal do Espírito Santo (Figura 122). Em percurso paralelo à linha do caminho-de-ferro, continua-se até se encontrar a EN-553, que se percorre até chegar a uma via, que mais à frente, vai ligar novamente à mesma EN-553, estrada que se utiliza para atingir o km68, ponto onde se inverte o sentido da marcha, para se atingir o local de partida - Vilarinho.

Figura 121 - Percurso da Ciclovia de Cacilhas

Figura 122 - Percurso da Ciclovia de Vilarinho

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Atlas Desportivo do Município da Lousã revelou-se um desafio para a equipa técnica. Este projecto é constituído por duas componentes fundamentais, por um lado, a análise e diagnóstico dos equipamentos desportivos artificiais, complementado com a caracterização do Movimento Associativo, e, por outro lado, a definição de um novo paradigma no planeamento dos espaços desportivos. Simultaneamente, desenvolveu-se também um estudo sobre o Desporto Aventura, componente de destaque num Município com o potencial endógeno da Lousã.

Deste modo, foi com base no diagnóstico do actual sistema desportivo municipal, bem como nas opções definidas para o desenvolvimento desportivo do Município a médio e longo prazo, que se equacionou o planeamento do parque desportivo formal e informal do Município da Lousã.

No que respeita aos equipamentos desportivos formais propõe-se a construção de raíz de alguns equipamentos, nomeadamente do complexo desportivo municipal e do Pavilhão da nova EB 2,3. Propõem-se igualmente pequenas obras de recuperação para o Pavilhão Municipal 2 e obras de remodelação no Pavilhão do Bairro dos Carvalhos. Encontra-se ainda contemplada a recuperação do Campo do Rugby Clube da Lousã, através de uma candidatura à Medida I da Secretaria Geral do Desporto e da Juventude que incluirá a remodelação dos balneários. No âmbito desta Medida I, a Associação Desportiva Serpinense irá promover a recuperação do Pavilhão de Serpins.

Ainda na opinião desta equipa, existe um conjunto de "Grandes Campos de Jogos" que deveriam ser alvo de "abatimento" ou "abandono", por se encontrarem em mau estado de conservação e por não permitirem uma utilização anual regular. Os Campos de Foz de Arouce e de Gândaras deveriam ser alvo de pequenas obras de recuperação e remodelação, para possibilitar uma prática desportiva com mais qualidade.

Por último, propõe-se que se estabeleça uma parceria entre a Autarquia e a EDP para que o Polidesportivo desta entidade passe a ser de gestão pública, possibilitando o acesso e a utilização a toda a população do Município.

Ao nível dos equipamentos desportivos informais a equipa técnica desenvolveu uma nova perspectiva de espaços desportivos, entendidos numa lógica de "mobiliário urbano", os Núcleos de Desporto Informal (NDI), que integram diversas tipologias e que obedecem a uma hierarquização própria com quatro níveis. Contudo, no caso do Município da Lousã observam-se apenas três níveis e neste contexto, no âmbito do Nível I, propõe-se a criação dos seguintes núcleos: Nº 1 - Praceta Dr. Sá Carneiro e Nº 2 - Pequeno Campo em prado e Parque Infantil. Por sua vez, o Nível III poderá enquadrar os núcleos: Nº3 - Minicampo de Futebol; Nº4 - Zona de prado com Pequeno Campo; Nº 5 - Pequeno Campo em prado e Campo de Basquetebol; Nº 6 - Pequeno Campo em prado; Nº7 - Circuito de manutenção e Nº 8 - Pequeno Campo (Polidesportivo com área de prado e Parque Infantil). Por fim, o Nível IV poderá integrar apenas dois núcleos: Nº 9 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia de Casal de Ermio e Nº 10 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia de Foz de Arouce.

Ainda no domínio dos espaços do desporto informal devem ainda ser referidas os diferentes percursos cicláveis a criar: percurso ciclável utilizando o canal ferroviário (troço entre Lousã e Serpins), percurso ciclável em tecido urbano e percursos cicláveis em meio rural (Cacilhas e Vilarinho).

BIBLIOGRAFIA

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL (1993) – *História do Desporto*. Lisboa.

CORDEIRO, A. M. Rochette (2005) – *Corredores Verdes concelhios como plataforma de base para o ordenamento do território nos Planos Directores Municipais de 2ª geração. O exemplo do Município de Coimbra – Centro de Portugal*, in Silva, A. N. R.; Souza, L. C. L. e Mendes, J. F. G. (2005) - Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Desenvolvimentos recentes no Brasil e em Portugal. São Carlos (SP). Brasil. pp. 229-247.

CORDEIRO, A. M. Rochette et coll. (2005) - *Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais do Município da Figueira da Foz*. Relatório Final (policopiado).

CORDEIRO, A. M. Rochette (2006) – *Ordenamento e Planeamento de Equipamentos Desportivos com Base num Projecto de Cartografia Dinâmica. Bases Metodológicas na passagem da análise de âmbito autárquico para âmbito Nacional*. Congresso do Desporto "Um compromisso Nacional" Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Lisboa (no prelo).

CORDEIRO, A. M. Rochette; Caridade, P.; Castro, E. e Canteiro, M. (2003) - *Cartas de equipamentos desportivos intermunicipais ou metropolitanas. Aproximação metodológica ao planeamento de infra-estruturas desportivas a nível regional*. IV Colóquio de Coimbra. Coimbra.

CORDEIRO, A. M. Rochette; Caridade, P. e Castro, E. (2005) – *Cartas de Equipamentos Desportivos Intermunicipais (Cartas metropolitanas, regionais ou nacionais). Aproximação metodológica ao planeamento de infra-estruturas desportivas a nível regional*. Actas do PLURIS 2005 – 1º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, São Carlos (SP). Brasil.

DAVEAU, Suzanne (1972) - *Evolução geomorfológica da bacia da Lousã. Projecto de Geografia Física*. Relatório nº 1. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.

DAVEAU, Suzanne (1985-1986) - *Les bassins de Lousã et d'Arganil. Recherches geómorphologiques et sedimentologiques sur le Massif Ancien et sa couverture à l'Est de Coimbra*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, volume II, nº 8. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.

DAVEAU, Suzanne (1998) – *Portugal geográfico*. 2ª edição, Edições João Sá da Costa. Lisboa.

DAVEAU, S., Feio, M., Ferreira, A., Ferreira, D., Martins, A., Pereira, A. e Ribeiro, A. (2004) – *O relevo de Portugal. Grandes unidades regionais*. Volume II. Associação Portuguesa de Geomorfólogos. Coimbra.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2002) – *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*. Colecção Informação nº 6. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DOS DESPORTOS (1986) – *Desporto Anos 90*. Política Desportiva. Ministério da Educação e Cultura/D.G.D. Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DOS DESPORTOS (1988) – *Carta Desportiva Nacional. Carta das Instalações Desportivas Artificiais*. Volume I. Classificação e Tipificação. Ministério da Educação/ D.G.D. Lisboa.

FERREIRA, António de Brum *et al* (2005) - *Geografia de Portugal. O ambiente físico*. Coord. António de Brum Ferreira. Ed. Círculo de Leitores. pp. 54-255.

FERREIRA, Paulo Godinho; Azevedo, Anamaria; Rego, Francisco (2005) – *Carta da Tipologia Florestal de Portugal Continental*. Silva Lusitana 13 (1): 1 – 34, © EFN. Lisboa.

FONSECA, C. *et al*. (2007) – *Plano Global de Gestão para a População de Veados da Serra da Lousã*. Departamento de Biologia, Universidade de Aveiro. Aveiro. pp. 87.

GEPAT - MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1990) – *Normas de Programação de Equipamentos Colectivos do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território*. Lisboa.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2000) – *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Habitats naturais. Lisboa.

INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL (1975) – Carta Europeia do Desporto. Acedido em 27 de Fevereiro de 2009, em http://www.idesporto.pt.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - X Recenseamento Geral da População, 1960. Tomo I. 2º volume. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - XI Recenseamento da População, 1970. 1º volume. Serviços Centrais, INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Recenseamento da População de 1981, resultados definitivos. XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da Habitação. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Censos de 1991, resultados definitivos, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Censos de 2001, resultados definitivos, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Estimativas definitivas de população residente intercensitárias: Lisboa, 2003 – Estimativas definitivas de população residente intercensitárias: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios/ ed. INE – 1991/2000 –. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Estimativas provisórias de população residente: Lisboa, 2003 – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios/ ed. INE – 2001/2002 –. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA- Estimativas provisórias de população residente: Lisboa, 2004 – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios/ ed. INE – 2003 –. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Estimativas provisórias de população residente: Lisboa, 2005 – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios/ ed. INE – 2004 –. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Indicadores Urbanos do Continente, 1999, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, INE, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico de 2004. Direcção Regional do Centro, INE, Coimbra.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Dados comparativos 1991-2001, Recenseamentos Gerais da População e Habitação. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - O País em Números 2004, Versão 2.0. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DO DESPORTO (1996) - *Carta das Instalações Desportivas Artificiais*. Distrito de Coimbra. Secretaria de Estado do Desporto. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA (1991) - *Normais Climatológicas do Continente, Açores e Madeira correspondentes a 1951-1980*. O Clima de Portugal. Serviço Meteorológico Nacional, Lisboa.

OLIVEIRA, José Alípio (2006) – *Política de Financiamento do Sistema Desportivo*. Congresso do Desporto 2006. Sessão Distrital do Porto 3 de Fevereiro. Porto.

PAIVA, Jorge (1988) - *O Coberto Vegetal da Serra da Lousã*. Jornadas de Cultura e Turismo. Câmara Municipal da Lousã. Lousã.

SERRA, Maria Beatriz Alvão (1961) - *A bacia da Lousã: estudo geográfico*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas, FLUC. Coimbra.

TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho (1997) - *A vila da Lousã - Contributo para um estudo de Geografia Humana*. Tese de Mestrado. FLUC. Coimbra.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (2004) – Carta Internacional de Educação Física e do Desporto. Acedido em Fevereiro, em http://www.acm.pt.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA / CITADA:

- Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro. "D.R. I Série". 64 (90-01-13).
- Lei nº 30/2004 de 21 de Julho. "D.R. I Série". 170 (2004-07-21).
- Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro. "D.R. I Série". 11 (2007-01-16).
- Lei nº 18/2004 de 11 de Maio. "D.R. I Série". (2004-05-11).
- Decreto-Lei nº 123/97 de 22 de Maio. "D.R. I Série". (97-05-22).
- Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto. "D.R. I Série". 152 (2006-08-08).
- Decreto-Lei nº 74/2007 de 27 de Março. "D.R. I Série". 61 (2007-03-27).
- Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto. "D.R. I Série". 194 (2004-08-18).
- Lei nº 46/2006 de 28 de Agosto. "D.R. I Série". (2006-08-28).
- Decreto-Lei nº 34/2007 de 15 de Fevereiro. "D.R. I Série". 33 (2007-02-15).
- Decreto-Lei nº 317/97 de 25 de Novembro. "D.R. I Série-A". 273/97 (97-11-25).
- Decreto-Lei nº 309/2002 de 16 de Dezembro. "D.R. I Série". (2002-12-16).
- Decreto-Regulamentar nº 34/95 de 16 de Dezembro. "D.R. I Série". (95-12-16).
- Despacho Normativo nº 78/85 de 21 de Agosto. "D.R. I Série". 191 (85-08-21).
- Decreto-Lei nº 153-A/90 de 16 de Maio. "D.R. I Série". 112 (90-05-16).
- Lei nº 159/99 de 14 de Setembro. "D.R. I Série-A". 109/99 (99-09-14).
- Decreto-Lei nº 310/2003 de 10 de Dezembro. "D.R. I Série". 284 (2003-12-10).
- Decreto-Lei º 379/97 de 27 de Dezembro. "D.R. I Série". (97-12-27).

- Portaria nº 379/98 de 2 de Julho. "D.R. I Série". (98-07-02).
- Portaria nº 506/98 de 10 de Agosto. "D.R. I Série". (98-08-10).
- Decreto-Lei nº 165/96 de 5 de Setembro. "D.R. I Série". (96-09-05).
- Decreto-Lei nº 208/2002 de 17 de Outubro. "D.R. I Série". 240 (2002-10-17).
- Decreto-Lei nº 74/2007 de 27 de Março. "D.R. I Série". 61 (2007-03-27).
- Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de Fevereiro. "D.R. I Série". (95-02-26).
- Portaria nº 68/89 de 31 de Janeiro. "D.R. I Série". 26 (89-01-31).
- Decreto-Lei nº 334/91 de 6 de Setembro. "D.R. I Série". (91-09-06).
- Decreto-Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto. "D.R. I Série". (99-08-27).
- Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro. "D.R. I Série". (99-02-16).
- Decreto-Lei nº 204/2000 de 1 de Setembro. "D.R. I Série". 202 (2000-09-01).

Decreto-Lei nº 100/2003 de 23 de Maio. "D.R. I Série-A". 119 (2003-05-23).

- Decreto-Lei nº 82/2004 de 14 de Abril. "D.R. I Série". (2004-04-14).
- Portaria nº 1049/2004 de 19 de Agosto. "D.R. I Série". (2004-08-19).
- Portaria nº 369/2004 de 12 de Abril. "D.R. I Série". (2004-04-12).
- Decreto-Regulamentar nº 10/2001 de 7 de Junho. "D.R. I Série". (2001-06-07).
- Decreto-Lei nº 238/92 de 29 de Outubro. "D.R. I Série-A". 277 (92-10-29).
- Lei º 16/2004 de 11 de Maio. "D.R. I Série". (2004-05-11).
- Lei nº 119/99 de 11 de Agosto. "D.R. I Série-A". (99-08-11).
- Despacho nº 25 357/2006 de 28 de Novembro. "D.R. I Série". (2006-11-28).
- Decreto-Lei nº 345/99 de 27 de Agosto. "D.R. I Série". (99-08-27).
- Decreto-Lei nº 279/97 de 11 de Outubro. "D.R. I Série". (97-10-11).
- Decreto-Lei nº 460/77 de 7 de Novembro. "D.R. I Série". (77-11-07).
- Decreto-Lei nº 67/97 de 3 de Abril. "D.R. I Série". (97-04-03).
- Decreto-Lei nº 144/93 de 26 de Abril. "D.R. I Série". 97 (93-04-26).
- Lei nº 23/2006 de 23 de Junho. "D.R. I Série". 120 (2006-06-23).
- Decreto-Lei nº 407/99 de 15 de Outubro. "D.R. I Série". (99-10-15).
- Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março. "D.R. I Série". 65 (90-03-19).

ENDEREÇOS NA INTERNET:

http://www.ine.pt
http://www.cm-lousa.pt
http://www.cm-castanheiradepera.pt/images/upload/fauflora/fauna.pdf
http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT/
http://www.icn.pt/psrn2000/
http://www.idesporto.pt/
http://www.cdp.pt/
http://www.comiteolimpicoportugal.pt/
http://www.fpf.pt/
http://www.fpr.pt/
http://www.fphoquei.pt/
http://www.fpbsweb.org/
http://www.fpb.pt/
http://www.fpa.pt/
http://www.fpvoleibol.pt/
http://www.fptenis.pt/
http://www.fpnatacao.pt/

ANEXOS

Quadro 1 - Principais Diplomas Legais que regem o Desporto em Portugal.

Fonte: Leis, Decretos-Lei, Decretos-Regulamentares, Portarias, Despachos Normativos, Regulamentos.

Áreas de Interferência Legislativa	Leis	Âmbito
Lei de Bases do Sistema Desportivo	Discriminação no Desporto	Aprova a Lei de Bases do Sistema Desportivo.
Lei de Bases do Desporto	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Revoga a Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro e aprova a Lei de Bases do Desporto.
Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto	Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro	Aprova a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.
Carta Desportiva Nacional	Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro	Atlas Desportivo Nacional como instrumento fundamental de documentação pública.
	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Revoga a Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro e valoriza o Atlas Desportivo Nacional no conhecimento da situação desportiva nacional.
	Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro	Reconhece a importância da elaboração da Carta Desportiva Escolar.
Direito ao Desporto	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Define as bases gerais do sistema desportivo.
	Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO	A prática da educação física e do desporto é um direito fundamental de todos.
	Carta Europeia do Desporto	Conceito de desporto, direito ao desporto e princípios éticos e as orientações políticas desportivas.
	Programa do XVII Governo Constitucional	Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável - Mais e Melhor Desporto.
	Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro	Define as bases das políticas de desenvolvimento da actividade física e do desporto.
Discriminação no Desporto	Lei nº 18/2004 de 11 de Maio	Estabelece um quadro jurídico para o combate à discriminação baseada em motivos de origem racial ou étnica.
Acessibilidade a Recintos Desportivos de Pessoas com Deficiência	Decreto-Lei nº 123/97 de 22 de Maio	Torna obrigatória a adopção de normas técnicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.
	Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto	Normas técnicas sobre acessibilidades em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada. Revoga o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio.
	Decreto-Lei nº 74/2007 de 27 de Março	Estabelece o direito de acessibilidade de pessoas com deficiência acompanhadas de "cães-guia" a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público, bem como as condições a que estão sujeitos estes animais. Revoga o Decreto-Lei n.º 118/99, de 14 de Abril.
	Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto	Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência. Revoga a Lei n.º 9/89, de 2 de Maio.
	Lei nº 46/2006 de 28 de Agosto	Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde.
	Decreto-Lei nº 34/2007 de 15 de Fevereiro	Regulamenta a Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, que tem por objecto prevenir e proibir as discriminações em razão da deficiência e de risco agravado de saúde.
Instalações Desportivas Instalações Desportivas de Base Recreativas Instalações Desportivas de Base Formativas Instalações Desportivas Especializadas Instalações Desportivas Especializadas Instalações Especiais Espectáculo Desportivo	Decreto-Lei nº 317/97 de 25 de Novembro	Estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, independentemente de a sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos.
Recintos de Espetáculo	Decreto-Lei nº 309/2002 de 16 de Dezembro	Define a instalação, financiamento e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos.
	Decreto-Regulamentar nº 34/95 de 16 de Dezembro	Regulamento das condições técnicas e de segurança dos recintos de espetáculo e divertimentos públicos.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Áreas de Interferência Legislativa	Leis	Âmbito
Requisição de infra-Estruturas Desportivas	Decreto-Lei nº 153-A/90 de 16 de Maio	Estabelece as normas de requisição e utilização das infra-estruturas desportivas.
Autarquias e Desporto	Lei nº 159/99 de 14 de Setembro	Define as competências dos órgãos municipais nos domínios dos tempos livres e do desporto.
	Decreto-Lei nº 310/2003 de 10 de Dezembro	Regula a execução dos Planos Municipais de Ordenamento do Teritório.
Espaços de Jogo e Recreio destinados a Crianças (Parques Infantis)	Decreto-Lei º 379/97 de 27 de Dezembro	Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional de espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte.
	Portaria nº 379/98 de 2 de Julho	Publica a lista dos normativos europeus, projectos normativos europeus e outras especificações técnicas aplicáveis na concepção e fabrico dos equipamentos e superfícies de impacte destinados a espaços de jogo e recreio destinados a crianças.
	Portaria nº 506/98 de 10 de Agosto	Define o organismo com competência para emitir certificados de conformidade, no âmbito do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, que estabeleceu o regulamento das condições de segurança a observar nos espaços de jogo e recreio destinados a crianças.
Desporto Escolar	Decreto-Lei nº 165/96 de 5 de Setembro	Cria o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Revoga os artigos 7.º, n.º 2, 16.º, 17.º, 18.º 19.º e 31.º, n.º 7 do Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro.
	Decreto-Lei nº 208/2002 de 17 de Outubro	Extingue o Gabinet Coordenador do Desporto Escolar. Aprova a orgânica do Ministério da Educação. Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º, as competências do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar são assumidas pela Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Cirricular (DGIDC). Revoga o Decreto-Lei n.º165/96 de 5 de Setembro.
	Decreto-Lei nº 74/2007 de 27 de Março	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação. Revoga o Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de Janeiro e o Decreto-Lei n.º 156/2002, de 20 de Junho.
	Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro	Aprova a reorganização curricular do ensino básico. O Decreto-Lei n.º 6/2001 foi rectificado nos termos da Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, publicada no DR, I-A, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 2001 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro.
	Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de Fevereiro	Estabelece o regime jurídico da educação física e do desporto escolar.
	Portaria nº 68/89 de 31 de Janeiro	Homologa o Regulamento que estabelece as normas gerais de utilização das instalações sócio-desportivas dos estabelecimentos oficiais de ensino, incluindo pavilhões, ginásios, instalações ao ar livre e outras que lhes estejam afectas.
	Decreto-Lei nº 334/91 d 6 de Setembro	Reforma a gestão do Parque Desportivo Escolar. Revoga o Decreto-Lei n.º 277/88, de 5 de Agosto.
	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Aprova a Lei de Bases do Desporto Escolar.
	Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro	Educação Física e Desporto como componentes essenciais da formação integral dos alunos em todos os níveis e graus de educação e ensino.
Desporto no Ensino Superior	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Importância do Desporto no Ensino Superior.
	Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro	Educação Física e Desporto como componentes essenciais da formação integral dos alunos em todos os níveis e graus de educação e ensino.
Desporto na Natureza	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Princípio do desenvolvimento sustentável na utilização dos espaços naturais.
	Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro	Prática desportiva em espaços naturais deve reger-se pelos princípios de respeito da natureza e da preservação dos seus recursos.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Áreas de Interferência Legislativa	Leis	Âmbito
Desporto na Natureza	Decreto-Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto	Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental.
	Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro	Regula o Turismo na Natureza.
	Decreto-Lei nº 204/2000 de 1 de Setembro	Regula as Empresas de Animação Turística.
Condições Técnicas e de Segurança	Decreto-Lei nº 100/2003 de 23 de Maio	Regulamento das condições técnicas e de segurança a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos Equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público.
	Decreto-Lei nº 82/2004 de 14 de Abril	Primeira alteração ao Decreto-Lei º 100/2003 de 23 de Maio.
	Portaria nº 1049/2004 de 19 de Agosto	Alterações ao Regulamento do Decreto-Lei nº 100/2003 alterado pelo Decreto-Lei nº 82/2004.
	Portaria nº 369/2004 de 12 de Abril	Regime de intervenção das entidades acreditadas em acções ligadas ao processo de verificação das condições técnicas e de segurança a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos Equi.
Segurança nos Estádios	Decreto-Regulamentar nº 10/2001 de 7 de Junho	Regulamento das condições técnicas e de segurança dos estádios.
Policiamento de Espetáculos Desportivos	Decreto-Lei nº 238/92 de 29 de Outubro	Regula o Policiamento de espectáculos desportivos realizados em recintos desportivos.
Violência no Desporto	Lei º 16/2004 de 11 de Maio	Aprova medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestação de violência associadas ao desporto.
Medicina Desportiva	Lei nº 119/99 de 11 de Agosto	Aprova a Lei de Assistência médico-desportiva.
	Despacho nº 25 357/2006 de 28 de Novembro	Aprova o novo modelo de ficha de exame de avaliação médico-desportiva.
	Decreto-Lei nº 345/99 de 27 de Agosto	Estabelece o regime jurídico da medicina desportiva. Revoga o Decreto-Lei n.º 224/88, de 28 de Junho, relativo aos Centros de Medicina Desportiva e o Regulamento dos Exames Médico-Desportivos, aprovado pelo Despacho n.º 182/91, de 4 de Outubro, do Ministro da Educação.
Associativismo Colectividades de Utilidade Pública Desportiva Sociedades Desportivas Federações Desportivas Associativismo Juvenil	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Movimento Associativo Desportivo - Utilidade Pública Desportiva.
	Decreto-Lei nº 279/97 de 11 de Outubro	Estabelece o regime jurídico das Associações Promotoras do Desporto (APD).
	Decreto-Lei nº 460/77 de 7 de novembro	Aprova o estatuto das colectividades de utilidade pública.
	Decreto-Lei nº 67/97 de 3 de Abril	Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas. Revoga o Decreto-Lei n.º 146/95 de 21 de junho.
	Decreto-Lei nº 144/93 de 26 de Abril	Estabelece o regime jurídico das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva.
	Lei nº 23/2006 de 23 de Junho	Aprova o regime jurídico do associativismo jovem.
Praticantes Desportivos Dirigentes Desportivos Empresários Desportivos	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Recursos Humanos no Desporto.
Formação Desportiva	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Regula a valorização da intervenção dos recursos humanos.
	Decreto-Lei nº 407/99 de 15 de Outubro	Estabelece o regime jurídico da formação desportiva no quadro da formação profissional.
Actividade Desportiva Federada	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Regula a actividade desportiva não profissional.
Actividade Desportiva Profissional	Lei nº 30/2004 de 21 de Julho	Regula a actividade desportiva profissional.

DEFINIÇÕES PRÉVIAS/GLOSSÁRIO

Os conceitos e as terminologias utilizados ao longo do **Atlas Desportivo do Município da Lousã** são muito diversos e específicos, tornando necessário que a sua definição obedeça a critérios claros e adequados. Assim, com base no Atlas Nacional do Desporto, nas Normas de Programação de Equipamentos Colectivos do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT-MPAT), no Despacho Normativo n.º 78/85, de 21 de Agosto, nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, Colecção Informação nº 6, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU (2002), bem como noutros documentos diversos, foram considerados no Atlas Desportivo as designações, classificações e conceitos que seguidamente se definem.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Equipamento Desportivo – espaço que se encontra vocacionado para a prática desportiva formal. A sua construção implica sempre uma aplicação de meios financeiros (mesmo que diminutos).

Complexo Desportivo – conjunto de Instalações Desportivas, normalmente agrupadas, que funcionam independentemente entre si, apresentando uma gestão comum. Regra geral identificam-se sob uma mesma denominação.

Espaço Complementar – infra-estruturas que complementam a actividade desportiva: balneários, wc´s e arrecadações..

Grande Campo de Jogos – instalação desportiva que permite a prática de modalidades como o Futebol de 11, Rugby e Hóquei em Campo. Poderá ainda ser considerado como grande campo um espaço desportivo de grande dimensão concebido para a prática de várias modalidades, quer elas se possam realizar em separado, quer as marcações no campo se sobreponham.

DIMENSÕES DOS GRANDES CAMPOS DE JOGOS

Campo de Futebol – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 105m X 68m (medidas oficiais FIFA e da Liga Profissional de Futebol Portuguesa); os Grandes Campos que apresentem dimensões de 100m X 64m foram ainda considerados de dimensão aceitável para Grande Campo de Jogos, em particular no que é considerado uma fase transitória pela Federação Portuguesa de Futebol. Abaixo deste valor foram considerados campos de dimensão reduzida, mesmo que neles se desenvolvam actividades de competição.

Campo de Rugby – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 100m X 70m; cada área de validação não deve exceder os 22m em comprimento e os 70m em largura e o comprimento e a largura da área de jogo deve estar tão próximo quanto possível das dimensões indicadas.

Campo de Hóquei em Campo – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 91,40m X 55m.

Pista de Atletismo – instalações desportivas de tipo ovalóide, circunscritas por pistas que se destinam à prática do atletismo. Pode ter uma designação de Pista Regulamentar (400m) ou Pista Reduzida (200m) consoante as dimensões. As Pistas de Atletismo podem ser Pistas de Competição, Pistas de Treino (6 pistas ou 2+4+6), Espaços para a aprendizagem do Atletismo (Pistas Escolares), Espaços de treino de saltos e lançamentos.

Espaço Polivalente para Atletismo – É um equipamento desportivo destinado à prática do atletismo, composto por vários elementos ou sectores como recta de velocidade, sector de lançamento de peso, sector de salto em altura, sector de salto em comprimento, circuito de manutenção, entre outros.

Pequeno Campo de Jogos – instalações desportivas descobertas que permitem a prática de actividades como o Ténis, Basquetebol, Andebol, Futebol de 7, Futebol de 5, Voleibol, Faustebol, Dodgeball, Hóquei em Linha, entre outras. O Pequeno Campo pode ser Especializado (Campo de Ténis) ou Polidesportivo.

DIMENSÕES DOS PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS

Campo de Futsal – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 40m x 20m, mais espaços de protecção.

Campo de Basquetebol – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 28m X 15m, com 7m de pé e 2m de cada lado (valor recomendado pela Federação Portuguesa do Basquetebol); ou 26m X 14m (dimensões mínimas para esta prática desportiva.

Campo de Andebol – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 40m X 20m, com uma largura mínima de 1m na zona das linhas laterais e 2m na zona das linhas de saída de baliza = 44m X 22m.

Campo de Voleibol – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 18m X 9m, com um mínimo de 7m de altura e circundado por uma zona livre com um mínimo de 3m de largura em todos os lados. Para as Competições Mundiais e Oficiais FIVB, a zona livre deve medir, pelo menos, 5m desde o exterior das linhas laterais e 8m desde as linhas de fundo. O espaço livre deverá ter um mínimo de 12,5m de altura a partir da superfície de jogo.

Campo de Ténis – os espaços para a prática desta modalidade deverão apresentar dimensões de 23,77m X 8,23m, para encontros singulares; 23,77m X 10,97m, para encontros de pares.

Hóquei em Patins – 36m X 18m, mínimo e, no máximo, 44m X 22m.

Pavilhão – instalação desportiva com cobertura que permite a prática de modalidades como o Andebol, Badmington, Basquetebol, Futsal, Hóquei em Patins, Patinagem, Ténis, Voleibol, entre outras. Os Pavilhões podem assumir a designação de Multiusos, Multidesportos, o mais comum, Desportivos e Polivalentes, apresentando dimensões variadas: Standard, Pequena Dimensão, Especializado. As dimensões padrão são 40m X 20m, com 2 m de cada lado, como medidas de segurança. Os Pavilhões podem apresentar diferentes marcações consoante as modalidades.

Sala de Desporto – instalação desportiva coberta que permite a prática de actividades como Ginástica, Judo, Lutas Amadoras, Halterofilismo, Karaté, Ténis de Mesa, entre muitas outras. As Salas de Desporto podem ser Especializadas, Não Especializadas, Adaptadas, Salas de Combate, Salas de Musculação ou Ginásios - sala de desporto de dimensões reduzidas que permite a realização de actividades gímnicas e de jogos com bolas.

Piscina Coberta[1] – instalação desportiva com cobertura que permite a prática de actividades aquáticas ao nível da competição, da recreação e da formação/aprendizagem. Pode ter a designação de Complexo de Piscinas, Plano de Água Coberto, Plano de Água informal, Piscina Desportiva, Piscina de Competição/Formação, Piscina Polivalente, Piscina de Ensino ou Tanque de Aprendizagem de acordo com as dimensões e as modalidades que permitem.

Piscina ao Ar Livre ou Descoberta – instalação desportiva sem cobertura que permite a prática de actividades aquáticas ao nível da competição, da recreação e da formação/aprendizagem.

Dimensões das Piscinas – existem competições em piscinas de 25m e em piscinas de 50m. As Pistas devem ter pelo menos 2,5m de largura, com dois espaços de pelo menos 0,2m, na primeira e última pista, entre essas pistas e as paredes laterais. Para piscinas com blocos de partida é exigida a profundidade de 1,35m numa extensão de 1m a 6m do cais de partida. Em todo o resto da piscina é de 1m.

[1] *No presente projecto foram integrados, na Base de Dados, os planos de água pertencentes às unidades hoteleiras, uma vez que, mesmo com acesso fortemente condicionado, estes espaços encontram-se disponíveis para os cidadãos.*

Tanques de Aprendizagem – consideram-se todos os planos de água cobertos ou descobertos com uma dimensão inferior a 25m X 12,5m e com profundidade variável. Destinam-se preferencialmente ao ensino da natação e outras actividades aquáticas para manutenção ou recreativas.

Outros – Equipamentos que não se enquadram em nenhuma das tipologias anteriores:

Equipamentos Equestres
- Pistas de Velocidade;
- Hipódromo (Saltos);
- Picadeiro;
- Outros.

Equipamentos de Actividade Física e de Saúde
- Circuito de Manutenção;
- SPA's;
- Ginásios.

Campos de Tiro
- Fosso Universal;
- Fosso Olímpico;
- Tiro ao Voo;
- Percurso de Caça;
- Tiro às Hélices;
- Compak Sporting.

Campos de Golfe
- Campo de 18 buracos;
- Drive-range;
- Mini-golfe;
- Outros;
- (...).

Equipamentos de Desportos Mecânicos
- Autocross/ Kartcross;
- Motocross;
- Pistas de Velocidade;
- Karting;
- Autódromo;
- Rally;
- Todo o Terreno;
- Outros.

Espaços de Modelismo
- Automodelismo;
- Aeromodelismo;
- Nautimodelismo.

Equipamento de Ciclismo
- Pista de Velocidade;
- Trial;
- Circuito de BTT;
- Outros.

Bowling

Desportos náuticos e aquáticos
- Bodyboard;

- Surf;
- Canyoning;
- Kitesurf;
- Mergulho;
- Outros.

Equipamentos de Remo e Canoagem.

- Pista especializada;
- Plano de água com potencial.

CAMPOS QUE CONSTAM NA BASE DE DADOS - INQUÈRITOS

Identificação do Equipamento (ID) – Número de identificação que o equipamento apresenta na base de dados. O mesmo ID encontra-se associado às fotografias que integram a base de dados, permitindo a qualquer momento a visualização de todos os dados referentes ao equipamento.

Concelho – Designação do concelho a que pertence o equipamento.

Freguesia – Designação da freguesia a que pertence o equipamento.

Designação – Nome oficial ou mais usual do equipamento desportivo.

Designação Específica – Constitui o nível de desagregação de um dado tipo. Esta classificação está relacionada com as dimensões dos recintos ou com o tipo de modalidades que permitem. Podemos encontrar as seguintes designações dos equipamentos: Campo de Futebol; Campo de Andebol; Campo de Râguebi/ Rugby; Campo de Hóquei; Campo de Basquetebol; Campo de Ténis; Campo de Voleibol; Campo de Futsal; Pista de Atletismo; Pavilhão; Polidesportivo; Sala de Desporto Polivalente; Piscinas de Aprendizagem; Piscina Polivalente; Piscina Desportiva; Piscina Recreativa; Piscina Coberta; Piscina Descoberta; Parque Radical; etc.

Localização – Endereço postal. Rua e número de polícia do equipamento.

Tipologia – As normas de equipamentos desportivos apresentadas neste estudo referem-se aos equipamentos de base, recreativos e formativos (os habitualmente considerados normalizados), definidos pelo Instituto de Desporto de Portugal e que comportam as tipologias: Grande Campo de Jogos; Pequeno Campo de Jogos; Pavilhões; Salas de Desporto; Pistas de Atletismo; Piscinas Cobertas; Piscinas Descobertas e Outros existentes no espaço municipal[2].

Piso – Regista os tipos de pavimentos dos equipamentos e, neste município, encontraram-se os seguintes: solo natural, relvado, solo estabilizado, cimento, betuminoso, sintético, madeira rígida, madeira flexível, mosaico, caixa-de-ar e plano de água.

Proprietário – Identificar os nomes dos proprietários dos equipamentos, que podem ser de índole pública, quer de âmbito nacional (Ministérios, em especial o da Educação), quer do âmbito regional (Governo Regional) ou mesmo de cariz autárquico (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), assim como os de índole privada, integrando o movimento associativo ou outras entidades privadas:

Público: Autarquia – Sempre que a entidade proprietária respeita a um órgão municipal (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia).

Público: Ministério da Educação – Quando se trata de equipamentos instalados em estabelecimentos escolares da rede pública. Os proprietários podem ser a Administração Central (Ministério da Educação ou outros) ou a Administração Local (Câmara Municipal), mas a entidade gestora é sempre a própria escola.

Privado: Educativo – Quando se trata de equipamentos instalados em estabelecimentos escolares da rede privada. A entidade gestora é sempre a própria escola conjuntamente com a entidade proprietária.

Privado: Movimento Associativo – Sempre que as entidades proprietárias, e geralmente gestoras, são clubes, associações, colectividades, entre outros. Também se considerou que adquirem o estatuto associativo os equipamentos implantados em terrenos cedidos pelas entidades públicas.

Privado: Outros – Quando a propriedade e a gerência são de outras entidades privadas.

Entidades de Suporte – Neste campo da base de dados são identificadas as entidades, das quais os equipamentos dependem directamente.

Gestão – Neste campo é identificada a entidade que faz a gestão dos equipamentos. Exemplo: no caso das escolas, a entidade gestora é sempre a própria escola.

Natureza Jurídica – Indica se os equipamentos são de propriedade de entidades públicas (Autarquia ou Ministério da Educação) ou privadas (Educativo, Movimento Associativo e Outros).

[2] *Embora não se concorde em absoluto com algumas das designações, julgamos ser aconselhável esta mesma norma tipológica, uma vez que deste modo se torna possível a comparação futura com outros municípios ou mesmo a nível regional ou nacional.*

Tipo de Utilizador – Refere-se a cada um dos grupos de cidadãos que usam preferencialmente o espaço desportivo, tendo sempre em consideração que os de acesso generalizado se associam aos de utilização comunitário:

População em geral – Nos casos em que não haja qualquer restrição à utilização do equipamento desportivo, ou seja, quando a utilização é livre e gratuita.

Alunos – Quando a utilização dos espaços desportivos é exclusiva para as crianças e jovens dos equipamentos escolares.

Utentes – Quando o acesso aos equipamentos desportivos se encontre condicionado a uma autorização prévia por parte da entidade responsável pelo equipamento desportivo ou quando é exigido alguma forma de pagamento para a sua utilização. Nomeadamente as Piscinas, Ginásios, Salas de Desporto ou Health Clubs ou mesmo equipamentos de saúde.

Sócios – Nos casos em que o equipamento desportivo pertence a uma entidade privada, movimento associativo, cuja utilização é limitada a membros/sócios através do pagamento de uma quota. (Exemplos: Associações Desportivas, Clubes Desportivos Privados).

Atletas – Nos casos em que os equipamentos sejam utilizado por Equipas Federadas ou de actividade formal. (Exemplos: grandes campos piscinas ou pavilhões onde se pratiquem actividades desportivas.

Outros – Indicar outro tipo de utilizador que possa não tenha sido enquadrado anteriormente.

Acesso dos utilizadores aos Equipamentos – Trata-se de conhecer as diferentes condições de acessibilidade no espaço desportivo que está a ser recenseado encontrando-se uma relação muito estreita com o tipo de utilizador. O acesso pode ser:

Generalizado – Sempre que não existe qualquer restrição à utilização de equipamentos desportivos, ou seja, quando a sua utilização é livre e gratuita.

Condicionado – Quando é exigida uma autorização ou um pagamento prévios por parte da entidade responsável pelo equipamento desportivo.

Restrito – Equipamentos desportivos de, por exemplo, entidades ligadas à segurança pública (GNR, PSP, PJ), prisões, alguns dos hotéis, ou seja, onde muito dificilmente um utilizador externo à instituição pode praticar desporto.

Área de Implantação – Área que integra a totalidade do terreno de "jogo" ou da prática desportiva. Compreende a dimensão funcional útil acrescida das áreas para serviços de apoio e circulações interiores, variando consoante a modalidade. Por exemplo, no caso de um espaço tipo pavilhão, que comporta mais de um terreno de prática desportiva, a soma de todas as áreas úteis de prática, assim como das áreas envolventes, vai dar a área de implantação desse espaço.

Nota: Grandes Campos de Jogos: Área de Implantação = 1,5 X Dimensão Funcional Útil; Pequenos Campos de Jogos: Área de Implantação = 1,4 X Dimensão Funcional Útil; Pavilhões e Salas de Desporto: Área de Implantação = 1,6 X Dimensão Funcional Útil; Pistas de Atletismo: Área de Implantação = 1,5 X Dimensão Funcional Útil; Piscinas Cobertas: Área de Implantação = 4 X Dimensão Funcional Útil; e Piscinas Ao Ar Livre: Área de Implantação = 5 X Dimensão Funcional Útil;

Comprimento – Dimensão máxima do equipamento (entendido como da área útil de actividade).

Largura – Dimensão máxima do equipamento (entendido como da área útil de actividade).

Altura - Dimensão do vão maior de um equipamento coberto.

Perímetro – Depois de calculado o perímetro (Perímetro = Comprimento^2 + Largura^2) é apontado o respectivo valor. No caso dos espaços desportivos, com lados idênticos, pode parecer um dado pouco significativo, mas no caso de espaços como as pistas de atletismo, este dado torna-se fundamental.

Dimensão Funcional Útil – É a superfície delimitada pelo traçado do jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias (Dimensão Funcional Útil = Comprimento X Largura). Identificam-se os terrenos que têm as dimensões mínimas e as regulamentares para a prática da modalidade a que se destinam, assim como aqueles equipamentos que apresentam dimensão reduzida, a qual apenas permite actividades recreativas. Para a classificação desta dimensão funcional útil, standard ou reduzida, foram tidas em conta as medidas dos diferentes campos apresentadas anteriormente. Deste modo, todos os equipamentos com medidas inferiores, consideraram-se como possuindo dimensão funcional reduzida, e aqueles que se enquadraram dentro das medidas, classificaram-se como standard.

Exemplo: Pequeno Campo de Futebol com uma dimensão de 40 m X 20 m = 800 m^2 foi considerado standard; abaixo deste valor a dimensão funcional útil foi considerada como reduzida.
Segundo a DGOTDU (2002) a dimensão funcional útil varia consoante a tipologia do equipamento:

Tipo de Equipamento	População base (habitantes)	Dimensão Funcional Útil	
		Reduzida	Standard
Grandes Campos de jogos	2 500	5 000 m²	8 000 m2
Pista de Atletismo	7 500	6 000 m2	14 000 m2
Pequenos Campos de jogos	800	800 m2	1 500 m2
Pavilhões e Salas de Desporto	3 000	450 m2	1 350 m2
Piscinas Cobertas	5 000	150 m2	400 m2
Piscinas ao Ar livre	7 500	150 m2	500 m2

Quadro 2 - Dimensão Funcional Útil do Equipamento Desportivo por tipologia.
Fonte: DGOTDU, 2002.

Quadro 3 - Dimensão Funcional Útil do Equipamento Desportivo Especial para Espectáculo.
Fonte: DGOTDU, 2002.

Tipo de Equipamento		População base (Habitantes)	1991-2001		Critérios de Dimensionamento
			Percentagem Máxima	Número de Espectadores	Dimensão Funcional Útil
estádio	Grandes Campos de Jogos	10 000	10	1 000	Standard - 8 000 m²
	Pista de Atletismo	45 000	10	4 500	Standard - 14 000 m²
Court ou Ringue	Pequenos Campos de Jogos	4 000	2.5	100.00	Standard - 1 500 m²
Nave	pavilhões e Salas de Desporto	12 000	2.5	300.00	Standard - 1 350 m²
Estádio Aquático	Piscinas Cobertas	20 000	1	200.00	Standard - 400 m²
	Piscinas ao Ar Livre	30 000	1	300.00	Standard - 500 m²

Estado de Conservação – É um dos campos mais complexos de definir, existindo vários níveis de classificação: Bom (com aspecto agradável em todos os seus sectores); Razoável (a necessitar de pequenas intervenções de conservação); e Mau (a necessitar de intervenção urgente). Como facilmente se compreende, é o aspecto de análise mais subjectiva que existe num trabalho desta índole. O que é de qualidade razoável para o observador sem ligações ao equipamento, pode ser considerado pelos elementos da entidade proprietária como de boa qualidade, ou vice-versa.

Iluminação – Dos campos mais simples de analisar, uma vez que indica se os equipamentos possuem ou não iluminação.

Cobertura – Identifica a situação de cobertura (ou não) dos espaços em análise. Existem espaços cobertos e descobertos ou ao ar livre.

Instalações Cobertas - São as instalações desportivas que funcionam em locais fechados (*indoor*). Pertencem a este grupo os pavilhões, ginásios e salas de desporto e ainda as piscinas cobertas.

Instalações Descobertas – São as instalações desportivas que funcionam ao ar livre (*outdoor*). Pertencem a este grupo os seguintes tipos: grandes campos de jogos, pequenos campos de jogos, espaços para atletismo, circuitos de manutenção e piscinas descobertas.

Balneários – A análise apenas se debruça sobre o facto de existirem ou não balneários.

Bancadas – A análise incide na existência ou não de bancadas. Sempre que possível foi indicada a lotação das bancadas.

Adaptação para Deficientes – Indica se o espaço está ou não adaptado para deficientes.

WC Pública – Identifica a existência ou não de casas-de-banho públicas no espaço desportivo.

Ano de Construção – Indica o ano da construção inicial ou primitiva ou de entrada em serviço do espaço desportivo, marcado com os quatro dígitos desse ano.

Ano de Remodelação – Da mesma maneira que no campo "ano de construção", é indicado com os quatro dígitos do ano, a data em que o espaço desportivo foi submetido pela última vez a um

processo de remodelação, reforma, ampliação, mudança de uso ou tipo.

Taxa de Ocupação – Valor em percentagem que indica a taxa de ocupação dos equipamentos.

Homologação – Indica quais os espaços homologados para a prática desportiva generalizada ou prática oficial de determinada modalidade.

Segurança – Refere-se aos espaços com segurança capazes de serem homologados para a prática desportiva.

Importância – É outro campo bastante complexo ou subjectivo, já que a análise tem a ver com a constatação do tipo de importância que o equipamento tem no quadro desportivo geral. Estes podem assumir uma importância local, regional, nacional ou internacional.

Tipo de Equipamento – O equipamento pode ser do tipo Recreativo (quando é utilizado fins lúdicos ou para o lazer) ou Formativo (sempre que o equipamento permita uma utilização cujo objectivo principal seja a formação).

Observações – Inclui os aspectos significativos que ajudam a clarificar ou a definir as características e o tipo de espaço desportivo recenseado, ou seja, as informações que se considerem relevantes acerca do equipamento, referidas pela autarquia ou pela entidade responsável pelo mesmo.

ESPÉCIES FAUNÍSTICAS PREDOMINANTES NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

Quadro 4 - Lista de Mamíferos que ocorrem na Serra da Lousã.

ORDEM Insectívora	
Ouriço	*Erinaceus europaeus*
Toupeira	*Talpa occidentalis*
ORDEM Lagomorpha	
Coelho	*Oryctolagus cuniculus*
Lebre	*Lepus granatensis*
ORDEM Carnívora	
Raposa	*Vulpes vulpes*
Doninha	*Mustela nivalis*
Toirão	*Mustela putoris*
Fuínha	*Martes foina*
Texugo	*Meles meles*
Lontra	*Lutra lutra*
Geneta	*Genetta genetta*
Gato-bravo	*Felis silvestris*
ORDEM Artiodactyla	
Javali	*Sus scrofa*
Veado	*Cervus elaphus*
Corço	*Capreolus capreolus*

Quadro 5 - Lista de Aves que ocorrem na Serra da Lousã.

Nome vulgar	Nome científico
ORDEM podicipediformes	
Mergulhão-pequeno	*Tachybaptus ruficollis*
ORDEM Ciconiiformes	
Garça-real	*Ardea cinerea*
ORDEM Falconiformes	
Águia-de-asa-redonda	*Buteo buteo*
Águia-cobreira	*Circaetus gallicus*
Açor	*Accipiter gentiles*
Gavião-da-Europa	*Accipiter nisus*
Milhafre-preto	*Milvus migrans*
Tartaranhão-caçador	*Circus pygargus*
Tartaranhão-azulado	*Circus cyaneus*
Peneireiro-comum	*Falco tinnunculus*
Falcão-peregrino	*Falco peregrinus*

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Nome vulgar	Nome científico
ORDEM Galliforme	
Perdiz-vermelha	*Alectoris rufa*
Codorniz	*Coturnix coturnix*
ORDEM Charadriiformes	
Galinhola	*Scolopax rusticola*
ORDEM Gruiformes	
Galinha-de-água	*Gallinula chloropus*
ORDEM Columbiformes	
Pombo-doméstico	*Columba livia*
Pombo-torcaz	*Columba palumbus*
Rola-comum	*Streptopelia turtur*
ORDEM Cuculiformes	
Cuco	*Cuculus canorus*
ORDEM Caprimulgiformes	
Noitibó-da-Europa	*Caprimulgus europaeus*
ORDEM Strigiformes	
Coruja-das-torres	*Tyto alba*
Mocho-galego	*Athene noctua*
Coruja-do-mato	*Strix aluco*
ORDEM Apodiformes	
Andorinhão-preto	*Apus apus*
ORDEM Coraciiformes	
Guarda-rios	*Alcedo athis*
Poupa	*Upupa epops*
ORDEM Piciformes	
Pica-pau-verde	*Picus viridis*
Pica-pau-malhado-grande	*Dendrocopus major*
ORDEM Passeriformes	
Cotovia	*Galerida sp*
Laverca	*Alauda arvensis*
Cotovia-pequena	*Lullula arborea*
Andorinha-das-barreiras	*Riparia riparia*
Andorinha-das-rochas	*Ptyonoprogne rupestris*
Andorinha-das-chaminés	*Hirundo rustica*

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Nome vulgar	Nome científico
ORDEM Passeriformes	
Andorinha-dos-beirais	*Delichon urbica*
Petinha-dos-prados	*Anthus pratensis*
Petinha-dos-campos	*Anthus campestris*
Alvéola-amarela	*Motacilla flava*
Alvéola-cinzenta	*Motacilla cinerea*
Alvéola-branca	*Motacilla alba*
Papa-figos	*Oriolus oriolus*
Estorninho-preto	*Sturnus unicolor*
Gaio	*Garrulus glandarius*
Pega-rabuda	*Pica pica*
Corvo	*Corvus corax*
Gralha-preta	*Corvus corone*
Melro-de-água	*Cinclus cinclus*
Carriça	*Troglodytes troglodytes*
Ferreirinha-alpina	*Prunella collaris*
Ferreirinha-comum	*Prunella modularis*
Rouxinol-bravo	*Cettia cetti*
Chapim-rabilongo	*Aegithalos caudatus*
Trepadeira-comum	*Certhius branchydactyla*
Trepadeira-azul	*Sitta europaea*
Pardal-cumum	*Passer domesticus*
Pardal-montez	*Passer montanus*
Tentilhão-comum	*Fringilla coelebs*
Dom-fafe	*Pyrrhula phyrrhula*
Chamariz	*Serinus serinus*
Verdilhão	*Carduelis chloris*
Lugre	*Carduelis spinus*
Pintassílgo	*Carduelis carduelis*
Pintarrôxo	*Carduelis cannabina*
Cia	*Emberiza cia*
Escrevedeira-de-garganta-preta	*Emberiza cirlus*
Bico-de-lacre	*Estrilda astrild*

Quadro 6 - Lista de Anfíbios que ocorrem na Serra da Lousã.

Nome vulgar	Nome científico
Sapo-parteiro	*Alytes obstetricans*
Sapo-comum	*Bufo bufo*
Salamandra-lusitânica	*Chioglossa lusitanica*
Rela	*Hyla arborea*
Salamandra-de-costelas-salientes	*Pleurodeles waltl*
Rã-ibérica	*Rana iberica*
Rã-verde	*Rana perezi*
Salamandra-de-pintas-amarelas	*Salamandra salamandra*
Tritão-de-ventre-laranja	*Triturus boscai*
Tritão-marmorado	*Triturus marmoratus*

Quadro 7 - Lista de Répteis que ocorrem na Serra da Lousã.

Nome vulgar	Nome científico
Cobra-de-vidro	*Anguis fragilis*
Cobra-de-pernas-pentadáctila	*Chalcides bedriagai*
Cobra-de-escada	*Elaphe scalaris*
Lagarto-comum	*Lacerta lepida*
Lagarto-de-água	*Lacerta schreiberi*
Cobra-rateira	*Malpolon monspessulanus*
Cágado-comum	*Mauremys caspica*
Cobra-de-água-viperina	*Natrix maura*
Cobra-de-água-de-colar	*Natrix natrix*
Lagartixa	*Podarcis bocagei*
Lagartixa	*Podarcis hispanica*
Sardanisca-do-mato	*Psammodromus algirus*
Sardanisca-do-mato-ibérica	*Psammodromus hispanicus*
Osga	*Tarentola mauritanica*
Víbora-cornuda	*Vipera latastei*

Fonte: http://www.cm-castanheiradepera.pt/images/upload/fauflora/fauna.pdf

INQUÉRITOS

Município da Lousã

Equipamentos Desportivos
Inquérito Geral

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra

1 Identificação

Designação

Tipologia GC ☐ PC ☐ PAV ☐ SD ☐ PIS.C. ☐ PISC.D. ☐ P.ATL ☐ OUT. ☐

Distrito Município Freguesia

Morada

Telefone Fax E-mail

Página web

Ano de início de actividade Latitude Longitude

Estado de conservação Muito Bom ☐ Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐ Abandonado ☐

2 Tipo

Equipamento Individual ☐ ID do equipamento

Complexo Desportivo ☐ ID do complexo

3 Localização

☐ Urbana
☐ Peri-Urbana
☐ Não-urbana

4 Natureza Jurídica

Público:
☐ Autárquico
☐ M.E
☐ M.C.E.S.
☐ Outros

Privado:
☐ Mov. Associativo
☐ Outros

5 Energias Renováveis

☐ Placa solar térmica
☐ Placa solar foto voltaica
☐ Eólica
☐ Hídrica
☐ Biomassa
☐ Outras
☐ Inexistente

6 Transportes Públicos

Rodoviário

Urbano ☐
Não Urbano ☐

Ferroviário

Caminhos-de-ferro ☐
Metropolitano/Eléctrico ☐

Sem transporte ☐

Distância ao mais próximo (Km)

7 Serviços Auxiliares

- Sauna ☐
- Hidromassagem ☐
- Banho turco ☐
- Duche ciclónico ☐
- Outros ☐

9 Estacionamento

- ☐ Sim — Apropriado ☐
- ☐ Não — Improvisado ☐
- Nº de lugares ☐

8 Outros Serviços

- Bar ☐
- Restaurante ☐
- Zona infantil ☐
- Serviços comerciais ☐
- Controlo de acesso ☐
- Oficinas ☐
- Palco ☐
- Sala de leitura ☐
- Escritórios ☐
- Secretaria ☐
- Plano de emergência ☐
- Armazém ☐
- Sala de exposições ☐
- Sala de formação ☐
- Gabinete médico ☐
- Enfermaria ☐
- Fisioterapia ☐
- Massagens ☐
- Sala de eventos ☐
- Outros ☐

10 Observações

GRANDES CAMPOS DE JOGOS

1 Identificação

ID

Designação

Tipologia Grande Campo

Distrito/Ilha Município Freguesia

Latitude Longitude

2 Gestão

Proprietário

Entidade de suporte

Gestão

Homologação

3 Uso

Tipo de equipamento Formativo Recreativo Rendimento

Estado de uso

Em Uso: Anual / Sazonal

Fora de Uso: Em construção / Em remodelação / Desactivado

4 Prática Desportiva

Actividade principal

Outras actividades

Integrado num parque escolar Sim Não

5 Tipo de Utilizador

População em Geral
Alunos
Utentes
Sócios
Atletas
Outros

6 Acesso

Generalizado
Condicionado
Fortemente Condicionado
Restrito

7 Adaptação a Deficientes

Total
Prática desportiva
Acessos
Outras

8 Importância

Centro de Alto Rendimento de índole Nacional
Equipamento de nível Internacional
Centro de Estágio
Equipamento de nível Nacional
Equipamento de significado Regional/Intermunicipal
Equipamento de significado Autárquico (Municipal)
Equipamento de índole local
Equipamento Escolar

9 Piso

Solo Estabilizado
Solo Natural
Relva Natural
Relva Sintética
Sintético
Betuminoso
Outros pisos

Especificar piso:

10 Iluminação

Sim
Não

Tipo
Lux

Permite transmissão televisiva (lux) Sim Não

11 Área de Jogo

Largura
Comprimento
Área
Perímetro

12 Área de Implantação

Largura
Comprimento
Área

Dimensão funcional

13 Funcionalidade

Permite a prática formal Sim Não

Permite a prática oficial Sim Não

Quais as modalidades

14 Envolvência

	Sim	Não	Qual?
Integrado num Complexo Desportivo			
Vedação Exterior (Área funcional)			

15 Atributos Específicos

	S	N
Arrecadação		
Bancadas		
Secretaria		
Balneários próprios		
Balneários partilhados com outras instalações.		

	S	N
Sistema Sonoro		
Instalações de Imprensa		
Sala de Conf. de imp.		
Recepção		

Tipo de Bancadas

Fixas Móveis Telescópicas

Lugares Sentados
Lugares de Pé

	S	N
Lugares individuais		
Certificação da Bancada		

WCs Públicos (nº)
Masculino
Feminino
Deficientes

Placard
Electrónico
Manual
Inexistente

Cobertura (Bancadas)
Fixa Móvel Mista

Total Parcial Inexistente

16 Observações

PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS

1 Identificação

ID

Designação

Tipologia Pequeno Campo

Distrito/Ilha Município Freguesia

Latitude Longitude

2 Gestão

Proprietário

Entidade de suporte

Gestão

Homologação

3 Uso

Tipo de equipamento Formativo Recreativo Rendimento

Estado de uso

Em Uso: Anual / Sazonal

Fora de Uso: Em construção / Em remodelação / Desactivado

4 Prática Desportiva

Actividade principal

Outras actividades

Integrado num parque escolar Sim Não

5 Tipo de Utilizador

População em Geral
Alunos
Utentes
Sócios
Atletas
Outros

6 Acesso

Generalizado
Condicionado
Fortemente Condicionado
Restrito

7 Adaptação a Deficientes

Total
Prática desportiva
Acessos
Outras

8 Importância

Equipamento de nível Internacional
Centro de Alto Rendimento/de Estágio
Equipamento de nível Nacional
Equipamento de caracter Regional
Equipamento de caracter Intermunicipal
Equipamento de caracter Municipal
Equipamento de índole local
Equipamento Escolar

9 Piso

Relva Sintética ☐
Relva natural ☐
Cimento ☐
Solo Estabilizado ☐
Solo Natural ☐
Madeira ☐
Borracha ☐
Sintético ☐
Metálico ☐
Modular ☐

Betuminoso ☐
Alcatrão ☐
Pó de tijolo ☐
Outros pisos ☐

Especificar piso:

10 Iluminação

Sim ☐ Não ☐

Tipo
Lux

Permite transmissão televisiva (lux) Sim ☐ Não ☐

11 Área de Jogo

Largura
Comprimento
Área
Perímetro

12 Área de Implantação

Largura
Comprimento
Área

Dimensão funcional

13 Funcionalidade

	Sim	Não
Permite a prática formal	☐	☐
Permite a prática oficial	☐	☐

Quais as modalidades

14 Cobertura

Sem cobertura — Altura livre / Sazonal ☐

Com cobertura — Fixa / Móvel ☐ — Aquecimento / Climatização ☐

15 Envolvência

	Sim	Não	Qual?
Integrado num Complexo Desportivo	☐	☐	
Vedação Exterior (Área funcional)	☐	☐	

16 Atributos Específicos

	S	N
Arrecadação	☐	☐
Bancadas	☐	☐
Secretaria	☐	☐
Balneários próprios	☐	☐
Balneários partilhados com outras instalações.	☐	☐

	S	N
Sistema Sonoro	☐	☐
Instalações de Imprensa	☐	☐
Sala de Conf. de imp.	☐	☐
Recepção	☐	☐

Tipo de Bancadas

Fixas ☐ Móveis ☐ Telescópicas ☐

Lugares Sentados
Lugares de Pé

	S	N
Lugares individuais	☐	☐
Certificação da Bancada	☐	☐

WC's Públic		(nº)
	Masculino	
	Feminino	
	Deficientes	

Placard — Electrónico ☐ / Manual ☐ / Inexistente ☐

Cobertura (Bancadas)

Fixa ☐ Móvel ☐ Mista ☐

Total ☐ Parcial ☐ Inexistente ☐

17 Observações

PISCINAS COBERTAS E DESCOBERTAS

1 Identificação

ID

Designação

Tipologia Piscinas Coberta ☐ Descoberta ☐

Distrito/Ilha Município Freguesia

Latitude Longitude

2 Gestão

Proprietário

Entidade de suporte

Gestão

Homologação

3 Uso

Tipo de equipamento Formativo ☐ Recreativo ☐ Rendimento ☐

Estado de uso

Em Uso: Anual ☐ Sazonal ☐

Fora de Uso: Em construção ☐ Em remodelação ☐ Desactivado ☐

4 Prática Desportiva

Actividade principal

Outras actividades

Integrado num parque escolar Sim ☐ Não ☐

5 Tipo de Utilizador

População em Geral ☐
Alunos ☐
Utentes ☐
Sócios ☐
Atletas ☐
Outros ☐

6 Acesso

Generalizado ☐
Condicionado ☐
Fortemente Condicionado ☐
Restrito ☐

7 Adaptação a Deficientes

Total ☐
Prática desportiva ☐
Acessos ☐
Outras ☐

8 Importância

Equipamento de nível Internacional ☐
Centro de Alto Rendimento/de Estágio ☐
Equipamento de nível Nacional ☐
Equipamento de caracter Regional ☐
Equipamento de caracter Intermunicipal ☐
Equipamento de caracter Municipal ☐
Equipamento de índole local ☐
Equipamento Escolar ☐

9 Plano de Água

	S	N
Água doce		
Água Salgada		
Quebra ondas		
Profundidade Min		
Profundidade Max		
Blocos		

	Sim	Não
Água Aquecida		

	Sim	Não
Pranchas de salto		
Número		
Tipo		
Ondulação artificial		
Estruturas de diversão		

Tipo

10 Iluminação

Sim ☐ Não ☐

Tipo

Lux

Permite transmissão televisiva (lux) Sim ☐ Não ☐

11 Area de Prática

Largura
Comprimento
Área
Perímetro
Nº de Pistas

12 Área de Implantação

Largura
Comprimento
Área

Dimensão funcional

13 Funcionalidade

	Sim	Não
Permite a prática formal		
Permite a prática oficial		

Quais as modalidades

14 Cobertura

Sem cobertura — Altura livre ☐ Sazonal ☐

Com cobertura — Fixa ☐ Móvel ☐ — Aquecimento ☐ Climatização ☐

15 Envolvência

	Sim	Não	Qual?
Integrado num Complexo Desportivo			
Vedação Exterior (Área funcional)			

16 Atributos Específicos

	S	N
Arrecadação		
Bancadas		
Secretaria		
Balneários próprios		
Balneários partilhados com outras instalações.		

	S	N
Sistema Sonoro		
Instalações de Impre.		
Sala de Conf. de imp.		
Recepção		

Tipo de Bancadas

Fixas ☐ Móveis ☐ Telescópicas ☐

Lugares Sentados
Lugares de Pé

	S	N
Lugares individuais		
Certificação da Bancada		

WC's Públicos	(nº)
Masculino	
Feminino	
Deficientes	

Placard: Electrónico ☐ Manual ☐ Inexistente ☐

Cobertura (Bancadas)
Fixa ☐ Móvel ☐ Mista ☐
Total ☐ Parcial ☐ Inexistente ☐

17 Observações

PAVILHÕES

1 Identificação

ID

Designação

Tipologia Pavilhão

Distrito/Ilha Município Freguesia

Latitude Longitude

2 Gestão

Proprietário

Entidade de suporte

Gestão

Homologação

3 Uso

Tipo de equipamento Formativo Recreativo Rendimento

Estado de uso

Em Uso: Anual / Sazonal

Fora de Uso: Em construção / Em remodelação / Desactivado

4 Prática Desportiva

Actividade principal

Outras actividades

Integrado num parque escolar Sim Não

5 Tipo de Utilizador

População em Geral
Alunos
Utentes
Sócios
Atletas
Outros

6 Acesso

Generalizado
Condicionado
Fortemente Condicionado
Restrito

7 Adaptação a Deficientes

Total
Prática desportiva
Acessos
Outras

8 Importância

Equipamento de nível Internacional
Centro de Alto Rendimento/de Estágio
Equipamento de nível Nacional
Equipamento de caracter Regional
Equipamento de caracter Intermunicipal
Equipamento de caracter Municipal
Equipamento de índole local
Equipamento Escolar

9 Piso

Borracha
Cimento
Solo Estabilizado
Solo Natural
Madeira Rígida
Madeira Flexível
Betuminoso
Sintético
Modular
Outros pisos

Especificar piso:

10 Iluminação

Sim
Não

Tipo
Lux

Permite transmissão televisiva (lux) Sim Não

11 Área de Jogo

Largura
Comprimento
Área
Perímetro

12 Área de Implantação

Largura
Comprimento
Área

Dimensão funcional

13 Funcionalidade

Permite a prática formal Sim Não

Permite a prática oficial Sim Não

Quais as modalidades

14 Cobertura

cobertura Fixa Móvel

Aquecimento
Climatização

15 Envolvência

	Sim	Não	Qual?
Integrado num Complexo Desportivo			
Vedação Exterior (Área funcional)			

16 Atributos Específicos

	S	N
Arrecadação		
Bancadas		
Secretaria		
Balneários próprios		
Balneários partilhados com outras instalações.		

	S	N
Sistema Sonoro		
Instalações de Impre.		
Sala de Conf. de imp.		
Recepção		

Tipo de Bancadas

Fixas Móveis Telescópicas

Lugares Sentados
Lugares de Pé

	S	N
Lugares individuais		
Certificação da Bancada		

		(nº)
WC's Públicos	Masculino	
	Feminino	
	Deficientes	

Placarc Electrónico
Manual
Inexistente

17 Observações

SALAS DE DESPORTO

1 Identificação

ID

Designação

Tipologia Sala de desporto

Distrito/Ilha Município Freguesia

Latitude Longitude

2 Gestão

Proprietário

Entidade de suporte

Gestão

Homologação

3 Uso

Tipo de equipamento Formativo Recreativo Rendimento

Estado de uso

Em Uso: Anual / Sazonal

Fora de Uso: Em construção / Em remodelação / Desactivado

4 Prática Desportiva

Actividade principal

Outras actividades

Integrado num parque escolar Sim Não

5 Tipo de Utilizador

População em Geral
Alunos
Utentes
Sócios
Atletas
Outros

6 Acesso

Generalizado
Condicionado
Fortemente Condicionado
Restrito

7 Adaptação a Deficientes

Total
Prática desportiva
Acessos
Outras

8 Importância

Equipamento de nível Internacional
Centro de Alto Rendimento/de Estágio
Equipamento de nível Nacional
Equipamento de caracter Regional
Equipamento de caracter Intermunicipal
Equipamento de caracter Municipal
Equipamento de índole local
Equipamento Escolar

9 Piso

Borracha
Cimento
Solo Estabilizado
Solo Natural
Madeira Rígida
Madeira Flexível
Betuminoso
Sintético
Modular
Outros pisos

Especificar piso:

10 Iluminação

Sim
Não

Tipo
Lux

Permite transmissão televisiva (lux) Sim Não

11 Área de Jogo

Largura
Comprimento
Área
Perímetro

12 Área de Implantação

Largura
Comprimento
Área

Dimensão funcional

13 Funcionalidade

Permite a prática formal Sim Não

Permite a prática oficial Sim Não

Quais as modalidades

14 Cobertura

Com cobertura Fixa Móvel

Aquecimento
Climatização

15 Envolvência

	Sim	Não	Qual?
Integrado num Complexo Desportivo			
Vedação Exterior (Área funcional)			

16 Atributos Específicos

	S	N
Arrecadação		
Bancadas		
Secretaria		
Balneários próprios		
Balneários partilhados com outras instalações.		

	S	N
Sistema Sonoro		
Instalações de Impre.		
Sala de Conf. de imp.		
Recepção		

Tipo de Bancadas

Fixas Móveis Telescópicas

Lugares Sentados
Lugares de Pé

	S	N
Lugares individuais		
Certificação da Bancada		

WCs Públicos	(nº)
Masculino	
Feminino	
Deficientes	

Placard Electrónico
Manual
Inexistente

17 Observações

PISTAS DE ATLETISMO

1 Identificação

ID

Designação

Tipologia Pistas

Distrito/Ilha Município Freguesia

Latitude Longitude

2 Gestão

Proprietário

Entidade de suporte

Gestão

Homologação

3 Uso

Tipo de equipamento Formativo Recreativo Rendimento

Estado de uso

Em Uso: Anual / Sazonal

Fora de Uso: Em construção / Em remodelação / Desactivado

4 Prática Desportiva

Actividade principal

Outras actividades

Integrado num parque escolar Sim Não

Tipo de Pista

8 corredores
8 corredores mais pista aquecimento
4 corredores
2+4+6 corredores
Escolares

5 Tipo de Utilizador

População em Geral
Alunos
Utentes
Sócios
Atletas
Outros

6 Acesso

Generalizado
Condicionado
Fortemente Condicionado
Restrito

7 Adaptação a Deficientes

Total
Prática desportiva
Acessos
Outras

8 Importância

Equipamento de nível Internacional
Centro de Alto Rendimento/de Estágio
Equipamento de nível Nacional
Equipamento de caracter Regional
Equipamento de caracter Intermunicipal
Equipamento de caracter Municipal
Equipamento de índole local
Equipamento Escolar

9 Piso

Solo Estabilizado
Solo Natural
Madeira
Pó de tijolo
Sintético
Cinza
Betuminoso
Outros pisos

Especificar piso:

10 Iluminação

Sim
Não

Tipo
Lux

Permite transmissão televisiva (lux) Sim Não

11 Área de Jogo

Nº de Pistas
Largura da Pista
Comprimento de Recta
Área
Entensão da Pista

12 Área de Implantação

Largura
Comprimento
Área

Dimensão funcional

13 Funcionalidade

Permite a prática formal Sim Não

Permite a prática oficial Sim Não

Quais as modalidades

14 Cobertura

Sem cobertura — Altura livre / Sazonal

Com cobertura — Fixa / Móvel — Aquecimento / Climatização

15 Envolvência

	Sim	Não	Qual?
Integrado num Complexo Desportivo			
Vedação Exterior (Área funcional)			

16 Atributos Específicos

	S	N
Arrecadação		
Bancadas		
Secretaria		
Balneários próprios		
Balneários partilhados com outras instalações.		

	S	N
Sistema Sonoro		
Instalações de Impre.		
Sala de Conf. de imp.		
Recepção		

Tipo de Bancadas

Fixas Móveis Telescópicas

Lugares Sentados
Lugares de Pé

	S	N
Lugares individuais		
Certificação da Bancada		

WC's Públicos	(nº)
Masculino	
Feminino	
Deficientes	

Placard: Electrónico / Manual / Inexistente

Cobertura (Bancadas)

Fixa Móvel Mista

Total Parcial Inexistente

17 Observações

ESPAÇOS COMPLEMENTARES

1- Balneários

ID Equipamento
Nº de balneários colectivos
Nº de balneários individuais
Nº de balneários masculinos
Nº de balneários femininos
Nº de cabides
Nº de cacifos
Nº de chuveiros:
Temporizador S N
Torneira S N
Nº de lavatórios
Nº de urinóis
Nº de sanitas

Área total

Serve complexo desportivo S N

ID do Compexo

1.1

Ano construção Ano remodelação

1.2 Utilização

Anual
Sazonal
Em construção
Em remodelação
Desactivado

1.3 Estado de conservação

Bom
Razoável
Mau
Desactivado

Observações

2- Utilizadores w c's públicos

Público
Atleta
Comum
Nº de lavatórios
Nº de urinóis
Nº de sanitas

3- Arrecadação desportiva

Altura Superfície

Acesso directo ao espaço desportivo S N

Balneários partilhados pelos ID's

ÍNDICES

ÍNDICE DE FIGURAS

34 Figura 1 - Esquema metodológico utilizado no Atlas Desportivo do Município da Lousã.
39 Figura 2 - Introdução da Password e do Username.
40 Figura 3 - (A) - Visualização da informação geral de um equipamento desportivo.
41 Figura 3 - (B) - Visualização da informação sobre o edificado de um equipamento desportivo.
42 Figura 4 - Visualização da construção de Gráficos.
42 Figura 5 - Visualização da construção de Pirâmides Etárias.
43 Figura 6 - Visualização da informação relativa a um Percurso Pedestre.
45 Figura 7 - Subdivisão dos Equipamentos Desportivos.
46 Figura 8 - Subdivisão dos Espaços Naturais.
51 Figura 9 - Hierarquia dos Equipamentos Desportivos Artificiais.
56 Figura 10 - Enquadramento administrativo do Município da Lousã.
57 Figura 11 - Hipsometria.
59 Figura 12 - Carta de Declives.
60 Figura 13 - Carta de Declives preferenciais.
62 Figura 14 - Gráfico termopluviométrico - Estação meteorológica da Lousã.
65 Figura 15 - REN e Sítio da Rede Natura 2000 PTCON0060 no Município da Lousã.
66 Figura 16 - Á reas prioritárias de Conservação e locais sensíveis para os cervídeos no Município da Lousã.
70 Figura 17 - População residente nos Municípios que integram a Sub-região do Pinhal Interior Norte de 2001.
71 Figura 18 - Variação da População residente nos Municípios que integram a Sub-região do Pinhal Interior Norte de 1991 - 2001.
72 Figura 19 - População residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 2001.
73 Figura 20 - População residente por freguesia no Município da Lousã, em 1991.
74 Figura 21 - População residente por freguesia no Município da Lousã, em 2001.
75 Figura 22 - Evolução da população residente no Município da Lousã, de 1960 a 2001.
76 Figura 23 - Evolução da população residente no Município da Lousã, de 1991 a 2005.
77 Figura 24 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2001.
78 Figura 25 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2001.
79 Figura 26 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 1991.
79 Figura 27 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 2001.
80 Figura 28 - População residente por lugar no Município da Lousã, em 2001.
81 Figura 29 - Hierarquia segundo a dimensão dos lugares no Município da Lousã, em 2001.
85 Figura 30 - População residente por lugar no Município da Lousã, em 1991.
86 Figura 31 - Variação da população residente por lugar no Município da Lousã, de 1991 a 2001.
88 Figura 32 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural no Município da Lousã, de 1991 a 2004.
91 Figura 33 - Crescimento natural por freguesia no Município da Lousã, em 1991 e 2001.
92 Figura 34 - Taxa de natalidade e taxa de mortalidade por freguesia no Município da Lousã, em 1991.
92 Figura 35 - Taxa de natalidade e taxa de mortalidade por freguesia no Município da Lousã, em 2001.
92 Figura 36 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural por freguesia no Município da Lousã, em 1991.
93 Figura 37 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural por freguesia no Município da Lousã, em 2001.
94 Figura 38 - População residente no Município da Lousã, segundo os grandes grupos etários, em 1981, 1991 e 2001.
96 Figura 39 - Pirâmide etária da população residente no Município da Lousã, de 1991 a 2001.
96 Figura 40 - Pirâmide etária da população residente no Município da Lousã, de 1981 a 2001.
98 Figura 41 - Pirâmide etária da população residente no Município da Lousã, de 1950 a 2001.
98 Figura 42 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Casal de Ermio, de 1991 e 2001.
98 Figura 43 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Foz de Arouce, de 1991 e 2001.
99 Figura 44 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia da Lousã, de 1991 e 2001.
99 Figura 45 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Serpins, de 1991 e 2001.
99 Figura 46 - Pirâmide etária da população residente na Freguesia de Vilarinho, de 1991 e 2001.
100 Figura 47 - Projecção da população total por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021.
109 Figura 48 - Rede de acessibilidades intermunicipal.

111 Figura 49 - Rede de acessibilidades municipal.
114 Figura 50 - Carta de Ocupação do Solo do Município da Lousã.
115 Figura 51 - Evolução do construído no Município da Lousã.
116 Figura 52 - Relação entre o construído e a rede de acessibilidades no Município da Lousã.
117 Figura 53 - Evolução do construído na Vila da Lousã.
122 Figura 54 - Percentagem de equipamentos desportivos artificiais, por tipologia.
124 Figura 55 - Distribuição espacial dos equipamentos desportivos artificiais.
130 Figura 56 - Distribuição espacial dos Grandes Campos de Jogos, por freguesia.
135 Figura 57 - Distribuição espacial dos Pequenos Campos de Jogos, por freguesia.
140 Figura 58 - Distribuição espacial dos Pavilhões Desportivos Polivalentes, por freguesia.
146 Figura 59 - Distribuição espacial das Salas de Desporto, por freguesia.
149 Figura 60 - Distribuição espacial das Piscinas Cobertas, por freguesia.
152 Figura 61 - Distribuição espacial das Piscinas Descobertas, por freguesia.
155 Figura 62 - Índice de Comunidade Geral.
157 Figura 63 - Índice de Grandes Campos.
159 Figura 64 - Índice de Pequenos Campos.
162 Figura 65 - Índice de Grandes Campos sem os Campos Abandonados.
193 Figura 66 - Percurso Pedestre Rota dos Moinhos.
193 Figura 67 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota dos Moinhos.
194 Figura 68 - Percurso Pedestre Aldeias Serranas I.
194 Figura 69 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Aldeias Serranas I.
195 Figura 70 - Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas II.
195 Figura 71 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas II.
197 Figura 72 - Percurso Pedestre Rota dos Baldios.
197 Figura 73 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota dos Baldios.
198 Figura 74 - Percurso Pedestre Trilho do Espigão.
199 Figura 75 - Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III.
199 Figura 76 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III.
202 Figura 77 - Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III - Alternativo.
202 Figura 78 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Rota das Aldeias Serranas III - Alternativo.
203 Figura 79 - Percurso Pedestre À Descoberta da Floresta.
203 Figura 80 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre À Descoberta da Floresta.
204 Figura 81 - Percurso Pedestre Vilarinho - Relva Fundeira.
204 Figura 82 - Perfil Longitudinal do Percurso Pedestre Vilarinho - Relva Fundeira.
205 Figura 83 - Percursos Pedestres Urbanos.
209 Figura 84 - Percurso BTT Volta da Lomba / Cacilhas.
209 Figura 85 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Volta da Lomba / Cacilhas.
210 Figura 86 - Percurso BTT Cacilhas / Fonte Seca.
210 Figura 87 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Cacilhas / Fonte Seca .
211 Figura 88 - Percurso BTT Selada Cimeira (junto ao Km 23)/ Talasnal.
211 Figura 89 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Selada Cimeira (junto ao Km 23) / Talasnal.
212 Figura 90 - Percurso BTT Ribeira de S. João / Ribeira Sardeira.
212 Figura 91 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Ribeira de S. João / Ribeira Sardeira.
213 Figura 92 - Percurso BTT Talasnal / Talasnal.
213 Figura 93 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Talasnal / Talasnal.
214 Figura 94 - Percurso BTT Cabril de Baixo / Sarnadinh
215 Figura 95 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Cabril de Baixo / Sarnadinha.
216 Figura 96 - Percurso BTT Relva Fundeira / Sarnadinha.
216 Figura 97 - Perfil Longitudinal do Percurso BTT Relva Fundeira / Sarnadinha.
217 Figura 98 - Percursos BTT Alternativos.
220 Figura 99 - Percurso TT - Vértices Geodésicos.
241 Figura 100 - Peso do Movimento Associativo no Município da Lousã.
241 Figura 101 - Percentagem de Clubes / Associações, por freguesia.
244 Figura 102 - Percentagem de modalidades desportivas colectivas.
244 Figura 103 - Número de praticantes de modalidades desportivas colectivas, segundo o sexo.
245 Figura 104 - Percentagem de modalidades desportivas individuais.
246 Figura 105 - Número de praticantes de modalidades desportivas individuais, segundo o sexo.
247 Figura 106 - Percentagem de Praticantes segundo o escalão.
247 Figura 107 - Percentagem de Praticantes Adultos e em Formação.
247 Figura 108 - Percentagem de Praticantes, segundo o sexo.
269 Figura 109 - Complexo Desportivo Municipal.

275 Figura 110 - Fases de Planeamento dos Núcleos de Desporto Informal.
279 Figura 111 - Nível I: Exemplo do campo polidesportivo descoberto, aqui contíguo a uma sala de desporto e respectiva estrutura de apoio, e que é atravessada por uma ciclovia.
280 Figura 112 - Nível II: Exemplo de espaço de acolhimento com ligações à rede viária, ciclovia e acesso à zona de desporto informal (circuito de manutenção e sala de desporto).
283 Figura 113 - Localização dos novos equipamentos e dos Núcleos de Desporto Informal.
289 Figura 114 - Fases de Planeamento do Traçado da Rede Ciclável.
291 Figura 115 - Percurso ciclável utilizando o canal ferroviário.
292 Figura 116 - Ciclovia do Canal Ferroviário.
292 Figura 117 - Percurso ciclável em tecido urbano.
293 Figura 118 - Percurso da Ciclovia urbana da Vila da Lousã.
293 Figura 119 - Percurso da Ciclovia urbana de Serpins.
294 Figura 120 - Percurso ciclável em meio rural.
295 Figura 121 - Percurso da Ciclovia de Cacilhas.
295 Figura 122 - Percurso da Ciclovia de Vilarinho.

ÍNDICE DE FOTOS

46 Foto 1 - Exemplo de Espaço natural onde pode decorrer actividades físicas e desportivas (Pedestrianismo).
47 Foto 2 - Exemplo de Espaço Adaptado ou Espaço "Verde Construído" - Circuito de Manutenção do Choupal (Coimbra).
48 Foto 3 - Exemplos de Espaços ou Equipamentos Artificiais - Pista de Atletismo (em cima) e Piscina coberta (em baixo).
49 Foto 4 - Exemplo de Espaço ou Equipamento Artificial - Pavilhão (em cima) e Sala de Desporto (em baixo).
132 Foto 5 - Campo de Futebol Dr. José P. de Aguiar - Bom Estado de Conservação.
132 Foto 6 - Campo de Futebol das Gândaras - Razoável Estado de Conservação.
132 Foto 7 - Campo de Futebol de Prilhão - Mau Estado de Conservação.
133 Foto 8 - Campo de Rugby Club da Lousã - Piso em Relvado.
133 Foto 9 - Campo de Futebol Srª da Pegada - Piso em Solo Estabilizado.
133 Foto 10 - Campo de Futebol de 11 ACM - Piso em Solo Natural.
138 Foto 11 - Campo de Ténis da Lousã - Bom Estado de Conservação.
138 Foto 12 - Polidesportivo da ARCIL - Razoável Estado de Conservação.
138 Foto 13 - Campo de Treino do Campo de Futebol Dr. José Pinto de Aguiar - Mau Estado de Conservação.
139 Foto 14 - Polidesportivo de Casal de Ermio - Piso Sintético.
139 Foto 15 - Campo de Futebol de 5 do "Sítio dos Eventos" (inserido no Parque de Campismo) - Piso em Relva Natural.
139 Foto 16 - Campo Futebol 7 da Lousã - Piso em Solo Estabilizado (já transformado) - ver Anexo.
141 Foto 17 - Polidesportivo de Chão de Freixo - Piso Betuminoso.
141 Foto 18 - Polidesportivo do ACM 2 - Piso Sintético.
141 Foto 19 - Polidesportivo de Vilarinho - Piso em Cimento.
143 Foto 20 - Pavilhão Municipal nº 1 - Bom Estado de Conservação e Pavimento de Madeira Flexível.
143 Foto 21 - Pavilhão Municipal dos Bombeiros - Razoável Estado de Conservação e Pavimento de Madeira Rígida.
143 Foto 22 - Pavilhão de Serpins - Razoável Estado de Conservação e Pavimento em Cimento.
147 Foto 23 - Sala de Desporto da ARCIL - Razoável Estado de Conservação e Piso Sintético.
147 Foto 24 - Sala de Desporto do Rugby Club da Lousã - Bom Estado de Conservação e Piso Madeira Flexível.
147 Foto 25 - Sala de Desporto da Piscina Municipal da Lousã - Bom Estado de Conservação e Piso Mosaico.
150 Foto 26 - Piscina Municipal da Lousã.
151 Foto 27 - Piscina Descoberta do Parque Carlos Reis.
151 Foto 28 - Piscina do "Parque de Campismo de Serpins".
170 Foto 29 - Parque Infantil do Parque Carlos Reis.
170 Foto 30 - Parque Infantil da Quinta de São Pedro.
174 Foto 31 - Piscina Fluvial 1 do Complexo da Nossa Senhora da Piedade.
174 Foto 32 - Piscina Fluvial 2 do Complexo da Nossa Senhora da Piedade.
174 Foto 33 - Praia Fluvial da Bogueira.
175 Foto 34 - Praia Fluvial da Bogueira.
175 Foto 35 - Piscina reservada a crianças e a pessoas com deficiência na Praia Fluvial da Bogueira.
175 Foto 36 - Praia Fluvial de Serpins.
175 Foto 37 - Praia Fluvial de Serpins.
190 Foto 38 - Pedestrianismo.
190 Foto 39 - Pedestrianismo.
194 Foto 40 - Castelo da Lousã (Ermida Nª Srª Piedade).
195 Foto 41 - Casa da Aldeia de Catarredor.
196 Foto 42 - Aldeia de Vaqueirinho (à esquerda) e Vista do Trevim (à direita).
198 Foto 43 - Esquemas representativos do Percurso Pedestre Trilho do Espigão (à esquerda e ao centro).
198 Foto 44 - Descida da Serra em Cadeira de Rodas.

200 Foto 45 - Vista geral do Castelo da Lousã.
200 Foto 46 - Ribeira de São João (ao centro) e Aldeia de Talasnal (à direita).
201 Foto 47 - Casas da Aldeia do Chiqueiro (à esquerda e ao centro.
201 Foto 48 - Aldeia de Casal Novo.
202 Foto 49 - Aldeia de Casal Novo (em cima) e Ermida da Nossa Senhora da Piedade (em baixo).
203 Foto 50 - Terreiro das Bruxas (em cima e em baixo).
205 Foto 51 - Vilarinho (em cima e em baixo).
206 Foto 52 - Câmara Municipal da Lousã. (em cima) e Igreja Matriz da Lousã (em baixo).
207 Foto 53 - "Avalanche" no Município da Lousã (em cima e em baixo).
208 Foto 54 - "Avalanche" no Município da Lousã. (em cima e em baixo).
211 Foto 55 - Casa Típica de Vaqueirinho.
212 Foto 56 - Ribeira de São João.
213 Foto 57 - Casa de Casal Novo.
214 Foto 58 - Aldeia de xisto do Talasnall (à esquerda e ao centro).
214 Foto 59 - Veados na Serra da Lousã.
215 Foto 60 - Ponte Romana de Serpins.
215 Foto 61 - Zona do Cabril.
218 Foto 62 - Todo-o-Terreno Motorizado Turístico.
219 Foto 63 - Todo-o-Terreno Motorizado de Competição.
220 Foto 64 - Zona de Vale Pereira da Serra.
221 Foto 65 - Vista do Trevim.
222 Foto 66 - Prática de *Canoying*.
222 Foto 67 - Orientação e instrumentos necessários.
223 Foto 68 - Prática de *Paintball* (em cima e em baixo).
224 Foto 69 - Prática de *Rappel* (em cima e em baixo).
225 Foto 70 - Prática de Slide (em cima e em baixo).
226 Foto 71 - Prática de Tirolesa.
226 Foto 72 - Prática de Escalada em Parede de Rocha.
227 Foto 73 - Prática de Tiro com Arco.
228 Foto 74 - Prática de Canoagem em Águas Calmas (em cima e em baixo).
229 Foto 75 - Prática de Asa Delta (em cima e em baixo).
230 Foto 76 - Prática de Parapente.
231 Foto 77 - Balonismo.
285 Foto 78 - Espaços de Estrutura Ecológica Municipal, com elevado potencial para a criação de um NDI.
285 Foto 79 - Espaços de Estrutura Ecológica Municipal, com elevado potencial para a criação de um NDI.
286 Foto 80 - Actuais condições da linha de água no sector em causa (em cima e em baixo).
293 Foto 81 - Vista da Lousã (em cima) e Casal do Espírito Santo (em baixo).
294 Foto 82 - Vista de Vilarinho (em cima) e Igreja de Vilarinho (em baixo).

ÍNDICE DE QUADROS

74 Quadro 1 - População residente por freguesia no Município da Lousã, em 1981, 1991 e 2001.
75 Quadro 2 - População residente no Município da Lousã e variação populacional, de 1960 a 2001.
76 Quadro 3 - População residente no Município da Lousã e variação populacional, de 1991 a 2005.
78 Quadro 4 - Variação da população residente por freguesia no Município da Lousã, de 1981 a 1991, de 1991 a 2001 e de 1981 a 2001.
82 Quadro 5 - População residente segundo a dimensão dos lugares no Município da Lousã, em 1991 e 2001.
88 Quadro 6 - Nados-vivos por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2004.
89 Quadro 7 - Óbitos por freguesia no Município da Lousã, de 1991 a 2004.
89 Quadro 8 - Movimentos da população no Município da Lousã, de 1991 a 2004.
91 Quadro 9 - Movimentos da população por freguesia no Município da Lousã, em 1991 e 2001.
93 Quadro 10- Crescimento efectivo no Município da Lousã, em 2001.
95 Quadro 11- Grandes grupos etários no Município da Lousã, em 1981, 1991 e 2001.
95 Quadro 12- Grandes grupos etários na Região Centro, em 1991 e 2001.
97 Quadro 13 - Índice de envelhecimento e coeficiente de dependência por freguesia no Município da Lousã, em 1991 e 2001.
101 Quadro 14 - Projecção da população total por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021.
102 Quadro 15 - Projecção da população masculina por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021.
103 Quadro 16 - Projecção da população feminina por freguesia no Município da Lousã, de 2002 a 2021.
105 Quadro 17 - Indicadores síntese de dinâmica populacional e emprego, em 1991 e 2001.
106 Quadro 18 - População residente empregada segundo o sector de actividade económica, em 1991 e 2001.
107 Quadro 19 - População residente empregada segundo grupos de profissões, em 1991 e 2001.
123 Quadro 20 - Distribuição dos equipamentos desportivos.
126 Quadro 21 - Distribuição dos equipamentos desportivos artificiais, segundo as suas principais características, por tipologia.
131 Quadro 22 - Designação e distribuição dos Grandes Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.
132 Quadro 23 - Distribuição dos Grandes Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.

136 Quadro 24 - Designação e distribuição dos Pequenos Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.
137 Quadro 25 - Distribuição dos Pequenos Campos de Jogos, segundo as suas principais características, por freguesia.
142 Quadro 26 - Designação e distribuição dos Pavilhões Desportivos Polivalentes, segundo as suas principais características, por freguesia.
143 Quadro 27 - Distribuição dos Pavilhões Desportivos Polivalentes, segundo as suas principais características, por freguesia.
144 Quadro 28 - Número de utilizações e Taxas de Ocupação do Pavilhão Municipal nº1.
144 Quadro 29 - Número de utilizações e Taxas de Ocupação do Pavilhão Municipal nº2.
145 Quadro 30 - Designação e distribuição das Salas de Desporto, segundo as suas principais características, por freguesia.
147 Quadro 31 - Distribuição das Salas de Desporto, segundo as suas principais características, por freguesia.
149 Quadro 32 - Designação e distribuição das Piscinas Cobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.
150 Quadro 33 - Distribuição das Piscinas Cobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.
151 Quadro 34 - Número de utilizações e Taxas de Ocupação da Piscina Municipal da Lousã.
152 Quadro 35 - Designação e distribuição das Piscinas Descobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.
153 Quadro 36 - Distribuição das Piscinas Descobertas, segundo as suas principais características, por freguesia.
156 Quadro 37 - Tabela resumo dos índices gerais por tipologia, por freguesia.
164 Quadro 38 - Índice geral segundo o estado de conservação dos equipamentos.
165 Quadro 39 - Índice geral segundo a natureza jurídica dos equipamentos.
166 Quadro 40 - Índice geral segundo o tipo de acesso aos equipamentos.
168 Quadro 41 - Principais características dos parques infantis existentes no Município.
184 Quadro 42 - Exemplos de efeitos da prática de actividades desportivas nos espaços naturais.
189 Quadro 43 - Classificação das actividades desportivas de aventura (modificado).
242 Quadro 44 - Distribuição das Associações/Clubes, segundo as principais modalidades desportivas praticadas em equipamentos desportivos artificiais, por freguesia.
243 Quadro 45 - Distribuição das Associações/Clubes, segundo as principais modalidades desportivas do Desporto Aventura, por freguesia.
243 Quadro 46 - Distribuição das Associações/Clubes, segundo outras modalidades desportivas, por freguesia.
243 Quadro 47 - Distribuição das Associações, Clubes e Empresas sem indicação da prática de qualquer modalidade desportiva, por freguesia.
244 Quadro 48 - Número de praticantes de modalidades desportivas colectivas, segundo o sexo e o escalão.
245 Quadro 49 - Número de praticantes de modalidades desportivas individuais, segundo o sexo e o escalão.
258 Quadro 50 - Quadro SWOT.
265 Quadro 51 - Opinião dos inquiridos relativamente ao papel da Autarquia no processo de desenvolvimento desportivo (valores relativos e categorias não exclusivas).
273 Quadro 52 - Razões invocadas para explicar a procura da prática desportiva informal (valores relativos e categorias não exclusivas).
276 Quadro 53 - Tipologias dos Núcleos de Desporto Informal.
285 Quadro 54 - Tabela Síntese das Propostas de Núcleos de Desporto Informal.

ÍNDICE DE ANEXOS

DEFINIÇÕES PRÉVIAS/GLOSSÁRIO
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

312 Equipamento Desportivo
312 Complexo Desportivo
312 Espaço Complementar
312 Grande Campo de Jogos

DIMENSÕES DOS GRANDES CAMPOS DE JOGOS

312 Campo de Futebol
312 Campo de Rugby
312 Campo de Hóquei em Campos
312 Pista de Atletismo
312 Espaço Polivalente para Atletismo
312 Pequeno Campo de Jogos

DIMENSÕES DOS PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS

312 Campo de Futsal
312 Campo de Basquetebol
312 Campo de Andebol
312 Campo de Voleibol
313 Campo de Ténis

313 Hóquei em Patins
313 Pavilhão
313 Sala de Desporto
313 Piscina Coberta
313 Piscina ao Ar Livre ou Descoberta
313 Dimensões das Piscinas
313 Tanques de Aprendizagem
313 Outros

DIFERENTES ÁREAS / DIMENSÕES

313 Área de Jogo/ Dimensão Funcional Útil
313 Área Desportiva
313 Área de Implantação
313 Área de Reserva Urbanística

CAMPOS QUE CONSTAM NA BASE DE DADOS - INQUÈRITOS

314 Identificação do Equipamento (ID)
314 Concelho
314 Freguesia
314 Designação
314 Designação Específica
314 Localização
314 Tipologia
314 Piso
314 Proprietário
314 Público: Autarquia
314 Público: Ministério da Educação??
314 Privado: Educativo
314 Privado: Movimento Associativo
314 Privado: Outros
314 Entidades de Suporte
314 Gestão
314 Natureza Jurídica
315 Tipo de Utilizador
315 População em geral
315 Alunos
315 Utentes
315 Sócios
315 Atletas
315 Outros

ACESSO DOS UTILIZADORES AOS EQUIPAMENTOS

315 Generalizado
315 Condicionado
315 Restrito
315 Área de Implantação
315 Comprimento
315 Largura
315 Altura
315 Perímetro
315 Dimensão Funcional Útil
316 Estado de Conservação
316 Iluminação
316 Cobertura
316 Instalações Cobertas
316 Instalações Descobertas
Balneários
316 Bancadas
316 Adaptação para Deficientes
316 WC Pública
316 Ano de Construção
Ano de Remodelação
317 Taxa de Ocupação
317 Homologação
317 Segurança
317 Importância
317 Tipo de Equipamento
317 Observações

ESPÉCIES FAUNÍSTICAS PREDOMINANTES NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

309 Quadro 1 - Principais Diplomas Legais que regem o Desporto em Portugal.
316 Quadro 2 - Dimensão Funcional Útil do Equipamento Desportivo, por tipologia.
316 Quadro 3 - Dimensão Funcional Útil do Equipamento Desportivo Especial para Espectáculo.
318 Quadro 4 - Lista de Mamíferos que ocorrem na Serra da Lousã.
318 Quadro 5 - Lista de Aves que ocorrem na Serra da Lousã.
319 Quadro 6 - Lista de Anfíbios que ocorrem na Serra da Lousã.
319 Quadro 7 - Lista de Répteis que ocorrem na Serra da Lousã.

ACTUALIZAÇÕES AO ATLAS DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DA LOUSÃ (ABRIL 2009)

Na sequência da aprovação do documento "Atlas Desportivo do Município da Lousã", por parte da Autarquia, e tendo como base algumas das propostas nele plasmadas, observou-se todo um conjunto de alterações no parque desportivo da Lousã, quer por iniciativa da Autarquia, quer por iniciativa das próprias instituições que integram o Movimento Associativo do Município. Assim, e uma vez que o documento foi aprovado pelo Executivo e pela Assembleia Municipal, em 2008, o presente anexo assume-se como uma mera actualização a esse documento "fechado" (apenas a Base de Dados e a Plataforma são dinâmicas e permanentemente actualizáveis), optando-se pela apresentação dessa mesmas alterações e actualizações, em particular as que se referem à recuperação de equipamentos desportivos já existentes no parque desportivo (e devidamente apontados e analisados no relatório), à edificação de novos equipamentos desportivos artificiais formais e ainda à implementação de Núcleos de Desporto Informal no território (zonas de lazer).

RECUPERAÇÃO / REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ARTIFICIAS

No âmbito da recuperação de espaços desportivos já existentes no parque desportivo do Município da Lousã são de referir o Campo de Rugby de Santa Rita, o Campo de Futebol de 7 da Funespaço, o Pavilhão do Bairro dos Carvalhos e o Pavilhão Gimnodesportivo de Serpins (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais características do Campo de Rugby de Santa Rita, Campo de Futebol de 7 da Funespaço, Pavilhão do Bairro dos Carvalhos e Pavilhão Gimnodesportivo de Serpins.

Freguesias	Designação	Área Implantação	Comprimento	Largura	Perímetro	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação
Lousã	Campo de Rugby de Santa Rita	7412	109	68	354	Standard	Sim	Sim	Sim	Bom
	Campo de Futebol de 7 da Funespaço	2508	57	44	202	Standard	Sim	Sim	Sim	Bom
	Pavilhão do Bairro dos Carvalhos	968	44	22	132	Standard	Sim	Sim	Sim	Bom
Serpins	Pavilhão Gimnodesportivo de Serpins	1050	42	25	134	Standard	Sim	Sim	Sim	Bom

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Freguesias	Designação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Lousã	Campo de Rugby de Santa Rita	Relvado	Privado	Nacional	Atletas	Condicionado	Formativo
	Campo de Futebol de 7 da Funespaço	Relva Sintética	Privado	Regional	Pop. Geral	Geral	Formativo / Recreativo
	Pavilhão do Bairro dos Carvalhos	Sintético	Privado	Regional	Pop. Geral	Condicionado	Formativo
Serpins	Pavilhão Gimnodesportivo de Serpins	Cimento	Privado	Regional	Pop. Geral	Condicionado	Formativo

CAMPO DE RUGBY DE SANTA RITA

O Campo de Rugby de Santa Rita (vide Quadro 1 e Foto 1), espaço sede desportiva e associativa do Rugby Clube da Lousã, sofreu, nos últimos meses, à necessária requalificação referida, em particular, ao nível dos espaços complementares - balneários (Foto 2).

Este equipamento, conta com um campo oficial de rugby, bancadas, dois balneários (Foto 3), uma enfermaria e uma zona técnica, espaços que foram recentemente requalificados ao abrigo da Medida 1 - Segurança e Higiene nas Instalações Desportivas, promovida pela Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto e que contou, igualmente, com o apoio da Autarquia.

Para além de acolher os treinos e jogos das diversas equipas do clube, dispõe de um edifício onde funciona um ginásio e onde se encontra uma sala polivalente.

Foto 1 - Campo de Rugby de Santa Rita.

Foto 2 - Balneários antigos do Campo de Rugby de Santa Rita (antes das obras de requalificação).

Foto 3 - Novos Balneários do Campo de Rugby de Santa Rita (depois das obras de requalificação).

Foto 4 - Antigo Campo de Futebol de 7 da Escola EB 2,3 (antes das obras de requalificação).

CAMPO DE FUTEBOL DE 7 DA FUNESPAÇO

Este espaço - antigo Campo de Terra Batida da Escola EB 2,3 (Foto 4) - e que no relatório foi identificado como um dos espaços mais problemáticos em termos de prática desportiva, sofreu no ano de 2008, obras de reconversão, com a instalação de piso de relva sintética (*vide* Quadro 1 e Foto 5), ao abrigo de um protocolo assinado entre a Autarquia, a Escola EB 2,3 e a empresa Funespaço.

O referido protocolo permitiu a colocação de um piso sintético, pequena bancada amovível (Foto 6), bancos de suplentes, balizas, rede de protecção e melhoria dos acessos, em geral, deste espaço, possibilitando uma utilização, por parte dos clubes, da escola e mesmo dos cidadãos, claramente, mais segura e confortável.

Foto 5 - Campo de Futebol de 7 da Funespaço (depois das obras de requalificação).

Foto 6 - Campo de Futebol de 7 da Funespaço (nova bancada).

Foto 7 - Pavilhão do Bairro dos Carvalhos (antes das obras de requalificação).

Encontrando-se sob a gestão da empresa Funespaço, o referido espaço contou também com um investimento da Autarquia, possibilitando, deste modo, uma qualificação decisiva, não só em termos de espaço vocacionado para o futebol de formação, mas também para o apoio ao Desporto Escolar.

Foto 8 - Interior do Pavilhão do Bairro dos Carvalhos (depois das obras de requalificação).

PAVILHÃO DO BAIRRO DOS CARVALHOS

A transformação e requalificação deste equipamento, que inicialmente se tratava de um Polidesportivo Descoberto e que, no momento do levantamento se assumiu como o "Pavilhão Desportivo do Bairro dos Carvalhos", apresentava-se, na altura, como um espaço aberto (sem paredes) (Foto 7). No presente encontra-se reconvertido num Pavilhão Multidesportivo (*vide* Quadro 1 e Fotos 8 e 9), com medidas oficiais para todas as modalidades *indoor*, contando, também, com uma bancada, WC para pessoas com incapacidade, arrecadação, gabinete técnico e dois balneários.

Este equipamento tornar-se-á, assim, num espaço de eleição para o apoio à prática desportiva dos Clubes/Associações do Município, bem como das Escolas, embora a proposta descrita no relatório fosse no sentido de apenas ser fechado por duas paredes, assumindo-se como espaço de acesso generalizado, vocacionado para a prática desportiva informal.

Foto 9 - Fachada do Pavilhão do Bairro dos Carvalhos (depois das obras de requalificação).

PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE SERPINS

O Pavilhão de Serpins, gerido pela Associação Desportiva Serpinense, constitui uma das principais instalações desportivas existentes fora da Freguesia da Lousã. As suas instalações são utilizadas pelos vários escalões da modalidade de futsal da referida associação e também a equipa de futsal feminina do Grupo Desportivo Arouce Praia.

Foto 10 - Pavilhão Gimnodesportivo de Serpins (antes das obras de requalificação).

Foto 11 - Pavilhão Gimnodesportivo de Serpins (depois das obras de requalificação).

Esta instalação assume também importância no apoio à comunidade, tendo em conta a sua utilização pelas Escolas da Freguesia para a realização das Actividades Extra Curriculares de Expressão Físico-Motora e por Idosos (Projecto Mantenha-se Activo com a Diabetes). Tendo sido alvo de uma requalificação ao abrigo da Medida 1 - Segurança e Higiene nas Instalações Desportivas, foram melhorados aspectos como o isolamento térmico da cobertura, o sistema eléctrico, bem como a substituição das platibandas e caleiras (*vide* Quadro 1 e Fotos 10 e 11). Esta requalificação foi efectuada através de um protocolo onde a Autarquia expressou o seu apoio.

Encontram-se ainda previstas, para os próximos meses, as requalificações de outros equipamentos desportivos (Quadro 2), designadamente do Campo de Futebol das Gândaras, Campo de Futebol de Foz de Arouce e Polidesportivo/Campo de Ténis de Foz de Arouce (os quais fazem parte do Complexo Desportivo de Foz de Arouce).

No caso do Campo de Futebol das Gândaras, ao abrigo da medida 1 - higiene e segurança nas instalações desportivas - prevêem-se melhorias na instalação eléctrica dos balneários, rede de gás e melhorias das condições de higiene e conforto dos balneários.

Por sua vez, no Campo de Futebol de Foz de Arouce, igualmente no âmbito da medida 1 - higiene e segurança nas instalações desportivas - prevêem-se melhorias no piso e rede do polidesportivo, rede de protecção para o campo de futebol, instalação eléctrica e rede de gás dos balneários.

Para o Polidesportivo/Campo de Ténis de Foz de Arouce, encontra-se previsto, ao abrigo da medida 1 - higiene e segurança nas instalações desportivas -, a requalificação do campo no que respeita à melhoria do piso e da rede da infra-estrutura.

NOVOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ARTIFICIAS

Por sua vez, no âmbito da implementação de novos equipamentos desportivos artificiais formais e, embora num contexto algo diferente do que foi analisado no relatório de 2008, é de destacar o caso do Ginásio *Spazio Life*, espaço que assume uma natureza jurídica privada e que é vocacionado para outro segmento da prática da actividade física.

GINÁSIO *SPAZIO LIFE - HEALTH CLUB* & SPA, LDA

Com uma área coberta de aproximadamente 1200m² (Quadro 3), este ginásio está situado num dos pontos privilegiados da Vila da Lousã, junto à Piscina Municipal, ao Pavilhão Municipal nº1, ao Campo de Ténis, ao Campo de Futebol de 7 sintético e nas imediações das escolas Básica e Secundária do Município.

Quadro 2 - Algumas das principais características dos Campos de Futebol das Gândaras e de Foz de Arouce e do Polidesportivo/Campo de Ténis de Foz de Arouce.

Freguesias	Designação	Área Implantação	Comprimento	Largura	Perímetro	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação
Gândaras	Campo de Futebol das Gândaras	6784	106	64	340	Standard	Sim	Sim	Não	Bom
Foz de Arouce	Campo de Futebol de Foz de Arouce	6500	100	65	330	Standard	Sim	Sim	Não	Bom
	Polidesportivo / Campo de Ténis de Foz de Arouce	800	40	20	120	Standard	Sim	Sim	Não	Bom

(CONTINUAÇÃO) (CONTINUA)

Freguesias	Designação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Gândaras	Campo de Futebol das Gândaras	Solo Estabiliz.	Privado	Regional	Atletas	Condicionado	Formativo
Foz de Arouce	Campo de Futebol de Foz de Arouce	Solo Natural	Privado	Regional	Atletas	Geral	Formativo
	Polidesportivo / Campo de Ténis de Foz de Arouce	Sintético	Público	Local	Pop. Geral	Condicionado	Formativo

Quadro 3 - Principais características do Ginásio *Spazio Life*.

Freguesias	Designação	Área Implantação	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Lousã	Spaziolife - Health Club	1200	Reduzida	Sim	Sim	Não	Bom	Outros	Privado	Local	Sócios	Condicionado	Recreativo

No que diz respeito ao Ginásio *Spazio Life*, que oferece actividades tão diversas como *Body Pump, Power Jump, Body Combat*, *RPM*, Pilate, Cárdio, Musculação (bem como outros serviços como Banho Turco, Hidromassagem, entre outros), deve ser salientado, em termos de espaço desportivo, a Sala de *Squash*, a qual tornou possível, a partir deste momento, a prática desta modalidade (Fotos 12 e 13).

Foto 12 - Fachada e Sala de *Squash* do Ginásio *Spazio Life - Health Club* & SPA, Lda.

Foto 13 - Salas de Máquinas do Ginásio *Spazio Life - Health Club* & SPA, Lda.

NÚCLEOS DE DESPORTO INFORMAL

No que diz respeito aos espaços desportivos de âmbito informal e, na sequência das propostas apresentadas em termos de Núcleos de Desporto Informal (Quadro 4) foi, entretanto, desenvolvida, uma nova zona de lazer na zona da "Quinta das Courelas". Este núcleo integra espaços desportivos formais (um Mini-campo Polidesportivo), espaços de lazer (um Parque Infantil e um Parque Sénior), bem como algo inovador, um Centro de apoio ao BTT.

A implementação deste NDI veio, assim, reforçar a importância do desenvolvimento de espaços que permitam a prática desportiva informal para toda a população, tal como foi salientado no relatório de 2008 - "Atlas Desportivo do Município da Lousã".

Quadro 4 - Tabela Síntese das Propostas de Núcleos de Desporto Informal.

NÚCLEOS DE DESPORTO INFORMAL (NDI)				
Freguesia	Designação	Nível NDI	Área	Observações
NDI Existentes				
Lousã	Equipamentos na extrema sul do "Intermachê"	NDI II	-	Com exposição solar deficitária e próximo a um depósito de gás
	Espaço contíguo à piscina descoberta	NDI II	-	Sem qualquer equipamento instalado
	Piscinas fluviais - Nossa Srª da Piedade	NDI II	-	De utilização sazonal
Casal Ermio	Piscina fluvial	NDI II	-	De utilização sazonal
Serpins	Piscina fluvial	NDI II	-	De utilização sazonal
NDI Propostos				
Lousã	1 – Núcleo da Praceta Dr. Sá Carneiro	NDI I	>2000	
	2 - Pequeno Campo em Prado e Parque Infantil	NDI I	2065 m2	
	3 - Minicampo de Futebol	NDI III	1238 m2	Previsto no protocolo entre a CML e a FPF
	4 - Zona de Prado com Pequeno Campo	NDI III	713 m2	
	5 - Pequeno Campo em prado e Campo Basquetebol	NDI III	1847 m2	
	6 - Pequeno Campo em prado	NDI III	1230 m2	
Vilarinho	7 – Circuito de Manutenção junto ao Aeródromo	NDI III	A definir	Circuito de manutenção e estruturas conexas
Serpins	8 - Pequeno Campo (Polidesportivo com área de prado e Parque Infantil)	NDI III	1180 m2	
Casal Ermio	9 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia	NDI IV	-	Campos de areia em apoio à estrutura da Piscina Fluvial
Foz de Arouce	10 - Campos de Voleibol e Futebol de Praia	NDI IV	-	Campos de areia em apoio à estrutura da Piscina Fluvial

NDI DA QUINTA DAS COURELAS - MINI-CAMPO/PARQUE SÉNIOR/ PARQUE INFANTIL/CENTRO DE BTT

Instalado na Quinta das Courelas, esta infra-estrutura conta com equipamentos destinados a crianças, jovens e adultos, integrando um Mini-campo (Quadro 5 e Foto 14), um Parque Infantil (Quadro 6 e Foto 15) e um Parque Sénior (Quadro 6 e Foto 16), este NDI apresenta-se como um local de fruição, com excelentes condições para a socialização e para a prática de desporto informal por toda a comunidade.

Encontra-se, igualmente, instalado um inovador Centro de apoio ao BTT[1] (*vide* Quadro 6 e Foto 17) que possibilitará aos amantes desse desporto usufruir de uma infra-estrutura específica para o apoio à actividade na Serra da Lousã, proporcionando, não só um espaço para a manutenção de bicicletas, mas também, balneários de apoio.

[1] *É de salientar que actualmente o Centro de Apoio ao BTT se encontra temporariamente desactivado. O equipamento foi desmantelado pelo Clube responsável devido à degradação proveniente de actos de vandalismo e, até ao momento, ainda não foi reinstalado.*

Quadro 5 - Principais características do Mini-campo polidesportivo da Quinta das Courelas.

Freguesias	Designação	Área Implantação	Comprimento	Largura	Perímetro	Dimensão Funcional	Iluminação	Balneários	Bancadas	Estado de Conservação	Tipo de Piso	Natureza Jurídica	Importância	Utilizador	Tipo de Acesso	Tipo de Equipamento
Lousã	Mini-Campo	264	22	12	68	Reduzida	Sim	Não	Não	Bom	Sintético	Público	Local	Pop. Geral	Geral	Recreativo

Quadro 6 - Principais características do Parque Infantil, do Parque Sénior e do Centro de BTT da Quinta das Courelas.

Freguesia	Designação	Proprietário	Responsável	Características	Dist ao telefone	Acessibilidade	Estado de Conservação	Higiene	Dimensão	Vigilância	Fiscalização	Vedação	Espaço Envolvente	Espaço Coberto	Pavimento
Lousã	Parque Infantil	Autarqia	Autarquia	Inserido em espaço público	200 metros	Boa	Bom	Boa	Reduzida	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Borracha
	Parque Sénior	Autarqia	Autarquia	Inserido em espaço público	200 metros	Boa	Bom	Boa	Média	Sim	Sim	Não	Não	Não	Relva Natural
	Centro de BTT	Câmara Municipal / Montanha Clube	Montanha Clube	Inserido em espaço público	200 metros	Boa	Bom	Boa	Média	Sim	Sim	Não	Não	Não	Pavet

(CONTINUAÇÃO) (CONTINUA)

Freguesia	Equipamentos	Parque de Merendas	Bancos	Papelaria	Iluminação	Ponto de Água	Painel Informativo	Vegetação	Outros
Lousã	Baloiço, Escorrega, Balancé, Multi-estrutura e Estrutura para trepar.	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Relva	Não
	4 equipamentos "Esqui de Fundo"; 1 equipamento "Balança"; 3 equipamentos "Pónei" e 1 equipamento "Elevador".	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Relva	Não
	4 sanitários/duches; 1 equipamento para lavagem de bicicletas; 1 equipamento para manutenção de bicicletas e 1 infra-estrutura de apoio.	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não

Foto 14 - Mini-campo do NDI da Quinta das Courelas.

Foto 15 - Parque Infantil do NDI da Quinta das Courelas.

Foto 16 - Parque Sénior do NDI da Quinta das Courelas.

Foto 17 - Centro de apoio ao BTT do NDI da Quinta das Courelas.